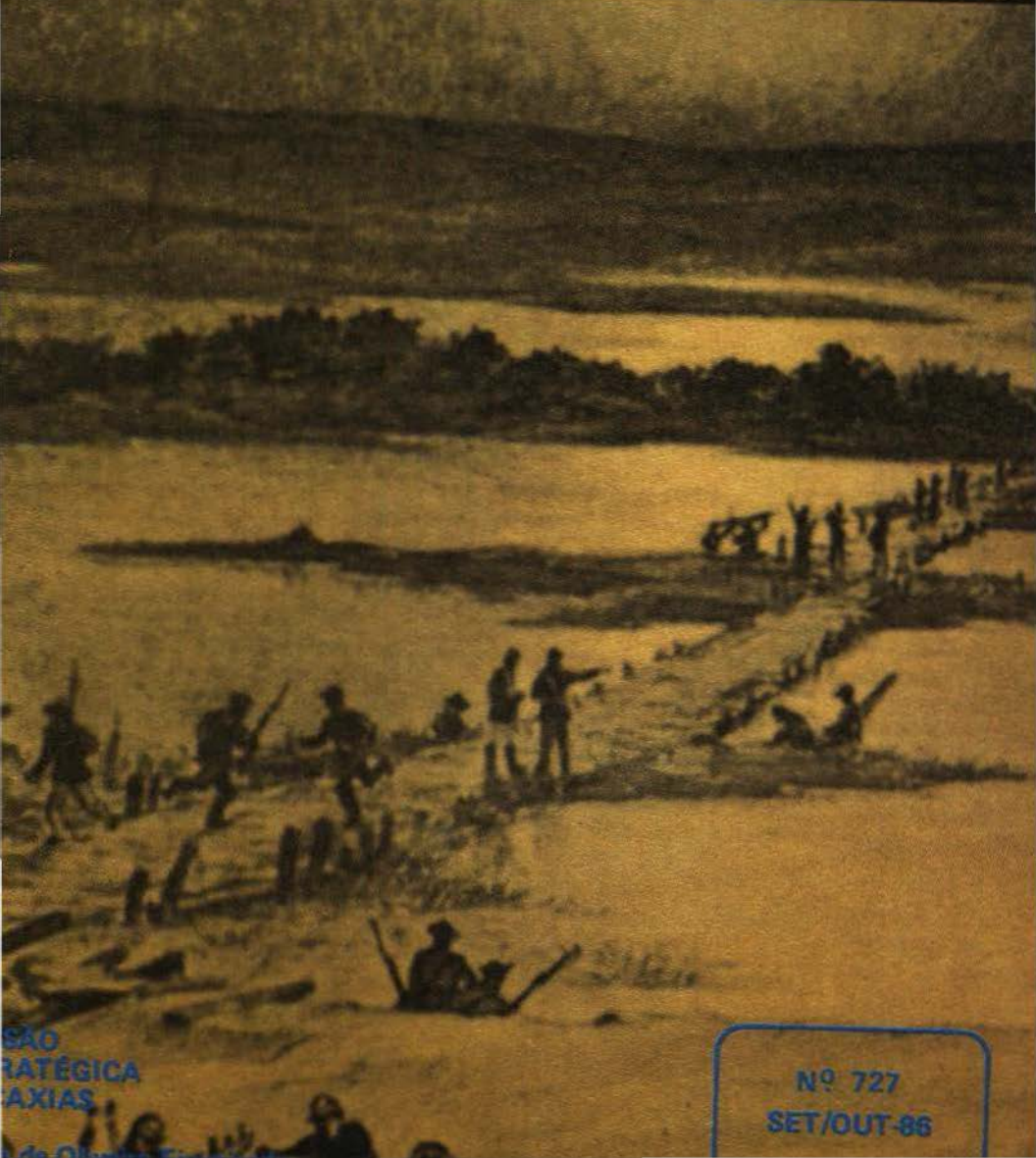




ISSN-0011-7641

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



SÃO
PATRÍSTICA
AXIAS

Nº 727
SET/OUT-86

AEROMOT

TECNOLOGIA VERDE-AMARELA NA DEFESA DO BRASIL



AVIÃO ALVO
AEROMOT K

Desenvolvido para tiro antiaéreo. Piloto automático, refletores de radar. Comando feito por base terrestre até 50 Km. Abertura do pára-quedas de resgate sobre a terra ou o mar. Velocidade ao nível do mar 360 Km/h. Motor AEROMOT AM11003, 90 HP a 4.100 RPM.



ALVOS AÉREOS REBOCADOS
AEROMOT AM03089 E AM03099

Desenvolvidos para exercícios de tiro com localização visual e por radar. Equipados com carretel interno em sua seção média e sistema automático de freio, para lançamento a partir da asa do avião reboque. Possui refletor de radar.



BÚSSOLA PORTÁTIL
DE CAMPANHA AM03089
Cápsula com agulha magnetizada,
marcas fluorescentes
para leituras noturnas

A Aeromot, dando continuidade à sua política de nacionalização, produz atualmente vários equipamentos de defesa, rádio-comunicação e rádio navegação, todos com tecnologia dos anos 80, colocando cada vez mais, pinceladas verde-amarelas no dia-a-dia das Forças Armadas Brasileiras.



Equipamentos fabricados sob licença
da KING RADIO CORPORATION

- KR-87 - ADF
- KN-53 - NAV Receiver
- KY-196E - VHF/COMM Transceiver
- KY-92 - VHF/COMM Transceiver



Aeroporto Internacional Salgado Filho
Cx. Postal 8031 - 90.200 - Porto Alegre - RS - Brasil



SUMÁRIO

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA

OS COMPORTAMENTOS DO CHEFE MILITAR	
Roberto L. Maginns	35
A VISÃO ESTRATÉGICA DE CAXIAS	
Diogo de Oliveira Figueiredo	140
CARACTERÍSTICAS DA CHAMADA "NOVA DIREITA" NOS EUA	
Marco Antonio Felício da Silva	147

ORGANIZAÇÃO, TÉCNICAS E TÁTICAS MILITARES

O PREPARO PARA A GUERRA	
Sergio Paulo Muniz Costa	57
A EVOLUÇÃO DA DOCTRINA MILITAR DOS EUA – NOVAS IDÉIAS	
Roosevelt Wilson Sant'Ana	92
DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE ARMAS: ABSORÇÃO DE TECNOLOGIA ESPECÍFICA	
Antonio Cunha de Oliveira	110
CLAUSEWITZ E A GUERRA	
João Rodrigues Arruda	163

ESTUDOS HISTÓRICOS, JURÍDICOS E SOCIAIS

QUILOMBOS E NEGRITUDE A SERVIÇO DA IDEOLOGIA	
José Fernando de Maya Pedrosa	7
O TRIBUTO DE SANGUE DA FEB	
John Hoyt Willians	21
PEDRO CALMON E A AMAN	
Claudio Moreira Bento	31
RONDÔNIA: A FRONTEIRA QUE DEU CERTO	
Therezinha de Castro	74
RICARDO FRANCO, SUA VIDA, SUA OBRA	
Pedro de Souza	82
O FORTE DE COIMBRA NOS NOSSOS DIAS	
Davis Ribeiro de Sena	103

EDITORIAL	5
INFORMAÇÕES	171
LIVROS	173

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores — Primeiros Secretários: BERTHOLD KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA RIBEIRO

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

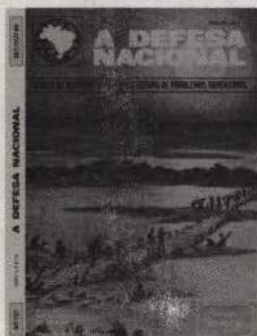
Anno I.

Grupo mantenedor: Berthold Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (redactores); Francisco de Paula Cidade, Mário Clementino, Lima e Silva, Parga Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompeo Cavalcante, Euclydes Figueiredo, Táborda, Amaro Villa Nova, Maciel da Costa.

(Fac-simile da portada do N.º 1, Ano 1 - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

ÍNDICE DOS ANUNCIANTES

Aeromot — Aeronave e Motores S/A	2.ª capa
Embraer — Empresa Brasileira de Aeronáutica	3.ª capa
Avibrás Indústria Aeroespacial S.A.	4.ª capa
Fundação Habitacional do Exército — Pouplex	4
Siemens S.A.	6
Novatração Artefatos de Borracha S.A.	30
Centro de Estudos Estratégicos	56
CCE Indústria Comércio de Componentes Elétricos S.A.	91
Bibliex	174/175



NOSSA CAPA

Construção da Estrada de Chaco pela Comissão de Engenheiros do 2.º Corpo do Exército Brasileiro, durante a Guerra do Paraguai nos meses de outubro e novembro de 1868.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"

Diretor-Presidente:	Gen Div Anapio Gomes Filho
Diretor-Secretário:	Cel José Fernando de Maya Pedrosa
Diretor-Administrativo:	Cel Sady Nunes
Diretor Tesoureiro:	1º Ten Luiz Tavares Pereira
Conselheiros:	Cel Celso José Pires Cel R/1 Asdrubal Esteves
Conselho Fiscal:	Cel José Claudio de Castro Chagastelles Ten Cel José Carlos Guimarães Osório Ten Cel César Augusto Barroso Ramos
Suplentes:	Ten Cel José Eugênio de Carvalho Ten Cel Jaire Brito Prieto Ten Cel Marcio Paiva Barroso

Revista "A DEFESA NACIONAL"

Redator-Chefe:	Gen Div Anapio Gomes Filho
Redator-Executivo:	Cel José Fernando de Maya Pedrosa
Coordenação Editorial:	Cel R/1 Virgílio da Veiga
Conselho Editorial:	Gen Bda Taunay Drummond Coelho Reis Cel R/1 Virgílio da Veiga Cel Claudio Moreira Bento CMG José Correia de Sá e Benevides Professor Jorge Boaventura
Publicidade:	Edison Alves de Azevedo
Revisão:	Márcia Irene Pignataro Cleto
Expedição:	Bibliex

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Assinatura anual (6 números) — Cz\$ 67,20

Exterior — US\$ 50

Número avulso — Cz\$ 15,00

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25
Cep 20445. Rio de Janeiro, RJ, Brasil — Tel.: (021) 253.4628

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados. Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou notas publicadas em "A Defesa Nacional", desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

PRODUÇÃO GRÁFICA E PUBLICIDADE

Detalhes Produções Gráficas e Publicidade Ltda.

Rua México, 148 — Gr. 501

Cep: 20031. Rio de Janeiro, RJ, Brasil — Tel.: (021) 240-1530

“Na liberdade de voar, a segurança e o desenvolvimento de todos nós”

Enquanto nos céus da Pátria vigilantes permanecem os bravos da Força Aérea Brasileira, em terra a FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO — FHE e a Caderneta de Poupança POUPEX lhes oferecem a segurança que suas famílias desejam de poder alcançar a CASA PRÓPRIA.

Irmanados pelos mesmos ideais que sempre uniram o EXÉRCITO à FAB, o Ministério da Aeronáutica e a CFIAe mantém hoje um convênio com o Sistema FHE/POUPEX, que objetiva ampliar as possibilidades dos servidores civis e militares vinculados à Aeronáutica de constituírem suas poupanças através de depósitos feitos nas agências e postos do BANCO DO BRASIL, das guarnições onde estejam servindo.

Com isto, participam dos empreendimentos que a FHE constrói em todo o país, a custo mais baixo que os do mercado imobiliário e ao qual se aliam as excepcionais qualidades de vida e da obra em si.

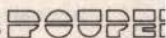
Companheiros da Força Aérea Brasileira — procurem conhecer as vantagens que o Sistema FHE/POUPEX lhes coloca à disposição, informando-se com aqueles que já associaram à POUPANÇA POUPEX ou com os representantes da CFIAe.

A FHE coloca, também, à disposição da FAB suas Representações junto aos Comandos Militares e Unidades do Exército. Ainda poderão ser obtidas informações nas agências e postos do Banco do Brasil, em todo o território nacional.



FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO

ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO



Fundação Habitacional do Exército — Espl. dos Ministérios — Anexo 1 Min. Ex. — 70.052 — Brasília — DF

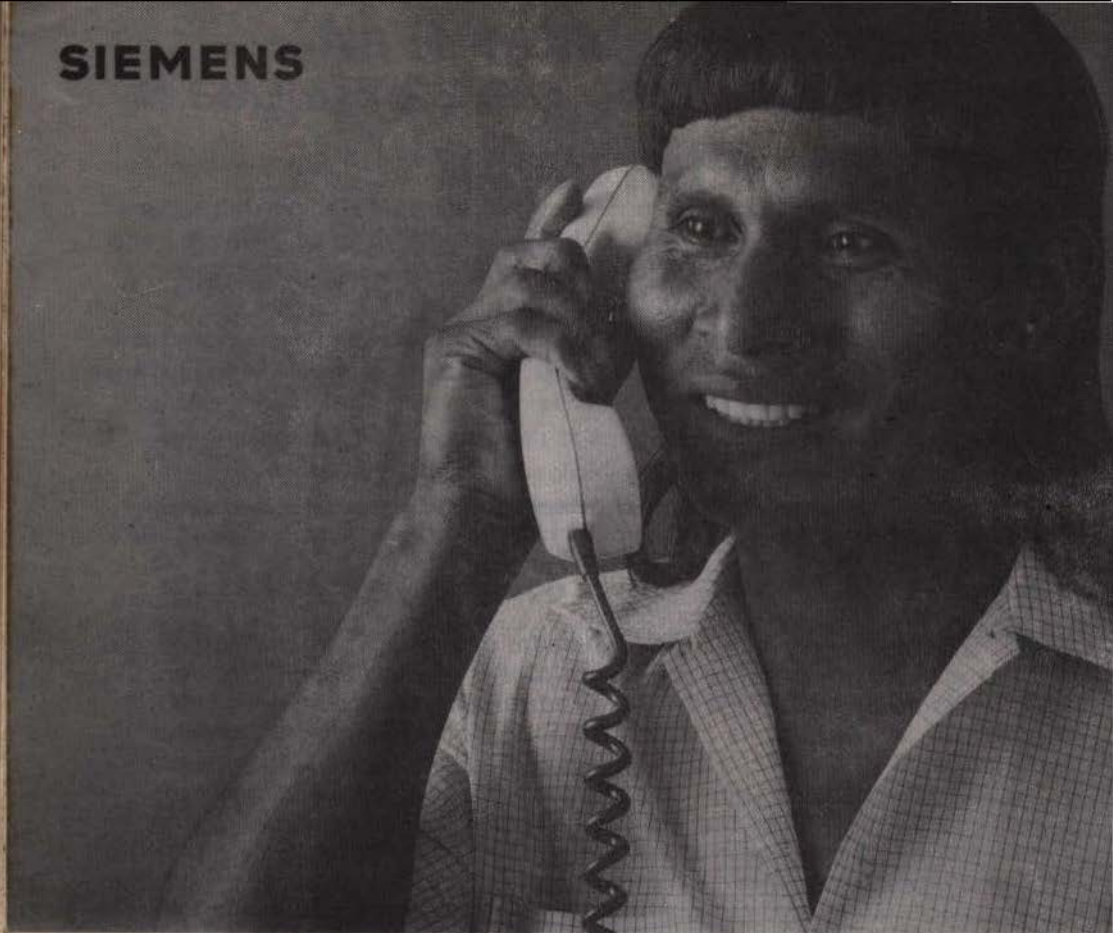


EDITORIAL

No dia 10 de outubro de 1986 A Defesa Nacional completou setenta e três anos de existência.

Vale recordar que aquele momento de exaltação do profissionalismo está sempre presente com as roupagens de cada época. Um bom exercício de meditação é a leitura do editorial de seu primeiro número, transcrito, na íntegra, na História do Exército Brasileiro, perfil militar de um povo. (Ed. EME, 1972, páginas 805 a 807). Aí está um conceito lapidar: "Sem desejar, pois, de forma alguma, a incursão injustificada dos elementos militares nos negócios internos do País, o Exército precisa, entretanto, estar aparelhado para sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuária das sociedades que se formam". O Exército, além de ser um fator de transformação político-social, tem igualmente uma função educativa e organizadora a exercer na massa geral dos cidadãos. Um bom Exército é uma escola de disciplina a exercer influência sobre o desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades. Segue-se uma cartilha de civismo e de amor ao Brasil, ao Exército e à Verdade.

SIEMENS



Democracia não é só o direito de falar. É o de ser ouvido também.

Falar e ser ouvido é uma necessidade vital não só para as pessoas como também para as empresas, que necessitam de meios eficazes e confiáveis de comunicação para dinamizar seus negócios.

Hoje, os brasileiros das mais diversas regiões estão muito mais próximos uns dos outros.

Essa maior integração se deve, entre outros fatores, ao grande surto e elevado grau de eficiência das Telecomunicações no País.

A Siemens, que tem uma participação ativa na evolução das nossas comunicações, sabe a importância de tudo isso. E coloca sua avançada tecnologia a serviço

dos usuários - pessoas e empresas - através de uma completa linha de equipamentos e sistemas de Telecomunicações.

Só com Siemens você tem uma solução de comunicação sob medida.

Desde um aparelho telefônico, um KS até uma central PABX para mais de 1.000 troncos e 12.000 ramais, ou do mais avançado teleimpressor eletrônico às mais sofisticadas centrais de telex, a Siemens oferece a você a mais alta qualidade, dimensionada para atender de maneira racional e rentável ao seu problema específico de Telecomunicações. Uma solução sob medida.

80 anos vivendo Brasil.

Nossa experiência fala mais alto.

Desde que se instalou no País, Siemens adotou a política de pesquisar e desenvolver, também aqui, as soluções que os nossos problemas específicos de Telecomunicações requerem. Isso explica o elevado índice de nacionalização dos equipamentos Siemens, o seu alto grau de modernidade e a sua elevada adequação às condições do nosso mercado, num setor fundamental para o nosso desenvolvimento tecnológico.

Entre o Brasil de hoje e o do futuro com toda a certeza, vão estar as Telecomunicações Siemens.

Telecomunicações Siemens. Tecnologia para uma melhor qualidade de vida.



QUILOMBOS E NEGRITUDE A SERVIÇO DA IDEOLOGIA

José Fernando de Maya Pedrosa

NOTA DO REDATOR-CHEFE

O artigo do Cel Maya Pedrosa, cuja publicação determinei, além de oportuno e elucidativo se constitui num alerta contra as falácias do tão propalado, e por alguns festejado, revisionismo historiográfico.

Esse movimento, que afoita e atrevidamente se lança contra o nosso passado, na realidade não busca enriquecer e aprimorar o conhecimento da nossa História, mas tão-somente distorcer os fatos, denegrir reputações, confundir, tumultuar. Embora arroguem muita sapiência, cultura e interesses superiores, os "revisionistas" mal podem disfarçar o caráter tendencioso e nitidamente ideológico do movimento. Negando o passado, confundindo no presente, certamente esperam alcançar seus escuros objetivos no futuro.

Contudo, o mais grave desse esquisito movimento é a exploração, sempre distorcida, de fatos do passado, com o criminoso propósito de criar rivalidades, de provocar disputas, de acirrar os ânimos, de reacender mágoas, reabrir feridas, e, assim, lançar irmão contra irmão, na tentativa de destruir o que conseguimos construir com tolerância, com harmonia.

O trabalho do Cel Maya Pedrosa é motivo de meditação e fonte de informação aos leitores sobre as conceituações e intenções de um grupo de revisionistas que, faz algum tempo, dedica-se ao trabalho de reescrever nossa História e também porque, conscientemente, encontramos no passado nossos motivos de crença no Exército e no BRASIL. O assunto não se restringe ao interesse cultural dos militares e, pelo contrário, atinge a todo cidadão que deseja aperfeiçoar esta Democracia merecedora da eterna vigilância de todos.

Gen Div Anapio Gomes Filho

Faltam dois anos para o Centenário da Libertação dos Escravos. Os órgãos de comunicação de massa estão disponíveis para todas as correntes de opinião manifestarem-se a respeito

deste fato, em especial aquelas que forem mais combativas.

Certa corrente intelectual persegue um revisionismo para a formulação da "nova historiografia brasileira", até agora através de in-

interpretações de sentido mais ideológico do que propriamente científico. Antepõe-se esta corrente ao que identifica como "história oficial", um termo vago que ainda não foi suficientemente definido.

Encontra-se, aqui, uma análise dos textos revisionistas cuja mensagem interessa ao exame dos que desejam zelar pela paz social como objetivo nacional permanente. É simples conceber que o descontentamento do povo ou a sua satisfação dependem também da visão que a sociedade nacional tem de seu relacionamento intergrupar.

Poderíamos imaginar hipoteticamente duas ou três correntes de pensamento histórico em debate acerca da escravidão no Brasil, cada qual com idêntico espaço na mídia e todas ouvidas por um público esclarecido, capaz de julgar tranqüilamente a História. Mas esta situação hipotética pode não acontecer pela predominância que esta corrente revisionista vem demonstrando na ocupação dos espaços dos jornais, televisão e publicações diversas.

Um estudo simples de algumas manifestações sobre o Quilombo dos Palmares, dentro do "revisionismo" a que me refiro, exemplifica muito bem como a História pode ser utilizada para incrementar o conflito, mesmo que sob uma aparência de idéias de igualdade e justiça entre os homens.

Sendo a revisão histórica um fenômeno natural e permanente, porque próprio do aparecimento de novos documentos e de novas filosofias no correr dos tempos, é

compreensível e até necessário que a escravidão seja também encarada sob novos pontos de vista. O que nos parece ferir o sentimento nacional é o fato desta nova historiografia ser escrita sob os parâmetros do materialismo numa Nação tão cheia de humanismo, tolerância racial e cristandade.

Veremos que a versão materialista da História, neste exemplo, estimula o ódio e a descrença entre as pessoas, negando a proverbial tolerância brasileira.

ESCRavidão, DIREITO E PRÁTICA

A escravidão teve origem no Direito da Força que considerava o cativo uma concessão do vencedor em poupar a vida do vencido. Foi lenta a evolução da humanidade no sentido da liberdade, consubstanciada na Declaração dos Direitos Humanos e na Carta das Nações Unidas, produtos do iluminismo do mundo ocidental. A maior evidência desta lentidão é o fato de estarmos nas portas do primeiro centenário da libertação dos escravos no Brasil, felizmente uma Nação reconhecidamente mestiça e cujo colonizador, por estratégia colonial e por qualidades a ele intrínsecas, nos deixou um povo destituído de qualquer argumento para ser racista.

Compete um breve histórico sobre a escravidão para dele retirarmos elementos esclarecedores.

A primeira importante manifestação do Direito quanto à escravidão é dos romanos, que atri-

buíram aos escravos certos direitos que antes lhes eram negados, coincidindo abusos de seus senhores. O Cristianismo e a evolução natural do Direito criaram bases para o pensamento moderno em suas manifestações contrárias à escravatura, dentre elas as Bulas Papais de Pio II (1462), Paulo III (1537), Urbano VIII (1639), Benedito XIV (1741) e Pio VII (1814), limitando, criticando ou condenando a escravidão humana. A mais célebre destas manifestações foi, no entanto, a de Van Grotius, em seu compêndio *De Jure Pacis et Belli* (1600), levantando o princípio de que "não há direito de matar o prisioneiro, nem o de reduzi-lo à escravidão".

Durante os três séculos seguintes, a evidência e a clareza do Direito estiveram diante de realidades econômicas e sociais imperiosas demais para serem transpostas por princípios humanitários um tanto desconhecidos pela maioria dos homens influentes. A humanidade ainda viveu três séculos de convivência com o escravo — como indispensável mão-de-obra — já que os contingentes europeus foram insuficientes para o duro serviço nas colônias, e o elemento indígena mostrou-se incapaz para o trabalho sedentário.

A escravatura, servindo-se de expressivos contingentes de negros africanos, constituía, na época, a única forma eficaz de incrementar a produção colonial. Praticaram-na os ingleses (contrariando a sua legenda *Nullus Liber Homo*, de 1215), os espanhóis, os france-

ses, os holandeses e os portugueses.

Na Península Ibérica a escravidão era conhecida porque mouros remanescentes da Reconquista ou capturados no norte da África faziam trabalho escravo, seguidos de contingentes de negros comercializados pelos árabes, durante os séculos XV, XVI e XVII.

A Europa encontraria, nesta prática limitada, a base que julgava moral para uma outra prática ampla e generalizada de escravizar africanos, agora com finalidades próximas da indústria. A escravidão do africano extrapolava as bases do Direito do Vencedor para uma dimensão ainda mais perversa sob pretexto de retirá-lo do "paganismo" e de sua servidão natural. Seria, nesta hipocrisia humana, um serviço que a eles se prestava.

Conclui-se, portanto, que a escravatura como uma prática abominável na História propiciou uma obra colonial de onde emergiram o Brasil e muitos outros países do mundo, mas suas seqüelas ainda permanecerão por algum tempo, na forma de racismo, de preconceitos e de ingredientes para agitação social.

O encontro dos portugueses com os africanos ocidentais em meados do século XV deu início a uma história de cobiça, servidão e violência. Apesar da esperança dos portugueses de encontrarem ouro e prata nas montanhas do Congo e de Angola, na verdade o "resgate" de negros para o tráfico foi prevalente e serviu de torpe motivação econômica, enquanto

no interior trabalhavam os "régulos", um tipo negro de caçador de gente de sua própria raça. Na verdade, certa forma de escravidão já existia na África, quando um "sobado" reinava sobre tribos menos agressivas.

Os portugueses encontraram ambiente propício a este comércio, restando-lhes as alianças com chefes locais, que eram batizados com nomes cristãos, e a administração das chamadas "armações" com base na conquista militar de áreas estratégicas. As graves reações locais, como a da Rainha Ginga Bandi que combateu os portugueses com auxílio de espanhóis e holandeses, caíram no vazio da própria realidade local. De linhagem nobre dos N'gola, a rainha desejava pôr fim ao tráfico dos negros de sua raça, porém, ao derrotar militarmente os portugueses, estendeu-lhes as mãos por concluir que os seus próprios lugares-tenentes mergulharam com os holandeses no "resgate" de seus súditos com tanta ou mais ferocidade que seus inimigos lusitanos.

A escravidão negra foi, desta forma, o grande estigma da África durante três séculos de incriveis sofrimentos na captura, transporte, comércio nos entrepostos e duros trabalhos nas Américas, especialmente no Brasil, nas colônias espanholas do Caribe e nos Estados Unidos.

Pode-se visualizar, então, a revolta destes homens contra a situação em que se encontravam submetidos pela força.

Aqui no Brasil, enquadrados por chefes de sangue nobre, al-

guns já adestrados nas lutas africanas, estes escravos encontrariam terra desocupada, semelhante à de suas origens, em grandes espaços interiores, à disposição dos fugitivos inconformados. A fuga lhes seria fácil, como a captura pelos senhores dificultada pelos espaços e obstáculos que favoreceriam à instalação em comunidades complexas — os quilombos. Vivendo na África em natureza selvagem, sempre fugindo dos caçadores, fizeram das terras brasileiras um teatro idêntico ao de suas origens. Nada mais justo e natural.

Muito se pode falar sobre a escravidão no Brasil. Seria difícil adicionar muito mais do que os africanistas brasileiros já disseram — Nina Rodrigues, Artur Ramos, de certa forma Gilberto Freire, todos inspiradores de escolas sobre a matéria.

Dentro de um revisionismo histórico de caráter científico, seria agora reavaliar mais precisamente o papel da escravatura e do negro em nossa História e ressaltar mais ainda suas naturais reações ao cativeiro.

O Quilombo dos Palmares e outras manifestações idênticas esclarecem muita coisa, especialmente sobre este desejo intrínseco do homem pela liberdade.

Houve grandes quilombos em Mato Grosso — Quiriterê e Carlotá, em Minas Gerais — Campo Grande, no Rio de Janeiro — Vassouras, no Maranhão — Turiaçu, no Ceará, na Bahia e em São Paulo.

O tratamento do negro no Brasil tem suas facetas românticas da

Mãe Preta, do Moleque de Engenho e do Pai Velho, mas apresenta também exemplos de dura crueldade, os suplícios, as mutilações e um arsenal de instrumentos de tortura, as penas de açoite, o ato de ferrar fugitivos e ladrões a ferro quente. Tudo isso, afora os abusos, estava previsto nas Cartas Régias e Alvarás que regulavam o assunto. E ocorria após os horrores da captura e do afastamento da família, do transporte e das humilhações dos mercados e senzalas. O fenômeno dos quilombos justificava-se moralmente e nele está um bom exemplo da luta pela liberdade.

Algumas revoltas negras, como a Inconfidência Baiana ou a Revolta dos Alfaiates (1798), a Revolta dos Aussás (1807-1813), a Revolta dos Nagôs (1826-1844) e outras que ocorreram no Recôncavo também tiveram as mesmas razões. Na revolta dos nagôs, os chefes negros cogitaram claramente em escravizar negros mais fracos e todos os brancos da Bahia.

A ideologia destes movimentos, no entanto, nunca emergiu clara, além do simples desejo de ser livre e da revolta contra os métodos da escravidão. Alguma influência dos enciclopedistas surgiu nos líderes dos Alfaiates, logo superados por chefes negros mais grosseiros e inconseqüentes, verificando-se ainda que os homens de cor tiveram discreta participação nos movimentos fortemente ideológicos de 1817 e 1824, a não ser quando carregados pelos seus senhores. Muito menos houve sentido ideológico em Palmares, nos

próprios quilombos ou nas cidades onde pudessem repercutir nos homens letrados da época.

Na verdade, somente no final do século XVIII tornaram-se fortes as idéias de Montesquieu — “O Espírito das Leis”, os discursos do Padre Manoel Rocha na mesma época (1750), continuação natural de uma idéia que, no passado mais distante, passara pelo sermão aos escravos do Padre Antônio Vieira ao dizer: “Não há trabalho nem gênero de vida no mundo mais parecido à cruz e a paixão de Cristo do que o vosso”. Também não há páginas comparáveis aos discursos de Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e às poesias de Castro Alves (Paládio da Liberdade), no contexto do movimento contra a escravidão no Brasil, com a expressiva participação de pessoas de pele branca. Os textos do historiador Rocha Pombo, por exemplo, a respeito da revolta espiritual dos negros, têm tamanha força de expressão que, se usados hoje sem indicação de sua origem, seriam forte ingrediente para rivalidades inter-raciais.

As acusações do revisionismo histórico moderno aqui no Brasil, por mais que se auto-intitulem de originais, não apresentam nenhuma novidade ao condenar o tratamento dos escravos pelos seus senhores.

A Formação dos Quilombos e os Conflitos Decorrentes

Os quilombos no Brasil podem ser interpretados como uma continuação das guerras africanas da

mesma época. Há indícios seguros de que principalmente os "jagas", um indomável grupo negro do Congo, já engajado contra os portugueses desde o século anterior, enquadrava a luta dos palmarinos. Era uma linhagem nobre dos N'Gola e de outros "sobados" mais ao norte, que estavam reunidos em Pernambuco desde o início do século XVII, concitando a fuga de negros dos engenhos para a mata atlântica das consideráveis elevações ao poente. A desintegração da economia colonial e o impacto da invasão holandesa estimularam muito este fluxo inicial, levando inúmeros escravos a buscarem sua sociedade africana, agora reconstituída nos "mocambos" plantados desde o Cabo de Santo Agostinho até as margens do São Francisco — o Macaco (o maior deles), Aqualtume, Odenga, Subupira (o mais agressivo), Dambraganga, Tabocas, Oranga, Andalaquituxe, Zumbi, Amaro e outros. Observe-se que a população negra no Brasil, levantada com os meios da época, por si mesma sugere razões de conflitos com os escravos:

1583 — 57.000 habitantes (14.000 negros).

1798 — 3.250.000 habitantes (1.582.000 negros).

É de se supor que, por volta de 1650, a população negra estivesse beirando já os 40%, o que indica dificuldades de controle da situação pelas administrações coloniais que contavam com fracos contingentes de brancos, índios e mestiços desgastados pela guerra contra o invasor batavo que desorganizou o mando senhorial.

Os efetivos palmarinos foram sempre estimados empiricamente, já que o grosso deles estava espalhado em toda a área. Os holandeses calcularam 6.000 pessoas e alguns cronistas estimaram até em 10.000 ou mesmo 20.000, não se sabe ao certo.

O que de essencial se pode dizer de suas atividades é que viviam da caça, da pesca e de pequena agricultura, sendo rotineiro o escambo deles com os comerciantes do litoral. Possuíam organização política rudimentar, mas aceita plenamente. Havia uma força militar, uma polícia e um sistema de comunicações e informações.

As ações contra fazendas e engenhos eram assistemáticas mas frequentes, para saque, libertação de escravos que com eles cooperavam ou escravização de outros. O trabalho escravo lá existente e suficientemente documentado é negado por alguns revisionistas, como Décio Freitas em *A Guerra dos Escravos*, Ed. Mercado Aberto, que afirma: "A escravidão era incompatível com o movimento palmarino", contrariando o espírito dos tempos — a escravatura era, também, uma instituição africana — veja-se a corte dos N'gola e as práticas de Ginga Bandi que costumava sentar-se em cadeiras humanas por longas conversações.

O fato é que este "sobado" brasileiro, constituído de fugitivos da escravidão, constituía uma grave ameaça à vida econômica do Nordeste açucareiro pelas seguintes razões:

— estímulo à fuga de escravos que eram expressiva parte do capi-

tal e toda a força do trabalho nos engenhos;

- dos quilombos partiam as expedições contra fazendas, engenhos e vilas, trazendo-lhes insegurança e prejuízos de toda ordem;

- despertavam no Conselho Ultramarino a idéia de revolta contra a autoridade colonial. Havia, inclusive, a hipótese, formulada em correspondência do Governador Souza Coutinho, de domínio militar dos negros sobre as principais cidades — Recife, Alagoas, Porto Calvo e Penedo — já que possuíam forja de fazer ferro e contavam com o apoio de seus irmãos de raça.

Esta ameaça unia esforços dos senhores de terra e de autoridades da administração colonial, numa História que durou quase um século, havendo quem considerasse os quilombos tão perigosos para a obra colonial quanto os holandeses.

As primeiras reações armadas aos quilombos foram empreendidas entre 1602 e 1608 por um certo Bartolomeu Bezerra. Até o dia 6 de fevereiro de 1694, com a captura e destruição do Quilombo do Macaco, na Serra da Barriga, desenvolveram-se operações militares quase sempre apoiadas pelo poder econômico dos senhores de engenho.

Antes da destruição do Quilombo do Macaco, na Serra da Barriga, por Domingues Jorge Velho, Sebastião Dias e Bernardo Vieira, a única expedição que apresentou resultados satisfatórios, dentre as dezenas conhecidas, foi a de Fernão Carrilho em 1677,

que destruiu vários mocambos, capturou ou eliminou quase toda a família real de Ganga Zumba e criou condições para um controvertido acordo dos quilombos com a Administração Colonial, durante um período de desânimo por parte dos negros aquilombados.

Os palmarinos teriam assentamento e seriam livres, mas deviam obediência e compromissos às autoridades.

O acordo não foi bem recebido pelos senhores de engenho nem pelos negros liderados por Zumbi. Os senhores de engenho queriam suas terras, seus escravos e a extinção daquele estímulo à fuga de mais outros escravos. Zumbi e seus seguidores não confiavam na palavra das autoridades e terminaram por envenenar o desanimado rei Ganga Zumba, criando uma nova situação que só acabaria, em 1694, com a destruição do Macaco, e, em 1695, com a morte do próprio Zumbi.

A figura do Zumbi, como não podia deixar de ser numa época de superstições e de desinformação, tornou-se lendária, sendo crença geral entre os negros a sua imortalidade. Após muitos anos da destruição do Macaco e de ter sido a cabeça do Zumbi pendurada num poste de Olinda, ainda havia a crença de que ele estivesse vivo. Muitos também acreditavam que Zumbi precipitara-se mesmo do penhasco para fugir ao cativeiro.

Circunstância também curiosa é que o negro Henrique Dias, que se havia destacado contra os holandeses, esteve engajado na luta contra os quilombos, o que torna

ainda mais evidente a sua fidelidade ao espírito lusitano ou a sua obediência aos administradores da Colônia. E, mais ainda, Henrique Dias, herói negro consagrado, é atualmente acusado de combater gente de sua própria raça.

Senhores e administradores coloniais de um lado, escravos fugidos do outro, um herói negro imolado na luta pela liberdade, rebeldia conta a opressão dos dominadores, eis um quadro perfeito para a lógica hegeliana: "O amo não é amo senão pelo fato de que possui um escravo que o reconhece como tal".

Este é o ponto de partida de toda a dialética revisionista em moda. "Palmares — um século de luta armada dos negros contra o regime escravocrata de trabalho em que se fundava a economia colonial" — Darcy Ribeiro. Ora, a luta dos negros era pela liberdade e não tinha objetivos de extinguir regime nenhum. Suas ações limitadas ao saque e à defesa atestavam o objetivo em que tanto se fixaram — viver em liberdade.

O Discurso do Revisionismo Histórico

Todo o discurso marxista repousa no papel atribuído à luta de classes como motor da História. A expressão mais objetiva desta concepção está no *Manifesto Comunista* (p. 6, ed. 1935), quando afirma: "Toda a História da Humanidade... tem sido uma história de luta de classes, choque entre exploradores e explorados, entre a classe dominadora e a oprimi-

da..." Mais adiante o manifesto diz claramente: "...o livre e o escravo... o grêmio dos patrões e o sindicato dos operários, numa palavra, o opressor e o oprimido viveram em constante e mútua oposição..."

A revolta dos negros por uma vida livre como nos dias do isolamento africano, por inumeráveis séculos, passa a ser uma luta contra os senhores de escravos, tão somente uma luta de "classes". E vão mais adiante nesta interpretação atribuindo ideologia aos escravos fugidos contra o sistema econômico e contra o próprio sistema colonial. Os trabalhos historiográficos menos sérios ainda conseguem visualizar a união dos "militares profissionais", senhores latifundiários e autoridades coloniais como o lado opressor, e os escravos, artesãos, "pequenos burgueses" e desamparados, como o lado dos oprimidos. A organização social dos quilombos seria um "socialismo infuso" a suscitar entusiasmo, segundo Décio Freitas (*Palmares, a Guerra dos Escravos*, Ed. Mercado Aberto, 1984). Pessoa de Moraes, no ensaio "Sociologia da Revolução Brasileira", assinala os quilombos como antecedentes diretos dos movimentos camponeses atuais, e Clovis Moura, em *Rebelião das Senzalas* (Ed. Conquista), assinala métodos de guerrilha nas incursões dos quilombos aos engenhos para saques e depredações e em sua prática de evitar engajamentos com a tropa, até que incorressem no erro de guardarem-se em fortificações. Dias Gomes, prefaciando o livro O

Quilombo dos Palmares, de Edson Carneiro, Ed. Civilização Brasileira, insinua que a causa do silêncio sobre Palmares era por serem eles os precursores da moderna tática de guerrilha no Brasil, esquecendo ele a decantada reação aos holandeses desde o seu desembarque em Pernambuco. Para Péricles de Carvalho, em *Formação Histórica de Alagoas*, Manoel Balaio, no Maranhão, é protesto negro, insinuando a união dele com outras "camadas sociais".

Desconhecendo a rica temática abolicionista no Brasil e suas belíssimas páginas acusatórias, alguns revisionistas correm na busca de originalidade, como nesta colocação de Décio Freitas (op. cit.): "No dia em que forem resgatadas da face oculta de história brasileira — face mais ampla e significativa que a visível e oficial — as revoltas escravas projetarão luz sobre um sem-número de contradições históricas que, de outro modo, sempre permanecerão incompreensíveis".

De acordo com o *Direito à História*, de Lucien Febvre, deve-se colocar as revoltas negras num patamar importante da História. Considera-se, então, o "historicismo oficial" de Varnhagen, a interpretação antropológica das heranças culturais por Artur Ramos e Nina Rodrigues, como os mentores da idéia da amenidade da escravidão no Brasil, no contexto do interesse da "classe dominante".

A interpretação marxista da História assinala acusações a Caxias tachando-o de "espada represora" dos negros fluminenses de

Manoel Congo, em dezembro de 1838. É que Caxias, comandando a Força de Permanentes da Corte, deslocou tropa para proteger a fábrica da Estrela (única fábrica importante de pólvora no Brasil) das tropelias de negros aquilombados da região. Era, na verdade, uma operação estratégica, segundo opinião do eminente historiador Coronel Cláudio Moreira Bento. No Maranhão, Caxias teve que dar combate aos ajuntamentos negros do Preto Cosme que combatiam pelos Balaiois.

Eis aí o discurso marxista que certamente marcará grande parte dos conceitos e mensagens lançadas à opinião nacional nos próximos dois anos.

A negritude nacional, agora caracterizada como um manancial de opiniões próprias, parece ao observador alvo de muito trabalho de doutrinação, como ocorreu no VI Encontro de Agentes do Pastoral de Negros em Ipiranga, São Paulo, em setembro de 1985, em cuja temática viu-se: Visão Histórica do Negro no Brasil, Liturgia e Negritude, Negritude e Constituinte, e Negritude e Reforma Agrária. Não é exemplo isolado do uso da História para fins políticos e ideológicos.

Para uma interpretação completa da História, como de resto de qualquer ciência, deve-se buscar a causalidade dos fatos em todos os campos ou disciplinas que configuram o saber.

No caso dos fenômenos humanos ocorridos no passado — o que se pode chamar de História — convém examinar os fatos através de

seus aspectos políticos, econômicos e sociais de forma integrada, evitando-se a supremacia de uns sobre os outros, emoldurando-se a interpretação sob a égide da cultura existente na época na qual está inserido o ambiente. A interpretação marxista está fixada nos parâmetros da luta de classes e na importância da instrumentalização do trabalho e do interesse econômico. Já obsoleta na Europa, ainda é modismo no Brasil. Quando exagerada na aplicação de propaganda ideológica, através da interpretação da História, torna-se extremamente falaciosa e vulgar, embora penetrante e convincente para os espíritos simples e desprevenidos.

No caso expressivo da reinterpretação dos quilombos no contexto do "revisonismo historiográfico" comete-se o erro de confundir o soldado a soldo do século XVII com o militar profissional de hoje, o senhor de engenho de antes com o empresário agrícola de hoje, o negro palmarino com o guerrilheiro. Neste contexto um tanto simplista não se valoriza a evolução das idéias e da cultura, as realidades de cada época são relegadas em proveito de uma conclusão já estabelecida aprioristicamente.

No caso brasileiro, não se valorizam os esforços acumulados de gerações para a obtenção da Unidade Nacional, preferindo-se elogiar as rebeliões regionalistas, ressaltando-se a desobediência local por motivos restritos a determinada área, esquecendo-se a necessidade de um mínimo de ordem in-

terna para garantir a grandeza territorial em seus primórdios coloniais ou mesmo nacionais.

É evidente que a escravidão como regime de trabalho, aliada à forma de dominação senhorial, constitui um passado com heranças muito desagradáveis, sobretudo porque o trabalho servil entre nós foi degradante e corruptor.

Uma Interpretação Histórica de Base Eclética

Não há justificativa ética e moral, nos dias de hoje, para a escravidão negra no Brasil. Não era aplicável, então, o Direito do Vencedor. O Direito Moderno, avocado por Joaquim Nabuco, repelia qualquer trabalho servil, mas só ganhou importância no Brasil em meados do século XIX, cem anos depois dos enciclopedistas.

O importante da questão é, portanto, examinarmos o porquê da escravidão em nosso País e o porquê dela ter durado tanto tempo.

A vontade férrea de Portugal ou, como queiram, de seus governantes, de colonizar o Novo Mundo vai além das importantes motivações econômicas. Havia o desejo natural nos lusitanos de se expandirem de seu território confinado e com isso adquirir largos espaços, conquistar e explorar. Além disso, havia a motivação religiosa: a de salvar almas para Cristo.

A motivação econômica foi prevalente, na medida em que, além de estimular o homem aos grandes riscos da epopéia colonial, carregava os recursos necessários

para empreendê-la, do contrário nada ocorreria.

Era a organização econômica da Colônia uma inovação engenhosa para as novas circunstâncias do açúcar, como também o foi para as empresas de criação de gado no interior. E todo o engenho humano para realizar a implantação da atividade econômica na Colônia deparava-se com a inexistência de mão-de-obra numerosa, robusta e capaz para as atividades do campo, a ser aliciada tanto na Europa como no Brasil.

O recurso à escravidão negra tinha precedentes históricos nos conflitos e nos contatos da Península Ibérica com a África, desde séculos anteriores, o que retirava da mente social do europeu quinhentista ou oitocentista aquele sentido crítico sobre o trabalho servil. Somente o iluminismo ocidental, a Revolução Americana e a Revolução Francesa, numa primeira fase, e, posteriormente, a Revolução Industrial na Inglaterra é que despertaram a consciência idealizada por Grotius em 1600 e tão decantada em inúmeros documentos papais. É notável a constatação de que nem mesmo o Cristianismo modificou a face da humanidade quanto à escravidão humana, apesar destas intervenções moderadoras da Igreja.

Dentro deste quadro, a despeito do feudalismo estar politicamente sepultado pelo Estado Moderno, ele estava presente, em seus resquícios, na mente colonial lusitana, mesmo porque a empresa moderna somente viria muito depois.

A escravidão negra, como solução para o problema de mão-de-obra foi, portanto, parte do panorama econômico e social da época neste quadro perverso anterior aos tempos modernos.

Mais importante do que compreendermos as causas econômicas e sociais da escravatura, é saber o papel que o negro teve na formação da nacionalidade brasileira. Elemento essencial do nosso povo, o negro deparou-se aqui com algumas contingências muito favoráveis à sua assimilação como grupo racial, pela miscibilidade do português sem veleidades de superioridade racial. Ressalte-se o papel do negro na formação da cultura brasileira, desde os seus traços biológicos até os psicológicos, impregnando a mente nacional particularmente através dos mestiços. Ainda havia escravatura no País e José do Patrocínio e André Rebouças não eram figuras muito originais no cenário social e político do Brasil. O Exército, como fator de ascensão social, abrigava grande percentual de negros e mulatos, o que ainda hoje ocorre.

A luta pela liberdade pode ser considerada uma importante contribuição do negro para as gerações futuras. Os quilombos e as revoltas negras, revistas na História, já não podem ser julgados como simples demonstrações de rebeldia e, sim, um exemplo de que o homem brasileiro não faz composições com a opressão social ou política.

A repressão aos quilombos e

revoltas negras pela Administração Colonial, por sua vez, não está inserida no quadro de uma aliança tácita entre os senhores de engenho e os meios oficiais, como imaginam os panfletários do assunto. A Administração Colonial, com o Conselho Ultramarino no seu topo, imaginava o controle da Colônia e o exercício do poder em toda a sua vastidão, não fazendo concessões a uma realidade fisiográfica que implicava em dissociação e até separação.

Foram os nossos administradores coloniais muito felizes, se considerarmos os resultados finais do processo administrativo aqui executado. A estratégia desta administração era a de extinguir rebeldias, autonomias locais, ajuntamentos estranhos e invasões, em proveito de sua política de centralização e domínio, sempre que havia poder para tal. A conciliação era praticada, enquanto aguardavam-se melhores épocas para agir.

Fracos de recursos, a Administração Colonial contava com a indispensável ajuda, em pessoal e material, onde ela tinha de ser encontrada, isto é, nos estabelecimentos açucareiros, ou seja, nos senhores de engenho e seus agregados. Os aquilombados também faziam o mesmo, por outros métodos, com suas incursões predatórias nos locais onde estava a riqueza.

Os senhores de engenho julgavam-se no elementar direito de reagir principalmente porque a escravatura era legal e os frequentes ataques às suas propriedades tornavam-se muito onerosos.

Neste quadro iníquo aos olhos de hoje, encontrava-se a lógica de ontem, o que, aliás, não é novidade no curso da História.

A libertação dos escravos, conseguida através da luta dos próprios negros pela sua liberdade e buscada ardentemente pelos abolicionistas, é uma belíssima página de nossa História. É, também, um capítulo importante de nossas instituições, num país sem racismos e que busca obstinadamente a justiça social.

A História comporta uma revisão do papel do negro na formação da nacionalidade, agora que nos aproximamos do centenário da Abolição.

A revisão histórica que se está procedendo para reescrever a História Nacional é eivada de sectarismo e seu discurso é falacioso, na medida em que se elevam os anseios de liberdade dos negros ao patamar de luta ideológica.

Palmares foi um movimento espontâneo e continuou a luta dos africanos contra a dominação do seu povo. A luta ideológica, por sua vez, necessariamente pressupõe intenção racional de mudar algo instituído, o que não ocorreu nos quilombos.

Além disso, é falaciosa também a visão da luta de classes do revisionismo contemporâneo, comparando o panorama colonial e obscuro da época com o dos dias correntes, onde vigem as leis trabalhistas, funcionam os partidos políticos e os sindicatos, e onde a organização estatal é soberana.

Além disso, a escravidão não envolve responsabilidades de gru-

pos raciais, posto que não só havia escravidão entre os negros africanos, antes de os portugueses lá chegarem, como os caçadores de escravos eram negros de origem nobre. Há provas evidentes de que havia escravos entre os negros aquilombados no Brasil, assim como queriam os nagôs da Bahia escravizar os outros negros e os brancos do Recôncavo.

As acusações já esboçadas pelos revisionistas de que o Exército contribuía para a opressão dos negros é inverídica e merece o repúdio de todos os militares em contato com seus comandados e civis. A posição do Clube Militar, inspirada por Joaquim Nabuco, entregando moção de repúdio à idéia de emprego do Exército contra os escravos foi uma das causas da queda do Gabinete Cotegipe, à qual se seguiu a Abolição.

Caxias não se envolveu com os quilombos de Vassouras, em 1838, e, no Maranhão, combateu um ajuntamento negro dentro de suas operações militares de pacificação, destituído por inteiro de qualquer sentido de escravagismo.

A obra colonial portuguesa, da qual resultou o nosso País, estava harmonizada com o espírito dos tempos. As perversidades da ação colonizadora não podem ser julgadas com os olhos de hoje, quando estão firmados os aperfeiçoamentos na convivência humana, obtidos nos dois últimos séculos. A obra colonial lusitana, por outro lado, nos proporcionou um vasto território com apreciável unidade espiritual. Por nossa invulgar mis-

cigenação, destacamo-nos como povo harmonioso no seio desta humanidade tão diversificada pelas raças.

De tudo isto, é possível formular um corpo de idéias que fundamente uma posição equilibrada diante do revisionismo;

- ressaltar o papel do negro na formação e evolução da sociedade brasileira, destacando a sua contribuição para a riqueza nacional e a sua influência sócio-cultural entre nós;

- ressaltar a luta permanente do negro e dos abolicionistas contra o trabalho escravo, como prova de que a liberdade é inalienável;

- mostrar à Nação que o Exército teve papel importante na Abolição e que sempre abrigou em seus quadros inúmeros negros e mulatos, alguns dos quais foram figuras ilustres na hierarquia militar;

- tomar consciência de que o revisionismo falacioso, não tem originalidade em suas acusações e desvirtua o sentido da História através da visão marxista;

- considerar que o combate aos quilombos estava dentro da estratégia da administração colonial lusitana e que foi sufocado em proveito da unidade da Colônia, esboço da Unidade Nacional;

- poderíamos considerar, também, que este revisionismo é de natureza ideológica, que despreza os postulados da ciência histórica e está conflitante com nossa crença nacional.

O revisionismo é sempre necessário quando se faz oportuno mas, por amor à boa convivência social,

que seja feito sem intenção de natureza política ou ideológica e por profissionais do ramo. Afinal, to-

do educador deve ser criterioso. Trabalhar com História é educar... ou deseducar.



Cel Inf QEMA José Fernando de Maya Pedroza. Aspirante de 1954. Sócio efetivo do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Instrutor da AMAN e da ECEME, Adjunto da Missão Militar de Instrução no Paraguai, oficial de gabinete do Ministro do Exército, chefe da Seção de Geografia e História do EME. Comandante do 19º BC—Salvador. Subcomandante da ECEME e Diretor da Bibliex.



O TRIBUTO DE SANGUE DA FEB

John Hoyt Williams

Ocupando oito páginas fartamente ilustradas com fotografias, a revista americana Army (volume 35, número 7, edição de julho de 1986) publicou um artigo assinado por John Hoyt Williams. Sob o título The Bleeding of the FEB, o autor faz um resumo histórico da Força Expedicionária Brasileira, apresentando, como sinopse, a seguinte citação:

"Sem ter sido cantada em seu País ao partir para a guerra, pobremente equipada e desprezada pelos aliados a que se integrou, a Força Expedicionária Brasileira saiu-se muito melhor contra os alemães, que nas guerras políticas domésticas criadas em torno do seu licenciamento, tão logo retornou triunfante."

A tradução desse artigo é, agora, apresentada à apreciação dos leitores de A Defesa Nacional, que agradece a tradução feita pelo Cel R-1 Virgílio da Veiga.

Em 1960, uma equipe de militares brasileiros viajou para Pistóia (Itália), cumprindo uma missão de reverência nacional: exumar os restos mortais de mais de 500 compatriotas que tombaram sob o fogo alemão, na 2ª Guerra Mundial, e trazê-los para o recém-construído monumento aos brasileiros mortos na guerra, no Rio de Janeiro. De linhas modernas, o monumento foi erigido a pequena distância da Praça Paris, de onde aqueles jovens partiram, em 1944, para combater os nazistas.

Dominado pelo governo autocrático de Getúlio Vargas desde 1930, o Brasil não estava propenso a entrar na guerra, nem mesmo depois de os Estados Unidos nela se terem envolvido. A partir de 1942, entretanto, Vargas começou a manobrar no sentido de forçar um acordo de concessões aos Estados Unidos e de modernizar as negligenciadas e um tanto anacrônicas Forças Armadas Brasileiras. A opinião pública, apenas ligeiramente antigermânica quando a guerra começou, sentiu-se ultrajada, quando um submarino alemão pôs

a pique o cargueiro *Buarque*, ao largo da costa da Virgínia, em 16 de fevereiro de 1942. Na tentativa de intimidar o Brasil, submarinos germânicos afundaram mais três embarcações nas semanas seguintes, e mais quatro em maio, ao largo da costa americana.

Como a opinião pública, no Brasil, começasse a apoiar a abertura de hostilidades, Hitler deu-lhe um pretexto, enviando um "*wolf pack*" de 10 submarinos para saquear ao longo da costa brasileira, no verão de 1942. Chegando em agosto, o "*wolf pack*" agiu com eficiência e, em quatro dias (15 a 19 de agosto), afundou outros navios brasileiros à vista de suas próprias costas, incluindo o *Baependi*, que transportava tropas.

Cerca de 250 praças e 7 oficiais do 7º Grupo de Artilharia morreram no naufrágio e as Forças Armadas do Brasil clamaram por vingança. Os civis encontraram seus próprios motivos de ofensa, já que seis dos navios afundados transportavam centenas de peregrinos, a caminho de um congresso eucarístico, e muitos dos mortos eram mulheres e crianças.

O Presidente Vargas não pôde ignorar por mais tempo o clamor da nação em favor da guerra. Ele e seu Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, consideraram que uma ativa participação no conflito poderia, talvez, elevar o Brasil a uma melhor posição de poder no mundo do pós-guerra, ao contrário da adoção de uma passiva beligerância (permissão de uso de bases aéreas e navais aos americanos).

Em outubro de 1942, Vargas declarou guerra ao Eixo. Unidades navais brasileiras começaram a realizar operações para proteger o Atlântico Sul e uma comissão conjunta Brasil-Estados Unidos foi criada, com escritórios em Washington e no Rio de Janeiro. O General Leitão de Carvalho, chefe da comissão em Washington, passou a agir intensamente, para que desse certo um plano de concessões, e começou a pressionar, para que tropas brasileiras fossem aceitas no teatro de operações.

O General George C. Marshall, Chefe do Estado-Maior do Exército, e outros americanos influentes foram céticos quanto ao emprego de qualquer tropa de combate latino-americana, em face de problemas logísticos e lingüísticos — poucos oficiais americanos falavam português. O Presidente Franklin D. Roosevelt, entretanto, que conferenciara pessoalmente com o Presidente Vargas em Natal, em janeiro de 1943, foi de pronto favorável à aceitação da oferta brasileira. Em parte, ele foi influenciado pela posição estratégica do Brasil (sem suas bases navais e aéreas, a invasão aliada ao norte da África seria grandemente dificultada) e pela dependência das exportações de produtos agrícolas e de matérias-primas brasileiras. O Brasil era, em suma, um aliado a ser cortejado e não ofendido.

Na primavera de 1943, uma equipe do Exército Americano visitou o Brasil, para observar manobras do Exército Brasileiro e, de acordo com seu relatório oficial, ficou bem impressionada, a despei-

to da ausência de armamentos modernos. A esse tempo, centenas de oficiais brasileiros recebiam instrução nos Estados Unidos e quatro esquadrilhas da "US Navy's Fleet Air Wing 16" voavam, decolando de bases situadas no saliente do Nordeste do Brasil.

De início, Vargas e seus generais planejaram a remessa de um corpo de exército para a guerra — cerca de 100.000 homens (três divisões de infantaria e uma divisão blindada), mais um grupo de bombardeiros. A marcha da guerra, contudo, foi mais veloz que a mobilização e a instrução dos brasileiros. No fim, ficou decidido que uma única divisão seria empregada, junto com um esquadrão de reconhecimento e uma esquadrilha de caças, para servirem sob comando superior americano. Os pilotos começaram a treinar em Orlando, Flórida, em janeiro de 1944, com os novos caças P-47 e os "Piper Cubs". Mais infantaria e mais esquadrilhas estariam disponíveis para serem empregadas, se necessário.

Essa primeira divisão foi formada com unidades vastamente dispersas. O 1º Regimento veio da Vila Militar, no Rio de Janeiro; o 6º Regimento, de São Paulo; o 11º Regimento, de Minas Gerais; o 9º Batalhão de Engenharia, de Mato Grosso, e os três grupos de artilharia (de 105 a 155 milímetros), do Rio de Janeiro e de São Paulo. Oficialmente criada em agosto de 1943, a divisão necessitaria de um ano para realmente tornar-se instruída e pronta para o serviço.

Cincogenerais a quem foi oferecido o comando da Força Expedicionária Brasileira criaram dificuldades, antes que o General-de-Divisão João B. Mascarenhas de Moraes aceitasse a responsabilidade de comandá-la, em novembro de 1943.

A instrução como grande unidade começou somente em janeiro de 1944, com a assistência de uma equipe de militares americanos. Ela foi diferente de qualquer coisa que os brasileiros já tivessem experimentado, porquanto eles não tinham tido qualquer ação de combate, ao nível de grande unidade, desde a Guerra do Paraguai, quase um século antes, e o escasso armamento americano disponível não lhes era familiar.

O problema lingüístico agravou a situação para americanos e brasileiros, e os intérpretes arrumados pelo capelão batista brasileiro John Sorey incluíam o estudante Thomas Donkin Queiroz, de New Bedford, Massachussets, pescador de descendência portuguesa com dialeto peculiar, e o 2º Tenente da FAB John Richardson Cordeiro e Silva. Extremamente úteis, como lingüistas e diplomatas, foram o Tenente-Coronel Newton Estillac Leal, um brasileiro diplomado pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos, e um jovem americano, Tenente Vernon A. Walters, mais tarde Tenente-General e, hoje, Delegado do seu País nas Nações Unidas.

Mal a instrução teve início, o General Mascarenhas e seu estado-maior visitaram o Exército Ameri-

cano, no norte da África e no sul da Itália. Ali eles conheceram um pouco da guerra na qual lutariam. Vernon Walters foi incorporado à comitiva brasileira, como intérprete, e cedo passou a ser o oficial de ligação americano junto à FEB.

Em 24 de maio de 1944, após um período mínimo de instrução, a FEB desfilou orgulhosa, como uma grande unidade, pelas avenidas do Rio de Janeiro, atraindo uma das maiores multidões da história da cidade. Malgrado o que apresentou, durante a parada, a FEB não era ainda uma divisão inteiramente amadurecida, mas um grupo de cinco escalões (cada um de aproximadamente uma força-tarefa, valor regimento reforçado), ainda sobremodo carente de equipamento. Cada escalão seria embarcado para a Itália individualmente. Ironicamente, o Presidente Vargas, discursando para a FEB, em seguida à parada, tinha-lhe dito que não temesse a respeito do futuro, porque todos os cuidados tinham sido tomados para que ela não sentisse falta de nada. Os homens da FEB sabiam que Vargas estava sendo falso.

Na noite de 29 de junho, à guisa de uma manobra especial noturna, os 5.081 oficiais e praças do 1º escalão, mais o General Mascarenhas e seu estado-maior, foram, dissimuladamente iludidos, postos a bordo do *General Mann*, um navio transporte de tropa ancorado, havia algum tempo, no Porto do Rio de Janeiro. Nenhum último adeus foi proferido ("se afrouxar os lábios, o navio afunda"), nem

foi permitido aos homens escreverem notas ou cartas em terra.

Depois de permanecer transpirando, ancorada que ficou por vários dias, a FEB finalmente partiu, a 2 de julho de 1944, chegando a Nápoles exatamente duas semanas depois. Foi uma experiência humilhante para o General Mascarenhas e seus comandados. Eles foram desembarcados sem armas, veículos, sacos de dormir, barracas, equipamento de cozinha e outros apetrechos básicos, todos os quais ficaram de lhes ser fornecidos no teatro de guerra. Desse modo, os brasileiros aparentavam, em terra, um aspecto pouco marcial. Mas pior foi ter que passar a primeira noite na Itália desabrigados e expostos ao frio, na empoeirada cratera do vulcão extinto Astronia. Nessa noite, seu humor poderia chamar-se de "humor sujo". Quando marchavam para esse bizarro bivaque, foram alvo de zombarias, de apupos e de lixo, atirados por napolitanos hostis, que confundiram brasileiros desarmados com prisioneiros de guerra.

Os febianos foram, a seguir, transferidos para um campo de instrução, nas proximidades de Bagnoli, onde receberam algum armamento e equipamento, bem como palestras sobre guerra de minas e armadilhas. Qualquer que tenha sido o efeito das palestras sobre o seu moral, os brasileiros estavam profundamente desapontados, por saber que receberiam fuzis Springfield M1903, quando os americanos usavam o M1, que tinha sido a eles prometido.

Em outro campo de instrução,

ao norte de Roma, foi distribuída, à FEB, uma verdadeira montanha de equipamentos americanos, muitos dos quais lhe eram desconhecidos. Aí ela recebeu instrução durante três semanas, ministrada por equipes americanas, e foi também visitada pelo comandante do V Exército, General Mark W. Clark, e pelo Major General Willis D. Crittenger, a cujo IV Corpo ela iria se juntar. Os dois generais tiveram excelente impressão do General Mascarenhas e dos seus comandados.

Em curta cerimônia, no dia 5 de agosto de 1944, o 1º escalão foi incorporado formalmente ao V Exército. Precisamente duas semanas após, o Primeiro-Ministro britânico Winston Churchill visitou os brasileiros, dando-lhes boas-vindas e agradecendo-lhes em caloroso discurso.

A FEB recebeu muitas outras visitas, pois o contingente brasileiro era considerado exótico, mesmo com a presença de franceses livres, polacos, bretões, canadenses, gregos e sul-africanos no teatro de operações.

Ficou decidido que o grosso do 1º escalão, sob o comando do General Euclides Zenóbio da Costa (comandante da Infantaria Divisionária da FEB), entraria em linha em meados de setembro. Fazendo parte da FT45, ele recebeu seu batismo de fogo no vale do Rio Sercchio. Ali os brasileiros tiveram suas primeiras baixas e fizeram seus primeiros prisioneiros de guerra.

Após cinco dias de atividades contínuas e variadas, os homens

do General Zenóbio tiveram a satisfação de receber outra vez o General Clark. Ele elogiou a coragem dos brasileiros e inspecionou o Destacamento. Alguns dias após, chegou o Ministro da Guerra do Brasil, General Eurico Gaspar Dutra, que participou de uma breve e simbólica cadeia de comando, antes de retornar para fazer seu relato ao Presidente Vargas.

O vale do Rio Sercchio era, ao menos de início, o sítio ideal para oferecer à FEB uma limitada experiência de guerra, dando tempo aos brasileiros para se ajustarem às novas condições do combate e ao seu novo armamento.

O General Mascarenhas sentiu-se eufórico, ao ter conhecimento de que o 2º (5.133 oficiais e praças) e o 3º (5.243) escalões de sua divisão saíram do Rio em 22 de setembro de 1944. A 4 de outubro ele, pessoalmente, recepcionou o Major Nero Moura, o oficial que trouxe o 1º Grupo de Caça Brasileiro para Livorno, com seus P-47 Thunderbolts. Poucas semanas mais tarde, o Capitão João Afonso Fabrício Belloc e seu 1º Esquadrão Brasileiro de Ligação e Observação se juntariam aos pilotos do Major Moura.

Outubro trouxe ventos frios pouco comuns para os soldados brasileiros mas, até seus últimos dias, poucas ações importantes ocorreram. Eles passavam os dias aprendendo, com instrutores americanos, os segredos da arte de patrulhar, localizar armadilhas e desativá-las.

Em 30 de outubro, o General Mascarenhas e seu estado-maior,

nele incluído o Coronel Humberto de Alencar Castelo Branco (oficial de operações) reuniram-se com o General Clark, para discutir o papel da agora ampliada FEB. E o General americano deu, ao General Mascarenhas, a ordem que ele tanto queria ouvir. A FEB poderia ser empregada e sua frente expandida com os novos escalões vindos de suas áreas de instrução. Animado e orgulhoso, o comandante brasileiro regressou para aprontar sua tropa.

Na mesma noite os alemães, pesadamente reforçados com batalhões SS, lançaram um grande ataque, sorrateira e silenciosamente, protegidos pela escuridão, em esquadras de assalto, lançando granadas nas linhas brasileiras. Apanhados de surpresa (como o foi a 92ª Divisão de Infantaria Americana) os brasileiros, não obstante, resistiram tenazmente, até receberem ordem de recuar, na manhã seguinte. O recuo fez-se em ordem e o ataque alemão caiu no vazio.

Fazendo o balanço, no dia seguinte, o General Zenóbio constatou que a FEB tinha suportado cerca de 300 baixas em sua estréia no combate moderno. De outro lado, ele podia informar também ao seu presidente que seus homens tinham, em outubro, infringido severas baixas ao inimigo e feito 208 prisioneiros. Eles estavam pagando pelo menos tão bem como receberam.

Contudo, a despeito dessa estatística favorável, o moral da FEB não era alto nas proximidades de novembro. O assalto ale-

mão (e a falha em preveni-lo) tinha confundido muitos dos seus componentes, fazendo-os duvidar da própria aptidão para a luta. Doenças de várias espécies iam, também, sendo disseminadas na tropical FEB, à proporção que o clima se tornava frio. Para um carioca 60 graus Fahrenheit era frio e, quando novembro começou, a temperatura noturna caiu para 20 graus, ou menos, enquanto a chuva fria e a geada castigavam os homens da FEB.

Movendo-se no vale do Sercchio, sob o fogo pesado das defesas alemãs, a FEB, agora com um efetivo superior a 10.000 homens (com parte dos 2º e 3º escalões trazidos para a frente), logo se viu forçada a parar nas proteções das encostas que barravam Monte Castelo, uma fortaleza natural que os alemães pretendiam manter. Monte Castelo, em posse da 232ª Divisão de Infantaria alemã (mais tarde reforçada pela famosa 714ª Divisão Jäger) tornar-se-ia um símbolo e um cadinho para a FEB.

Em 24 de novembro de 1944, em conjunto com a FT45, a FEB atacou as posições inimigas, mas foi repelida, após pequenos êxitos e maiores baixas. No dia seguinte, sem apoio, os brasileiros tentaram outra vez, com menor êxito e bem maiores baixas. Uma granada alemã matou nove brasileiros, desastosamente juntos e dispostos em arco. Após ligeira pausa, o General Mascarenhas fez nova tentativa, no dia 29, mas embora seus homens tivessem se empenhado com coragem quase suicida, as posições alemãs resistiram. Em parte, as falhas

da FEB decorreram da relativa escassez de armamento pesado. Ela não tinha sido re completada plenamente com metralhadoras, havia considerável déficit de munição de artilharia 105 e 155 milímetros e não houvera qualquer apoio de blindados. O moral decaiu drasticamente, em curva acentuada, e alguns brasileiros pareciam acreditar que os alemães eram invencíveis super-homens.

A pior experiência do General Mascarenhas, contudo, veio na noite de 2 de dezembro, sob a pressão de agressivas ações de patrulhas alemãs e penetrações, em suas linhas, por tropas de montanha de elite. Com granadas explodindo em suas áreas de retaguarda, algumas companhias de linha, exaustas, entraram em pânico e bateram em retirada. A brecha aberta na frente de combate teria sido aproveitada pelos alemães, não fosse a artilharia dos batalhões da FEB que, excedendo grandemente sua cota de munição, fez retroceder magistralmente o avanço inimigo.

O general brasileiro, descontroladamente indignado, destituiu do comando e rebaixou de posto os três capitães das companhias atingidas pelo pânico e conclamou seus homens a se manterem prontos para um outro assalto a Monte Castelo. Essa 4ª tentativa da FEB de atacar o frígido bastião nazista efetivou-se em 12 de dezembro, dez dias após seu 4º escalão, com 4.722 oficiais e praças, ter desembarcado na Itália. No espaço de horas, o ataque pulverizou-se, resultando nova parada.

Após o assalto de 12 de dezembro, em face do mau tempo e do cansaço, a frente brasileira-alemã estabilizou e se tornou relativamente tranqüila. Ligeiros patrulhamentos, ocasionais barragens e algumas escaramuças mantiveram ocupados ambos os lados. O Capitão Walters, alojado com o Coronel Castelo Branco, passou muito dos dois meses seguintes fora, ensinando os brasileiros a esquiar, burlando as concentrações de artilharia com que os alemães brindavam o quartel-general brasileiro diariamente. Foi uma prova de machismo, para os oficiais da FEB, ignorar os bombardeios e continuar seus afazeres como se nada estivesse acontecendo. E o Capitão Walters tentou imitar seu desleixo.

Na véspera do Ano-Novo, uma real barragem de fogos caiu sobre a FEB. Durante as trepidantes comemorações dos brasileiros pela passagem do ano, alguém ordenou às suas baterias para darem alguns tiros por peça, marcando o compasso da música. Os alemães, que não estavam se divertindo, responderam de volta com tudo que eles tinham, terminando as festividades e quase deixando o quartel-general no escuro.

A esse tempo, o moral da FEB era pouco elevado, a despeito dos elogios do Capitão Walters, realçando a coragem dos brasileiros, diante da elite representada por tropas de montanha veteranas austríacas e bávaras. Sua insistência em ressaltar que o fracasso em conquistar Monte Castelo não representava nenhuma humilhação caía em ouvidos surdos e o Ge-

neral Mascarenhas preparou seus regimentos com severidade para o próximo assalto, o qual não devia falhar.

O ataque, que o General Clark marcou para 21 de fevereiro de 1945, seria feito pela FEB em conjunto com a 10ª Divisão de Montanha Americana e contaria, ao menos, com algum apoio de blindados. Ao notificar aos seus oficiais, ele redobrou as recomendações para o preparo dos seus homens, tanto psicológica como fisicamente.

No dia fixado, após uma estrondosa barragem, o ataque partiu, tendo à testa o 1º Regimento de Infantaria Brasileiro, o Regimento Sampaio, à esquerda do qual estava a tropa de montanha americana. Embora progredisse como planejado, o ataque foi perturbado por um incidente, quando alguns americanos fizeram fogo sobre um pelotão brasileiro, matando um e ferindo uma dúzia de seus componentes. Os brasileiros, indignados, quase partiram para um revide mas, em vez disso, seguiram adiante e, finalmente, tomaram a posição inimiga a ponta de baioneta. Ainda que a pesosos custos, a FEB tinha conquistado seu objetivo, sob severas condições de inverno e contra um adversário que parecia invencível. O moral, instantaneamente, subiu ao céu.

Do assalto a Monte Castelo até 14 de abril, exceto pela captura de Castelnuovo, em 5 de março, a FEB e outras tropas aliadas empreenderam uma "defesa agressiva", conquistando alguns terrenos, fazendo prisioneiros e computando

poucas baixas. Os recompletamentos, vindos de Staffoli, onde o 4º e o 5º escalões constituíram um centro de instrução destinado a prepará-los para substituir as perdas de combate, tinham tempo para aprender seu ofício com veteranos brasileiros.

Enquanto isso, no Brasil, a imprensa exagerava a vitória sobre Monte Castelo e predizia que o Brasil seria convidado para sentar-se ao lado dos cinco grandes no Supremo Conselho Aliado, elevando-o, dessa forma, à posição de grande potência. Destinados a sofrerem, posteriormente, uma decepção, os brasileiros alimentavam-se das glórias e hipérboles encontradas nas reportagens diárias da imprensa, falando dos seus jovens guerreiros na Itália.

Bem menos destacada pela imprensa, a esquadrilha de caça da FEB realizava um soberbo trabalho no XXII Comando Aerotático, dando apoio aéreo constante aos seus compatriotas. Liderada pelo Major Moura, a esquadrilha cumpriu a importante marca de 2.560 surtidas. Treze dos seus Thunderbolts foram abatidos em ação, com cinco pilotos mortos, doze foram avariados, mas retornaram às suas bases.

Estatísticas oficiais creditam, aos brasileiros, duas aeronaves alemãs abatidas e a destruição de 13 locomotivas, 1.304 caminhões, 250 carros de assalto, 8 carros blindados, 25 pontes, 85 posições de artilharia, 31 depósitos de suprimentos e 3 refinarias. Essa primeira experiência de combate da Força Aérea Brasileira (à qual fo-

ram cedidas 946 aeronaves durante a guerra, tornando-a a mais poderosa força latino-americana) firmou, para sempre, sua tradição, da forma a mais honrosa possível.

O V Exército lançou sua ofensiva geral em 10 de abril. A FEB, com cerca de 15 mil homens em linha, atacou sem clemência posições germânicas e ítalo-fascistas em Montese — algumas vezes combatendo corpo a corpo (12 a 16 de abril), com o custo de mais de 426 baixas — perseguiu o inimigo em retirada e capturou Fornovo, em 29 de abril.

O Esquadrão de Reconhecimento, organizado e equipado com veículos blindados leves, conduziu a perseguição. Ele importunou o inimigo em fuga com tanta tenacidade que, em 29 de abril, a 148ª Divisão de Infantaria Alemã (a primeira a depor as armas na Itália) aceitou a formal rendição, assim como remanescentes da 90ª Divisão Panzer germânica e das divisões Itália e Besaglietre, italianas.

No dia seguinte, o Esquadrão de Reconhecimento aprisionou também parte das divisões Monte Rosa e San Marcos, capturando 18.981 prisioneiros, mais de 1.500 veículos, 80 peças de artilharia, 4.000 cavalos e equipamentos de montanha.

Deixando suas presas com elementos não-mecanizados da FEB, o Esquadrão prosseguiu rapidamente, capturando mais prisioneiros e atingindo Turin, em 2 de maio. Poucos dias depois, fazia ligação com a 27ª Divisão Alpina Francesa, na fronteira franco-italiana.

A FEB permaneceu ocupada militarmente até 20 de junho e, então, embarcou por escaloões, de vários portos, de regresso ao lar — o 1º escalão aportando, no Rio de Janeiro, no dia 18 de julho. O General Mascarenhas tinha voado para o Rio alguns dias antes e, quando os orgulhosos veteranos do 1º escalão desembarcaram e desfilaram pelas ruas da agitada capital, receberam agradecidas e gratificantes saudações, não apenas do Presidente Vargas e seus ministros, mas dos Generais Clark e Crittenger (e Major Walters) que tinham voado para ali, também, naquela ocasião.

Foi um momento de glória superficial para os guerreiros brasileiros e que pouco durou. Um governo autoritário não se sentia à vontade com os febianos que regresavam de uma guerra bem-sucedida contra uma ditadura. Semanas antes, Vargas tinha decidido dissolver, de imediato, a FEB como um todo.

A desmobilização teve lugar no dia da chegada de cada escalão no Rio de Janeiro, para muito da comoção, cólera e amargor dos expedicionários. Os febianos foram dispensados para unidades em todo o Brasil e alguns foram desmobilizados, retornando à vida civil, no mesmo dia do seu regresso ao Rio. Como parte desse desmoralizante e degradante tratamento do governo, o uso dos uniformes especiais dos veteranos foi permitido apenas por oito dias, após seu regresso ao lar. Vargas proibiu, ainda, a formação de grupos ou clubes de veteranos, em mais uma

afronta a tantas injúrias. Em suma, o governo queria esquecer a FEB, que o público se esquecesse dela, que a FEB se esquecesse de si própria.

Ironicamente, Vargas não sobreviveu à FEB por muito tempo. Ele foi deposto, em outubro de 1945, por um golpe militar. A despeito de sua volta ao poder, via eleição presidencial (1951-54), a FEB viveria mais que Vargas. Sua influência foi intensa no pós-guerra do Brasil, forjando laços com militares americanos, criando a Escola Superior de Guerra, com assistência americana e, em 1964,

assumindo um papel maior, ao depor o inefetivo regime civil de João Goulart.

O primeiro Presidente dos cinco governos militares que presidiaram o Brasil entre 1964 e 1985, foi o General Humberto de Alencar Castelo Branco; todos os cinco Presidentes-Generais desse período implementaram o plano de desenvolvimento do Brasil formulado por oficiais e civis tecnocratas da Escola Superior de Guerra.

Na verdade, poder-se-ia dizer que muito do pós-guerra no Brasil foi dominado pela FEB.



Fotografia tirada durante o "Curso de manutenção e alinhamento de suspensão de carros blindados", ministrado pela NOVATRAÇÃO para Sargentos da Divisão de Material Bélico da 2ª Região Militar

**A NOVATRAÇÃO
RECUPERA E
FABRICA
PNEUS À PROVA
DE BALA,
LAGARTAS, E
RODAS DE APOIO
PARA VIATURAS**

Novatração

ARTEFATOS DE BORRACHA S.A.

Av. Deputado Cantídio Sampaio, 4.714 — Parada de Taipas — Tel.: 841-2322

Telex (011) 38332 NTSP BR — Caixa Postal 8883 — São Paulo — SP — Brasil



PEDRO CALMON E A ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS (AMAN)

Claudio Moreira Bento*

O Coronel Cláudio Moreira Bento, especial colaborador da ADN, presta uma homenagem ao Professor Pedro Calmon, relacionando-o afetuosamente com a AMAN.

Pedro Calmon visitou a Academia Militar das Agulhas Negras em três ocasiões distintas. A primeira em 8 de Junho de 1949, a segunda em 14 de junho de 1954, quando proferiu a aula inaugural, como Reitor da Universidade do Brasil, e a terceira e última em 7 de maio de 1980, centenário do falecimento do Duque de Caxias.

Na primeira vez, 8 de junho de 1949, deixou assinalado no Livro de Personalidades Ilustres da AMAM estas palavras na página 22:

"Visitando esta grandiosa Escola — e o faço amavelmente con-
duzido pelo seu nobre Comandan-

te, general Ciro do Espírito Santo Cardoso — sinto revigorada a minha confiança no Brasil. É digna do Exército. É a Escola Militar de que necessitava a Pátria, alto baluarte de patriotismo, sobre cujas ameias inexpugnáveis flutua o pendão do heroísmo nacional, guardado pela fidelidade dos Cadetes de Caxias!

Em Rezende, e na sua Academia das Agulhas Negras, a 8 de junho de 1949. Pedro Calmon".

A segunda vez em que esteve

*Presidente da Comissão de Pesquisa Histórica Básica de A Defesa Nacional.

na AMAN foi em 14 de junho de 1954 para proferir a aula inaugural no Cinema Académico com o tema:

“O Exército na Formação Histórica do Brasil”

Foi uma belíssima palestra em que os Cadetes permaneceram muito atentos e, ao final, aplaudiram de pé o conferencista.

Recordo do meu entusiasmo então. Eu era Cadete a iniciar o 3º e último ano da AMAN e da Arma de Engenharia.

Ano que passamos a tomar um contato muito estreito e entusiasmado pela História Militar do Brasil, através do então Major Otávio Tosta, professor do assunto, tendo como livros-textos dois volumes de História Militar de autoria do professor General Pedro Cordolino de Azevedo. O primeiro relativo à História Militar Geral e o segundo à História Militar do Brasil.

Recordo que o entusiasmo do Major Otávio Tosta pela História Militar era contagiante.

Ao falar de Napoleão, chegou certa feita a usar uma vitrola, tendo como fundo musical a Marselhesa, e um ventilador colocado de modo discreto, para fazer o pavilhão francês drapejar como se estivesse ao vento.

Talvez dessa coincidência de circunstâncias tenha se definido em meu íntimo o gosto pela História Militar e em especial pela do Exército Brasileiro.

Finalmente, em 7 maio de 1980, foi feita a última visita de Pedro Calmon à AMAN.

Participou emocionado, durante toda a manhã, da cerimônia ofi-

cial no Brasil, presidida pelo Exmo. Sr. Presidente da República João Baptista Figueiredo, evocativa do Centenário do Duque de Caxias, cuja espada de Campanha Pedro Calmon permitiu se desloca-se do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para a Academia, com Guarda de Honra sob minha chefia, na dupla condição de sócio do Instituto e instrutor da AMAN.

Coube-me a honra de acompanhar todos os passos de Pedro Calmon como uma espécie de assistente. Vez por outra eu era alertado para controlar os excessos de emoção, de esforços físicos e alimentação do mestre, para preveni-lo de um possível acidente na sua preciosa saúde. Fiquei preocupadíssimo, mas tudo correu bem!

A tarde no Cinema Académico, agora como Instrutor de História Militar da AMAN, eu assistiria, 26 anos depois da primeira conferência assistida como Cadete, a mais uma conferência do mestre.

Confesso que temi que a reação do Corpo de Cadetes não fosse a mesma. Mas enganei-me! Ele mantinha intacta a sua grande oratória aos 78 anos.

Ao término da palestra, focalizando o Duque de Caxias, o mestre Pedro Calmon foi aplaudido de pé, pelo auditório repleto de Cadetes e oficiais da AMAN. Pensei que os aplausos foram mais prolongados e entusiásticos do que os que recebera há 26 anos no mesmo local.

Nesse dia, Pedro Calmon deixou registradas ainda na página 22

do Livro de Visitantes Ilustres as seguintes impressões:

"Voltando quase trinta anos depois à Admirável Academia Militar das Agulhas Negras, revejo-a mais bela, mais brilhante, mais pomposa, no dia em que comemora o centenário da morte de Caxias. Dou graças a Deus de o Exército, pelo brasileiro milagre, ter tomado sob sua evidente proteção este imenso instituto, fazendo com que sua organização impecável encha de alegria e otimismo o coração leal dos que amam e se unem à Pátria. No esplendor desta manhã de luz e homenagem, sentimos maior a nação, na moldura primorosa da Escola de Cadetes. A mocidade que aqui se educa sai todos os anos revigorada no culto dos seus deveres — pela sabedoria dos mestres, pela autoridade do ambiente, pela grandeza dos exemplos, e por tudo que se respira no ar bendito das Agulhas Negras — áureas agulhas a que se prende a alma do Brasil!

Na Academia, 7 de maio de 1980

Pedro Calmon"

Por todos estes motivos é que por ocasião do seu falecimento fiz registrar esta nota no Boletim nº 112 de 8 junho de 1985 do Arquivo do Exército.

FALECIMENTO DO PROFESSOR PEDRO CALMON

"Este Arquivo do Exército — A Casa da Memória Histórica do

Exército Brasileiro, registra com pesar o passamento ocorrido ontem do Professor PEDRO CALMON MONIZ DE BITENCOURT, orador, escritor e historiador de raros méritos, grande amigo do Exército Brasileiro, intérprete, cultor e divulgador inspirado e privilegiado das tradições e glórias das Armas Brasileiras, na terra, no mar e no ar, além de uma das grandes personalidades brasileiras do seu tempo."

Palavras semelhantes serão colocadas em Armário para o Pavilhão Nacional recebido de presente da extinta Pagadoria Central de Inativos e Pensionistas do Exército no dia 18 de junho. Armário este que aquela repartição recebeu em 20 fev 1960, 15º aniversário da vitória brasileira em Monte Castelo, do Marechal Mascarenhas de Moraes em nome da Associação de Ex-Combatentes do Brasil, conforme placa aposta no referido armário.

Curioso! No dia 20 de junho o *Noticiário do Exército* publicou, dentro de sua programação normal, comentário do mestre Pedro Calmon sobre as *Memórias* do Mal Mascarenhas, personalidade cuja vida e obra coube-me evocar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no centenário de seu nascimento, em dezembro de 1984, por honrosa designação, ainda, do inesquecível mestre Pedro Calmon. Mestre de "todos nós", expressão comum no Exército na voz abalizada de muitos de seus chefes, e sobretudo reconhecida.



O Cel Cláudio Moreira Bento, além dos cursos da AMAN, EsAO e ECEME, possui o de Analista da EsNI e pesquisador de História das Forças Terrestres Brasileiras pelo EME. Comissões Principais: Adjunto do Estado-Maior dos IV Exército, II Exército, Estado-Maior do Exército e Assessor do DEC. Instrutor de História Militar da AMAN e ex-Comandante do 4º BE de Combate em Itajubá — MG. Adjunto da Comissão de História do Exército Brasileiro. Membro do Instituto Histórico e

Geográfico Brasileiro, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e congêneres de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Santa Catarina e cidades de São Leopoldo e Pelotas. Membro da Academia Brasileira de História e Academia Sul-Rio-grandense de Letras. É sócio efetivo da Associação dos Velhos Jornalistas do Rio de Janeiro. É atualmente Diretor do Arquivo do Exército. Preside a Comissão de Pesquisas Básicas de História de A Defesa Nacional. Condecorações: Cavaleiro da OMM, Medalhas de Ouro, do Pacificador, da Inconfidência, Santos-Dumont e do Sesquicentenário da PMSP. Principais Trabalhos Publicados: As Batalhas dos Guararapes, Estrangeiros e Descendentes na História Militar do RGS e o manual Como Estudar e Pesquisar a História do Exército, publicado pelo EME. Participou da pesquisa, elaboração e edição das obras História da Doutrina Militar e Militar do Brasil, editadas pela AMAN em 1979-1980. Seu último trabalho — A História do Brasil através de seus Fortes — foi distribuído como brinde pela GBOEx. Atualmente preside o Instituto de História e Tradições do RGS e desenvolve projeto sobre a POUPEY sobre a História das Escolas de Formação de Oficiais das FFAA do Brasil (1792 — Atualidades).



Os Comportamentos (A²) do Chefe Militar

afirmativos

agressivos

(O modelo ideal, hoje)

A medida do sucesso da liderança em combate caracteriza-se em grande parte pela capacidade de saber aproveitar as lições derivadas da experiência de combate.

General Lucius K. Truscott¹

Robert L. Maginnis

A transcrição deste artigo da Military Review, 2º Trimestre de 1986, Edição Brasileira, está dentro do contexto do intercâmbio que as novas Revistas Militares estão implantando com as congêneres estrangeiras. É uma importante apreciação sobre o chefe militar.

A superioridade do poder de combate decorre da coragem dos soldados, do nível elevado de sua instrução e da qualidade do comando exercido.”² O componente fundamental dessa formulação é a presença de uma liderança de qualidade. E esse é um elemento de percepção fugaz, de definição, domínio e sustentação difíceis; são tão grandes os elementos em jogo que não nos resta outra alternativa senão a de prosseguir na busca dessa necessária compreensão.

Essa busca vem atravessando os séculos — de Noé a Alexandre, o Grande, de César Augusto a Carlos Magno e de Gustavo Adolfo,

rei sueco, até os dias atuais. E produziu volumes e volumes de filosofias e teorias pessoais, que incluem o “Great Man”, de Thomas Carlyle*, numerosas teorias de atributos e, mais recentemente, teorias comportamentais, como decorrência das pesquisas da Universidade Estadual de Ohio. Continuamos insatisfeitos.

Os estilos de liderança devem ser estudados através de uma ênfase

*“Great Man”, de Thomas Carlyle: Teoria de liderança segundo a qual o líder seria uma pessoa a tal predisposta, graças à posse de determinadas características ou traços que delineariam o Grande Homem, o modelador dos eventos históricos. Essas são algumas idéias dominantes nas primeiras pesquisas sobre liderança. — Nota da Editoria Brasileira.

se especial dada à combinação de comportamentos afirmativos e agressivos (A^2) dos chefes militares. Essa combinação de comportamentos, a maturidade do comportamento do chefe e o ambiente em que a liderança é exercida explicam o desempenho dos líderes de ontem, de hoje e de amanhã.

COMPORTAMENTOS AFIRMATIVOS E AGRESSIVOS (A^2)

Observa-se, com frequência, que os comportamentos A^2 (afirmativos e agressivos) são intermutáveis. Devem ser entendidos, contudo, como blocos de comportamentos complementares, coexistindo lado a lado, ora se reforçando ora neutralizando um ao outro.

O comportamento agressivo desempenha um papel significativo em nossa cultura. Embora seja com frequência encarado como socialmente reprovável (identificado a comportamentos de oposição), ainda assim é estimulado pelos pais, pelos meios de comunicação e pelo Exército.³ Instamos as crianças "macho" a serem fortes, valentes e dominadoras. Endossamos esses comportamentos, com eles concordamos, a eles damos reforço. A maneira como praticamos esportes recompensa a agressividade. Cobrimos de elogios nossos heróis atletas, sancionando-lhes a agressividade.

Muitos concordam em que um comportamento agressivo devidamente orientado representará um

fator fundamental para o sucesso da Batalha Ar-Terra.* É um problema do Exército saber estimular comportamentos agressivos produtivos.

Os comportamentos afirmativos são também vistos como produtivos. Muitos chefes militares acreditam que o fator convicção é a solução para o êxito. Joseph Wolpe e Arnold A. Lazarus definem "afirmação" como "a expressão socialmente aceitável de direitos e sentimentos pessoais".⁴ O prestígio da "afirmação" é comprovado pela frequência com que é mencionada em reuniões de diretoria de empresas, seminários sobre liderança e em encontros sociais de pessoas de futuro.

O caráter afirmativo vem de há muito sendo parte integrante dos estilos de liderança. Por exemplo, o General confederado Patrick A. Cleburn revelou um comportamento afirmativo durante a Guerra Civil. Ele propôs (no início de 1864) que a Confederação recrutasse negros para reforçar as desfalcadas fileiras cinzentas*.⁵ Sua audácia, franqueza e determinação na defesa de uma posição impopu-

*Batalha Ar-Terra: Conceção operacional básica em vigor no Exército/EUA, que se fundamenta na conquista e manutenção da iniciativa e na utilização dessa vantagem para destruir o inimigo, desequilibrando-o através de golpes iniciais potentes, oriundos de direções por ele imprevisíveis, seguidos de um prosseguimento que impeça a recomposição de suas forças. — Nota da Editoria Brasileira.

*Fileiras Cinzentas: como o leitor terá percebido, a expressão se refere aos efetivos do exército Confederado na Guerra Civil dos EUA (de 1861 a 1865). — Nota da Editoria Brasileira.

lar custaram-lhe comando e promoção. Tal tipo de comportamento afirmativo continua impopular.

O estudo dos comportamentos A² proporciona ensinamentos valiosos sobre a atuação de um líder. A compreensão de cada comportamento não só é necessário como, também, facilitará nossa análise dos estilos de liderança do passado e do presente e ainda auxiliará nossos esforços no sentido de preparar futuros chefes militares para a Batalha Ar-Terra.

Comportamentos Agressivos do Chefe Militar: Desejáveis e Indesejáveis

Um técnico de futebol é chamado de agressivo quando decide partir com o time todo para a ofensiva quando só precise e já conte com uma vantagem mínima no marcador contra uma equipe perigosa em contra-ataques. Se não conseguir marcar mais gols, aumentando a diferença do placar, ele se arrisca a sofrer um contra-ataque bem-sucedido com sua defesa avançada e a perder a vantagem de que necessita. Este é um exemplo de um tipo de comportamento agressivo.

Amostras desse tipo de disfunção comportamental são facilmente observáveis no futebol. Falta violentas, às vezes desnecessárias, podem até resultar, com frequência, em lesões físicas dos jogadores, expulsões possíveis ou cartões amarelos, sem quaisquer resultados positivos. Havia um za-

gueiro famoso que — dizia com certo orgulho — só começava a se sentir à vontade no jogo depois de ter “dado uma firme” no atacante que marcava. “Da cintura para cima é canela”, repetia auto-suficiente. É só conversar com os jogadores que ficaram aleijados ou incapacitados para o futebol; na conversa, eles fatalmente darão exemplos de comportamento agressivo dentro “das quatro linhas do esporte que aproxima os homens e os povos”.

As nossas forças policiais devem correr riscos e ser agressivas, porém existe um limite que não pode ser ultrapassado pelo policial sem violar a confiança do público. Esse limite de tolerância está condicionado à situação, à organização e ao ambiente. Aqueles que, agressivamente, o ultrapassarem são chamados a atenção, afastados do cargo ou punidos.

O comportamento agressivo dos chefes militares no campo da Batalha Ar-Terra também é objeto da confiança pública. O que deles se espera é que conquistem a iniciativa, assumam “riscos aceitáveis”, persigam com tenacidade seus objetivos e sejam vitoriosos. E se, no decurso de ações violentas, ultrapassarem a barreira da tolerância, terão de responder por isso? A partir de onde começa o excessivo? Queremos, realmente, chefes militares “totalmente” agressivos, ou essa palavra é aqui usada apenas como força de expressão?

O líder agressivo possui energia, objetividade e dedicação, que precisam ser estimuladas. Ele de-

ve ser preparado para iniciar as hostilidades (ser combativo) e ser selvagem em seu desejo de matar o inimigo. Qualquer coisa aquém de uma agressividade ativa no campo de batalha pode resultar em fracasso, porém alguns comportamentos agressivos podem constituir uma disfunção social ou organizacional.

Um líder agressivo tem, frequentemente, uma visão hostil do mundo. Ele é propenso a advogar a Teoria X — as pessoas são más, preguiçosas e precisam constantemente ser cutucadas. Para sobreviver em "seu" mundo, recorre ao poder de sua posição para chegar à concretização de seus objetivos.⁶

O líder agressivo expressa raiva com facilidade. Tem "pavio curto".⁷ Seus subordinados têm consciência de que ele não leva em conta seus direitos e os ultrapassa em busca dos próprios objetivos.⁸ Somente suas idéias e vontades prevalecem. (Alguns o descrevem como odioso.)

Ele sabe fazer uso da palavra como arma violenta para vencer resistências; possui uma bem desenvolvida capacidade de ridicularizar, perseguir, criticar e fazer chacota dos outros.⁹ Nos contatos com as pessoas, sua atuação exuberante e passiona! desencoraja os possíveis adversários.

Como chefe, pode recorrer à violência física quando os subordinados não atendem às suas demandas verbais; e, quando não a utiliza, pode perfeitamente chegar a

fantasiar* a morte de algum subalterno voluntarioso.¹⁰ Como subordinado, um líder agressivo pode empregar formas indiretas de conseguir o que quer. Pode ser um habilidoso sabotador; ou também conhecido por sua capacidade de reclamar, adiar soluções e lutar teimosamente contra a existência dos problemas em lugar de resolvê-los.¹¹

São poucos os chefes que reúnem todos os comportamentos agressivos negativos. Na guerra, tanto quanto na paz, tais chefes são raramente tolerados. A missão do Exército é separar o "joio do trigo", os bons dos maus comportamentos agressivos. Devemos dar reforço aos comportamentos desejáveis e, coerente com isso, preparar nossos homens.

Comportamentos Afirmativos do Chefe Militar

Um líder totalmente afirmativo não é a antítese do totalmente agressivo. Aquele revela um conjunto de comportamentos que teoricamente desejamos, mas, institucionalmente, não encorajamos.

O líder afirmativo é autoconfiante. Isto significa que a possibilidade de fracasso não constrange a sua atuação.¹² Sua capacidade social bem desenvolvida evidencia

*"Fantasiar a morte de algum subordinado." A frase, evidentemente, não tem caráter literal, referindo-se, isso sim, à fantasia como processo inconsciente com que determinadas pessoas reduzem o nível de ansiedade produzido, no presente exemplo, pela obstinação do subordinado. — Nota da Editora Brasileira.

uma autoconfiança que, com frequência, é interpretada como um marco de referência dos Winston Churchills deste mundo.

O líder afirmativo tem propensão a tomar a iniciativa. Da mesma forma que o agressivo, tende a dar início a atividades e a manter as coisas funcionando. Está sempre em condições de defender uma decisão ou diretriz. A defesa de seus direitos (de sua função) é um comportamento-chave.¹³ Não se intimida com postos ou posições — as idéias merecem um acolhimento justo sem qualquer preconceito de posto.

A comunicação do líder afirmativo é caracterizada pela franqueza¹⁴. É conhecido por expressar claramente seus sentimentos, crenças e opiniões, ainda que impopulares. No trato com os demais, não experimenta qualquer dificuldade de lhes transmitir uma realimentação negativa adequada. Consegue, sem dificuldades, receber ou dar elogios. O líder afirmativo não teme pedir auxílio nem hesita em recusar imposições ilógicas. Particularmente adepto de responder com um firme "não, obrigado".¹⁵

Este tipo de chefe militar é magistralmente exemplificado pelo dirigente executivo de elevado nível que é admirado tanto pelos empregados quanto pelos acionistas (um Lee Iacocca)*. Seu esti-

lo franco de abordagem tem lugar garantido na maioria das companhias e mesmo no Exército. Há, entretanto, algumas diferenças no meio militar. O líder afirmativo nem sempre é estimulado a ser sincero nem a defender francamente suas posições.

O ESTILO DE LIDERANÇA A²

O estilo do chefe militar é definido por sua pauta de comportamentos chamados A². Esses comportamentos em seus respectivos graus de maturidade caracterizam as capacitações observáveis no estilo dos chefes: motivação, comunicação e espírito de decisão.

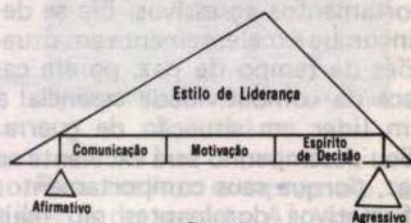


Figura 3

A capacidade de comunicação do líder oferece uma medida de suas autoconfiança, audácia, energia, franqueza e combatividade. Podemos avaliar os comportamentos A² de um líder, vendo, ouvindo e lendo o que escreve.

A capacidade de motivação do líder reflete a sua visão do mundo, o valor que atribui às recompensas e punições e o valor que atribui às idéias (suas e de outros). Sua interação com os subordinados também proporciona dados significati-

* Lee Iacocca: Diretor-presidente da Chrysler que conseguiu reabilitar sua empresa já nas anteportas da falência e, por isso, é hoje apontado como executivo padrão de excelência em matéria de conhecimento e desempenho empresarial. — Nota da Editoria Brasileira

vos sobre a composição de seus comportamentos A^2 .

O espírito de decisão do líder também indica quais os comportamentos A^2 predominantes. Sua determinação de assumir riscos e acatar opiniões esclarece quais os comportamentos que se destacam em seu estilo de liderança.

Essas capacitações básicas (observáveis) dos líderes são exercidas com as limitações do ambiente onde ele atua (em guerra ou na paz). A flexibilidade com que emprega suas capacitações básicas define o seu perfil A^2 .

Para esclarecer este conceito, analisemos as seguintes combinações de comportamentos A^2 . A Figura 2 representa um chefe militar dotado de muito poucos comportamentos agressivos. Ele se descumbe excelentemente em situações de tempo de paz, porém carece da combatividade essencial a um líder em situação de guerra. (Seu desempenho será excelente na paz, porque seus comportamentos afirmativos dominantes são mais adequados a um exército burocrático de tempo de paz.)

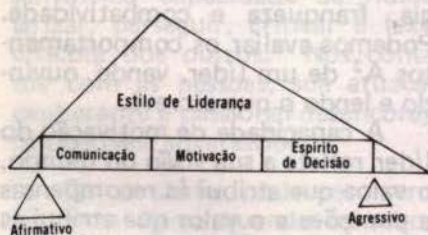


Figura 2

O chefe militar representado na Figura 3 está desequilibrado no sentido dos comportamentos agressivos. Ele poderá ser um destacadado líder em combate porém é propenso a ser verbalmente inconformado, hostil, antipático, dogmático e mentalmente inacessível. Na paz é evitado e na guerra considerado um rebelde. (Seu sucesso em combate é atribuído ao conjunto dominante de comportamentos agressivos que o leva a avassaladoramente impelir suas unidades em busca da vitória no campo de batalha.)

Nenhum desses estilos desequilibrados de liderança é desejável. O que se almeja, ao contrário, é um estilo equilibrado, com considerável flexibilidade tanto na paz quanto na guerra.

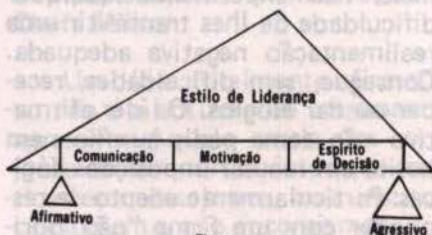


Figura 3

O MODELO A^2

Os atributos A^2 estão apresentados na Figura 4, organizados segundo seus graus de intensidade. Eles se encontram em escala ascendente, do menor para o maior grau. Os atributos de nível "baixo" (aqueles próximos ao centro) são tão afirmativos ou agressivos

quanto os de nível "alto", porém mais freqüentemente observáveis no estilo dos chefes militares.

O espectro dos atributos constantes da Figura 4 constitui o eixo horizontal do modelo bidimensional do estilo de liderança A², apresentado na Figura 5. A segunda dimensão (vertical) representa o nível de atividade dos comportamentos. A extremidade "ativo" do eixo vertical indica que o atributo está sendo constantemente exercido em todos os aspectos. A posição "passivo" indica o uso pouco freqüente. Os líderes possuem um campo de "atividade" comportamental que indica que eles dispõem de potencial para variar a freqüência de determinado comportamento e adequá-lo a uma situação específica. Esse fenômeno demonstra a maturidade dos comportamentos do líder.

É preciso notar que os chefes militares que evidenciam comportamentos agressivos em nível "alto" não caracterizam, necessariamente, comportamentos negativos. E tal acontece porque comportamentos de intensidade "alta" são contrabalançados por outros de natureza complementar. Por exemplo, um excessivamente desenvolvido comportamento agressivo, "incontinência verbal", é, com freqüência, equilibrado por um igualmente elevado comportamento afirmativo, a "consideração" pelos subordinados. Tal processo de equilíbrio de atributos está associado ao conjunto de comportamentos do líder, à maturidade de seus subordinados e às imposições da situação.

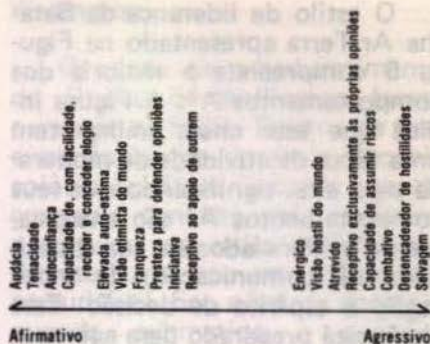


Figura 4

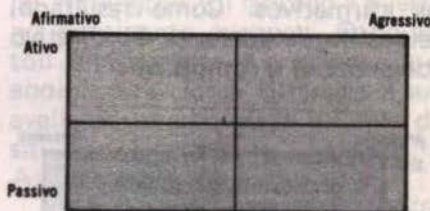


Figura 5

Para melhor compreensão da utilidade do modelo A², apresentamos dois exemplos hipotéticos de chefes militares. Em primeiro lugar, observemos que o Manual de Campanha do Exército 100-5, *Operações*, preconiza que o chefe militar na Batalha Ar-Terra tomará a iniciativa e se liberará dos planos sempre que necessário. Será autoconfiante, flexível e sem temor de assumir riscos. Mentalmente ágil, cometerá alguns erros e explorará o êxito. Servirá de modelo e motivação de seus soldados.¹⁶ Em termos comportamentais, será altamente afirmativo e altamente agressivo.

O estilo de liderança da Batalha Ar-Terra apresentado na Figura 6 compreende a maioria dos comportamentos A². A Figura indica que este chefe militar tem uma faixa de atividade de moderada para alta, significando que seus comportamentos A² são energeticamente evidenciados em sua capacidade de comunicação, de motivação e espírito de decisão. Este chefe está preparado para agir com independência no ambiente altamente letal da Batalha Ar-Terra. Quando exposto a uma significativa tensão de combate, seus comportamentos agressivos suplantam os afirmativos. Como resultado, seu estilo de liderança é o diretivo (dogmático) e combativo.

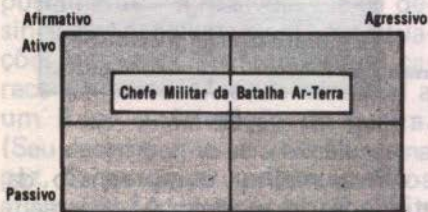


Figura 6

Em contraste com o comandante no ambiente da Batalha Ar-Terra da Figura 6, consideremos o perfil hipotético do chefe militar em tempo de paz, tal como é ilustrado na Figura 7. Este apresenta, em grau consideravelmente maior, comportamentos afirmativos. Trata-se de um militar burocrata, admirador da organização, socialmente reservado, que assume poucos riscos.¹⁷ Provavelmente, a melhor forma de testar esta teoria é colocá-la em confronto com líde-

res militares bem-sucedidos do passado.

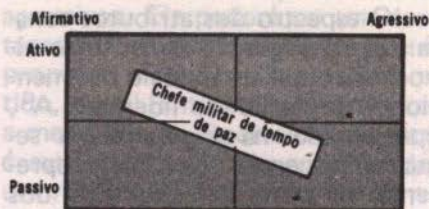


Figura 7

Para se obter o perfil de cada um dos líderes militares a que se recorreu no presente estudo, foi utilizada uma metodologia de definição de perfis, em cinco etapas, razoavelmente complexa e trabalhosa. Em primeiro lugar, uma equipe de analistas toma conhecimento dos comportamentos A² observáveis, constantes da Figura 4. Em seguida, estudam relatos históricos dos líderes militares em questão e os classificam segundo duas escalas. A primeira delas indica a frequência de observação dos atributos segundo uma escala contínua que varia de 0 (nunca) a 10 (sempre). Essa escala revela a frequência com que o líder evidencia o comportamento em tela durante o relato histórico. A segunda escala indica a intensidade da ação associada ao comportamento apresentado. Os analistas avaliam a intensidade dos comportamentos segundo uma escala contínua que varia de 0 (passivo) a 10 (ativo).

Em terceiro lugar, gera-se um perfil de cada líder, por situação analisada, através de uma concordância coletiva dos analistas. Aí, então, são combinados numerosos

perfis situacionais relativos ao mesmo líder, dando origem a um perfil A^2 geral. Este inclui as amplitudes da atividade e da frequência dos comportamentos coletivos A^2 . Finalmente, o perfil geral do líder é comparado com o de um contemporâneo histórico. Esse confronto permite aos analistas um teste de validação histórica e cultural.

O método exige um processo mental totalizador e intuitivo. Muitos comportamentos exibidos durante períodos significativos da vida do líder e em muitos e diferentes contextos são avaliados simultaneamente. Em alguns casos, os perfis são ligeiramente modificados para indicar a existência de diferenças entre os líderes que se estão comparando. Essa modificação é estimulada pelas comparações históricas que nos são disponíveis.

LÍDERES A^2 NA HISTÓRIA MILITAR

A História Militar está repleta de exemplos de chefes militares que possuíam diferentes combinações de comportamentos A^2 , em especial os indicadores observáveis no estilo do líder — as capacidades de comunicação e motivação e o espírito de decisão. Cada comparação que se segue vai acompanhada de uma proposta de modelo A^2 , que caracteriza os estilos de liderança A^2 dos líderes militares em estudo.

Wellington

Os anos de amadurecimento do Duque de Wellington foram passados na Índia. Relatos de suas experiências no controle daquela colônia britânica indicam que ele granjeou conceito pela disciplina e cultivou um estilo de liderança caracterizado por um caráter imperturbável. Seu nível de controle quando submetido a pressões constituiu uma capacitação que contribuiu para seu êxito durante a guerra contra Napoleão Bonaparte.¹⁸

Logo após retornar à Inglaterra, Wellington foi lançado à guerra no continente europeu. Conquistou rapidamente a confiança e o apoio do rei Jorge III graças a sua avaliação amadurecida e isenta da situação francesa na Espanha.¹⁹ Assim refletiu Wellington:

*Penso nos franceses contra quem irei combater. ... eles podem até me superar, mas não creio que possam manobrar melhor do que eu; primeiro, porque não os temo. ... e, em segundo lugar, porque se o que ouço de seu sistema de manobra é verdade, não acredito que se sustentem diante de tropas decididas.*²⁰

Essa citação caracteriza a autoconfiança de Wellington e deixa antever os riscos que virá a assumir.

Em Waterloo, Wellington encontrava-se no ápice de sua carreira. Alguns historiadores dizem que era talhado para o comando de soldados ingleses: era distante e competente. Seus subordinados, infelizmente, não estavam à sua al-

tura. Competentes ou não, nunca os ofendeu ou hostilizou. Após a batalha de Waterloo, criticando muitos desses subordinados, queixava-se a Londres. "É impossível evitar que incompetentes sejam incorporados ao Exército."²¹

Havia, contudo, um comandante subordinado, o General Gebhard L. von Blücher (comandante do exército prussiano), que sofrera um revés de Ligny, pouco antes de Waterloo; Wellington percebeu que o apoio dele era essencial. Por isso, esperou que Blücher reorganizasse suas forças antes de prosseguir na batalha. Esse episódio indica que Wellington era realista acerca de si próprio.²² Conseguiu êxito também em Waterloo, em parte, como decorrência de seu "espírito" inglês e sua natureza afirmativa, que lhe permitiram integrar com sucesso uma coalizão frágil.

Napoleão

Ainda como jovem estudante militar Napoleão disse: "Minha vida se acende em uma incontida ambição."²³ Ele chegou à conclusão de que a ambição é a principal força motivadora da humanidade. Esses sentimentos foram bem nítidos ao longo de toda a sua vida.

Como general-de-brigada recentemente promovido, iniciou sua Campanha da Itália com uma travessia pouco ética do rio Pó, investindo sobre uma cidade neutra, para que passasse despercebido ao inimigo. A bem-sucedida transposição do curso de

água proporcionou-lhe a impulsão que resultou em suas vitórias. Trinta dias após a transposição do rio Pó, estava concluída a conquista da Itália: um brilhante feito militar.²⁴ Após a campanha, refletiu sobre o seu êxito: "O futuro nos reserva êxitos muito maiores do que aqui já alcançamos. . . Em nossa era, ninguém jamais concebeu algo tão grandioso; cabe a mim definir tal padrão."²⁵

Após a Campanha da Itália, o governo francês determinou que Napoleão colocasse seus homens e seu comando subordinados ao General François E. Kellermann.²⁶ Ele recusou-se peremptoriamente e ameaçou renunciar a sua função. Isto gerou animosidade entre Napoleão, seus pares e o governo.

A medida que a guerra na Europa se ampliava, o mesmo ocorria com a reputação de Napoleão. Sua popularidade entre os soldados não tinha precedentes, e isso ocorria a despeito do pouco-caso que fazia da vida deles. Eles eram atraídos pelo fulgor de sua glória. Infelizmente para Napoleão, seus principais subordinados não partilhavam a reverência dos soldados por seu comandante. Ele jogava seus subordinados uns contra os outros e permitia que suas predileções pessoais influíssem no julgamento e tratamento que a eles dispensava.

O Imperador Napoleão nomeou os mais promissores generais marechais de seu *Grande Armée*. Eles eram caracteristicamente bem-educados, instruídos e de boa origem: uma antítese quase do Imperador. Com frequência, eram

ofendidos pela rudeza còrsica de Napoleão e invejosos de seu enorme sucesso.²⁷ Por sua vez, Napoleão temia que um de seus marchais tentasse tomar-lhe o lugar.²⁸

Quando em Paris, organizando o *Grande Armée*, Napoleão enviou uma mensagem a seu substituto determinando: "Obedeça estritamente as ordens que lhe dei; siga as instruções ao pé da letra; todos devem estar prontos em seus postos; somente eu sei o que deve ser feito."²⁹ (Ele exigia controle absoluto.) Outro exemplo da forma como Napoleão tratava seus subordinados ocorreu no Egito, onde atribuiu a culpa pelas perdas a seu comandante naval. A razão real da derrota foi o caráter vago de suas próprias diretrizes.³⁰

A queda de Napoleão ocorreu em Waterloo, onde suas avaliações foram repetidamente postas em dúvida. Seus esforços no sentido de impulsionar o *Grande Armée* falharam. Como resultado, o exército foi vencido e Napoleão enviado para o exílio para o resto da vida.

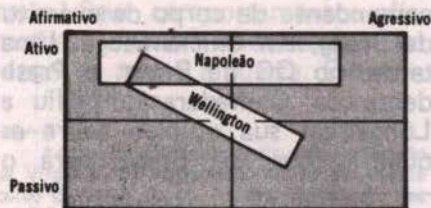


Figura 8

Comparação entre Wellington e Napoleão

Wellington e Napoleão foram

generais da mesma época, mas possuíam diferentes combinações de atributos A². Diferentes embora, lograram ambos significativos êxitos militares.

O tratamento que dispensavam aos soldados era bastante distinto. Wellington orgulhava-se em aperfeiçoar seus homens e votava-lhes respeito e confiança. Napoleão considerava seus soldados instrumentos a serem sacrificados em favor de vantagens em combate. Contudo, eram ambos populares.

Wellington era benquisto junto a seus chefes subordinados; Napoleão incomodava os seus e apequenava-lhes o valor, particularmente porque era invejoso. Sempre pronto a exhibir sua ira; ao passo que Wellington permanecia calmo e cortês. Mesmo quando se sentia cercado de incompetentes, Wellington mantinha a calma.

Esses dois líderes militares possuíam excepcionais combinações de atributos A². Seus perfis de comportamento A² estão sugeridos na Figura 8.

Longstreet

James Longstreet* tem sido citado como o braço direito de Robert E. Lee e líder militar de alto nível. Provavelmente, o melhor general "defensivo" da Confederação.

*James Longstreet: oficial de Infantaria que após a irrupção da Guerra Civil em junho de 1861 deu baixa como major do Exército dos EUA e ingressou no Exército Confederado do General Robert E. Lee, no comando de cujas forças liderou campanhas consideradas militarmente notáveis. — Nota da Editoria Brasileira.

ção, que demonstrou possuir poderosos atributos A² na batalha de Manassas, em Chickamauga e em Wilderness*.³¹

Longstreet iniciou sua carreira militar em West Point. Detestava a rotina de estudo mas era brilhante em esgrima e equitação. Ficou conhecido como "líder natural", como o mais charmoso cadete e como "Old Pete".³²

Em 1842, passou a servir no 4º de Infantaria. Essa designação resultou em sua participação na guerra com o México, durante cujo decurso sua coxa foi esfaqueada por uma bala de mosquete quando atacava as alturas de Chapultepec conduzindo o estandarte da Unidade.³³

Promovido em maio de 1861 a General-de-Brigada do Exército Confederado, apresentou-se pronto para o serviço, no Entroncamento de Manassas, na Virgínia. Nas batalhas que se seguiram, demonstrou coragem pessoal, elevado grau de energia, ímpeto e um tipo peculiar de simpatia que inspirava seus soldados.³⁴

A perda dos filhos na primavera de 1862 afetou profundamente o desempenho de Longstreet no campo de batalha. Às vezes se mostrava melancólico. Isto ficou particularmente nítido em Gettysburg**. Naquela batalha de impor-

tância estratégica, Longstreet foi lento e indeciso (acusado de proteção). Seu fraco desempenho contribuiu para o sucesso da União.

Em Chickamauga, Longstreet estava em sua melhor forma. Chegando de trem da Virgínia, já tarde, em 19 de setembro de 1863, colocou seu corpo de exército no dispositivo de combate, na qualidade de comandante da ala esquerda do General Braxton Bragg*. Os homens da União atacaram, mas os veteranos de Longstreet agüentaram firme. Com auxílio da infantaria e da cavalaria repeliram o ataque e ganharam a iniciativa. Longstreet tomou a ofensiva por ordem de Bragg. Encontrando uma brecha nas linhas da União, foi por ela que seus homens penetraram. A maioria dos efetivos inimigos fugiu para Chattanooga. A impulsão da ofensiva de Longstreet foi finalmente perdida face a uma defesa obstinada. "As ordens de Longstreet constituíram uma contribuição de realce para a ciência da guerra; elas têm sido estudadas como modelos por estadistas-maiores europeus."³⁵

Longstreet era o mais antigo comandante de corpo de exército de Bragg, em Chickamauga. Uma tarde, no QG de Bragg, o Presidente da Confederação pediu a Longstreet sua opinião sobre as qualificações de Bragg para o

* Manassas (em Chickamauga e Wilderness): ver Bull Run. — Nota da Editoria Brasileira.

**Gettysburg: vitória importante da União na guerra contra os Confederados após uma batalha que durou de 1 a 4 de julho de 1863, em Gettysburg, Pensilvânia, local onde Lincoln leu o seu histórico Discurso. — Nota da Editoria Brasileira.

* General Braxton Bragg: General Confederado participante destacado das mais significativas batalhas da Guerra Civil dos EUA, como Munsfordville, Murfreesboro, Tullahoma, Chickamauga etc. e cujo nome foi dado ao famoso forte na Carolina do Norte onde são treinados as forças especiais do Ex/EUA. Nota da Editoria Brasileira.

comando. (Bragg estava sentado ao lado durante toda a conversa.) Longstreet respondeu que os serviços de Bragg seriam de maior valor em qualquer outro lugar diferente do Comando Geral do Exército do Tennessee.³⁶

Próximo a Appomattox*, Longstreet defrontou-se com o General George A. Custer, em terreno neutro. Custer exigiu a "rendição incondicional de seu exército".³⁷ Longstreet recusou-se com sua frieza característica a aceitar as exigências de Custer. Este, para não se ver desprestigiado, ameaçou continuar com o banho de sangue, se Longstreet não capitulasse. O general confederado olhou para seus auxiliares diretos e deu ordens para deslocar unidades fictícias para o dispositivo de combate. Custer ouviu as ordens e hesitou; Longstreet fora convincente. Custer decidiu ceder e sugeriu que esperassem a definição dos termos da rendição. Quando Longstreet voltou às suas linhas dizem que ironizou, "Ha-ha-ha! Aquele menino nunca soube jogar o jogo de 'Brag'***".³⁸

Longstreet era um chefe obstinado. Seus comportamentos afirmativos foram evidenciados ao longo de toda a guerra. Extraor-

dinariamente autoconfiante e sincero, não temia dizer o que pensava. Defendia suas opiniões com energia e recusava-se a atender a imposições injustificadas.

Sherman

A partir de um começo medíocre em West Point, William T. Sherman foi classificado na Bateria A (do 3º de Artilharia) em Fort Pierce, na Flórida, em 1841.³⁹ Quando a designação seguinte em Monterey, na Califórnia, não mais lhe exigiu o desempenho de atividades marciais, deixou o Exército em busca de outro emprego.⁴⁰

Pouco antes de deixar o Exército, fez uma relação de suas habilitações pessoais. Sua lista incluía: aprende facilmente, procura a ação, sede voraz de conhecimentos, detalhista e personalidade enérgica.

Sua busca de emprego civil levou-o a um banco em São Francisco.⁴¹ Sherman desempenhou sua atividade com discernimento e coragem moral, tomando decisões impopulares quando outros preferiam sacrificar a verdade pela conveniência.

Em 1856, aceitou a comissão de general na polícia militar do Estado.⁴² Desavenças com homens da segurança particular e problemas bancários acabaram por persuadi-lo a retornar ao Leste. Ali, pouco antes da Guerra Civil, Sherman foi presidente do que mais tarde se tornaria a Universidade Estadual de Louisiana.

Este eminentemente prático

* Appomattox: cidade situada no Estado da Virgínia cuja fama reside em ter servido de palco da rendição do General Robert E. Lee ao General Grant, a 9 de abril de 1865, que oficialmente pôs termo à Guerra Civil. — Nota da Editoria Brasileira.

** Jogo de 'Brag': capacidade de iludir o adversário frequentemente atribuída às forças do Gen Bragg. — Nota da Editoria Brasileira.

gênio da intuição aceitou um comando de brigada pouco antes de Bull Run* (a primeira batalha de Manassas). Sua unidade sucumbiu, a despeito de seu dinamismo pessoal, coragem e tenacidade.⁴³

Sherman firmou-se como combatente calculista e agressivo na Batalha de Shiloh**. Sua divisão sustentou o flanco direito da União, frustrando, dessa forma, os planos do oponente de empurrar as linhas federais. Diversos alarmes falsos anteriores e o excesso de confiança da União acabaram fazendo com que a Divisão de Sherman fosse surpreendida, em 6 de abril de 1862.

Após conter a debandada inicial, Sherman fez suas forças organizarem sucessivamente linhas de defesa. Com a face coberta de sangue e pólvora, estabilizou a linha da União através de sua presença pessoal e a força de sua personalidade. Manteve-se no calor da batalha durante o dia todo, recebendo dois ferimentos e perdendo três cavalos. A defesa resoluta permitiu que a União fosse reforçada

durante a noite e constituísse a base de um contra-ataque bem-sucedido na manhã seguinte. Pela atitude desprendida de Sherman em Shiloh, sua promoção ao generalato foi recomendada.⁴⁴

Sherman deu o máximo de sua audácia quando voltou-se para o sul em Atlanta e dirigiu-se para o mar. Desde 1º de setembro, quando entrara em Atlanta, Sherman discutira com seu comandante supremo sobre o que fazer a seguir. O comandante das forças confederadas esperava impedir o difícil avanço de Sherman através da Geórgia, levando, para isso, seu exército para o norte, até o Tennessee. Sherman recusou-se a segui-lo e limitou-se a despachar parte de suas forças. Ao destruir o telégrafo e a estrada de ferro para Chattanooga, Sherman cortou as ligações com os superiores e as esperanças de suprimento e reforço.

As duas colunas de apenas 62.000 homens de Sherman deixaram Atlanta em 15 de novembro e não tiveram qualquer contato amigo até 16 de dezembro, quando fizeram junção com as forças navais da União na foz do rio Ogeechee*. A marcha, a despeito de toda a destruição desnecessária que causou, cumpria a sua finalidade. A Geórgia nunca mais poderia proporcionar à Confederação grandes suprimentos. Além disso, o Sul foi mais ainda segmentado. Um outro resultado obtido

* Bull Run (ou 1ª Batalha de Manassas): considerado o primeiro grande engajamento em combate da Guerra Civil, a 21 de julho de 1861, foi chamada de Bull Run pelos nortistas e Batalha de Manassas pelos sulistas, porque aqueles davam aos combates os nomes dos rios e estes o das cidades. — Nota da Editoria Brasileira.

** Batalha de Shiloh: combate travado de 6 a 7 de abril de 1862 pelas forças da União: do General Grant, que comandava o Exército do Tennessee, e do General Buell, comandante do Exército do Ohio, contra o Exército Confederado do Mississippi, sob o comando do General A. Sidney Johnston. — Nota da Editoria Brasileira.

* Rio Ogeechee: rio situado na Geórgia que deságua no Atlântico, não muito distante da cidade de Savannah. — Nota da Editoria Brasileira.

foi que, em decorrência das privações causadas pela marcha, muitos soldados sulistas retornaram a suas casas para sustentar as famílias. Sherman conquistou Savannah* em 21 de dezembro sem maiores combates.⁴⁵

Sherman era agressivo e freqüentemente dotado de uma energia nervosa. Impulsionava obstinadamente seus soldados e a si próprio até que satisfizessem suas expectativas. Sua tranqüilidade não era rompida pela tensão. Os comportamentos afirmativos eram o seu ponto forte. Era a síntese da autoconfiança e do militar honrado. Seus soldados o veneravam.

Comparação entre Longstreet e Sherman

Embora tivessem lutado em lados diferentes, eram extraordinariamente semelhantes. Possuíam ambos uma referência especial — o magnetismo do líder. Preocupavam-se com os soldados. Um estudo de suas carreiras indica que Longstreet era ligeiramente menos afirmativo que Sherman. Em termos de comportamento agressivo, eram essencialmente semelhantes. Seus perfis de comportamentos A² estão sugeridos na Figura 9.

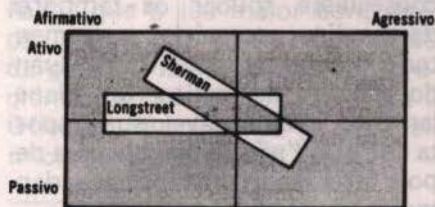


Figura 9

* Savannah: porto de mar e a mais antiga cidade da Geórgia, localizada na foz do rio Savannah. — Nota da Editoria Brasileira.

Patton

O ingresso de George S. Patton em West Point foi um sonho de criança que se tornou realidade. Sua fascinação pela carreira das armas foi inspirada por uma tia que lia para ele histórias de heroísmo e fidalguia. Patton foi criado em uma fazenda de 720 hectares em São Gabriel, na Califórnia. Era nesse ambiente rústico que usava o linguajar indecoroso que marcou o seu estilo característico de liderança.

Patton não sabia perder; a vontade de vencer era superior a tudo, custasse o que custasse. Essa filosofia fê-lo superar muitas dificuldades.

Como jovem oficial, Patton desenvolveu sua experiência de combate, participando de muitas escaramuças de vulto ocorridas em tempo de paz. Serviu sob o comando do General John J. Pershing, no conflito com o México, em que se distinguiu como combatente.

Em 1917, após terem os Estados Unidos entrado na 1ª Guerra Mundial, Pershing selecionou Patton para comandar as forças de seu quartel-general. Ali aperfeiçoou seus conhecimentos sobre viaturas blindadas. Frequentou uma escola francesa de blindados e, subsequentemente, organizou e dirigiu um centro de carros de combate das forças dos EUA na França.

Quando os Estados Unidos entraram na II Guerra Mundial, o General Dwight D. Eisenhower selecionou Patton para a ação no Norte da África. Foi indicado por

ser um líder experimentado e porque Eisenhower sabia que ele cumpriria a missão.

Patton liderava seus homens de várias maneiras. Dirigia-se a eles todos — do cozinheiro ao oficial mais antigo. Frequentemente pronunciava discursos inflamados para magnetizar os soldados e torná-los fanáticos pelo ofício de matar. Esses discursos eram usualmente recheados de exortações cruas, maliciosas, vulgares e indecorosas.

Comandava pelo exemplo. Era sempre possível encontrá-lo na linha de frente, no âmago do combate. Sua presença inspirava os soldados a combaterem com mais denodo.

Acreditava na disciplina como o aspecto fundamental da vida de todo soldado. Seu fanatismo com relação à disciplina era demonstrado por seus subordinados, que preferiam enfrentar os alemães em vez da ira do "Old Blood and Guts".*

Patton empregava suas técnicas pessoais de liderança e sua capacidade de "domínio das plateias" para infundir ímpeto e os traços de sua personalidade em seus soldados. Se deparasse com

algo que precisasse ser feito, tomava a iniciativa e fazia ele mesmo, ainda que isso significasse "meter as mãos na graxa".

Patton não tinha simpatias nem paciência com os que deixavam de cumprir ordens e menos ainda com comandantes que deixavam seus homens desassistidos. Era conhecido por substituir, no ato, seus comandantes subordinados.

Sempre pronto a reconhecer ações destacadas, entregava medalhas no campo de batalha ou nas enfermarias de hospitais,⁴⁶ porém sua impetuosidade, às vezes, o levava longe demais. O exemplo mais memorável foi o incidente em que esbofetou um soldado que sofria de fadiga de combate.

Patton era criticado com frequência por sua filosofia de "Avançar, Avançar, Avançar". Avançar era um componente de sua natureza, parte de sua personalidade. Acreditava no ataque implacável, violento e ininterrupto.⁴⁷ Patton dizia sempre que a melhor defesa é um bom ataque e agia coerentemente com isso.

Certa vez, para cumprir a sua missão, Patton prometeu três dias de dispensa para quem quer que conseguisse roubar os tambores de gasolina necessários para manter o ataque de sua divisão. Quando acusado de realizar um planejamento irresponsável, sua resposta foi que "não se planeja para depois fazer as circunstâncias se adaptarem aos planos".

Patton nunca trilhou os caminhos da indecisão. Viveu, falou e agiu nos limites extremos. Esse era

* "Old Blood and Guts": a expressão foi usada pelo próprio Patton ao tentar conseguir junto ao Gen Pershing nomeação para a função que mais ardentemente desejava, a de Cmt do Corpo de Cadetes de West Point: "minha experiência de guerra é minha maior qualificação para transmitir 'blood and guts' ('sangue e peito') aos cadetes. Mais tarde, em entrevista aos jornais, Patton volta ainda a utilizá-la. Foi o bastante para que a expressão se transformasse em eterno e inapelável apelido, de que o "Old" inicial representa uma pitada de irreverência. — Nota da Editoria Brasileira.

o Patton que muitos soldados admiravam.

Bradley

Omar N. Bradley nasceu em 1893 e foi educado na escola pública de seu pai. Sua ambição de prosseguir a educação formal foi refreada pela carência de recursos. Seus pais encorajaram-no a candidatar-se a West Point, onde foi aceito e se formou em 1915, como 44º de uma turma de 164 cadetes.

Durante a I Guerra Mundial, serviu no 14º Regimento de Infantaria, porém nunca participou de qualquer ação na Europa. Após o conflito, serviu em numerosos estados-maiores e cursou diversas escolas.

Anos mais tarde, após servir pela segunda vez em West Point, Bradley foi classificado no Estado-Maior do Departamento de Guerra. Sua notável presença ali contribuiu para que fosse designado comandante da Escola de Infantaria do Exército dos EUA, no Forte Benning, na Geórgia. Esse comando trouxe consigo a promoção a general-de-brigada, no que se tornou o primeiro da turma a atingir o generalato. Bradley assinalou que a sua maior contribuição para o esforço de mobilização de guerra foi a ampliação do programa da Escola de Candidatos a Oficiais*, que George C. Marshall iniciara anteriormente.⁴⁸

* Escola de Candidatos a Oficiais: a OCS (Officer Candidate School) é uma das fontes de formação de oficiais do Exército (paralelamente à West Point e ao Corpo de Treina-

Logo após o ataque japonês a Pearl Harbor, Bradley foi selecionado para o comando da recém-organizada 82ª Divisão de Infantaria. Colocou essa GU em elevado nível de aprestamento e forjou seu moral à altura do combate. Aí então, Marshall designou-o para a 28ª Divisão de Infantaria (Guarda Nacional), numa tentativa de converter uma GU mal organizada e ineficiente em uma força de combate. Com determinação, disciplina e ponderação, acabou com o bairrismo e o compadrio na divisão, organizando-a em uma GU pronta para o combate.

Bradley foi, a seguir, designado para a África, onde serviu de "olhos e ouvidos" de Eisenhower.⁴⁹ Acreditando que Bradley tinha capacidade pessoal e profissional para assumir o comando do 2º Corpo de Exército na Tunísia, Eisenhower designou-o subcomandante de Patton. Logo depois, Patton foi mandado para Marrocos para planejar a Campanha da Sicília, e Bradley assumiu o comando do 2º Corpo.

A GU de Bradley participou da bem-sucedida invasão da Sicília conduzida por Patton. A incapacidade deste de se controlar (autodisciplina) influenciou Eisenhower no sentido de selecionar Bradley (e não Patton) comandante do Grupo de Exércitos norte-

mento de Oficiais da Reserva), cujo curso de 22 semanas é oferecido a rapazes e moças com nível de escolaridade mínimo de 2º ano universitário. Muitos dos oficiais formados na OCS são ex-sargentos, cabos e soldados aprovados em processo de seleção considerado rigoroso. — Nota da Editoria Brasileira.

americano para a invasão da Europa.⁵⁰ A capacidade de Bradley de compreender a situação no campo de batalha, a estratégia e a organização do Exército contribuiu para o bem-sucedido desenvolvimento do plano aliado.

A vitória na Europa trouxe Bradley de volta para Washington, onde assumiu a Administração de Veteranos.⁵¹ Relutantemente, atacou sua missão com o vigor pleno de sua capacidade e logrou "endireitar a colossal confusão dos seguros e operar quase milagres em outras áreas".⁵²

O Presidente Harry S. Truman ficara impressionado com Bradley e, aceitando a indicação de Eisenhower, nomeou-o Chefe do Estado-Maior do Exército. Ano e meio após, era indicado Chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior.

Comparação entre Patton e Bradley

Estes dois chefes militares possuíam personalidades caracteristicamente distintas. Patton era dominador e exigente. Era mais lembrado por sua impetuosidade e gênio forte. Seu estilo de liderança exuberante seria mais bem descrito como de "domínio da platéia" e ele instilava energia em seus soldados através da expressão vulgar. A concepção tática de Patton — a melhor defesa é uma boa ofensiva — e seu ímpeto obsessivo granjearam-lhe sucessos no campo de batalha.

"Omar Bradley é um homem difícil de analisar porque ele é

tão normal. Não é supersticioso, não possui passatempos nem manias definidas e detesta ostentação."⁵³ Bradley era pouco falante e confiante, porém firme quando se dirigia a seus comandantes. Eisenhower dizia que "ali estava um notável comandante e um líder capaz em estratégia, organização e no aperfeiçoamento do trabalho de equipe dos aliados."⁵⁴ Na Figura 10 estão sugeridos os perfis de ambos os líderes.

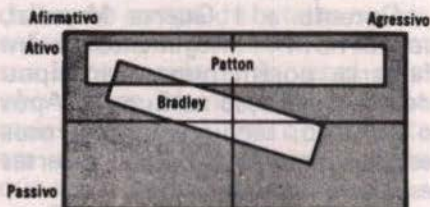


Figura 10

A BUSCA DE LÍDERES A²

As comparações históricas demonstram que os comportamentos A² foram essenciais ao êxito do líder. A dúvida reside em saber se os perfis de líderes A² do passado podem se constituir em paradigma dos futuros líderes da Batalha Ar-Terra e, em caso positivo, como formar os chefes militares do Exército?

O perfil do chefe militar em tempos de paz esboçado na Figura 7 é compatível com as imposições da burocracia militar de tempo de paz. Seus componentes afirmativos não são tão intensos a ponto de gerarem problemas com o "chefe" nem tão fracos de modo a parecer ineficiência. Seus

comportamentos "moderadamente" agressivos são "estimulados", porque a impetuosidade e o emprego de palavras enérgicas são freqüentemente entendidos como sinal de "eficiência".

A Figura 11 mostra uma combinação das Figuras 6 e 7. O perfil do chefe militar do tempo de paz, da Figura 7, e de tempo de guerra, da Figura 6, superpõem-se numa área comum que identifica o perfil de um chefe que consegue "sobreviver" em ambos os contextos. (O perfil do chefe sobrevivente está representado pela área em comum da Figura 11.)

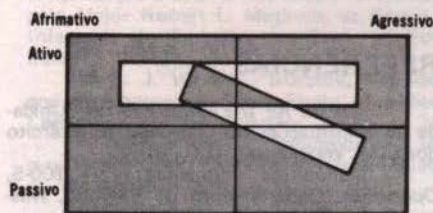


Figura 11

A área em preto dessa figura representa os chefes militares que teriam sucesso em um contexto bélico doutrinário, porém não sobreviveriam no Exército burocrático de tempo de paz. Neste, sentir-se-iam frustrados pela organização, não poderiam se expressar com receio do revide da instituição e freqüentemente diriam não quando deles se esperasse um sim.

A área branca da Figura 11 representa os chefes que alcançariam êxito em tempo de paz, porém que não são suficientemente afirmativos e agressivos para sobreviverem em guerra. Nesta, ficam ge-

ralmente relegados a postos obscuros onde "causem menos prejuízo".

Para desenvolver no chefe militar os comportamentos A^2 desejáveis é preciso que ocorram algumas coisas. O Exército deve se fazer mais receptivo com relação aos comportamentos A^2 . Deve incentivar a franqueza, as atividades independentes e pontos de vista competitivos. Precisa criar um ambiente que encoraje o líder a procurar ajuda quando necessário e a ser receptivo a uma negativa bem fundamentada ante imposições injustas e ilógicas.

O Exército precisa esquadriñar minuciosamente a doutrina da Batalha Ar-Terra, atualizando-a a cada mudança de pensamento e tecnologia. Essas atualizações devem-se refletir na formação, seleção e retenção do chefe militar. À medida que atualizamos as imposições a serem exigidas aos chefes militares, precisamos saber identificar os comportamentos A^2 que devem caracterizar os chefes para a dualidade de ambientes.

O Exército não pode negligenciar o aperfeiçoamento de comportamentos agressivos produtivos. Esse processo de desenvolvimento ocorre quando as capacidades desejadas de comunicação, motivação e de decisão são adequadamente estimuladas.

Por fim, o Exército deve também dar reforço à avaliação de desempenhos através de um enfoque maior nos comportamentos A^2 desejáveis. Se desejarmos contar com comandantes mais afirmativos ou mais agressivos, é preciso

estabelecer padrões de desempenho que recompensem os comportamentos A² desejáveis.

Disse Bradley:

*... liderança em um exército democrático significa firmeza e não rudeza; compreensão e não fraqueza; justiça e não licenciosidade; humanidade e não intolerância; generosidade e não egoísmo; orgulho e não vaidade.*⁵⁵

Os comentários de Bradley possivelmente refletem a essência do chefe militar desejável na Batalha Ar-Terra. Afinal, ele deve possuir a combinação correta de comportamentos A² para lograr sucesso em combate. O excesso de qualquer atributo irá distorcer seu desempenho e aceitação.

No passado, os preparativos do Exército para a Batalha Ar-Terra traduziam-se em consideráveis tempo e energia despendidos na preparação da melhor doutrina tática e de melhores armas. Mas não se despendiam tempo e energia suficientes no estudo e aperfeiçoamento do soldado e de seu chefe, com cujas capacitações multiplicaremos o poder de combate. Programas de formação de líderes que dêem ênfase à adequada combinação de comportamentos A² são elementos multiplicadores do poder de combate que, a longo prazo, irão render dividendos sob forma de aprestamento operacional.

O General J. Lawton Collins proporcionou uma conclusão apropriada para este artigo quando disse:

Existe o perigo de ficarmos tão escravizados a máquinas e sistemas de armas que perderemos de

*vista o fato de que o homem — o soldado individual — é o elemento supremo em combate.*⁵⁶

Devemos assegurar que nossos preparativos para a liderança no combate da Batalha Ar-Terra se nivelem à dedicação especial que devotamos às pesquisas de doutrina e de armamentos. É preciso superar as inadequações dos comportamentos A², conservando, instituindo e selecionando com coerência. Alcançado este estágio, podemos afirmar com confiança que os atuais chefes militares no Exército estão preparados para os campos de batalha de amanhã.

REFERÊNCIAS

1. *Quotes for the Military Writer*, Unidade de Informações do Comando do Exército dos EUA, Washington, D.C., p. 41.

2. *Manual de Campanha (FM) 100-5, Operações*, Departamento do Exército, Washington, D.C., Ago 82, p. 2.2.

3. J. Wolpe e A. A. Lazarus, *Behavior Therapy Technics*, Pergamon Press, Elmsford, Nova Iorque, 1966. Os comportamentos agressivos observáveis compreendem: atrevimento, visão hostil do mundo, presteza em exprimir ira, desconsideração com os direitos alheios, uso da palavra como arma para superar resistências, uso da violência física para atingir seus fins, uso de meios indiretos para conseguir o que se quer (sabotando o trabalho alheio, reclamando, protelando, teimando e resistindo às mudanças), comportamento selvagem, disposição de iniciar as hostilidades e de assumir riscos.

4. *Ibid.* Os comportamentos afirmativos observáveis compreendem: consideração com os subordinados, destemor a ser rejeitado, autoconfiança nos relacionamentos interpessoais, propensão a iniciar atividades, presteza e capacidade de defender opiniões, franqueza de comunicação, capacidade de dar e receber realimentação com facilidade, capacidade de saber quando e como dizer não, presteza em reconhecer alguma necessidade, audácia, tenacidade, autoconfiança, elevada autoestima, visão otimista do mundo e franqueza.

5. Irving A. Buck, *Cleburn and His Command*, McCowat Mercer Press, Jackson, Tennessee, 1959, p. 193.
6. Robert A. Alberti e Michael L. Emmons, *Your Perfect Right: A Guide to Assertive Behavior*, Impact, San Luis Obispo, Califórnia, 1974, p. 10.
7. Paul A. Mauger e David Adkinson, "The Interpersonal Behavior Survey", *Assert* 28, Out 79, p. 1.
8. *Ibid.*
9. *Ibid.*
10. *Ibid.*
11. *Ibid.*
12. *Ibid.*
13. *Ibid.*
14. *Ibid.*
15. *Ibid.*
16. FM 100-5, *Operações*, op. cit.
17. Esta conclusão está baseada em dados de pesquisa junto a oficiais e sargentos, dos níveis E6 a O7*. Esses dados são os resultados de testes psicométricos a que foram submetidos centenas de elementos da ativa. A consolidação e análise dos dados foi realizada pelo Major Robert L. Maginnis, da Escola de Infantaria do Exército dos EUA, no Forte Benning, Geórgia, Jan 85.
18. S. J. Watson, "Suvarov, Napoleon, and Wellington: A Short Study of Military Leadership", *Army Quarterly*, Jul 56, p. 246.
19. Michael Glover, *Wellington as a Military Commander*, Batsford, Londres, Inglaterra, 1968, p. 82.
20. Watson, op. cit., p. 240.
21. Glover, op. cit., p. 214.
22. *Ibid.*, p. 201.
23. Watson, op. cit., p. 236.
24. Sir James Marshall-Cornwall, *Napoleon as a Military Commander*, Batsford, Londres, Inglaterra, 1967, p. 59.
25. *Ibid.*, p. 59.
26. *Ibid.*, p. 74.
27. Watson, op. cit., p. 241.
28. Marshall-Cornwall, op. cit., p. 75.
29. *Ibid.*, p. 147.
30. *Ibid.*, p. 88.
31. Donald Bridgman Sanger, *James Longstreet: I Soldier*, Editora da Universidade Estadual de Louisiana, Baton Rouge, Louisiana, 1952, p. 3.
32. *Ibid.*, p. 8.
33. *Ibid.*, p. 12.
34. *Ibid.*, p. 20.
35. *Ibid.*, p. 209.
36. *Ibid.*, p. 215.
37. *Ibid.*, p. 309.
38. *Ibid.*, p. 310.
39. B. H. Liddell Hart, *Sherman: Soldier, Realist, American*, Dodds Mead & Co., Nova Iorque, 1929, p. 11.
40. *Ibid.*, p. 34.
41. *Ibid.*, p. 38.
42. *Ibid.*, p. 40.
43. *Ibid.*, p. 93.
44. Lloyd Lewis, *Sherman: Fighting Prophet*, Harcourt Brace Javanovich, Nova Iorque, 1932, p. 222.
45. *Ibid.*, p. 430.
46. Edgar F. Puryear Jr., *Nineteen Stars*, Colner Publications, Washington, D. C., 1961, p. 267.
47. *Ibid.*, p. 275.
48. Omar N. Bradley e Clay Blair, *A General's Life*, Simon & Schuster, Nova Iorque, 1963, p. 97.
49. *Ibid.*, p. 134.
50. *Ibid.*, p. 208.
51. *Ibid.*, p. 440.
52. *Ibid.*, p. 456.
53. "Six Part Ernie Pyle Series", Hansen Papers, USAH1.
54. Martin Blumenson, *The Patton Papers, Nineteen Forty to Nineteen Forty-Five, Volume 2*, Houghton Mifflin Co., Boston, Massachusetts, 1972, Prefácio.
55. *Quotes for the Military Writer*, op. cit., p. 37.
56. *Ibid.*, p. 15.

* Níveis E6 a O7: isto é, de 2º sargento antigo, já possuidor do CAS, a general-de-brigada. — Nota da Editoria Brasileira.



O Major Robert L. Maginnis é o chefe do Curso de Liderança, da Escola de Infantaria do Exército dos EUA, no Forte Benning, Geórgia. Possui os títulos de Bacharel da Academia Militar dos EUA e de Mestre da Escola de Pós-Graduação Naval. Serviu em diversas funções de comando e estado-maior em três divisões de infantaria, na Coreia, na Europa e nos Estados Unidos continental.

POLÍTICA e ESTRATÉGIA

revista trimestral de política internacional e assuntos militares

Octávio Costa

Os Militares na Sociedade Moderna

Vanda Maria Ribeiro Costa

Rebeliões Militares na Década de 30

Alvaro Valencia Tovar

Colômbia: O Movimento Guerrilheiro 19 de Abril

Nelson Ó de Almeida

Para Uma Teoria da Dissuasão

Alberto Tamer

A Paz Armada em Israel

Maria de Nazaré Oliveira Imbiriba

Fábio Sepulveda López

Experiências em Desenvolvimento Amazônico

L. de A. Nogueira Porto

Da Independência ao "Pragmatismo"

Inclua-me entre os assinantes de Política e Estratégia

Nome

Rua

Cidade Estado CEP Telefone

Anexo cheque no valor de Cz\$ 65,00 do Banco

..... nº em nome do

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Alameda Eduardo Prado, 705 - 01218 São Paulo-SP - (011) 826-7577



O PREPARO PARA A GUERRA

Sérgio Paulo Muniz Costa

Início da conclusão deste artigo: "Vimos então que não há choque entre a eficácia militar e a cultura", adiante. . . "mais importante do que a habilidade técnica é a formação do caráter do combatente". Pelo fato de ser o Capitão Sérgio Paulo Muniz Costa ainda um jovem oficial, vale a pena, para o leitor, considerar seus pensamentos também como uma demonstração de nova inteligência emergente.

INTRODUÇÃO

A escolha da profissão militar traz consigo a permanente preocupação de como se preparar para a guerra. Ao longo de toda sua carreira, o soldado profissional, do tenente ao general, passou horas intermináveis imaginando, estudando, concebendo ou planejando a guerra. Se ele já sofreu os horrores de uma, a marca será indelével no seu espírito. O alto grau de proficiência e bom senso permitirão àquele profissional discernir o que pode ou não ser empregado em outra campanha.

No entanto, este não é o nosso caso. Não a vimos, sofremos ou sentimos. Fomos formados e continuamos até agora nos preparando

do para sua contingência encarando-a dialeticamente em nosso íntimo como tragédia humana e oportunidade para o cabal desempenho das funções para as quais nos preparamos durante toda a vida. No mal definido contorno de suas sombras, nos perguntamos como nos sairemos, individualmente e em conjunto, levando em conta tudo que aprendemos e ensinamos.

Portanto, estas linhas não têm a veleidade de estabelecer normas e padrões a serem seguidos, mas tão-somente trazer observações, constatações e opiniões sobre a preparação para a guerra, que são em sua esmagadora maioria coincidentes com as idéias dos muitos profissionais com que convivemos na caserna. No esforço de buscar a

explicação de fatores subjetivos que inundam o tema guerra, fomos apoiar essas idéias nos princípios que grandes estudiosos e filósofos nos legaram.

Assim sendo, ao falarmos de guerra, não podemos deixar de levar em conta as lições contidas no maior trabalho filosófico sobre o tema, intitulado "Vom Kriege", de autoria do prussiano Carl Von Clausewitz. Assim, inicialmente, vamos dali tirar algumas idéias evitando generalizações. No seu esforço para delimitar o fenômeno guerra, Clausewitz, no Livro I — "A Natureza da Guerra", no Cap. III — O Gênio Guerreiro, nos diz:

"A guerra é o reino do perigo. . . A guerra é o domínio do acaso. . . A guerra é o domínio da incerteza. . . A guerra é o domínio do esforço e do sofrimento físico." (1)

Tal como hoje, era grande a preocupação em definir como entregar-se a tal empreendimento com sucesso. Já era consagrada a noção de que o homem constituía a base de tudo. De nada valiam sofisticados armamentos se não houvesse por trás deles o ser humano preparado, motivado, treinado e dotado de peculiares valores morais que o levassem a cumprir sua missão. Um pouco adiante, o mesmo Clausewitz nos diria:

"... facilmente se compreende que é necessário uma grande força moral e física para avan-

çar neste elemento desconcertante com alguma garantia de segurança e de êxito; de acordo com as diferentes modificações determinadas pelas alterações das circunstâncias, os narradores e os cronistas militares qualificam esta força como ENERGIA, FIRMEZA, PERSEVERANÇA, FORÇA DE CARÁTER e ESPÍRITO." (2)

Com preocupação semelhante, Jomini escreveu:

"Os oficiais devem ter a convicção de que a resignação, a bravura e o sentimento do dever são virtudes sem as quais nenhuma glória é possível e nenhum exército é respeitável; e que a firmeza na adversidade é mais honrosa do que o entusiasmo no sucesso, porque é necessário apenas a coragem para atacar uma posição, enquanto é preciso heroísmo para fazer uma retirada difícil diante de um inimigo vitorioso e empreendedor, opondo sempre a este uma frente firme e inquebrantável". (3)

É desta força que Clausewitz nos falou, que nos ocuparemos nas linhas a seguir. Como obtê-la, deve ser, a nosso ver, a principal preocupação de todos os profissionais das armas, particularmente daqueles instrutores, que todos somos, nos estabelecimentos de ensino ou nos corpos de tropa, de homens a serem preparados para a guerra. Como mantê-la no nosso íntimo também deve nos preocupar diuturnamente, pois, ultrapas-

(1) CLAUSEWITZ, Carl Von, "A Natureza da Guerra". — In — Von Kriege, 1ª ed., São Paulo, Martins Fontes Editora, 1979, L.I., Cap. III, pp. 106-107.

(2) *Ibid.*, p. 110. O destaque em maiúsculas é nosso.

(3) JOMINI, Henri, "Epítome da Arte da Guerra", Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1949.

sados os verdes anos da assimilação dos dogmas profissionais, chegamos à idade da sua depuração e verdadeira compreensão. Faltando o entendimento do porquê o soldado age assim, faltará a convicção que nos permitirá prosseguir honestamente na carreira, ocupando o lugar daqueles que nos formaram e transmitiram as lições primeiras de responsabilidade e profissionalismo.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A ACADÊMICA NÃO SE CONTRAPÕEM

Inicialmente, devemos assinalar que a busca desta força do combatente, intimamente ligada ao seu preparo profissional, ao habitual manejar das armas e lidar com os homens sob seu comando, não exclui a formação acadêmica que dotará o homem da indispensável base humanística e científica que o habilitará a posicionar-se no amplo fenômeno social e tecnológico que é a guerra nos nossos dias.

Como nos mostra Raoul Girardet, a incompatibilidade do livro e da espada, da cultura e da eficácia militar, só tem razão de ser na consciência individual, na intimidade das escolhas, das determinações e das atitudes e comportamentos. Ela perde todo sentido ao passarmos do plano dos destinos pessoais ao plano dos destinos coletivos, das nações e dos povos. Não devemos raciocinar com incompatibilidade, mas com complementaridade.

Parece-nos que o oficial recém-formado não será apenas o futuro chefe militar, ele será, durante a maior parte de sua vida profissional, o próprio Exército, na sua maneira de pensar, de agir, de treinar seus homens, de liderá-los e guiá-los à batalha. Ele será o tenente comandante do pelotão, o capitão comandante de subunidade, o major oficial de operações, o tenente-coronel membro do estado-maior de grande unidade e o coronel comandante de unidade que, ao superar os incontáveis obstáculos diretamente ligados ao exercício da profissão das armas, a despeito da experiência acumulada e dos cursos realizados ao longo da carreira, voltará sempre seu pensamento para as lições básicas da sua formação profissional.

Portanto, podemos assegurar com bastante tranquilidade que a formação profissional é básica e de longo alcance. Os valores guerreiros por excelência, afins aos da juventude, devem ser criteriosamente inoculados no jovem em formação, pois essa é a idade de incorporação de crenças (e toda pessoa deve ter a sua crença). Não será na meia-idade que um homem aprenderá a ser exigente no serviço, rigoroso na fiscalização da manutenção, rústico, enérgico e cuidadoso no trato com os homens sob sua responsabilidade.

Dura é a vida do soldado e não há outra maneira senão dura de aprendê-la. Mas por que será assim? Por que o profissional militar não pode levar constantemente uma vida igual à daqueles que exercem suas atividades nas em-

presas, escritórios, clubes e fábricas, como profissionais liberais, funcionários, atletas ou operários? Afinal, a guerra nos nossos dias tem características democráticas, todos têm o dever de defender a Pátria e, passados alguns meses de treinamento, o civil fardado será tão bom executante no combate quanto o profissional.

Não! Não cremos que seja assim e pretendemos mostrar logo à frente, com a ajuda de quem muito já meditou sobre o assunto, que não pode ser assim, sob pena de falharmos estrondosamente no cumprimento de nossa missão.

A FRICÇÃO NA GUERRA

Voltamos a citar Clausewitz no nosso esforço para levantar os problemas ligados à guerra. Uma de suas mais importantes noções é a de fricção. Aquilo que faz com que o planejado não aconteça na realidade, cuja compreensão é de capital importância na profissão das armas. Vejamos, então, uma série de extratos de suas citações sobre o tema:

"Na guerra tudo é muito simples, mas a coisa mais simples é difícil. As dificuldades acumulam-se e levam a uma fricção que ninguém faz idéia corretamente se não viu a guerra. . . É assim que na guerra tudo baixa de nível, na sequência de inumeráveis contingências secundárias que nunca podem ser examinadas de bastante perto, em projeto no papel, de modo que se fica muito aquém do objetivo. Uma vontade poderosa,

uma vontade de ferro, ultrapassa essa fricção, esmaga os obstáculos. . ." (4)

"A noção de fricção é a única que corresponde, de uma maneira geral, àquilo que distingue a guerra real da que se pode ler nos livros." (5)

". . . Em teoria é tudo muito bonito: o comandante do batalhão é responsável pela ordem dada, e como o batalhão está unido num só bloco pela disciplina e o seu chefe tem de ser um homem de um zelo notório, o pêndulo oscila sobre seu eixo de ferro com um mínimo de fricção. Mas a realidade é bem diferente, e na guerra a ausência de verdade e o exagero com o qual se apresenta revela-se instantaneamente. . . Os perigos a que a guerra conduz e os esforços físicos que ela exige agravam o mal a tal ponto que podemos considerá-los como as suas principais causas (da fricção)." (6)

". . . Acompanhamos o novato no campo de batalha. . . As balas percutem tão perto de nós, as granadas explodem a um tal ritmo, que o lado sério da vida acaba por se impor à imaginação juvenil. Subitamente, um dos nossos amigos tomba — uma granada cai no meio de um grupo de pessoas, provocando um burburinho involuntário — e damos-nos conta de que perdemos um pouco de calma e presença de espírito, e até o mais

(4) CLAUSEWITZ, Carl Von, "A fricção na guerra". In Von Kriege, 1ª ed., São Paulo, Martin Fontes Editora, 1979, Cap. 7, p. 123.

(5) *Ibid.*, p. 129.

(6) *Ibid.*, p. 130.

destemido se sente pelo menos desamparado." (7)

"... Se falamos do esforço físico, foi sobretudo porque ele pertence, tal como o perigo, às causas fundamentais da fricção e porque a incerteza em que se está sobre o seu grau o aproxima dos corpos elásticos que se sabe ser difícil de avaliar." (8)

Procuramos demonstrar a patente e enorme diferença entre a atividade bélica e aquelas que se praticam comumente na sociedade. A convicção dos profissionais na excelência da imitação do combate, seja por constatação própria na guerra ou por educação militar, encontra nessas linhas de Clausewitz o seu embasamento filosófico. Fácil, portanto, é concluir que ao profissional das armas é necessária uma interação mais profunda com o ambiente de guerra do que aquela do cidadão convocado, treinado, enquadrado e armado para combater. Se não podemos, felizmente, dispor de sucessivas campanhas militares a fim de nos prepararmos psicologicamente, cabe-nos promover um processo de treinamento adequado.

Não basta ao militar ter uma cultura geral e profissional acurada, ser inteligente e dotado de bom preparo físico. Até aqui, ressaltadas as diferenças técnicas das respectivas áreas de atividade, um jovem e brilhante médico, advo-

gado ou engenheiro poderá reunir as mesmas qualificações.

Somente a conscientização da sua finalidade profissional através da imitação do combate dará a energia, firmeza, perseverança, força de caráter e espírito requeridas ao soldado, aqui citado no mais amplo sentido da palavra. É no treinamento para a guerra que a nossa vida em tempo de paz verdadeiramente difere da vida do comerciante, político, profissional liberal, desportista etc.

No treinamento consciente para a guerra, o militar reafirma sua opção profissional por convicção, conhece e procura superar suas limitações individuais, estimulando o subordinado a segui-lo. Passa então a compreender a dificuldade da execução de tarefas aparentemente simples em situação simulada de combate e imagina como seria em combate real. Enrijece o corpo, fortalece o espírito, age com desenvoltura e desembaraço, dirige-se a superiores, pares e subordinados com franqueza e lealdade e cultua a simplicidade, traço característico da personalidade do soldado.

A dureza no linguajar e no trato durante o treinamento para o combate, respeitados os limites da dignidade humana e honra pessoal, não devem fazer corar a ninguém, a não ser aos novatos, carentes da crua compreensão de que estão se preparando para executar uma tarefa difícil. Esta rudeza, com lugar, hora e ambiente não prejudicará em nada a confiança, estima e respeito que os subordinados nutrirão pelo instrutor ou

(7) *Ibid.*, "Do perigo na guerra", cap. 4, p. 123.

(8) *Ibid.*, "Do esforço físico na guerra", cap. 5, p. 125.

comandante profissional. Todos, então, ecumenicamente, constatarem que o soldado, profissional ou recruta, gosta de ser soldado.

O instrumento da guerra não estará se desgastando, mas sim melhorando sua tempera. O ir ao campo e bem cumprir as missões de instrução a despeito do mau tempo, calor ou frio inclementes, dificuldades de suprimento, sono, cansaço, estradas obstruídas, atoleiros e contratempos fará nascer o orgulho e a autoconfiança coletivos que se aplicarão às outras atividades da vida diária do quartel.

É esta postura, esta atitude do físico e da mente, que é privativa do soldado. Sua missão exige conhecimentos técnicos especializados, preparo físico e moral, e ainda coragem. Mas exige acima de tudo a sua aplicação no ambiente de guerra, requerendo, pois, uma capacidade toda especial de saber usá-las no meio da insegurança, incerteza, desconforto e privações. Somente o praticar constante nos dá esta capacidade toda especial de conviver com a fricção e é esta necessidade que torna, no campo da prática, nossa profissão absolutamente singular.

A IMPORTÂNCIA DO TREINAMENTO

Acreditamos que nosso Exército possui, atualmente, um dos mais bem concebidos sistemas de instrução militar no mundo. Abrangendo todas as Armas, Serviços e Quadro MB, todos os ní-

veis de formação na tropa e todo o ano de instrução, os Programas Padrão regulam o indispensável à formação do combatente e ao adestramento dos diferentes escalões. Primoroso no fundamental, não se esquece do acessório, da linguagem e técnicas adequadas de forma a atingir o seu usuário. Preciso no todo, cuidou primeiro de uma apurada teorização que não deixa margem a confusões doutrinárias e definitórias. Flexível e adaptável, cuidou de facultar aos oficiais de operações as adaptações necessárias aos diferentes tipos de unidade, material e dotações, bem como da crítica autocorretiva dos programas.

No entanto, sabemos das inumeráveis dificuldades em colocar o sistema funcionando na prática. Limitações de ordem material de todo tipo impedem a consecução de vários objetivos de instrução, particularmente no período de adestramento. As limitações materiais reais, no entanto, longe de serem hipertrofiadas, transformando-se em justificativas para nada ou pouco se fazer, são encaradas de frente. Não nos faltam, aqui e no estrangeiro, exemplos históricos de rudimentares improvisações no treinamento de forças armadas. Recordando os antecedentes da 2ª GM, podemos citar os carros de combate de papelão sobre automóveis, utilizados pelos alemães nos primeiros exercícios das ilegais e neófitas unidades blindadas.

Surge aqui, de forma cristalina, o grande destaque no exemplo alemão: a vontade de fazer o melhor com o disponível, amparada

no mais estrito profissionalismo, no caso caracterizado pela compreensão da importância do treinamento, por mais simples que seja, sempre voltado para o realismo. É esta compreensão da importância do treinamento que ajuda, em todos os escalões, o surgimento de soluções e adaptações eficazes que, aliadas à força de vontade, farão acontecer o melhor exercício possível de se realizar.

Sobre esse tema, encontramos, nas **CONCLUSÕES** do Livro I de "Vom Kriege", o seguinte:

"Vimos que o perigo, o esforço físico, a informação e a fricção constituem os elementos que fazem o clima de guerra, clima que torna qualquer atividade mais difícil. A resistência que opõem a esta atividade permite representá-los na fórmula de uma fricção generalizada. Mas não existirá um lubrificante que possa suavizar este desgaste? Não existe, senão um, do qual nem o general nem o exército tem o poder de dispor à vontade: é o treino, o hábito do exército à guerra". (9)

"O treino é uma coisa que nenhum comandante pode conferir às suas tropas, pois as manobras no tempo de paz só têm lugar numa fraca medida. Fraca em relação à verdadeira experiência de guerra, mas não em relação ao exército, do qual só se procura obter uma habilidade mecânica através da elevação. Fazer de tal modo que uma parte desses motivos de fricção constituam o objetivo dos exercí-

cios ao tempo de paz, que a capacidade de julgamento, de reflexão e até mesmo de resolução dos diferentes comandantes seja posta à prova, eis uma coisa com um peso muito maior do que julgam aqueles que só conhecem a guerra por nela terem ouvido falar." (10)

Maquiavel também escreveria:

"A natureza produz poucos homens valentes; esforço e treinamento produzem muitos deles." (11)

Sobre o assunto vale a pena ainda tecermos algumas considerações sobre a fase que está vivendo o Exército dos EUA, a considerar as publicações que chegam às nossas mãos. Com enormes responsabilidades de defesa nacionais e internacionais, as Forças Armadas Norte-Americanas são obrigadas a manter-se em elevado grau de adestramento. Em artigo publicado na *Military Review*, o Coronel Huba Wass de Czege assinala que o alto grau de adestramento prejudica o refinamento da profissionalidade. Junte-se a isso a redescoberta do estudo de História Militar no Exército dos EUA como valioso instrumento na formação tática e estratégica dos seus quadros, das teorias matemáticas de jogos tão em moda na década de 60.

O Exército norte-americano volta-se para a teoria num esforço global para aprimorar-se profissionalmente. É a constatação de que

(10) *Ibid.*, p. 133.

(11) NISBET, Robert, "A comunidade militar". In "Os filósofos sociais", 1ª ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982, Cap. I, p. 75.

(9) *Ibid.*, "Conclusão do Livro I", Cap. 8, p. 133.

um oficial do exército é mais do que um combatente, ele também é um educador e, no futuro, será um dos chefes da força terrestre.

A influência francesa, na estruturação do nosso sistema de ensino e na formação de sua tradição, parece-nos ter salvado a longo prazo deste problema. Julgam alguns pesquisadores, até, que a excelência do nosso sistema de ensino militar teria permitido aos quadros da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária adaptarem-se tão depressa às realidades operacionais do Teatro de Operações em que fomos combater na 2ª Guerra Mundial.

Podemos concluir, parcialmente, que a nossa realidade é bem diferente da norte-americana, não nos devendo preocupar a teorização profissional subjetiva, mas sim manter bem viva, em todos os níveis, a idéia de fazer o melhor possível com o disponível, com determinação e entusiasmo.

A AQUISIÇÃO DA RUSTICIDADE

O caminho para um eficaz treinamento militar para unidade de qualquer Arma, Serviço ou Quadro passa obrigatoriamente pela aquisição de um determinado nível de rusticidade. Antes de prosseguirmos, cabe-nos perguntar o que é ser rústico. Fomos ao novo Dicionário Aurélio e lá encontramos: (12)

(12) O Novo Dicionário da Língua Portuguesa é o maior e mais atualizado dicionário da Língua Portuguesa.

"... 2. Rude, grosseiro, tosco simples: homem rústico. ...

... 6. Indivíduo que habita o campo".(13)

A definição não altera em nada o nosso entendimento do termo rusticidade. Desenvolver a rusticidade significa para nós adaptar-se à simplicidade da vida em campanha e às suas dificuldades.

Maquiavel, homem típico da Renascença, período de refinamento cultural, artístico e social, e que foi também um dos primeiros e mais importantes teóricos de guerra, escreveu:

"Treine seus soldados no desprezo a alimentos delicados e roupas dispendiosas." (14)

Não vamos aqui detalhar a iniciação do jovem recruta no Exército. Treinamento físico, ordem unida, marchas, acampamentos, bivaques, pistas de combate, tiro, instruções especiais e noturnas conferem-lhe o conhecimento de técnicas e táticas individuais para o combate. É válido destacar como, curiosamente, esse processo de adaptação à vida militar se reveste das características de um verdadeiro cerimonial, principalmente quando há um forte vínculo entre a unidade militar e a comunidade civil, fato comum nas guarnições do interior. Primos, irmãos e

(13) FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa, 1ª ed., Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1975, p. 1.253.

(14) NISBET, Robert, "A Comunidade Militar". — In "Os filósofos sociais", 1ª ed., Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982, Cap. I, p. 75.

amigos povoam a preocupada mente do recruta com incríveis histórias sobre acampamentos, frio, cansaço e desgaste físico. Ultrapassados os momentos difíceis, o recruta, autoconfiante e orgulhoso dos seus feitos, alardeia sua vitória naquela prova. Quanto maior a interação da sociedade civil com a unidade militar, maior será a importância deste cerimonial. Algumas unidades de características especiais, como as de blindados, de Polícia do Exército, de selva e pára-quedistas abrilhantam o evento com a entrega de boinas, braçais ou "brevets" que assinalam o ingresso do novato no círculo dos veteranos.

Tornar rústico, a curto prazo, um homem egresso de uma sociedade cada vez mais industrializada, com uma população a cada dia mais urbana, não é fácil. Novamente, cresce de importância o papel do profissional, pois só com absoluta convicção interior na sua missão poderá desempenhar seu papel de educador de jovens que, em princípio, não estão dispostos a sacrifícios pessoais ilimitados.

Essa tarefa conta nos dias de hoje, no nosso País, com uma aliada que é a grande difusão do esporte amador na juventude e na população em geral. Maratonas, "cross-countries", desafios de natação e outras provas, além da prática de esportes nos colégios, facilitam *a priori* a preparação física do futuro ou potencial soldado. Desnecessário é dizer o quanto falta até a completa formação do soldado. No entanto, fica assim o

começo do trabalho, a aquisição do preparo físico, facilitado.

Terminada a Instrução Individual Básica e de Qualificação, temos um homem pronto a integrar a respectiva fração, Subunidade e Unidade. É o momento de aplicar, imitando o combate, o que foi aprendido em estandes, oficinas, parques e áreas de instrução. Aí, todos, sem distinção de posto ou graduação, entregam-se de corpo e alma ao treinamento para a guerra. A atitude para esse treinamento deve ser de entusiasmo e começa a se exteriorizar pelo cuidado com o armamento e equipamento individuais. Cuidados profissionais, que vão desde a adequada camuflagem individual do armamento, do capacete, das inscrições e pára-brisas das viaturas até a inspeção dos fardos de bagagem e de combate da tropa, dão um cunho todo especial ao acontecimento de instrução. Durante o exercício, sempre se dando ciência ao soldado, em palavras simples, da situação vivida e o que se espera deles, os oficiais devem dar exemplos de abnegação, entusiasmo e disposição, impulsionando seus homens. O excesso também é pecado, pois um engajamento exagerado em ações e situações de todos os escalões da tropa pode levar o oficial à omissão do seu papel de coordenador e planejador que também lhe cabe em combate.

É nesta fase que o recruta vê o seu comandante de subunidade e de fração vencer com ele as maiores dificuldades, cada um desempenhando o papel que lhe cabe. É no decorrer desses exercí-

cios que ele se entusiasma com a onipresença do seu comandante de unidade, percorrendo as peças das baterias durante uma entrada em posição numa chuvosa noite de inverno.

Uma das características mais marcantes de qualquer exército é o senso de solidariedade. O perigo, desconfortos e dificuldades são comuns a todos. Porém é o sentimento de solidariedade que leva os homens fardados aos grandes sacrifícios da guerra. Se o jovem tenente chegou à tropa não for duro consigo mesmo e seus homens, tenderá inequivocamente a fazer concessões a si próprio e a seus homens. Logo adiante, em função da limitação de recursos e das exigências da situação, fará concessões a si próprio em detrimento dos seus homens e aquele elo invisível e sagrado chamado Confiança será rompido.

A obtenção de padrões mais elevados de desempenho em condições difíceis pode ser obtida adotando-se o treinamento sob tensão. Ao contrário do que algumas vezes se pensa, o método, longe de ser uma "sugatória" indiscriminada e arbitrária, tem objetivos muito bem definidos e uma base científica. Está calcado na Teoria da Síndrome Geral de Adaptação apresentada em 1936 por Hans Selye na revista *Nature* e tão em voga atualmente na preparação dos atletas. Adaptando-se superficialmente a teoria ao nosso caso em estudo.

FATORES	CONSIDERAÇÕES
Tensão	Devem ser aplicadas pressões características do ambiente de guerra (tensão emocional, cansaço, dificuldades gerais etc.) com o objetivo de se conseguir mais antecipação e menos reação por parte do aluno.
Recuperação	Um plano de treinamento deve ter períodos de descanso nos quais é providenciada a adequada manutenção do material, o descanso dos homens e realizada a crítica, sempre vinculada à doutrina.
Progressão	A tensão deve aumentar a cada novo exercício. A tensão aqui compreendida como a combinação de Dificuldade e Padrão de Desempenho. Podemos aumentar um dos dois componentes ou ambos.
Equilíbrio	A dificuldade no ambiente de guerra é geral e abrange diversos campos. As dificuldades criadas no exercício devem incidir sobre todos os campos, equilibradamente. Assim, por exemplo, além do desgaste físico sofrido pela tropa para conquistar determinado objetivo, ela deve ser submetida às dificuldades de suprimento, remuniciamento por uma via sob vistas e fogos inimigos ou à ação do inimigo aéreo, e assim por diante.

Variedade	Os tipos de operações devem variar. Ao serem apresentados novos desafios à tropa, ela reagirá positivamente.
Regularidade	Um novo exercício pode e deve ser realizado tão logo a manutenção, descanso e crítica tenham sido realizados.

Assim, conhecedores da existência de um desgaste geral no ambiente de guerra, da necessidade de preparar o combatente para enfrentá-lo física e psicologicamente e ajudado por idéias modernas sobre o treinamento físico em geral, podemos concluir parcialmente que a aquisição da rusticidade é de primordial importância. O profissional deve ser submetido a duros treinamentos na sua formação, identificando, no entanto, as diferenças de nível dos alunos e respectivos objetivos. Deve também saber seguir um planejamento coerente e equilibrado quando chegar a hora de aplicá-lo como instrutor.

AS CRENÇAS E A DISCIPLINA

Toda pessoa deve possuir uma crença, cujos valores sejam inabaláveis e incontestáveis. Existe também uma idade para a aquisição de dogmas. É sabido também que, na sua aquisição, o que importa é o fervor de convicção de quem o apresenta, não havendo espaço para contestações ou porquês. O

exemplo e o cerimonial são importantes para levar ao jovem iniciante os valores da instituição, congregação ou ordem. Tem sido assim ao longo dos séculos e continuará a ser assim.

Não se concebe o jovem tenente perguntar ao seu capitão por que os tubos de suas peças devem ser limpos durante a noite, ao chegar do campo, e não na 2ª — feira, após o fim de semana. Da mesma forma, ele não perguntará por que deve ser rígido no serviço de Oficial de Dia e começar na Parada Diária. Ele não perguntará por que foi impregnado pela rigidez na sua formação e impressionado pelo cerimonial da execução. As imagens acadêmicas do capitão instrutor, de lenço branco à mão inspecionando as raia dos tubos das peças, ao final da manutenção, e a rigidez da ordem unida e o rigor da inspeção do Ajudante do Corpo de Cadetes na Parada Diária, para não citar muitos outros exemplos, são o bastante para ilustrar o que queremos dizer.

Da mesma forma, há a idade para a depuração das crenças e seus refinamentos. É a idade da maturidade, dos cursos de aperfeiçoamento e de estudos mais elevados, quando o homem transpõe a rigidez da execução para a firmeza das verdadeiras convicções, ideais e orientações.

CRENÇA e DISCIPLINA estão ligadas a tal ponto que se torna difícil classificá-las mutuamente como CAUSA ou CONSEQUÊNCIA. Depois de termos exaltado as virtudes da RUSTICIDADE no elenco de qualidades

guerreiras do jovem e de termos afirmado o quão importante é a convicção das suas motivações, não poderíamos deixar de abordar o tema DISCIPLINA.

Maquiavel, escrevendo sobre a guerra, preocupou-se com sua importância para o exército:

"Na guerra, a disciplina vale mais que o entusiasmo". (15)

Mas seria o maior sociólogo da nossa era, Max Weber, que, a nosso ver, melhor definição conceberia da DISCIPLINA MILITAR:

"O conteúdo da disciplina militar nada mais é do que a exata execução, metodicamente treinada, da ordem na qual toda crítica pessoal é incondicionalmente omitida e o protagonista está firmemente e exclusivamente voltado para a execução da ordem. Além disso, essa conduta, sob as ordens, é uniforme. Sua qualidade de ato comunitário de uma organização de massa condiciona os efeitos específicos desta uniformidade". (16)

O ALCANCE DO TRABALHO DE PREPARAÇÃO PARA A GUERRA

Paralelamente à conscientização da importância da missão de que se desincumbe diariamente nos quartéis, ao disciplinar centenas de jovens recrutas, deve haver, por parte do profissional militar, a compreensão do alcance do seu

trabalho. Max Weber assinalou que "a disciplina do Exército dá origem a toda disciplina". (17) Conquanto no nosso País o percentual dos jovens que prestam o Serviço Militar seja muito pequeno em relação ao universo dos jovens em idade de serem convocados, para que aquela assertiva seja inteiramente válida, não podemos jamais perder de vista que o nosso trabalho de preparação do recruta para a guerra extrapola os fins imediatos de preparação da reserva para desaguar no esforço geral de desenvolvimento da Nação. Weber deu grande realce à disciplina como fator de desenvolvimento, não meramente militar, mas político.

Tomando como ponto de partida a citação de Raoul Girardet "A cultura que despreza o soldado é uma cultura destinada à falência" (18), podemos chegar sem risco de chauvinismo à conclusão de que o soldado possui uma função social que, delimitada em termos de atribuição na Constituição, tem características subjetivas que ultrapassam suas atribuições funcionais. É fácil imaginar o alcance de uma correta, austera, dura e objetiva instrução militar de um jovem ao longo do período vivido na caserna, quando o mesmo, após a sua baixa das fileiras da tropa, do CPOR ou NPOR, vai reocupar, em novas bases, seu lugar na sociedade civil. Saído do ambiente de culto à Pátria, de valo-

(15) *Ibid.*, p. 75.

(16) *Ibid.*, p. 33.

(17) *Ibid.*, p. 33.

(18) GIRARDET, Raoul, *Du Soldat et intellectuel*. In *Armées d'aujourd'hui*, Paris, Septembre, 1982, p. 27, traduzido.

rização da autoridade, da honestidade, probidade e lealdade, o cidadão está melhor preparado para desempenhar o papel que lhe cabe em termos de direitos e deveres. O efeito é importante, particularmente num país continente, que enfrenta enormes dificuldades com a educação do povo, etapa decisiva do desenvolvimento de qualquer nação.

O EXÉRCITO DE UMA DEMOCRACIA

Em contrapartida, as forças armadas não podem ser estanques às realidades da sociedade a que servem, sob pena de ocorrer uma ruptura fatal para os destinos do país. Sabemos, ainda, que o Exército é organizado e combate segundo a organização política do Estado a que serve.

Nossa organização político-social está fundamentalmente ligada à convivência harmoniosa entre as diversas classes sociais, reconhecidas e bem caracterizadas nos rendimentos, hábitos e estilos de vida. O Estado reconhece as citadas diferenças, sem distinguir, no entanto, os homens perante a Lei. Ainda de acordo com a evolução político-social do País, aperfeiçoam-se os mecanismos de solução dos conflitos de interesses.

Na obra histórica mais significativa do nosso tempo, o *Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo*, Fernand Braudel, ao lançar as bases de uma História Total, cliente da Economia, da Geografia, da Antropologia e da Sociologia, de-

monstra a supremacia do "tempo longo" sobre a "poeira dos acontecimentos" e da estrutura sobre a conjuntura. Sem ter sido filósofo, Braudel, tendo recebido elogios de todas as partes do mundo, consagrou com seu sucesso a Filosofia Histórica Evolutiva, que estuda a História segundo a perspectiva de graduais mudanças materiais, humanas e culturais, contrapondo-se ao idealismo de Hegel, uma visão histórica de perene conflito, pedra angular do materialismo dialético de Marx. Aplicada ao nosso tema, a obra de Braudel nos levaria à conclusão de que a História é evolução e não revolução.

Conseqüentemente, passamos ao largo da demagogia do Estado sem classes, apanágio do proselitismo comunista. Reconhecidos os limites entre as classes, o Estado busca promover a paz social amparado no harmonioso convívio entre as mesmas, desmascarando as tentativas de promoção de guerra entre classes, partidas dos radicais ideológicos alojados nas mais diferentes camadas sociais. Em suma, no Estado democrático reconhece-se muitas vezes o conflito entre os interesses das classes mas nega-se a guerra entre elas. Ele evita por outro lado a alienada postura daqueles que se obstinam em negar conflitos, pois sabe que negar uma discussão é talvez o melhor meio de transformá-la em luta.

Uma nação em guerra é representada nas suas forças armadas pela mesma organização sócio-política adotada em tempos de paz. Médicos, advogados, engenheiros, motoristas, músicos, mecânicos,

padeiros, técnicos e homens em geral são convocados e lhes são conferidas diferentes patentes, correspondentes ao nível de responsabilidade que lhes cabe dentro da sociedade. Foi o exemplo da mobilização norte-americana para a 2ª GM, até hoje mostrada nos filmes que romanceiam ou historicizam o período. É o cristalizar da idéia de que o exército se organiza segundo a estrutura política da Nação e de que a guerra é a continuação da política por outros meios. É o cristalizar estrutural da noção de "levée en masse", novidade que a conjuntura da Revolução Francesa traria ao se mobilizar contra as monarquias europeias.

Tudo isso faz parte da convicção ideológica do oficial do Exército e, se aqui a recordamos, é porque julgamos natural daí concluir que a oficialidade das forças armadas deve ser predominantemente recrutada na classe média. Os não oriundos dela devem ser estimulados a dela fazerem parte, auxiliando-se assim, inclusive, à mobilidade vertical entre as diferentes camadas sociais. Os hábitos de comandar, liderar, fiscalizar, exigir, criar, sugerir, propor, inovar estão intimamente ligados à função desempenhada pela classe média na sociedade. Quanto mais o País se desenvolve, mais importante é que esta oficialidade ocupe o lugar social e econômico que lhe cabe, facilitando-se o papel a ser desempenhado pelas forças armadas na paz e na guerra.

Uma oficialidade em sua maioria recrutada nas classes mais al-

tas tende à casta. Uma oficialidade predominantemente recrutada nas classes mais baixas sofrerá de complexos sociais que a inibirão de comandar eficientemente, quando, particularmente, mobilizada a nação, os convocados a se tornarem oficiais inundarem os quartéis e perfilarem-se, estrelas nos ombros, com os profissionais que devem se não comandá-los ou liderá-los, pelo menos influenciá-los.

As forças armadas retratam o estado a que servem e sua imagem varia no tempo e no espaço. Clausewitz nos diz que "... um único e mesmo objetivo político pode provocar em diferentes nações, e numa mesma nação, reações diferentes em épocas diferentes" (19). O Exército Vermelho, organizado a partir da parcela significativa do Exército do Czar e incumbido de propagar a Revolução Operária Mundial, recebeu nas suas fileiras, de forma inédita na história dos exércitos modernos, os comissários políticos, gendarmes da obediência ideológica da força terrestre ao Estado soviético. Da mesma forma é notória a sujeição de Whermacht ao nazismo, inicialmente aos seus símbolos, terminando por encarnar seus propósitos, por mais que isso repugnasse aos velhos generais de tradição prussiana. Hoje em dia, a enorme diferença dos próprios fins, da organização e do treinamento da Bundeswehr retrata tam-

(19) CLAUSEWITZ, Carl Von, "O que é a guerra?". In Von Kriege, 1ª ed., São Paulo, Martins Fontes Editora, 1979, L. I, Cap. 1, p. 80.

bém a grande diferença entre o extinto Estado Nacional-Socialista Alemão e a moderna República Federal Alemã.

Daí a necessidade de ter o profissional uma base ideológica que alimente suas convicções e as dos seus comandados, tornando-se infensos aos desvios doutrinários que, manifestando-se nas forças armadas de qualquer nação democrática, comprometem o seu futuro como nação livre, soberana e verdadeiramente desenvolvida.

Democracia não representa fraqueza nem alienação. A formação do oficial carecerá sempre de sólido embasamento ideológico. A relação entre ela e suas forças armadas vem de muito tempo atrás, do exemplo imortal da única grande democracia da Antigüidade, a incomparável Atenas; relação magnificamente descrita na Oração Fúnebre de Péricles, proferida quando a Cidade-Estado vem, na pessoa do seu dirigente, homenagear seus primeiros mortos na fatídica Guerra do Peloponeso.

CONCLUSÃO

"Vimos-então que não há choque entre a eficácia militar e a cultura." Está verdade incontestável nos permitiu prosseguir e concluir o quanto é importante para o militar aplicar em ambiente de guerra ou na sua imitação os conhecimentos adquiridos. Passamos a considerar seriamente o treinamento sob tensão e a valorizar as ativi-

dades em campanha por serem promotoras de múltiplos benefícios na vida de caserna e, principalmente, por serem aquelas que justificam cabalmente perante a sociedade e a Ética o que somos ou nos preparamos para ser.

Passamos em seguida a defender a rigidez na formação e no treinamento, inoculando dogmas e disciplina. Destacamos o largo alcance do papel institucional do pouco conhecido trabalho que se desenvolve diuturnamente nos quartéis e assinalamos que é absolutamente necessário que o exército professe a ideologia do Estado a que serve, sob pena de se tornar mercenário, omissor ou trampolim de aventureiros. Amparamos toda argumentação ideológica na organização social do nosso País e citamos as classes e os papéis que lhes cabem.

Foi fácil, portanto, chegarmos à conclusão de que "mais importante do que a habilidade técnica é a formação do caráter do combatente". No entanto, não podemos esquecer que o desempenho elementar e habitual das funções militares é a base de todo o trabalho. No nível formação, forjar caráter e aprender a ser soldado se confundem. É impossível pensar-se em desenvolver o caráter militar de um jovem aspirante desprovido de conhecimentos profissionais que o tornem digno de confiança de seus homens. Se ele ao início da carreira não provar a sensação de comandar, liderar e impelir seus homens, jamais será um chefe militar. Para que ele consiga fazê-lo, deve ser soldado, ten-

do aprendido a sê-lo de maneira dura e determinada..Deverá ter ido ao campo inúmeras vezes e sem a preocupação de ter decorado tudo que viu e que fez ao longo de quatro anos; deve ter aquela convicção interior de que pode desincumbir-se de qualquer missão de um tenente, mediante consulta adequada ao manual da Arma, Quadro ou Serviço.

Finalmente, não devemos definir uma guerra por seus métodos ou combatentes. O tipo de guerra a ser levada a cabo é uma decisão de Estado. É na realidade o primeiro e mais importante ato de guerra. Cabe às forças armadas executarem-na militarmente e conseqüentemente estarem preparadas para tal. Portanto, as virtudes guerreiras de uma força armada desenvolvidas no decorrer de qualquer tipo de operação militar, cuja execução lhe foi imposta pelo Estado e cobrada pela nação, devem ser conservadas e aproveitadas. Os ensinamentos doutrinários podem não se aplicar a outros tipos de conflitos. Caberá aos teóricos depurá-los e não permitir que predominem perigosamente intoxicando o exército, a exemplo do Exército francês, grande vitorioso na 1ª Guerra Mundial e fragorosamente derrotado em 1940. No entanto, o entusiasmo profissional, o agüerrimento, a rusticidade, o espírito de luta e o gosto pelas atividades bélicas são necessários a qualquer tipo de guerra. Cerceá-los ou pelo menos pretender-se mantê-los em certos níveis a fim de evitarem-se os excessos deles eventualmente decorrentes será sempre perigoso

se considerarmos o penoso caminho que tiveram de percorrer as nações e os respectivos exércitos derrotados até resgatarem da humilhação, escravidão e sofrimento a honra e a soberania nacionais comprometidas.

BIBLIOGRAFIA

1. ARON, Raymond — Paz e Guerra Entre as Nações — Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1979.
2. BRAUDEL, Fernand — O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico — São Paulo — Martins Fontes Editora — 1983.
3. CLAUSEWITZ, Carl Von — Vom Kriege — São Paulo — Martins Fontes Editora — 1979.
4. CZEGE, Huba Wass De — Cel do Ex EUA — Como transformar um Exército — Military Review — 3º Trim 85.
5. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda — Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira SA — 1975.
6. GIRARDET, Raoul — Du soldat et l'intellectuel — Armées d'au Jourd' Hui — Setembro — 1982, Armées et Culture p. 27.
7. JOMINI, Henri — Epítome da Arte da Guerra — Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1949.
8. MACRIDIS, Roy C. — Ideologia Política Contemporânea — Brasília — Editora Universidade de Brasília, 1982.
9. NISBET, Robert — Os Filósofos Sociais — Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.
10. RAPOPORT, Anatoli — Lutas, Jogos e Debates — Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1980.
11. THOMPSON, Henry L. — Ten Cel do Ex EUA — Treinamento sob Tensão dos EM — Military Review — 3º Trim 85.
12. TUCÍDIDES — História da Guerra do Peloponeso — Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.
13. WEIGLEY, Russel F. — Novas Dimensões da História Militar — Rio de Janeiro — Bibliex — 1981-1982.



Capitão de Artilharia Sergio Paulo Muniz Costa — Possui os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras, de Oficial de Comunicações da Escola de Comunicações e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Foi Comandante de Linha de Fogo e Comandante de Bateria de Serviços do 29º Grupo de Artilharia de Campanha — Cruz Alta — RS, Comandante de Bateria de Obuses no 32º Grupo de Artilharia de Campanha — Brasília — DF e Comandante da Bateria de Comando do 14º Grupo de Artilharia de Campanha — Pouso Alegre — MG. Foi instrutor do Curso de Artilharia do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Recife e Instrutor-Chefe do Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva do 14º GAC. Publicou em Setembro de 1983 o artigo "Vom Kriege, 150 anos depois" na revista DEFESA NACIONAL. Atualmente é instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras.



RONDÔNIA: A FRONTEIRA QUE DEU CERTO

Therezinha de Castro

A Profª Therezinha de Castro oferece mais uma contribuição aos leitores da ADN com esta apreciação da Rondônia. Conclui que se trata de um desafio, particularmente sobre o aspecto das migrações.

INTRODUÇÃO

É comum dizer-se que os países da América do Sul se encontram de costas para os outros; fato esse bem mais real no âmbito da Amazônia do que no Prata.

O Brasil que se integra nessas duas importantes bacias fluviais é signatário dos dois tratados que envolvem países integrantes dessas sub-regiões do continente. Procura, na atualidade, pôr em prática o Tratado de Cooperação Amazônica que visa, antes de tudo, estabelecer uma programação através das nações signatárias a fim de que cada país venha a incorporar às

respectivas economias nacionais suas áreas amazônicas. E é nesse contexto que Rondônia, o 23º Estado da Federação Brasileira, nos limites com a Bolívia, é hoje visto como a fronteira que deu certo.

PANORAMA HISTÓRICO

O Tratado de Madrid de 1750, sustentando o princípio do "uti possidetis", confirmou a posse de vasta área do oeste ao Brasil hoje englobada aos Estados do Amazonas, Acre, Mato Grosso e Rondônia. Embora a região tenha se mantido marginalizada, foi sempre

considerada de grande importância geoestratégica, pois os portugueses instalaram aí os Fortes de Tabatinga (1766) e Príncipe da Beira (1776).

A fronteira, no entanto, formada por intrincada rede fluvial, de difícil delimitação, ensejou a penetração num terreno desconhecido: o mapa de Cândido Mendes no "Atlas do Império do Brasil" (1868) destacava a região como verdadeiro deserto, ignorando o rio Acre e seus afluentes. Nesse contexto seria, em 1867, assinado um tratado de fronteira entre o Brasil e a Bolívia, desconhecendo-se o local da verdadeira nascente do Javari. Por isso, esse Tratado de 1867 previa, no seu artigo 28, a revisão das estipulações de limites por meio de nova demarcação e até troca eventual de territórios.

Em 1877, começam a se estabelecer nas margens do rio Acre grande número de nordestinos, especialmente cearenses fugidos da grande seca, em busca de novos horizontes de trabalho — a extração da borracha, tão apreciada no comércio internacional. Como a região era ainda despovoada, não se registrou nenhuma intervenção oficial; daí a população brasileira haver crescido, sendo avaliada em fins do século XIX em cerca de 60.000 habitantes. Era esta a situação, quando a Bolívia resolve protestar contra a instalação de brasileiros em área que lhe pertencia.

A partir de então surgia, em pleno coração da Amazônia, uma zona de tensão, cuja solução só seria dada a 17 de novembro de

1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis. Este determinava a entrega à Bolívia de pequeno território na fronteira entre os rios Beni e Abunã, até onde se juntavam para formar o Madeira (cerca de 2.296 km²), incorporando ao Brasil o atual Estado do Acre (152.589 km²). Por não haver equivalência entre os territórios trocados, o artigo 3º do Tratado determinava uma indenização de dois milhões de libras esterlinas a serem pagas pelo Brasil. Por outro lado, para que os bolivianos tivessem livre acesso à navegação no Amazonas, o artigo 7º compromissava o Brasil a construir a Estrada de Ferro Madeira—Mamoré, vencendo o trecho encachoeirado destes rios.

Essa construção, que ceifou numerosas vidas, levou nove anos para ser concluída (1903-1912), ligando Porto Velho a Guajará-Mirim; embora ao longo da ferrovia tenham se estabelecido alguns aglomerados humanos, esse oeste brasileiro se manteve marginalizado. Sobre tudo até o novo surto ocorrido na Amazônia, ocasionado pela "Batalha da Borracha", por ocasião da invasão da Malásia pelos japoneses, durante a Segunda Guerra Mundial.

A partir daí, o primeiro passo que procurou dinamizar esse nosso rincão amazônico se deve ao Decreto-Lei de 13 de setembro de 1943, criando o Território do Guaporé em terras desmembradas dos Estados do Amazonas e Mato Grosso. No entanto, a falta de estruturas e a incapacidade de organização manteria, ainda por algum

tempo, em compasso de espera, os ideais inscritos no "Discurso do Amazonas" proferido em 1943 por Getúlio Vargas. Pelo menos, até a década dos 50, quando a descoberta de jazidas de cassiterita levava o governo federal a criar colônias agrícolas no então Território do Guaporé, que em 17 de fevereiro de 1956 passava a se denominar Rondônia, em homenagem a Cândido Mariano da Silva Rondon, seu desbravador moderno (1910); isto porque o desbravador do passado havia sido o português Antônio Raposo Tavares (1649), que no grande circuito terrestre uniu as Bacias Amazônica e Platina.

Caberia ao Governo Castelo Branco a nova investida em direção a essa fronteira com a criação da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), da SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) e do Banco da Amazônia; avanço prosseguido pelo Governo Costa e Silva com a transferência do Comando Militar da Amazônia de Belém para Manaus, como também pela chegada dos Batalhões de Engenharia de Construção e consequente formação de novas colônias militares.

A abertura da BR-364 ensejou, a partir de 1968, a ocupação espontânea e desordenada de Rondônia, que alcançou uma taxa de crescimento populacional de 16% ao ano, sem precedente até então em sua história. Até 1970 era Rondônia, dentro do contexto nacional, uma região subpovoada com 0,46 hab/km², numa popu-

lação absoluta de 111.064 pessoas; dez anos depois, já com um total de 491.025 pessoas, passava para 2,02 hab/km². Em 1985, numa média de 4,24 hab/km², alcançava um total de 1.028.429 pessoas, estimando-se que em 1990 venham a coexistir em Rondônia 8 hab/km². Destacando-se, porém, que em decorrência das facilidades de acesso do fluxo migratório, a concentração demográfica se apresenta ao longo da BR-364 até Porto Velho, a capital.

Nesse contexto desenvolvimentista, em sua seqüência histórica, a 22 de dezembro de 1981, Rondônia (243.044 km²), maior que o Uruguai, o menor país do continente, trocava sua condição de Território pela de 23º Estado da Federação.

ASPECTOS GEOECONÔMICOS

Estabelecer um crescimento harmônico dos meios de transporte, a fim de que seja possível um aproveitamento integrado do Estado, é a principal preocupação do atual governo. Em se tratando do sistema viário, as rodovias se constituem na coluna vertebral dos transportes; cumprindo, no entanto, destacar o setor hidroviário pelo afluxo do transporte através das bacias formadas pelos rios Madeira-Machado e Mamoré-Guaporé. A articulação com as principais cidades portuárias da Amazônia, até atingir o Atlântico, é feita pelo rio Madeira; esse fato vem exigir a ampliação e modernização do por-

to da capital de Rondônia, já que é o ponto inicial do montante da navegação, podendo se considerar o importante elo de integração rodó-hidroviário, servindo não só a esse Estado brasileiro como também ao Peru e Bolívia, países vizinhos. Por sua vez, a navegação nos rios Guaporé—Mamoré oferece duas linhas regulares de Guajará-Mirim a Limoeiro e Vila Bela em Mato Grosso, numa extensão de 1.416 km.

Com seu território integrado na Bacia Amazônica, cortado por numerosos rios, zona de transição entre a floresta equatorial e o cerrado, o Estado de Rondônia conta com 27 milhões de hectares para a agropecuária.

Destinam-se, atualmente, ao plantio do café cerca de 130.000 hectares e um parque cafeeiro de 130 milhões de covas, que permitiu ao Estado colher no ano de 1985 cerca de 700 mil sacas, volume que o situou como o 4.º produtor brasileiro. Figura ainda como o 2.º produtor brasileiro de cacau, contando com 50.000 hectares dedicados ao seu plantio, colhendo cerca de 20.000 arrobas. Como é prática corrente no Brasil o plantar-se bananeiras para abrigar do sol e ventos as frágeis mudas do cacaueiro, é grande a produção de bananas, superando o próprio consumo do Estado.

Comparativamente, a produtividade de café anda em torno de 15 sacas de 60 quilos por mil pés, contra uma média brasileira, em geral, de 9 sacas para igual quantidade de covas. No caso do cacau, a produtividade chega a 75 arrobas

por hectare contra uma média brasileira de aproximadamente 60 arrobas por hectare. Fatos que vêm comprovar a riqueza do solo rondoniense, com grandes perspectivas também para a soja, onde já foram plantados 10.000 hectares em região de cerrado, com uma produtividade de 2.200 quilos quando a média brasileira é de 1.700 quilos.

Como medidas impulsionadoras do processo agrícola, o governo estadual tem se empenhado no cultivo da lavoura branca e dos frutos comestíveis e industrializáveis, além de fazer funcionar 14 delegacias regionais da Agricultura, em idêntico número de municípios.

Grande produtor de borracha e escoador desse produto que vem da Bolívia, Rondônia já conta com 20.000 hectares plantados que dão ao Estado uma vantagem adicional em relação às culturas de outras regiões brasileiras; é que em Rondônia a borracha pode ser explorada após 6 anos, quando a produção em outras unidades da Federação só é possível depois de 7 anos.

A produção animal vem ao longo dos anos procurando desempenhar papel importante no setor primário da economia. A pecuária extensiva viabiliza a criação de 1,5 unidade/boi por hectare, e com um rebanho estimado em 600 mil cabeças o Estado de Rondônia já supre com produção própria mais de 90% de seu consumo de carne.

A energia elétrica de Rondônia vem sendo, ao longo do tempo, um dos maiores problemas do Estado, devido à sua distribuição e gera-

ção, uma vez que esse setor necessita de investimentos elevados e continuados para fazer face à demanda sempre crescente. Conta atualmente o Estado com uma potência instalada de 143 mil quilowatts, só se valendo de cerca de 80, em virtude do desgaste do parque gerador; o que é insuficiente para atender à demanda estadual estimada em mais de 200 quilowatts. Conseqüentemente, na área urbana de Porto Velho, cerca de 35% das residências são desprovidas de energia elétrica, enquanto na área rural este índice supera os 60%.

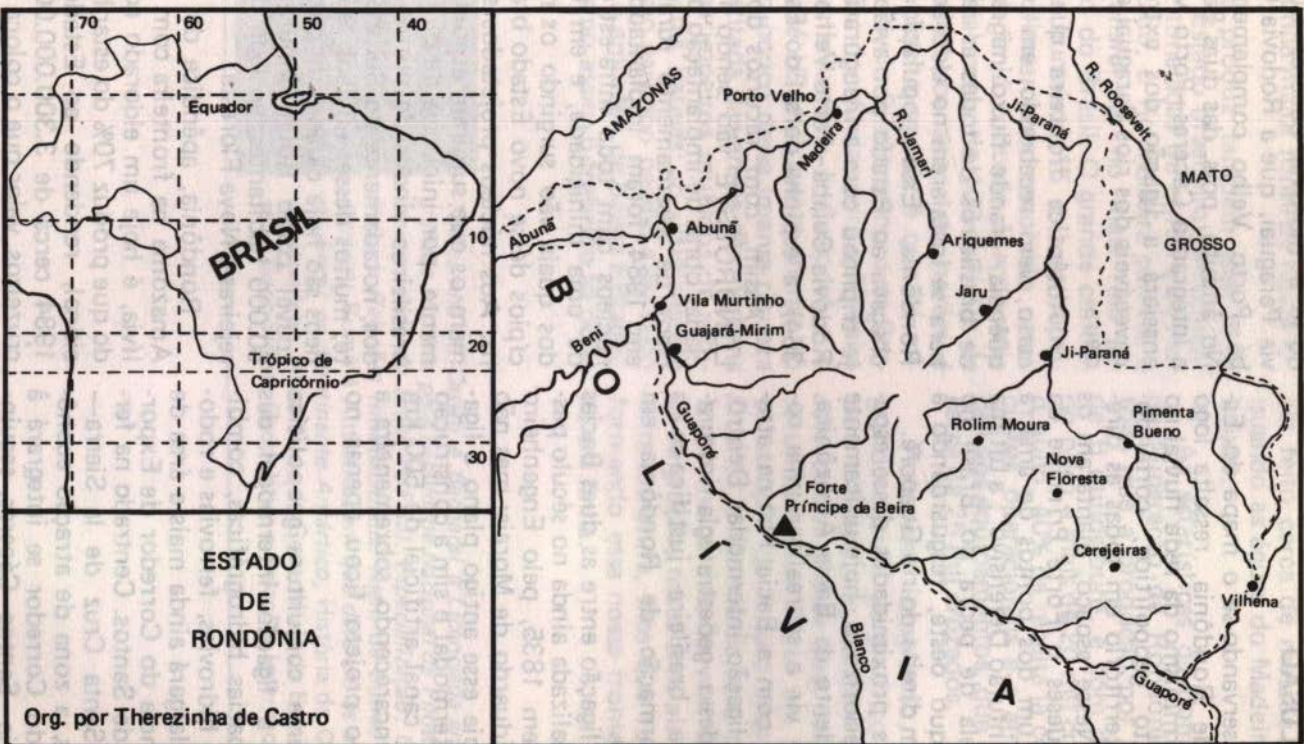
Em face, pois, do surto econômico, a energia de Rondônia custa em média 3 milhões de dólares por mês; conseqüentemente, para o desenvolvimento do Estado, o problema energético vem trazendo preocupações adicionais. E tende a agravar-se rapidamente, já que o consumo de energia elétrica aumentou em 1983 em 47% quando a média no Brasil foi, em geral, de 8%. Como o crescimento de Rondônia continua pressionando o sistema, a construção da hidroelétrica de Samuel (59 MW de potência firme) virá permitir a substituição de pelo menos 98% da geração térmica a diesel em sua área de influência que se estende ao longo da BR-364, o eixo mais desenvolvido do Estado entre Porto Velho e Ji-Paraná. Conseqüentemente, Samuel, com conclusão ainda bastante atrasada, proporcionará ao Brasil uma economia de 429 milhões de dólares.

Samuel é uma hidroelétrica convencional, com características idên-

ticas às de várias outras implantadas em vales abertos. A conformação da Bacia do Jamari impôs ao projeto a construção de diques de 35 a 20 km de extensão e até 8 metros de altura em ambas as margens da barragem, o que exige um movimento de 4.500.000 m³ de solo. A construção dos diques se fez necessária para evitar que, com a capacidade com que foi dimensionada a hidroelétrica, o lago formado viesse a inundar centenas de quilômetros a mais do que os 650 km² do reservatório propriamente dito. Mesmo com a adoção dessa solução, o reservatório apresenta uma extensão máxima de 130 km por 20 km de largura.

No próprio Jamari, 150 km o montante de Samuel, já está identificada a implantação da hidroelétrica de Monte Cristo. Esta, além de gerar 25 MW de potência firme, ainda alimentará o reservatório de Samuel aumentando em mais 10 MW a capacidade firme de geração desta usina.

Também em projeto no Município de Vilhena a 350 km de Porto Velho, a hidroelétrica de Ávila, com 30 MW de capacidade firme de geração, só deverá entrar em funcionamento em 1988; previsto também para 1994 o projeto de aproveitamento de 600 a 700 MW no rio Ji-Paraná, bem como no rio Machado com 515 mil KW. Finalmente, no rio Madeira estão sendo estudadas condições para a construção de hidroelétrica gigantesca, comparável ao porte de Itaipu, que propiciará ao Estado de Rondônia exportar energia elétrica para outras regiões brasileiras.



CONCLUSÃO

Observando-se o mapa do Estado de Rondônia, ressalta logo o determinismo da rede fluvial no contexto geopolítico, cortando-lhe o território em todas as direções. Nesse espaço, plantaram os portugueses o Forte Príncipe da Beira, um dos pontos de amarra do "Cinturão Defensivo", a última sentinela de pedra do Brasil no longínquo oeste, resguardando a margem direita do rio Guaporé.

Nas proximidades desse espaço interiorizado, hoje unicamente dependente da Bacia Amazônica, poderá vir a se realizar uma conexão com a Bacia Platina através de ligação intermodal. Dentro, pois, dessa geoestratégia integracionista brasileira justifica-se a transformação de Rondônia em Estado.

A ligação entre as duas Bacias foi idealizada ainda no século passado, em 1835, pelo Engenheiro José Eduardo de Moraes; mas não concebia esse antigo plano a ligação intermodal e sim a construção de um canal artificial de 500 km que, encarecendo sobremaneira a obra, o projeto ficou apenas no papel.

Numa conjuntura geopolítica atual, a ligação intermodal das duas bacias hidrográficas, combinando hidrovias, ferrovias e rodovias, alargará ainda mais a área de influência do Corredor de Exportação de Santos. Centrado na ferrovia Santa Cruz de la Sierra—Santos, a zona de atração econômica do Corredor se integrará à Rodovia Santos—Cáceres, seguin-

do-se a hidrovia Cáceres—Cuiabá via Paraguai, que a Rodovia Cuiabá—Porto Velho complementar. No âmbito, pois, das duas Bacias, a integração Cáceres—Porto Velho ensejará a ligação dos extremos navegáveis dos rios Paraguai e Madeira.

Autêntica fronteira que deu certo, vem recebendo, em consequência, grande fluxo migratório de brasileiros de todas as regiões para se instalarem no eldorado de Rondônia. Essa população que chegava ao Estado por avião, hoje triplicou com a inauguração da Rodovia Cuiabá—Porto Velho (BR-364), a espinha dorsal do Estado.

Assim, com recursos do POLONOROESTE vão sendo financiadas obras de implantação de núcleos de assentamento rural. Só em 1984 foram implantados 25 núcleos com toda infra-estrutura de uma minicidade, e em torno dos quais vão surgindo os municípios desse novo Estado brasileiro. Aos núcleos projetados se somam os que surgiram espontaneamente, por iniciativa de pioneiros brasileiros vindos de outros Estados, notadamente do Sul e Sudeste; muitos desses núcleos espontâneos são hoje cidades de porte razoável como Rolim Moura com 50.000 habitantes, ao lado de Cerejeiras e Nova Floresta.

Rondônia, apêndice de nossa Amazônia na fronteira com a Bolívia, é hoje um eldorado cobiçado que produz 70% do estanho nacional, rendendo ao Estado em 1984 cerca de 3.300.000.000 de cruzeiros, valor que o coloca como

a segunda maior fonte de renda local.

Já produz também esse mais novo Estado brasileiro, anualmente, 4 toneladas de *ouro*; e já mecanizado, o rio Madeira começa a se transformar no mais rico garimpo do Brasil. O grande contingente humano (15 mil garimpeiros) diretamente envolvido nessa atividade já concede à economia estadual cerca de 100 milhões de cruzados por ano. Isto porém é ainda muito pouco; é que há milênios o rio Beni traz ouro da Cordilheira dos Andes para o Madeira e seus afluentes, o Guaporé e o Mamoré. E até recentemente só muito pouco dessa imensa riqueza foi retirada das areias das margens por garimpeiros munidos de rudimentares bateias; só ultimamente é que o garimpo passou a ser feito com o emprego de balsas e dragas, e mesmo assim o trabalho só pode

ser feito cerca de metade do ano quando as águas do Madeira estão baixas.

As estatísticas da Companhia de Mineração de Rondônia mostram que a produção por balsa é de 6 quilos/ouro, e com o preço do ouro a mais de 20 mil cruzados o quilo, 40% da receita já cobre os custos operacionais e a amortização dos equipamentos, que custam cerca de 25 mil cruzados.

Preservar integrando, eis o grande desafio geopolítico não só para o Brasil mas também para os sete outros países que, em 1980, se uniram num Pacto em prol da construção do futuro amazônico. Quanto a Rondônia, em particular, o maior desafio vem sendo o da migração, nessa área ainda sem infra-estrutura, mas que vai transformando essa nossa fronteira faixa em linha.



Therezinha de Castro é Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (UFRJ). Especialização: Geopolítica e Relações Internacionais. Além de outras obras, escreveu Rumo à Antártica, em que defende os direitos do Brasil no Continente Antártico, História da Civilização Brasileira, Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil, África — Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais.



RICARDO FRANCO, SUA VIDA, SUA OBRA

Pedro de Souza

Ricardo Franco é sempre um tema palpitante pela fecundidade e importância para nós de sua obra pessoal. O Tenente-Coronel Pedro de Souza apresenta-nos uma excelente síntese desta sua contribuição para nossa grandeza.

INTRODUÇÃO

O Cel Ricardo Franco de Almeida Serra trabalhou incessantemente em toda sua vida militar, de 1766 a 1809.

Em Portugal, aplicou-se em serviços de engenharia e de caserna, de 1766 a 1779. No Brasil, a que deu o melhor de sua existência, fê-lo mais longamente, de 1780 a 1809.

Quase meio século de fecunda atividade consagrou Ricardo Franco, tanto lá como aqui, ao serviço público. Fê-lo sem tréguas nem repouso, senão para refazer a saúde, vez por outra abalada por danos causados pelos próprios serviços, em zonas endêmicas e inóspitas.

Nunca se poupou esse denodado batalhador, nem seu ânimo viril desfaleceu diante de dificuldades, obstáculos e perigos, nem dos rigores do sertão ou da inclemência do tempo.

Não consta que se tenha aplicado a trabalhos de interesse próprio, a não ser, a breves trechos, na indústria rural, a título de entretenimento. Fazia-o, certamente, em fins de semana, nos intervalos de tarefas e missões recebidas durante os anos que passou em Vila Bela, junto aos capitães-generais. Mesmo assim é de se supor que o fizesse para animação de iniciativas particulares na produção de gêneros de consumo.

Os trabalhos realizados por ele no Brasil ocupam toda a gama de

serviços peculiares à geografia, chefia de escritório, engenharia, administração pública e comandância de fronteira na paz e na guerra. 7

DESENVOLVIMENTO

a. Histórico

Existe controvérsia quanto ao local de nascimento de Ricardo Franco. Alguns historiadores afirmam ter sido em Lisboa e outros na Cidade do Porto. A existência de documento do Arquivo Histórico Militar do Estado-Maior do Exército português, em que consta ter sido seu pai criado dos reis D. João V e D. José I, corrobora a afirmação de seu nascimento em Lisboa.

O ano foi o de 1748, por coincidência notável o mesmo da criação da Capitania do Mato Grosso, como a pressagiar que ele iria dedicar sua prodigiosa atividade, até seu último alento, à nova capitania.

Do dia e o mês não se tem conhecimento.

Em 1766, era partidista da Academia Militar, com os cursos de Infantaria e Engenharia.

Aqui cabe uma explicação: *Partidista* significa — discípulo com partido; — *Partido* era um subsídio ou prêmio pecuniário concedido aos discípulos das Aulas ou Academias Militares que se distinguiram pelo amor ao estudo, aproveitamento e aptidão para as matérias, nelas ministradas. Corresponhia a uma situação seme-

lhante à do nosso Asp Of. Gozou dessa prerrogativa durante mais de dois anos, na Academia da Corte, em Lisboa.

A 9 de setembro de 1766 arregimentou-se numa unidade de sua arma, ou talvez na Unidade-Escola da Academia Militar, antes de iniciar suas atividades de engenheiro. Tal estágio era necessário para manter contato com a tropa e participar das atividades cotidianas da caserna e dos exercícios táticos que preparam os jovens oficiais para a instrução de conscritos e exercício e treino do comando.

Terminado o primeiro ano de tropa, passou, em 1767, à disposição do Quartel-Mestre-General, ocupando-se em trabalhos de engenharia por mais de dez anos ininterruptos.

A essa altura já tinha sido promovido a ajudante-de-infantaria na função de engenheiro, por carta patente de D. Maria I, de 15 de novembro de 1768.

Em fins de 1777 solicitou sua promoção a capitão, no que não foi atendido.

Crê-se que em 1780, quando embarcou para o Brasil, já teria sido promovido a capitão. Tal hipótese é aceita pois, nessa época, era comum aos oficiais que se ofereciam para servir nos territórios ultramarinos portugueses, ou os que eram nomeados por imposição do serviço, beneficiarem-se de um ou dois postos de acesso.

Quando se encontrava em Mato Grosso, a 30 de janeiro de 1790, por carta patente de D. Maria I, foi promovido a sargento-mor, o que fortalece a hipótese de

ter sido promovido em pouco tempo ao posto de capitão por ocasião de sua nomeação para servir no Brasil.

Foi promovido a tenente-coronel em 12 de dezembro de 1791 e a coronel em 11 de julho de 1803, após a vitória de Coimbra.

b. Trabalhos de engenharia realizados em Portugal

Em 25 de outubro de 1777, o Quartel-Mestre-General, Coronel Guilherme Elsdén, de quem, como já vimos, Ricardo Franco tinha sido nomeado ajudante-de-infantaria, ocupando-se em trabalhos de engenharia, assim se referiu aos seus serviços, em nota elogiosa:

"Atesto que, sendo encarregado, por ordem de Sua Majestade, para muitas e diversas diligências, foi um dos oficiais que nelas me coadjuvaram o ajudante-de-infantaria, com o exercício de engenheiro, Ricardo Franco de Almeida Serra, em que, sem interrupção de tempo, se tem ocupado por mais de dez anos continuados, com ciência, zelo e atividade em todas as diligências de que o incumbi, e de que as principais são as seguintes:

— Mapa geral de todas as lezírias (terra plana e alagadiça à margem do rio) e margens do Tejo, em que se configuraram as terras de todos os particulares, com o cálculo da superfície e produção de cada uma delas.

"— As plantas de todas as vilas de Ribatejo, da parte Norte e Sul.

— O mapa do sítio dos olhos d'água até a Vila de Setúbal.

"— O mapa que se tirou do

campo e foz do rio Lima, níveis e projeto para a sua abertura e conserto.

"— Mapa dos campos de Alcobça, Alfizeirão e foz de São Martinho.

"— O mapa do sítio das minas de carvão de pedra na Vila de Buarcos e a de terrenos contíguos em uma légua de distância.

"— A planta da cidade de Coimbra, e a do terreno em que se compreendem freqüências circunvizinhas e confinantes com as da dita cidade.

"— Ultimamente, se empregou nos projetos inspeção, construção, cálculos e medições dos edifícios, que novamente se edificam na Universidade de Coimbra para uso das Ciências Naturais, assistindo e dirigindo efetivamente a sua construção e aumento; indo, para o mesmo fim à Mata da Magaraza na Serra da Estrela, consertar e fazer os novos caminhos, que se abriram até a foz do rio Alva, para mais facilmente se transportarem as madeiras que da referida mata fez conduzir para as referidas obras.

"O que, por ser verdade, e o dito Ajudante ter servido à Sua Majestade em as sobreditas e outras mais diligências às minhas ordens, sempre com satisfação, honra e atividade pelo decurso de dez anos sucessivos, somente com o intervalo de algumas moléstias que padeceu pelos maus sítios em que trabalhou. Lisboa, aos 25 de outubro de 1777."

Durante os anos de 1778 e 1779, Ricardo Franco teria realizado a sua segunda arregimentação, comandando companhia e,

provavelmente, no posto de capitão.

c. Viagem para o Brasil

Ricardô Franco é nomeado para participar da Terceira Partida de Demarcação de Limites da América, pertinente ao Tratado de 1777. O ato da designação para o serviço de tão alta relevância bem demonstra a competência e as qualidades morais de que era possuidor.

Em companhia do também militar português, Joaquim José Ferreira e dos astrônomos brasileiros Francisco José de Lacerda e Almeida e Antonio Pires da Silva Pontes, dentre outros, a 8 de janeiro de 1780, Ricardo Franco embarcou na charrua *Coração de Jesus*, com destino ao Pará.

Durante vários anos Ricardo Franco trabalharia nos sertões do Brasil com esses três companheiros de viagem.

Após 49 dias de viagem, o veleiro português atracou no Pará.

Alguns historiadores afirmam que aí tiveram início as grandes expedições de caráter científico no Brasil.

d. Trabalhos técnicos realizados no Brasil.

Em todas as comissões de que Ricardo Franco participou no Brasil, exerceu, sempre, as funções de chefe. Até mesmo na Junta do Governo, de que participou por duas vezes, exerceu o mando em igualdade de condições com os outros dois membros.

Somente uma autoridade pairou acima dele na Capitania: a dos capitães-gerais.

Na convivência com esta autoridade sempre gozou de sua consideração por ser um colaborador eficiente, leal e dedicado ao extremo, tanto que o consultavam com frequência em negócios da Capitania.

Conforme já vimos, Ricardo Franco chegou ao Pará a 26 de fevereiro de 1780. Aguardando os castelhanos para dar início aos trabalhos de demarcação, Ricardo Franco permaneceu em Belém cerca de seis meses, ocasião em que, junto com J. J. Ferreira, desenhou o mapa das Capitanias do Pará, Maranhão, Piauí e São José do Rio Negro.

Finalmente, a 2 de agosto partiram, na companhia do Comissário Chefe das demarcações do Setor Norte, João Pereira Caldas, governador do Grão-Pará e de São José do Rio Negro, para a Vila de Barcelos, sede do governo desta última capitania, onde desembarcaram a 17 de outubro.

Aí permaneceram até o fim de dezembro.

Durante este período de tempo reconheceram e exploraram o rio Negro e o rio Branco, nas fronteiras da Venezuela e Guianas. Juntamente com J. J. Ferreira, Ricardo Franco teria desenhado o mapa do Japurá.

Dentre as principais expedições sertanejas, ou seja, trabalhos de sertão e campo, podemos citar:

— Reconhecimento do rio Branco, em que Ricardo Franco, num trecho encachoeirado do cur-

so d'água, teve sua canoa virada, escapando de morrer afogado por ter-se agarrado num galho de árvore.

— Levantamento dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, ocasião em que a expedição foi atacada por índios, tendo de fazer uso das armas para repeli-los.

— Reconhecimento do rio Paraguai. Nesta expedição, partiram de Vila Bela, na época capital de Mato Grosso, que teve a duração de 187 dias.

Além disso, participou da exploração de várias cabeceiras de rio. Durante um desses trabalhos, ao transpor o ribeirão das Cinzas, que estava com seu leito aumentado em virtude das chuvas, seu cavalo afocinou e ele, que não sabia nadar, teve sua vida salva por seu auxiliar, Manoel Rabelo Leite.

Participou, também, do arrolamento da Fazenda Caiçara, cuja área media 740.000 hectares.

e. Principais obras de engenharia

— Quartel dos Dragões em Vila Bela, que era a tropa de guarda dos capitães-generais.

— Construções em Casalvasco. Foi ele que levantou a Fazenda de Casalvasco, de 840.000 hectares, projetando algumas obras de sua sede.

— Forte de Coimbra. Sua principal obra. Durante dez anos a ela se dedicou, não a deixando, infelizmente, totalmente pronta.

f. Trabalhos de escritório

Dentre esses trabalhos encontram-se trabalhos de cartografia, plantas topográficas, plantas e desenhos de obras, trabalhos de redação, englobando diários de reconhecimento de rios, dos quais podemos citar os rios Branco, Paraguai e Madeira, dentre outros. Convém ressaltar os diversos trabalhos de reflexões e descrição geográfica da Capitania de Mato Grosso.

g. Assessoria nas juntas de governo

Graças à sua competência e discernimento em assuntos técnicos, militares, administrativos e políticos, Ricardo Franco conquistou a confiança dos capitães-generais, sendo consultado na solução dos graves problemas da Capitania. Assim, de 1782 a 1797 e de 1807 a 1808, em Vila Bela, assessorou os capitães-generais de perto, como também nos 10 anos que passou em Forte de Coimbra, longe da capital. Quando ocorria a vaga de capitão-general, o que ocorreu duas vezes, por morte dos respectivos titulares, o governo da Capitania, por força de alvará, passava a ser exercido por uma junta tríplice, chamada *governo de sucessão*, composta do Ouvidor, do Vereador mais velho de Vila Bela e do Oficial mais graduado ou mais antigo de posto na Capitania. Por duas vezes, Ricardo Franco ocupou o lugar que lhe competia na Junta de Governo, em virtude de seu posto.

h. Comando da Fronteira Sul e do Forte de Coimbra

A instabilidade política surgida na Europa, no fim do século XVIII, com a ascensão de Napoleão, refletiu no Brasil, exigindo maior vigilância na fronteira com os espanhóis. Assim, em 1797, Ricardo Franco é nomeado Comandante da Fronteira Sul e do Forte de Coimbra, por ato do Capitão-General Miranda Montenegro, assumindo o comando em agosto de 1797. As notícias vindas da Europa eram de tal gravidade que exigiram a convocação de milicianos, o envio de contingentes para reforço de Coimbra e a ordem de fundação de um novo presídio: o de Miranda. Francisco Rodrigues do Prado, que comandou Coimbra por 5 anos, foi seu fundador em novembro de 1797.

A paliçada construída por Matias Ribeiro da Costa, em 1775, era uma obra de emergência, que assim permaneceu até aquela data por indefinição dos tratados de limites, existindo, inclusive, a corrente portuguesa que defendia o retorno das terras a oeste do rio Paraguai aos castelhanos, incluindo os Fortes de Coimbra e de Albuquerque. Este fato só não se tornou realidade graças à ação enérgica do Capitão-General Luís de Albuquerque de Mello e Cáceres.

Ricardo Franco verifica então que é necessário realizar obras no Forte para melhorar suas condições de defesa e, já em novem-

bro de 1797, assenta a pedra angular das muralhas.

Em 1801, ano do ataque comandado por Lázaro de Ribera ao Forte, ainda restava fechar parte do mesmo, não existindo cômodo ou habitação alguma em seu interior.

i. Ataque ao Forte de Coimbra

O agravamento da situação política na Europa redundou no rompimento de relações entre Portugal e Espanha. Os paraguaios tomaram conhecimento deste fato antes do Governo da Capitania do Mato Grosso.

Como já vimos, em 1797, as medidas tomadas pelos portugueses já consideravam a possibilidade de serem atacados pelos espanhóis, embora a considerassem remota.

Desta maneira, quando o Governador do Paraguai, D. Lázaro de Ribera, no dia 16 de setembro de 1801 ataca o Forte de Coimbra, seu Comandante, Ricardo Franco, não ficou surpreso com o ataque, porém não se encontrava em condições ideais para o combate.

Os índios Guaicurús eram amigos dos portugueses e não gostavam dos espanhóis. Um deles, de nome Nixinica, ao avistar as embarcações castelhanas no Paraguai-inferior, correu a avisar Ricardo Franco. A expedição denunciada por Nixinica podia realmente dirigir-se contra o Forte, podia ser uma simples demonstração de força ou uma visita de inspeção do governador paraguaio

ao Forte Borbon, situado ao sul de Coimbra.

Fosse qual fosse o motivo, Ricardo Franco mandou alguns índios Guaicurus observarem e tomarem informações do que se passava. D. Lázaro os faz prisioneiros. Sua demora no regresso obrigou Ricardo Franco a realizar um reconhecimento mais minucioso, com militares, despachando duas canoas, rio abaixo, no dia 12 de setembro, as quais no dia 13 foram atacadas e, a 14, retornaram a Coimbra.

Morosos foram os castelhanos na marcha das operações. Logrando a surpresa estratégica e a prioridade da iniciativa, perderam a surpresa tática, que lhes teria rendido vantagens imprevisíveis.

Por volta das 16 horas do dia 16 de setembro de 1801, chega com toda a pompa a flotilha castelhana, atingindo a altura do Forte sem sequer diminuir a marcha. Ricardo Franco, com apenas 49 soldados e mais 60 civis, sem nenhuma embarcação, dispendo de 4 canhoneiros de calibre um e 110 fuzis, via à sua frente uma flotilha de 3 sumacas grandes e uma menor, 12 peças de artilharia de médio e grande calibres, com cerca de 600 homens.

O canhoneiro do Forte mandou a primeira advertência. Como não parasse, dispara mais uma vez. Lázaro de Ribera resolve, então, dar uma demonstração de seu poderio bélico, despejando inúmeras granadas de artilharia sobre a fortaleza inacabada.

As 8 horas do dia seguinte, o comandante castelhano envia um

oficial ao comandante do Forte com um ultimatum, exigindo a rendição da guarnição. No forte a situação era difícil. Encontravam-se desparelhados materialmente, desprovidos de subsistência e em inferioridade numérica.

É oportuno lembrar aqui a resposta franca, altiva e imediata do valoroso comandante:-

"Tenho a honra de responder categoricamente a V. E.^{xa} que a desigualdade de forças foi sempre um estímulo que muito animou os portugueses, por isso mesmo, a não desampararem os seus postos e defendê-los até as suas extremidades, ou de repelir o inimigo ou de sepultar-se debaixo das ruínas dos fortes que lhes confiaram; nesta resolução estão todos os defensores deste presídio, que têm a distinta honra de ver em frente a excelsa pessoa de V. E.^{xa}, a quem Deus guarde muitos anos. Coimbra, 17 de setembro de 1801."

Diante da desconcertante resposta do comandante português, foi reiniciado o bombardeio que prosseguiu dia e noite, de 17 a 21 de setembro, com tentativas de desembarque, rechaçadas valentemente pela guarnição do Forte. Ante a resistência e aos contra-ataques desfechados, os atacantes resolveram mudar de tática. Executaram um sítio ao forte, na tentativa de conseguir a rendição pelo esgotamento e pela fome. Os comandados de Ricardo Franco, que já vinham economizando munição e só atiravam com a certeza de atingir o alvo, levaram vantagem sobre o adversário. Depois de tentarem mais um ataque sem sucesso, no

dia 24, a frota castelhana bateu em retirada, aproveitando-se da escuridão da noite. Era a vitória da altivez e da audácia, da bravura e da liderança de um chefe que personificou o dever militar.

Ricardo Franco ainda permaneceu no Forte até 1806, tendo exercido o comando por dez anos ininterruptos, voltando a comandar aquela guarnição por mais uma vez, de 1808 a 1809.

CONCLUSÃO

Por nosso país trabalhou Ricardo Franco incessantemente, de 1780 ao dia de sua morte, 21 de janeiro de 1809. Grande admiração e estima granjeou, aqui, de todo os brasileiros. Pelo bom conceito trazido de Portugal e pelas primeiras mostras de seu valor profissional e de seu caráter, é que os governadores do Pará e do Mato Grosso o escolheram para chefiar as mais importantes expedições que até então se realizaram no Brasil, que foram as do Rio Branco, do Madeira e do Paraguai, convindo notar que trabalharam sob sua chefia astrônomos do quilate de Lacerda e Almeida e Silva Pontes. Esse fato, por si só demonstra, a par de sua competência profissional, a distinção moral, a lhanza e cortesia que tornavam suave a sua autoridade. Ricardo Franco, sempre levando a vida de soldado errante, embrenhando-se por baías, rios e interior das matas, permaneceu solteiro, talvez por não en-

contrar tempo para dividir com sua companheira. No entanto, na solidão do Forte de Coimbra, conheceu uma índia de cuja tribo as mulheres tinham fama de beleza e dessa união nasceram dois filhos. Antes de morrer, Ricardo Franco reconhece a índia e os filhos como seus herdeiros, dando uma demonstração de seu exemplar caráter. A 21 de janeiro de 1809 falece o engenheiro-soldado no Forte que construiu, e que lá viveu por mais de uma década, tendo deixado o seu exemplo intimamente ligado à história daquela guarnição.

Seus restos mortais permanecem no Forte até os dias atuais, como uma relíquia a inspirar o amor e o dever às novas gerações de militares que por ali passam.

Foi com base nesse passado de lutas e glórias, particularmente à frente do comando geral da Fronteira Sul da Capitania do Mato Grosso e Forte de Coimbra, que a 2ª Brigada Mista elegeu, para sua denominação histórica, o nome do intrépido Ricardo Franco, o que foi confirmado pela Portaria Ministerial nº 1.504, de 10 de dezembro de 1980.

BIBLIOGRAFIA

- 200 Anos de Forte Coimbra — Dr. Octávio Gonçalves Gomes.
Heroicidade. . . e Fé — Gen Raul Silveira de Mello.
Revista Militar Brasileira — Ano LXI — Número Especial — Vol. CVII.

Um Homem do Dever — Cel Ricardo Franco de Almeida Serra — Gen Raul Silveira de Mello.

Para Além dos Bandeirantes — Gen Raul Silveira de Mello.

Discurso de Posse na Academia Mato-Grossense de Letras — Dr. Lécio Gomes de Souza.

Coronel Ricardo Franco — Gen Raul Silveira de Mello.



Ten Cel Art Pedro de Souza. Cursos que possui: Academia Militar das Agulhas Negras. Escola de Instrução Especializada — Observação Aérea. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Função que exerce atualmente: Chefe da 4ª Seção da 2ª Brigada Mista.

5000XT DA CCE. É ASSIM QUE TODO 16 BITS DEVERIA SER.



COMPATIBILIDADE

plução trouxe o 16 bits da CCE. micro poderoso, totalmente compatível com o PC XT¹. O 5000XT é capaz de rodar os programas existentes para o PC XT, alcançando alta performance em funções administrativas e gerenciais. Pode ser usado individualmente, em redes ou ligado a um mainframe. Criado em seu projeto e design, tem gabinete compacto e teclado com todos os caracteres da língua portuguesa.

TECNOLOGIA

O 5000XT possui sofisticada tecnologia, características e recursos únicos: sistema operacional totalmente compatível com o MS-DOS 2.00² e BIOS de propriedade da CCE; fonte de alimentação interna de 150 watts; capacidade para até 4 unidades de disco (2 rígidos e 2 flexíveis); placa principal com 256K de RAM; interface de vídeo tipo Colorgraph para monitores mono ou policromáticos de alta resolução gráfica.

¹ Marca Registrada IBM.

² Marca Registrada Microsoft.

SEGURANÇA

O 5000XT conta com a estrutura de uma empresa de grande porte, há 22 anos no mercado, capaz de oferecer apoio e segurança ao usuário e à rede revendedora. A tecnologia que produz o 5000XT alcançará seu desempenho onde ele estiver. Garante confiabilidade absoluta em todos os controles, empresa, que hoje, mais do que nunca, não pode prescindir de eficiência, produtividade, qualidade e preço. Por reunir tudo isto, o 5000XT da CCE se posiciona como o micro ideal. Até para ser imitado.





A EVOLUÇÃO DA DOCTRINA MILITAR DOS EUA — NOVAS IDÉIAS

Roosevelt Wilson Sant'Ana

O Curso de Atualização dos Diplomados da ECEME, agora estruturado em novos moldes, vem divulgando excelente matéria sobre a evolução da Doutrina Militar. Este artigo do Ten Cel Roosevelt Wilson Sant'Ana, transcrito do Informativo nº 2 — CADECEME 86, é fruto de observações feitas pessoalmente nos Estados Unidos e focaliza o que há de mais moderno sobre a doutrina militar americana, como produto de estudos e experiências históricas recentes, como se vê.

INTRODUÇÃO

O Exército dos Estados Unidos tem desde 1982 uma nova doutrina. Devido à abrangência mundial das Forças Armadas deste país, é forçoso que dediquemos um pouco de nossa atenção aos novos conceitos elaborados para guiar o emprego de suas forças terrestres.

O aspecto mais interessante nesta nova concepção norte-americana é o enfoque dado à evolução como algo necessário e vital para a elevação da operacionalidade.

O manual FM 100-5 Operações é a base de todo o conceito doutrinário do Exército dos EUA. Sua versão anterior, editada em 1976 e severamente criticada por todos os escalões e setores do

Exército, apresentava a doutrina rotulada sob o nome de Defesa Ativa. O seu próprio nome, não oficial mas consagrado pelo uso, indicava a sua maior vulnerabilidade: abdicava da ofensiva como meio de se obter a vitória.

O reconhecimento do fato de que vivemos em um mundo de rápida transitoriedade, caracterizado pela aceleração cada vez maior nas mudanças em todos os campos da atividade humana, é parte inerente desta nova doutrina, denominada "Airland Battle", que considera seriamente as influências exercidas pelos fatores de mudança, particularmente o tecnológico, na arte e ciência da guerra.

As razões para a mudança, a criação da doutrina e a implantação da nova organização resultantes são aspectos que merecem uma análise para obtenção de excelentes ensinamentos.

Vamos, ao longo deste trabalho, procurar abordar algumas

idéias mais importantes sobre a atual doutrina, as razões de sua criação e os principais aspectos de sua implantação. Trata-se apenas de, devido ao limitado escopo deste, procurar contribuir para o levantamento, por parte do leitor, de idéias e similaridades com o nosso Exército, deixando de lado a tendência de pura e simples cópia de princípios ou organizações, não mais cabíveis no atual estágio de desenvolvimento de nossa doutrina.

CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA NOVA DOCTRINA

a. A definição dos níveis das operações.

São definidos três níveis de operações na guerra: o nível estratégico, o operacional e o tático. O quadro da figura nº 1 nos dá uma idéia sobre as características de cada um destes níveis.

NÍVEIS DAS OPERAÇÕES

Nível	Forças	Atividade	Localização
Estratégico	Forças Armadas	Guerra (meses) Campanhas (semanas)	País Teatro(s)
Operacional	Grupo de Ex Ex Corpo, Div	Campanhas (semanas) Batalhas (dias)	Teatro Local
Tático	Corpo, Div, Bda, Btl	Batalhas (dias) Combates (horas)	Local

Ressalte-se o nível operacional, como o elo de conexão entre a tática e a estratégia e abrangendo o emprego de grandes unidades em campanhas, dentro do quadro estratégico do Teatro de Operações. Uma similaridade a este conceito é encontrada na definição do Exército de Campanha de nossa doutrina, embora o nível operacional não seja especificamente considerado por nós. Este conceito traduz, ainda, uma influência européia na doutrina norte-americana, pois o mesmo é utilizado também pelos alemães e russos.

b. Os Conceitos Operacionais.

São considerados conceitos operacionais:

1) Iniciativa — definida como ganhar e manter a liberdade de ação. Decidir e agir mais rápido que o inimigo, mantendo-o sob constante desequilíbrio, reagindo a cada ação. É a forma visualizada de conquista e manutenção da iniciativa.

2) Profundidade — rotulada sob o nome de "Deep Battle" ou ação em profundidade, resume-se em buscar, através dos meios de busca de alta tecnologia, os elementos de manobra inimigos ainda não engajados e retardá-los, neutralizá-los ou destruí-los, visando a evitar o seu emprego futuro.

3) Agilidade — significa perceber e explorar rapidamente vulnerabilidades momentâneas apresentadas pelo inimigo, com ações potentes e rápidas, visando a fazer com que ele engaje o seu poder de combate por partes, sem emassá-lo.

4) Sincronização — de todas as ações na direção do cumprimento da missão ou da concepção de manobra do comandante (ou sua intenção). Implica em uma orquestração perfeita das ações em profundidade, aproximadas e de retaguarda.

Estes conceitos operacionais parecem demonstrar mais uma influência germânica na elaboração da doutrina.

c. Visualização do campo de batalha.

A doutrina visualiza as ações de combate como decompostas em três áreas, distintas mas integradas: retaguarda, aproximada e profunda. Estes três combates diferenciam-se entre si pelos escalões envolvidos e pelos meios empregados, mas se complementam em suas ações. Cada escalão combate o escalão inimigo correspondente e busca identificar, através de seus meios, os elementos em profundidade para ação do escalão imediatamente superior. É dada particular atenção às ações de defesa de área de retaguarda em virtude da doutrina do inimigo, o Exército Soviético, que também prevê ações em profundidade.

Os meios para a execução em profundidade são os helicópteros de ataque, a artilharia de tubo e de mísseis, o apoio aéreo aproximado, a interdição aérea, a guerra eletrônica e outros meios de interdição. O helicóptero de ataque é considerado o melhor meio de execução destas ações, que visam particularmente as reservas blindadas inimigas ou seus elementos de choque organizados em elementos

especiais (o chamado Grupo de Manobra Operacional), destinados a aprofundar penetrações obtidas pelos elementos em primeiro escalão.

A Europa é o ambiente para o qual foi modelada a doutrina. As características básicas de seu campo de batalha são áreas densamente urbanizadas, ações convencionais e nucleares, fluidez e não linearidade das ações, intensa guerra eletrônica, dificuldades de comando e controle, atuação em larga escala do poder aéreo, apoio administrativo restrito e ações continuadas. A inferioridade numérica (que se busca contrabalançar com superioridade tecnológica) é também considerada.

d. Operações.

As operações conjuntas e combinadas são consideradas a regra geral. O desafio de compatibilizar meios materiais, humanos e procedimentos de toda natureza com as forças navais, aérea e de países aliados é ressaltado.

Há uma grande ênfase na ofensiva. Mesmo em situações de inferioridade, em que se adota uma atitude defensiva, a doutrina prevê a busca da iniciativa de ações ofensivas. Uma manobra defensiva, buscando a destruição do inimigo à frente do IAADA, é considerada válida e incentivada.

O escalão primordial de execução das ações em profundidade é o Corpo, correspondente de um modo genérico ao nosso Exército de Campanha.

A doutrina é mais orientada para o inimigo do que para o terreno. Considera que este empregará

seus meios de modo escalonado, procurando aproveitar com os escalões seguintes o êxito do primeiro em rápidos movimentos que buscam a retaguarda para obter uma decisão do conflito e impedir o emprego de artefatos nucleares. Leva em conta, ainda, a rigidez de comando e controle, com pouca iniciativa dos elementos subordinados, considerada pelos norte-americanos como uma característica da organização militar soviética.

As ações em profundidade nas operações ofensivas têm como finalidade evitar o reforço da defesa na zona de ação do ataque principal, abrir vias de acesso para os elementos do ataque principal e reduzir o poder de combate em geral do inimigo. Os principais alvos são os órgãos de comando, as reservas blindadas e os órgãos de apoio administrativo.

Na defensiva as ações em profundidade são executadas em uma área que vai da linha de contato até uma linha de controle, estabelecida para coordenação com o apoio aéreo. As outras finalidades são evitar o emassamento do poder de combate e criar oportunidade para ações ofensivas que desorganizem e retardem, causem o insucesso do ataque e reduzam ou destruam o poder de combate do inimigo. Em virtude das condicionantes européias, particularmente a pequena profundidade na defensiva, a manobra se caracteriza pela disposição da maioria de meios o mais à frente possível. É dada particular atenção às ações de defesa de retaguarda.

A dissimulação é realçada como meio de se obter a surpresa e evitar o confronto direto com os meios blindados inimigos. Esta é uma preocupação constante: evitar a maioria de meios do inimigo, desbordando-a e cercando-a em profundidade.

As operações aeromóveis e aeroterrestres são de particular importância no cerco do inimigo.

A guerra eletrônica é ainda considerada como um meio para execução das ações em profundidade. A própria essência da doutrina depende dos meios eletrônicos de busca, uma vez que a primeira tarefa a ser executada nestas ações é descobrir os alvos compensadores para elas. O uso de sensoramento remoto é preconizado para obtenção de informações sobre o movimento de elementos de manobra do inimigo em profundidade. O estudo de situação de informações inclui o levantamento de áreas de interesse, onde são lançados sensores remotos para detectar a passagem de tropas. Estas áreas de interesse são levantadas para se definir a direção geral de emprego dos meios inimigos.

As minas espargíveis são consideradas como meio de interdição em profundidade. Lançadas por helicópteros, artilharia ou pela engenharia elas interditam, temporariamente, áreas do terreno, retardando ou dissociando a progressão inimiga.

e. Liderança.

O fenômeno liderança mereceu um tratamento especial por parte da doutrina. O exército está seriamente empenhado em de-

senvolver lideranças em todos os escalões, considerando as características do campo de batalha do futuro, onde a iniciativa dos comandantes será vital para o sucesso.

AS RAZÕES PARA UMA NOVA DOCTRINA

a. Os desafios da guerra do futuro

O manual FM 100-5 Operações identifica os principais desafios que o exército norte-americano terá que enfrentar em um possível conflito no futuro e os apresenta como introdução à nova doutrina: as características do campo de batalha do futuro, liderança, operacionalidade e instrução.

As características do campo de batalha do futuro são: a inexistência de linhas nítidas de confrontação, com operações continuadas e de alta mobilidade; o emprego de sistemas de armas de alta eficácia e letalidade; o uso intenso do sensoramento remoto e guerra eletrônica; a possibilidade de emprego de armas químicas e nucleares; dificuldades de comando, coordenação e controle; atuação do poder aéreo ampliada; apoio administrativo sujeito a restrições e combate em áreas urbanizadas e densamente povoadas.

A natureza fluída do combate realçará a necessidade de liderança eficaz em todos os escalões.

O início das hostilidades proporcionará prazos de alerta muito curtos, talvez de horas, o que oca-

siona a necessidade de prévio planejamento e manutenção constante dos níveis de operacionalidade das forças terrestres.

A preparação dos combatentes para este tipo de combate necessitará de métodos de instrução de elevada eficácia, tornando-se preocupação constante dos comandantes em tempo de paz e após o início das hostilidades.

A estes desafios soma o manual o fato de que as forças armadas dos EUA deverão estar aptas a defenderem os interesses norte-americanos em qualquer parte do mundo, tendo que se preparar para lutar em ambientes altamente diversificados, em condições extremamente variadas.

b. A Guerra do Vietnam.

Este conflito exerceu considerável influência no pensamento militar norte-americano. Por ser tão recente, seus efeitos ainda estão em avaliação, mas já se notam as consequências de uma guerra que resultou, segundo a visão dos militares, em uma série de vitórias táticas obscuras por uma derrota política. A atuação do exército no Vietnam gerou crises de todos os tipos na sua estrutura, desde os escalões mais elevados até os mais baixos. A doutrina, voltada para os pequenos escalões, afastou-se progressivamente do território europeu, sem contudo conseguir adequar-se a um conflito de características especiais, que até hoje não são bem compreendidas pelos meios militares dos EUA, altamente especializados e profissionais em sua organização, mas dotados de escassa cultura geral ne-

cessária à compreensão de um fenômeno que ia além do quadro de um conflito armado.

A nova doutrina retornou o foco de atenção dos EUA para a Europa. Os conflitos do tipo Vietnam, foram abordados em regulamento específico denominado Conflitos de Baixa Intensidade, que apresentam maior probabilidade de ocorrência, mas são considerados de menor perigo para a sobrevivência do país, merecendo pois atenção mais secundária do âmbito militar, sendo da alçada do campo político.

c. Os exemplos históricos

Em sua abordagem de evolução doutrinária os norte-americanos procuraram olhar para o passado em busca de exemplos. A constatação foi de que, em todos os conflitos em que se viram envolvidos, os EUA não possuíam, por ocasião do início das hostilidades, uma doutrina adequada às realidades da ocasião. Este problema foi atenuado com o passar do tempo e a experiência ganha em combate, pois no passado havia tempo para adaptações e evolução durante o desenrolar das ações. A análise desses exemplos ressaltou também que, nas atuais circunstâncias, não haveria mais a flexibilidade de adaptação durante as hostilidades, em virtude da rapidez das operações visualizadas e das modificações drásticas provavelmente causadas pelo conflito na estrutura mundial.

d. O ritmo da inovação tecnológica

A evolução da tática tem sido sempre posterior à da tecnologia.

Na maioria dos exércitos do mundo, a tradição e os conceitos arraigados dificilmente cedem lugar às novas idéias com facilidade. O exemplo do emprego do carro de combate, que desequilibrou sensivelmente o estágio inicial da Segunda Guerra Mundial, tornou evidente este descompasso. As evidências anteriores mostram que as inovações tecnológicas foram subutilizadas na guerra por falta de táticas adequadas ao seu potencial. O ritmo de mudança tecnológica, exponencial, sempre foi seguido de longe pelo da tática, linear, ou mesmo reprimido pela tradição e aferramento a doutrinas anteriores.

Neste sentido a doutrina da "Airland Battle" procurou não só acertar o passo com a tecnologia, mas também ousar, criando táticas que demandassem novas tecnologias.

Pela primeira vez a evolução do pensamento tático passou a gerar a necessidade de novas tecnologias. Esta é uma mudança sem precedentes na história dos conflitos armados da humanidade e, certamente, suscita muitas dúvidas sobre a sua validade.

e. Uma resposta a um inimigo definido

Ao definir como prioritária para os seus interesses a área europeia, os EUA definiram o seu principal inimigo e puderam criar uma doutrina baseada nas características deste. Na verdade, boa parte das idéias do "Airland Battle" pode ser encontrada em escritos de militares russos de até mesmo vinte ou trinta anos atrás. O estudo

aprofundado da doutrina soviética foi, por certo, uma fonte inspiradora da nova doutrina.

f. O moral do Exército Norteamericano

Abatido pela guerra do Vietnã, e a impopularidade dela derivada, deprimido por uma doutrina que enfatizava um conceito extremamente defensivo e em estado de letargia pelo receio de novos fracassos na aplicação do poder militar no mundo, o Exército dos EUA procurou reformular-se de modo a voltar a ter a eficácia de períodos anteriores. A mudança do sistema de recrutamento para o voluntariado exigia um moral elevado e uma imagem positiva para se obter qualidade em pessoal. A cultura dos EUA é muito sensível à imagem do vencedor e bem-sucedido, e se tornava imprescindível rotular o Exército como algo novo, modificado, refeito dos fracassos passados e apto a exercer o seu papel de guardião dos interesses dos EUA em todo o mundo, particularmente na Europa.

g. A possibilidade de uma guerra convencional na Europa

As concepções estratégicas de emprego do armamento nuclear passaram da idéia generalizada do "guarda-chuva atômico" norteamericano sobre a Europa para a possibilidade de emprego de artefatos nucleares táticos em território europeu. Associado a isso, o crescimento numérico das forças convencionais e nucleares táticas do Pacto de Varsóvia geraram a possibilidade de um conflito localizado. A saída da França da OTAN retirou profundidade do

dispositivo defensivo da aliança e possibilitou a hipótese de uma rápida e avassaladora ofensiva soviética até as fronteiras francesas, combinada com ações em profundidade que imobilizassem os meios nucleares táticos da OTAN. Esta modificação, associada ao tempo demandado para consultas políticas, necessárias em caso de emprego de artefatos nucleares por parte de tropas da aliança, reduziu a margem de flexibilidade para uma defensiva em um conflito localizado, daí a atitude preventiva da doutrina com relação aos escalões seguintes das forças soviéticas.

O desdobramento de mísseis nucleares norte-americanos de médio alcance na Europa é também parte de um esforço para contrabalançar o poder de pressão militar exercido pelos soviéticos, sempre presente nas confrontações políticas européias. Este desdobramento se insere no contexto da "Deep Battle", ameaçando a URSS com a possibilidade de sofrer as consequências de um conflito em seu próprio território, fato historicamente temido pelos líderes soviéticos.

A CRIAÇÃO E A IMPLANTAÇÃO DA DOCTRINA

a. A criação e evolução da doutrina

A evolução da doutrina no Exército norte-americano é coordenada pelo TRADOC — Training and Doctrine Command (Comando de Instrução e Doutrina) que se encarrega de coletar informa-

ção de fontes diversas e ao mesmo tempo de testá-las em condições de combate simulado, verificando a sua validade, criando o corpo de princípios que configuram a doutrina como um todo. Ao que parece não existe uma metodologia sistematizada para a criação de uma nova doutrina, mas uma constante coleta de estudos, idéias e informações que conduzem a uma evolução permanente da mesma. A mudança radical em relação à anterior, ocorrida no caso da "Airland Battle", foi devida mais ao alto grau de crítica sofrido pela defesa ativa e um quase consenso geral de que havia algo de errado nela, dentro dos quadros da força terrestre. Isto indica que os altos escalões, responsáveis pela formulação dos conceitos doutrinaários, são sensíveis ao "feedback" da organização e que há canais de comunicação abertos para tal.

Já há sugestões no sentido de se implantar uma metodologia para criação ou evolução da doutrina. É necessário compreender um pouco do contexto social dos EUA para analisar este aspecto: lá a evolução resulta muito mais do somatório de pequenas criações e inovações, oriundas de indivíduos ou pequenos grupos, do que de uma poderosa organização inovando de cima para baixo. Esta é a essência do poderio democrático americano, somente possível pela existência de uma grande quantidade de indivíduos com elevado grau de preparo, normalmente especializado, canais de comunicação eficazes para fazer a informação circular livremente e, sobretudo,

do, a preservação do direito de autoria que recompensa o indivíduo e o estimula a criar mais. A valorização do trabalho e a garantia absoluta dos direitos individuais é que geram a organização que, à vista dos menos avisados, parece engendradora para e não pela coletividade de esforços. É viável a criação da metodologia de evolução ou criação da doutrina, mas ela não diferirá muito do que se vem praticando hoje em dia e, se for demasiado inibidora da iniciativa individual, certamente gerará reações fortes.

Em síntese, a criação da doutrina é efetuada por uma organização que compreende um grupo superior, sob o qual estão, juntos, instrução e doutrina, proporcionando experimentação e avaliação. A existência de canais de comunicação com os elementos de execução (U, GU e Cmdos) e com as escolas permite a união da prática e da teoria, além de se obter uma avaliação do que foi recentemente implantado feita por aqueles mais de perto interessados: os usuários dos princípios e materiais resultantes da inovação.

Os passos desta evolução poderiam ser esquematizados da seguinte maneira:

- reconhecimento da necessidade de mudança
- coleta de idéias e informações
- definição da doutrina
- disseminação de informações sobre a doutrina
- implantação da nova doutrina

— instrução e reorganização da força para a doutrina

— avaliação de resultados

— modificações necessárias

b. A implantação, um problema específico

A distribuição às tropas de um novo equipamento é algo fácil de ser absorvido, bastando um processo de treinamento que modifique os métodos e comportamentos empregados pelo sistema antigo. Quando há, porém, uma modificação em larga escala de equipamento, métodos e doutrina, ao mesmo tempo, isto representa uma mudança radical, cujas consequências podem ser as mais diversas possíveis, indo desde a desestruturação da organização até mesmo ao choque psicológico em indivíduos, se não houver uma preparação prévia para a mudança. É sabido o fato de que uma modificação ambiental gera tensões e reações em grupos de indivíduos trabalhando em uma organização. Quando esta organização abrange o mundo, como no caso do Exército norte-americano, estas modificações além de exercerem influências internas geram, também, consequências externas, particularmente em aliados com os quais os EUA estão pesadamente comprometidos, como na Europa.

A primeira preocupação do exército dos EUA foi, ao que parece, "vender" a nova doutrina através de uma campanha de esclarecimento interna e externa. Comunicação em larga escala foi empregada para divulgar a "Airland Battle", uma quantidade imensa de artigos foi escrita sobre

ela e um programa de implantação foi estabelecido sob o nome de "Force Modernization and Integration" (Integração e Modernização das Forças). Manuais de orientação aos comandantes em todos os escalões foram elaborados e a ECEME incluiu em seu currículo este programa.

O plano de implantação é mais detalhado à medida que se desce nos escalões da força e inclui a modificação das organizações dos Cmdo, GU e U, a instrução do pessoal, a aquisição, recebimento e colocação em operação de novos equipamentos, além de outros detalhes necessários à adaptação das estruturas à nova doutrina.

O manual de orientação do comandante enfatiza o processo de mudança e orienta como lidar com as implicações desta, abordando tópicos como: objetivos, o ciclo de integração, importância da liderança, administração da transição e outros. A resistência à mudança e como lidar com ela são aspectos realçados.

Liderança é um item considerado extremamente importante no processo global. A nova doutrina enfatiza a necessidade de desenvolvimento de liderança, em todos os escalões, apontando como razões as características do campo de batalha moderno, onde os comandantes freqüentemente se verão sós e sem orientação imediata de seu escalão superior e terão que tomar decisões rápidas que deverão ser orientadas para a missão, ou para a concepção de manobra do comandante. A influência da liderança no processo de implanta-

ção da nova doutrina é considerada vital para o sucesso. Uma nova visualização do fenômeno *liderança* foi desenvolvida. Ela procura ser mais pragmática e menos teórica na abordagem do assunto e merece um estudo acurado de nossa parte.

CONCLUSÃO

Há críticas a esta nova doutrina. Os argumentos mais interessantes são os que apontam as ações em profundidade como consumidoras de meios que podem comprometer o sucesso do combate aproximado, demasiado arriscadas e passíveis de cerco e eliminação, bem como possivelmente inúteis, pois poderão estar buscando em profundidade elementos de choque que o inimigo poderia guardar mais próximo aos elementos em primeiro escalão, como o Grupo de Manobra Operacional.

De um modo geral, no entanto, há uma grande motivação pelo que ela representa em termos de buscar a iniciativa e a ofensiva, gerando uma sensação de otimismo para o exército norte-americano. A assimilação de novas tecnologias, associada à possibilidade de encomendar inventos para satisfazer a necessidade tática, valorizou o combatente, colocando-o como fim e não instrumento da inovação tecnológica.

O processo de implantação está em curso e avança dentro dos cronogramas previstos. Problemas têm sido encontrados e uma luta constante pela garantia de recur-

tos no orçamento é travada para assegurar a continuidade do programa. A compatibilização de sistemas novos com os antigos e com os de aliados cria desafios de primeira ordem sobre os quais se debatem os especialistas, com frequência.

Há resistência por parte dos principais aliados dos EUA na Europa. Estes admitem operações de interdição em profundidade, de caráter limitado porém, considerando arriscada a idéia central da "Deep Battle", aferrando-se à ideia da atitude defensiva, com o objetivo de restabelecer ou manter as fronteiras, receando adotar uma idéia ofensiva que intimide e exarcebe um vizinho poderoso como a URSS.

Os meios tecnológicos necessá-

rios à execução das operações previstas na "Airland Battle" necessitam ser desenvolvidos, particularmente os meios de busca eletrônicos integrados para todos os escalões, e demandarão recursos, que a situação política atual do país garante em parte, mas que poderão ser cortados em caso de mudanças futuras no governo.

É interessante para nós acompanhar e analisar a transformação por que passa o Exército dos EUA no momento, porque poderemos retirar importantes ensinamentos sobre o processo de mudança de uma força para se adaptar a novas realidades e exigências. Os princípios básicos deste processo não são absolutamente novos, mas a escala em que se verificam as transformações é inédita.



O Maj Eng Roosevelt Wilson Sant'Ana tem os cursos militares da AMAN, EsIE, EsAO, ECEME, Command and General Staff College (US Army, Fort Leavenworth) e diversos cursos civis nas áreas de Informática e Administração. Exerceu funções de Estado-Maior em BECmb e no 2º Cp4ECnst. É atualmente Instrutor da ECEME.



O FORTE DE COIMBRA NOS NOSSOS DIAS

Davis Ribeiro de Sena

O Coronel R-1 Davis Ribeiro de Sena, velho estudioso de nossa História, focaliza agora aspectos interessantes deste sítio histórico ao redor do Forte de Coimbra, baluarte significativo da defesa do nosso território. E presta uma homenagem ao seu fundador, o Coronel Ricardo Franco.

Ao elaborar este modesto trabalho, o autor não tenciona abordar a saga do Forte de Coimbra e o seu papel histórico na formação da nacionalidade brasileira, haja vista que vários pesquisadores e analistas mais capacitados — à frente o mestre e historiador militar Gen Raul Silveira de Mello — já o fizeram com diligência, oportunidade e desvelo. Pretende mostrar, somente, aos seus pacientes leitores, a situação atual do glorioso Forte, a cuja existência deve o Brasil a conquista e a manutenção do seu território, que se estende do oceano Atlântico aos contrafortes orientais dos Andes.

Sinceramente, não é muito fácil chegar na antiga fortaleza, fin-

cada, por providencial acaso, na margem ocidental do rio Paraguai, pelo Capitão de Auxiliares Mathias Ribeiro da Costa, em 13 de setembro de 1775, a mando do Capitão-das-Armas e Governador da Província de Mato Grosso Luiz Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. O meio mais simples é o seguinte:

O ponto inicial da viagem é a morena cidade de Campo Grande, moderna capital do novel Estado de Mato Grosso do Sul, que é servida por eficiente infra-estrutura de transportes aéreo e terrestre. De Campo Grande, em vagão-leito da Noroeste, não muito confortável, percorre-se todo o surpreendente e magnífico Pantanal Matogrossense, possuidor de uma fauna

insinuante e maviosa que povoa seus imensos e encantadores horizontes.

A partir de Corumbá — hospitaleira e alegre cidade sul-matogrossense, lindeira com a Bolívia — ainda via ferroviária, em rápida e sossegada viagem, atingimos Porto Esperança, na margem oriental do rio Paraguai, lugarejo em que, após breve baldeação, o trem entra de ré.

Daí, de barco pertencente ao Forte de Coimbra — as velozes lanchas “voadeiras”, para 4 pessoas, ou as pitorescas “gaiolas”, que dispõem até de singelos camarotes — chegamos ao altivo Forte, depois de aprazível viagem fluvial, ocasião em que admiramos esplendorosa paisagem, típica do Pantanal, com suas imponentes aves e animais aquáticos, raros e belos, que emolduram uma flora viçosa e serena, como as águas do grande e piscoso rio. A topografia é movimentada, e os inúmeros braços do rio (“furos”), remansos e ilhas retratam um panorama prodigioso, ímpar e bucólico.

A visualização do Forte, ao longe, é extasiante, fantástica, pelo seu impacto grandioso, contrastante e selvagem. Contagante também é a espontânea recepção oferecida aos visitantes pelos moradores do pequeno povoado que ladeia, habitado por cabos, soldados, agregados e populares, homens, mulheres e crianças. Por todos, a pequena vila é chamada de Saramandaia, como decorrência da irresistível influência das novelas de televisão sobre o comportamento da população brasileira.

Oficiais e sargentos, juntos com seus familiares, também participam da festa da chegada ou da partida das embarcações, sempre o principal evento do dia.

A humilde e ordeira comunidade possui, hoje, cerca de 1.000 moradores. Contam os habitantes de Saramandaia que, até o ano de 1974, eles eram em número de 3.000. Daquela data em diante — como consequência da terrível enchente que inundou indistintamente os lares populares e a Vila dos Sargentos — o povo emigrou para outras latitudes menos perigosas, resultando no declínio do vilarejo. Aliás, a “cheia” — de 1974 — é o marco que distingue o relativo progresso que contagiava a população naqueles dias, dos dias difíceis de hoje, porquanto, até o citado ano, existia uma estrada vicinal que, embora precária, conduzia de Coimbra a Corumbá, minimizando o problema vital da conexão entre aquelas ínvias paragens e o razoável pólo de desenvolvimento que a última cidade representa.

As águas do rio Paraguai, ao baixarem, não mais retornaram ao seu antigo leito, permanecendo vários palmos acima do seu nível anterior. As enchentes, no grande rio, são periódicas, anuais; entretanto, a partir do fatídico ano de 1974, o seu leito foi ampliado, invadindo terras antes habitáveis. A citada estrada Coimbra-Corumbá foi interrompida definitivamente e, em nossos dias, não é mais transitável, e o aeroporto, a escola, a igreja (católica) e a assembléia de Deus sofreram danos considerá-

veis. Por outro lado, o percurso Coimbra—Porto Esperança também podia ser feito por terra, a pé ou a cavalo, aproveitando picadas e caminhos existentes às margens do rio Paraguai. Até 1974.

A Vila dos Oficiais apresenta algum conforto e o aquartelamento é compatível ao cumprimento da missão atribuída à Unidade (1ª/6ª GACos). As residências são providas de tela em todas as aberturas, a fim de que seja neutralizada a ação constante dos insetos daninhos. Em que pese a solidão e a sensação de isolamento, constatamos que a jovem oficialidade cumpre normalmente suas tarefas, como o faz em qualquer organização militar do Exército Brasileiro. A rotina castrense é a mesma, acrescida de outros encargos administrativos que sobrecarregam o Comandante, tais como: manutenção das lanchas, atividades de padaria, ambulatório, transporte, açougue, reembolsável, direção de serviços públicos básicos e da rede escolar etc., além de ser o mediador, nas questões litigiosas, entre os cidadãos, pois inexistem autoridades civis.

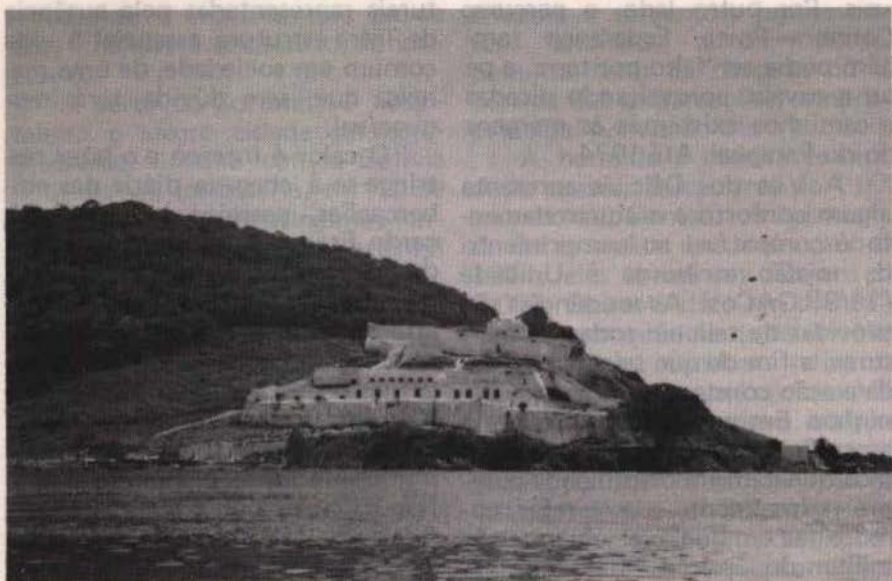
As crianças freqüentam as aulas e se divertem, pescando e fazendo limitadas incursões no amplo matagal que circunda a povoação e é emocionante constatar o estímulo, a generosidade, o companheirismo, a extrema dedicação das esposas, a maioria ainda meninas-moças vivendo afastadas das cidades de origem e de seus familiares, iniciando a edificação de suas próprias famílias, junto aos maridos, superando as agruras na-

turais representadas pela ausência de infra-estrutura essencial à vida comum em sociedade, de uma maneira que, sem dúvida, será inescusável.

O calor é intenso e o lazer restringe-se à chegada diária das embarcações, passeios à "Gruta Ricardo Franco" (que o povo chama de "Gruta do Soturno") — insólito recanto que tem como principal atração uma profunda fonte subterrânea de água límpida e potável — visitas a amigos e participação em íntimas reuniões sociais, no Cassino dos Oficiais, além da prática de esportes diversificados. Não há cinema ou clube social e os sinais de televisão são precários: um dia a imagem está boa, outro, não. Através de um mutirão, foi cravada uma torre repetidora no vizinho Morro da Marinha, para o que foram ultrapassados obstáculos de toda espécie, quer de ordem financeira, quer topográfica, pois a elevação é de difícil acesso, devido à agressividade da vegetação e à natureza íngreme de suas encostas.

As muralhas, baluartes e seteiras do heróico Forte permanecem firmes e sua planta continua fiel à velha "Bateria Ricardo Franco", com pequenas alterações. Logo à entrada se vê a histórica inscrição, em bronze, afixada na muralha leste, que transcrevemos abaixo, mantidos o teor e a forma originais:

Bateria Ricardo Franco
Inaugurada no governo do Dr
Affonso Penna sendo Ministro
da Guerra o Marechal Hermes
Comandante do 7º Distrito



A imponência do Forte de Coimbra captada da margem oriental do rio Paraguai. O aquartelamento da 1ª/6ª GACos e o campo de pouso situam-se atrás da elevação. À direita da fotografia ergue-se o modesto povoado.



A nossa Bandeira.

Militar o General Vespasiano de Albuquerque Delegado de Engenharia o Major Albuquerque Souza e Engenheiro das obras o Tenente Sebastião Silva

1908 — 1909

Anos depois, por intermédio do Decreto-Lei nº 4.027, de 16 jan 1942, a Unidade Militar ali destacada — tradicionalmente, da arma de Artilharia — foi agraciada com a Denominação Histórica "Grupo Portocarrero", fruto da intenção oficial de homenagear o Comandante do Forte Coimbra, por ocasião da Guerra do Paraguai, mas, sem o saber, desfazendo a denominação já existente, desde o início do século. Restabelecer o galardão de "Bateria Ricardo Franco" é um dever de justiça a um dos maiores brasileiros de todos os tempos, atualmente pouco lembrado que, chefiando uma reduzida guarnição de 100 soldados e índios, repeliu a expressiva frota do Governador do Paraguai Lázaro de Rivera (800 homens e numerosos canhões) e assegurou como brasileiras as vastas e ricas planícies controladas pelos intrépidos índios Guaicurus. Coube-lhe, ainda, como o mais distinto Comandante do Presídio de Nova Coimbra, consolidar o decisivo acordo de amizade celebrado com os guerreiros Guaicurus, tornando-os súditos portugueses e criando condições físicas, étnicas e históricas para a incorporação definitiva do mencionado território, hoje caracterizado pelo Estado de Mato Grosso do Sul (1).

Ademais, essa correção histó-

rica não representa deméritos para os defensores do Forte de Coimbra, em 1864, liderados pelo insigne Ten-Cel Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero que, após repelir o assédio guarani, nos dias 27 e 28 dez 1864, soube retrair com honra, durante a noite de 28/29, em razão da significativa superioridade numérica do inimigo e por falta absoluta de munição de infantaria. Trata-se, apenas, de repor a condição precedente, obedecendo-se à evolução natural do Forte de Coimbra, que foi infringida unicamente por desconhecimento da Denominação Histórica concedida em 1909 e inscrita em suas épicas muralhas.

Cabe ressaltar, arrematando com mérito este pequeno trabalho, as palavras colocadas por Ricardo Franco, na resposta ao arrogante Lázaro de Rivera que o intimava a "render-se prontamente, pois, do contrário, o canhão e a espada decidirão a sorte de Coimbra, sofrendo sua infortunada guarnição as contingências da guerra, de cujos estragos V. Sa. se verá livre, se concordar com a minha proposta, respondendo-me dentro de uma hora".

Redigido em pleno fragor da batalha, sob a superioridade do fogo inimigo, o seu memorável teor reflete o ímpar patriotismo e abnegação, a disciplina consciente e a heróica simplicidade do Comandante do Forte, escrevendo uma indelével página que se perpetuará nos anais da memória da nacionalidade brasileira:

"Tenho a honra de responder categoricamente a V. Exa. que a



O rio Paraguai, visto do Forte (direção N-S). Lá no horizonte foram avistadas as frotas de Lázaro de Rinera (1801) e de Pedro Ignácio Meza (1864). As águas do grande rio inundaram os prédios junto à sua margem.



A Vila dos Sargentos totalmente invadida pelas águas do rio Paraguai. A fotografia data de maio de 1982.

desigualdade de forças sempre foi um estímulo que animou os portugueses, por isso mesmo, a não desampararem os seus postos e a defendê-los até as duas extremidades: ou repelir o inimigo ou sepultar-se debaixo das ruínas do forte, que lhes confiaram. Nesta resolução se acham todos os defensores deste Presídio, que têm o prazer de ver em frente a excelsa pessoa de V. Exa. a quem Deus guarde muitos anos."

No gabinete do Comandante, encontra-se a urna mortuária onde jazem os restos do Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, seu fundador e invicto defensor. Essa relíquia é cuidada com carinho e reverenciada contritamente, por toda a comunidade de Coimbra, como o maior legado de bravura, altivez e patriotismo existente no aquartelamento, ao lado da milagrosa imagem de Nossa Senhora do Carmo. Reza a tradição que, fazendo com que escapassem ilenos das violentas pelejas de 27 e 28 dez 1864, a imagem da Padroeira do Forte, presente à batalha, protegeu miraculosamente os combatentes brasileiros contra as poderosas forças invasoras do

Coronel Vicente Barrios e do Capitão-de-Fragata Pedro Ignacio Meza, milagre que é transmitido, de boca em boca, desde os intrépidos defensores do Forte, até os seus continuadores dos dias atuais. A verdade histórica confirma: não houve baixas brasileiras nesses combates, enquanto, no lado oposto, contaram-se 42 mortos e 184 feridos.

Eis o Forte de Coimbra, ao qual devem os brasileiros a manutenção da amplitude da penetração bandeirante até o sopé dos Andes. Conhecer sua história é dever patriótico. Visitá-lo, um privilégio de que só poucos podem se orgulhar.

NOTA DO AUTOR

(1) Na época da fundação do Presídio de Nova Coimbra, a maior parte da atual Bolívia, o Paraguai e a Argentina constituíam o Vice-Reinado do Prata, com sede em Buenos Aires. Os territórios de Chiquitos e Moxos — subordinados àquele Vice-Reinado e que hoje formam a porção oriental da Bolívia — ligavam-se com o porto de Buenos Aires por intermédio, unicamente, do rio Paraguai, afluente do rio da Prata. Assim, a existência do Forte — estabelecendo um poderoso enclave entre o litoral e o interior da colônia espanhola — impediu a vital conexão e contribuiu para que, mais tarde, o incipiente Vice-Reinado do Prata fosse desmembrado em 4 países distintos.



O Cel Cav R/1 Davis Ribeiro de Sena tem os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. No campo civil, tem os cursos de Administração de Empresas (Bacharel), de Organização e Métodos, de Administração de Pessoal e o Curso de Introdução a Computadores para Executivos. Entre as comissões militares desempenhadas destacam-se: Chefe da 3ª Seção da 6ª Brigada de Infantaria Blindada (Santa Maria, RS), Chefe da Divisão Cultural e Histórica do Centro de Documentação do Exército (Brasília, DF), Chefe da 4ª Seção da Inspetoria Geral das Polícias Militares (Brasília, DF) e Comandante do 17º Regimento de Cavalaria (Amambai, MS).



DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE ARMAS: ABSORÇÃO DE TECNOLOGIA ESPECÍFICA

Antonio Cunha de Oliveira

Este artigo do Ten Cel Antônio Cunha de Oliveira, escrito com base em seus estudos como aluno do IME e da ECEME, incide sobre a Ciência e a Tecnologia dos sistemas de armas. Além disso, incursiona o autor em aspectos políticos e estratégicos do problema pois, como disse, "a indústria bélica própria é vital para a soberania e defesa da Nação".

INTRODUÇÃO

Não se pode falar em sistema de armas, sem antes ressaltar a importância da Ciência e Tecnologia, presentes em todos os setores das atividades humanas, molas propulsoras do desenvolvimento das nações, fatores que permeiam as quatro expressões militares do Poder Nacional.

É nosso intuito, com este trabalho, conceituar sistema de armas, apresentar suas principais características, composição e atributos, relacionando-o sempre ao de-

envolvimento tecnológico do Exército e à grande necessidade de absorção de tecnologia específica.

Procuraremos relacionar e analisar os principais óbices ao desenvolvimento de um sistema de armas, expondo mais detidamente tudo o que se tem feito, no âmbito do Exército, para aquisição de tecnologia concernente a sistema de armas.

A Expressão Militar, como não poderia deixar de ser, recebe a influência imediata do desenvolvimento tecnológico, que modifica constantemente a arte da guerra, aperfeiçoa os armamentos, cria no-

vos e sofisticados engenhos bélicos, visando sempre a superioridade sobre o inimigo.

Da combinação desses equipamentos e de diversos outros componentes, com características específicas e funções diversas, surge um sistema mais ou menos complexo a que denominamos: sistema de armas.

O desenvolvimento do armamento, ao longo da História, está intimamente associado ao do homem, que cada vez se torna mais exigente quanto aos padrões de conforto, bem-estar e, conseqüentemente, de sua própria defesa.

As nações mais desenvolvidas despendem hoje grande parcela de seu PIB, na pesquisa e desenvolvimento dos mais complexos sistemas de armas.

A estratégia da dissuasão é grandemente utilizada no confronto entre as nações, e para tanto necessário se torna uma Expressão Militar fortalecida.

O Brasil não pode, portanto, se descuidar desta grande verdade — Ciência e Tecnologia são fatores decisivos na avaliação do poder militar de uma nação. Os complexos sistemas de armas, com os seus mais variados componentes, tais como foguetes, mísseis, computadores, radares, elementos técnicos e especializados, são inventos contemporâneos que pesam decisivamente em qualquer confronto.

Transcreveremos, a seguir, alguns dizeres extraídos do Manual Básico da Escola Superior de Guerra (ESG) que corroboram essa nossa assertiva:

“Não se pode justificar a hipertrofia das Forças Armadas em detrimento do processo de desenvolvimento de uma nação, mas não se admite, por ilógico e temerário, que a Expressão Militar do Poder Nacional seja colocada em plano menor, à míngua de recursos e incentivos técnicos, na falsa concepção de que a prioridade absoluta deve ser dada ao campo do Desenvolvimento.

“Não existem nações desarmadas, porque nenhuma delas seria capaz de desfazer-se de sua Expressão Militar para merecer, por esse ato ingênuo, o respeito e a simpatia de todos os povos. Não há fórmula miraculosa capaz de manter a paz, sem ameaças de conflitos internos ou de guerra entre os povos. A ser realidade essa utopia, compreenderíamos total despreocupação com a Expressão Militar.” (Manual Básico da ESG, pág. 195.)

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE ARMAS

Generalidades

O aparecimento do nome “sistema de armas”, tradução literal de “*weapon system*”, é uma consequência natural da evolução do armamento no decorrer do tempo.

Muito se tem escrito sobre esse desenvolvimento, resultante da necessidade de os homens manterem suas conquistas, preservarem sua sobrevivência e se fazerem respeitar ante seus inimigos. O mesmo se verifica no concerto das na-

ções, onde infelizmente ainda domina o direito da força e não a força do direito. Dentro desse quadro internacional incerto e inseguro, não se pode descuidar da qualidade e do desempenho do material bélico, ao lado de todos os fatores da Expressão Militar do Poder Nacional.

Ao aumento da potência e do alcance das armas seguiu-se o aperfeiçoamento das mesmas, visando aumentar-lhes a precisão e a eficácia, bem como a proteção individual da guarnição, como podemos constatar nos modernos fuzis, nas metralhadoras e nos carros de combate.

As descobertas de novos fenômenos e a geração de conhecimentos científicos e tecnológicos respondem pelo progresso de nossos dias, em todos os campos da atividade humana, especialmente na arte bélica. Uma batalha é muitas vezes ganha primeiro nos laboratórios para depois ser confirmada nos campos de batalha.

Hoje em dia, a sofisticação crescente do armamento fez aparecer o sistema de armas, onde não mais entra em jogo somente a arma e o atirador, mas toda uma estrutura de homens, engenhos e equipamentos, cuja finalidade é obter a máxima eficiência no cumprimento de uma missão operacional, face a um inimigo bem aparelhado tecnicamente.

Assim, através do sistema de armas, todas aquelas operações necessárias à execução do tiro, tais como detecção e identificação de inimigos ou alvos; designação do alvo mais perigoso; acompanha-

mento do alvo escolhido; determinação da distância ao alvo; cálculo dos elementos de tiro; tiro propriamente dito; avaliação do resultado; correção etc., podem ser, no todo ou em parte, automatizados, o que permite realizar o tiro com muito mais rapidez e eficiência, possibilitando a defesa contra as incursões rápidas do inimigo, a exemplo dos ataques aéreos a baixa altitude.

Conceituação, características e evolução

Como o nome indica, sistema de armas deve ser um sistema material que, no sentido amplo, significa um conjunto de objetos inter-relacionados, de modo que os atributos do sistema sejam superiores aos de seus componentes.

Há dificuldade em defini-lo precisamente, assim o apresentaremos pelo que encontramos a respeito: O ME 320-5, Vocabulário da ECEME registra: SISTEMA DE ARMAS.

"Conjunto de armas, equipamentos militares e os componentes necessários à sua operação, empregados como uma entidade para desempenhar uma missão militar."

"Instrumento de combate com todos os equipamentos relacionados, as técnicas operativas, as instalações e os serviços de apoio diretamente necessários a permitir a sua operação como uma unidade singular, capaz de produzir um efeito desejado."

As IG 10-21, Instruções Gerais para as Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento no Exército,

apresentam a seguinte definição para sistema de material:

"Combinação de materiais ou equipamentos, reunidos para desempenhar uma ou mais funções operacionais."

Schendel propõe para sistema de armas a conceituação que se segue:

"Conjunto complexo de equipamentos e homens, organizado de modo a formar um todo coerente, destinado a realizar uma missão militar."

Do que se depreende da literatura especializada, podemos concluir que sistema de armas são sempre sistemas complexos ou grandes sistemas que possuem, dentre outras, as seguintes características:

- O sistema comporta grande número de dispositivos físicos, funcionando de maneira coordenada.

- Seus equipamentos são, quanto à natureza, bem diferentes, quais sejam: mecânicos, eletrônicos, ópticos, químicos etc., requerendo uma infra-estrutura diversificada para sua implantação e manutenção.

- Requerem o concurso de pessoal especializado e diversificado para sua colocação em serviço e manutenção.

- Seu custo é elevado.

- Seu desenvolvimento é demorado.

- Possuem uma unidade eletrônica central de processamento que controla, supervisiona ou indica todas as operações, podendo apresentar até um pequeno grau de inteligência.

- Os sistemas ou seus vetores poderão escolher os alvos automaticamente, quando deles se aproximarem e os identificarem, ou mesmo escolher os seus pontos vitais, nos quais deverão percutir.

- Possuem capacidade de auto-adaptação ao ambiente em que se encontram, sem terem tido dele conhecimento a priori. As informações vão sendo memorizadas sucessivamente, através de tentativas, erros e acertos, e o sistema vai aprendendo a reagir, melhorando progressivamente seu desempenho numa determinada missão.

Toda essa evolução tem sido conseguida, no decorrer dos nossos dias, devido ao grande desenvolvimento que tiveram vários ramos do conhecimento humano, tais como: a Eletrônica, a Informática, a Engenharia de Sistemas, a Mecânica, a Eletro-Óptica, a Ciência dos Materiais, o Cálculo, a Física, a Química.

A microeletrônica possibilitou a realização de pequenos calculadores, preditores, processadores e computadores capazes de realizarem missões até então consideradas impossíveis.

O estudo científico do tratamento da informação possibilitou um aproveitamento ótimo das máquinas (*hardware*) que a microeletrônica é capaz de produzir.

Além disso, a disponibilidade de grandes centros de cálculo, de processamento e de bancos de dados, bem como o projeto ajudado por computador, constituem ferramentas fantásticas, capazes de agilizar projetos complexos e minuciosos.

O tratamento sistemático de um conjunto de meios ou equipamentos possibilitou o correto dimensionamento de seus componentes e a interação entre eles, permitindo o chamado funcionamento integrado do sistema.

A análise estrutural, pela decomposição em elementos finitos, deu origem ao projeto de estruturas mecânicas corretamente dimensionadas em relação aos esforços, aos quais poderão ser submetidas, nas formas mais complicadas que se puder imaginar.

O estudo aprofundado das propriedades dos diferentes materiais deu origem à fabricação de materiais compostos, com propriedades muito superiores às dos seus componentes.

O emprego das radiações invisíveis e da luz, na determinação precisa da distância, na detecção e identificação de objetos, gerou equipamentos e sensores de grande aplicação militar.

Composição de um sistema de armas — atributos

A composição de um sistema de armas depende da concepção de seu emprego operacional, de suas características técnicas e do desempenho esperado face às condicionantes previamente levantadas pelo elemento tático.

Dá a importante missão do tático na formulação das necessidades de um armamento, que lhe seja vital no campo de batalha.

Da interação do técnico e do tático surgirá o equipamento ne-

cessário e útil ao cumprimento de determinada missão.

De um modo geral podemos dizer que um sistema de armas apresenta, dentre outros, os seguintes elementos:

Equipamentos de operações

- armamentos propriamente ditos

- central de processamento

- equipamento de vigilância e observação

- equipamento de comunicações

- equipamento de telemetria

- equipamento de telecomando

- transportador

- rampa

- meio de recarregamento

Equipamentos de apoio

- equipamento de teste no campo

- oficina de manutenção no campo

- oficina de manutenção recuada

- simuladores de treinamento

- depósitos

Pessoal operacional

- guarnição

Pessoal de apoio

- instrutores

- técnicos de manutenção

- cadastramento centralizado

O valor militar de um sistema de armas é relativo, pois é função das suas qualidades em relação às dos sistemas do inimigo. Sua eficácia é dada pelo produto de três fatores primários: a disponibilidade, a confiabilidade e o desempenho. A disponibilidade é a probabilidade de o sistema estar em condições de desempenhar a sua

missão quando solicitado. A confiabilidade é a probabilidade de funcionamento normal do sistema sob as condições para as quais foi concebido. O desempenho é dado pela probabilidade de o sistema atingir os objetivos da missão.

De acordo com as IG 10-21, eis a definição para a eficácia: "É a medida do grau com que o material se aproxima de sua capacidade nominal e alcança facilidade de manutenção e operação." (IG 10-21, 1981, 2)

Os atributos de um sistema de armas podem ser apresentados segundo dois grandes grupos:

Qualidades de desempenho

- alcance
- tempo de resposta
- velocidade de operação
- probabilidade de acerto etc.

Qualidades de emprego

- facilidade de operação
- rapidez de entrada em posição
- disponibilidade (confiabilidade x manutenibilidade)
- durabilidade
- velocidade de deslocamento etc.

Principais óbices ao desenvolvimento de um sistema de armas

Em se tratando de sistema tão complexo, é óbvio que muitas dificuldades se antepõem à sua consecução. Procuraremos descrever algumas que nos parecem as mais importantes.

Para o desenvolvimento de um sistema de armas, são necessários recursos humanos em nível excelente dentro da área de pesquisa e desenvolvimento. O que era possível fazer-se antigamente com uma equipe de engenheiros de uma única especialidade, para desenvolver ou projetar armas complicadas, hoje isso não é possível com relação ao sistema de armas. O sistema tem que ser concebido, desde o início, por uma equipe multidisciplinar. As interligações entre os diferentes dispositivos têm que ser estudadas por engenheiros que, com alta especialização nas suas áreas respectivas, tenham também conhecimentos razoáveis das outras.

É imprescindível a formação de equipes competentes em diferentes áreas do conhecimento, dentre as quais podem ser citadas: Pesquisa Operacional, Engenharia de Sistemas, Aerodinâmica, Propulsão, Estrutura, Guiagem e Controle, Eletrônica, Ciência dos Materiais e Química.

Há necessidade de cursos específicos para a formação de gerentes de projetos, responsáveis pela coordenação de trabalhos tão diversificados e complexos. Os gerentes existentes são poucos e se fizeram pela vivência e esforço próprio e com extremas dificuldades aprenderam o ofício empiricamente. Não podendo haver solução de continuidade, necessário se torna cuidar da formação de novos elementos, aproveitando a experiência daqueles que arduamente conseguiram atingir o nível em que se encontram.

Outra atividade, sumamente importante, de que ainda carecemos, é a Análise de Sistemas. É o analista de sistemas que avalia, compara e seleciona as diversas estruturas capazes de satisfazer aos requisitos militares, mediante uma análise lógica, sistemática e objetiva. Tão importante é essa atividade que os países desenvolvidos possuem órgãos de análise e avaliação de sistemas em cada força singular. A Marinha Brasileira já criou o CASNAN — Centro de Análise de Sistemas Navais.

Os atributos desejáveis ao desenvolvimento de sistemas de armas necessitam ser rigorosamente analisados e criteriosamente atendidos um a um, obedecendo ao seguinte:

- adequação à função operacional, ao provável teatro de operações, ao combatente e às possibilidades de manutenção;

- viabilidade técnica e econômica;

- oportunidade de mercado, ou seja, existência de mercado comprador;

- superioridade de atributos: equilíbrio ou superioridade face à ameaça provável; padronização; versatilidade; durabilidade; relação custo/eficácia; confiabilidade; disponibilidade.

É necessária a adoção de uma metodologia com bases científicas para identificar, analisar, selecionar, pesquisar, desenvolver e industrializar sistemas em atendimento a necessidades operacionais.

É importante o estabelecimento da missão militar do sistema, com a especificação de sua eficá-

cia, visando a definição do nível de desempenho esperado no seu emprego, em comparação ao comportamento do material do provável inimigo.

É necessária, embora difícil, a determinação da duração da vida operacional do sistema, que consiste no período de tempo durante o qual se espera fazer uso do mesmo.

É importante estabelecer a concepção do apoio logístico que fixará o perfil de manutenção e de suprimento do sistema.

Carece de cuidados a maximização da efetividade dos recursos materiais e humanos a serem gastos, bem como a minimização do risco do erro de escolha do sistema.

Precisa ser avaliado globalmente o custo do programa, envolvendo o desenvolvimento, a produção, a utilização operacional e o apoio logístico.

SISTEMA DE ARMAS NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Pesquisa e desenvolvimento no Exército

Iniciando este capítulo, julgamos conveniente apresentar alguma coisa, ainda que resumidamente, sobre Pesquisa e Desenvolvimento no Exército Brasileiro.

A Alta Administração do Exército tem dado prioridade constante à evolução integrada da Pesquisa e Desenvolvimento no âmbito geral da Ciência e Tecnologia.

Até há algum tempo, era patente a ausência de integração entre a doutrina, o pessoal e meios materiais, o que dificultava sobremaneira os resultados das pesquisas. Muitas iniciativas isoladas, ainda que louváveis, deixaram de vingar, por falta de uma legislação que eliminasse as distorções e amparasse essas iniciativas, permitindo que elas se consubstanciassem em produtos militares de interesse da Força.

Diante desse quadro, considerando ainda que era necessário vencer a dependência externa em matéria de tecnologia, em favor da soberania e defesa da nação, o Exército resolveu aperfeiçoar a estrutura organizacional de pesquisa vigente, o que permitiu o crescimento surpreendente que hoje constatamos.

Assim foi criado o Centro Tecnológico do Exército (CTEx) em 1979, incorporando, em uma única estrutura, o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD), o Campo de Provas da Marambaia (CPrM) e o Instituto Militar de Engenharia (IME).

Atualmente o CTEx é a espinha dorsal da Pesquisa e Desenvolvimento da Força, subordinando-se à Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Com o objetivo de modernizar o Exército, o CTEx ora firma convênios com entidades de incentivo à pesquisa, ora se integra com as indústrias, onde engenheiros militares orientam vários empreendimentos tecnológicos, possibilitando o franco desenvolvimento do parque bélico nacional.

Em 15 de junho de 1981, foram aprovadas as Instruções Gerais para as Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento do Exército (IG 10-21), que instituíram o atual Sistema de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Exército (SPDCTEx), formado por um conjunto de órgãos com atribuições inerentes às áreas de doutrina, pessoal e material. Esse sistema é parte integrante do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT).

Essa importante instrução estabelece que o instrumento básico de pesquisa do SPDCTEx é o Plano Geral de Pesquisa e Desenvolvimento do Exército (PGPDEx), hoje contando com mais de 80 projetos de pesquisa básica aplicada e desenvolvimento experimental.

Complementando o processo de elaboração do Plano de Pesquisa, foram aprovadas as IG 10-36 Modelo Administrativo do Ciclo de Vidas dos Materiais, encarregadas de ordenar e descrever os principais eventos que ocorrem durante o ciclo de vida de um material, desde a sua concepção até a sua alienação definitiva.

Um fato importante dessas instruções é o estabelecimento de uma rotina de avaliação dos materiais, onde participam diversos órgãos interessados do Exército.

As IG 10-21 e IG 10-36 se constituem nos documentos básicos normativos das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento do Exército.

No momento atual, todas essas

realizações assumem um significado especial na história do País. Vencemos o ceticismo enraizado em nossas fronteiras, realizando um verdadeiro salto tecnológico, antes privilégio exclusivo das grandes potências.

O esforço realizado pelo Exército Brasileiro logrou criar um clima industrial favorável, comprovado pela atual indústria militar florescente, mediante a capacitação de recursos materiais e humanos. Alcançamos o objetivo primordial — o fortalecimento do Poder Militar Nacional.

O Centro Tecnológico do Exército — CTEx

O CTEx foi criado pelo Decreto nº 84095 de 16/Out/79, para executar, no campo científico-tecnológico do Ministério do Exército, a pesquisa, o desenvolvimento, o fomento industrial, a capacitação de recursos humanos, a informática, a normalização, a certificação de qualidade e as provas de materiais e equipamentos de interesse do Exército.

Desde então, utilizando a estrutura existente no Instituto Militar de Engenharia (IME), no Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD) e no Campo de Prova da Marambaia (CPrM), que lhe foram subordinados, vem cumprindo a missão com a eficiência demonstrada pelos diversos itens já apresentados como protótipos, ou em produção seriada na indústria nacional.

Vem buscando também a concretização da infra-estrutura compatível com a dimensão do trabalho que a ele está afeto.

O campus de Guaratiba é uma promissora realidade. Para lá serão transferidas as instalações do IPD, IME e CTEx. Na enorme área de 28 milhões de metros quadrados estão sendo edificados os prédios modulares funcionais dos Institutos, do próprio Centro e de toda a infra-estrutura de apoio (áreas residenciais, de comércio e hospitalar, bem como saneamento, luz, água e circulação interna).

A construção é coordenada e executada por administração direta pela Comissão Executiva de Implantação do Centro Tecnológico do Exército (CEITEx), constituída por engenheiros militares de diversas especialidades. Quase todo o material utilizado é fabricado no canteiro de obras.

No local já funciona a Companhia de Comando e Serviço que foi organizada para prestar o apoio normal desse tipo de subunidade, particularmente a guarda da área.

Dentro do planejamento atual de implantação do CTEx na Barra de Guaratiba, o IPD será o primeiro Instituto a se transferir, e o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento de Sistemas (CPDS) será a primeira fração deste a assumir a nova localização.

Sobre o CPDS dedicamos o item seguinte, pela sua importância no desenvolvimento de sistemas de armas.

Projeto implantação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Sistemas (CPDS)

O CPDS foi definido pelo Convênio A-2/82, de 16 de março de 1982, entre o Ministério do Exército (representado pelo CTEX) e o Banco do Brasil, utilizando recursos do Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica (FIPEC).

Basicamente o projeto visa a implantação de vários laboratórios imprescindíveis ao desenvolvimento de tecnologia própria de sistemas. O aspecto primordial do CPDS é reunir, sob a mesma direção, as atividades relacionadas com Telemetria, Servomecanismos, Telecomando, Microeletrônica, Processamento de Informação, Trajetografia, Radar, Aerodinâmica e Propulsão.

Organização

O CPDS está estruturado em quatro grupos, resumindo os setores de atividades afins, com suas respectivas missões, conforme descrito a seguir:

Sistema de Teledireção

- Estudo e projeto de sistemas destinados ao controle da trajetória de engenhos autopropulsados.

- Estudo e projeto de subsistemas de direção e controle.

- Desenvolvimento de sistemas e subsistemas para controle e direção de mísseis.

- Definição de ensaios e provas de avaliação de desempenho dos sistemas e subsistemas desenvolvidos.

Sistemas Eletrônicos

- Estudo e projeto de sistemas eletrônicos visando a teledetecção de objetos, teledetecção, transmissão e processamento de sinais.

- Estudo e projeto dos subsistemas eletrônicos para atender as finalidades citadas acima.

- Definição de ensaios e provas de avaliação do desempenho dos sistemas e subsistemas.

- Desenvolvimento de sistemas e subsistemas eletrônicos.

Sistemas e Dispositivos de Sensores

- Estudo e projeto de sistemas de sensores, utilizando dispositivos ópticos, eletromagnéticos, eletroacústicos e piezoelétricos empregados em sistemas complexos.

- Definição de ensaios e provas de avaliação de desempenho dos dispositivos desenvolvidos.

- Desenvolvimento de dispositivos e sistemas de sensores.

Sistemas de Propulsão e Aerodinâmica

- Estudo de trajetórias de mísseis com definição de parâmetros propulsivos, aerodinâmicos estruturais e de controle, para projeto de mísseis.

- Estudo e projeto de sistemas e subsistemas propulsivos.

- Desenvolvimento de sistemas e subsistemas propulsivos.

- Definição de ensaios e provas de avaliação de desempenho de sistemas e subsistemas propulsivos desenvolvidos.

- Estudo e projeto de corpos

aerodinâmicos para utilização em engenhos propulsados a reação.

- Desenvolvimento de corpos aerodinâmicos.

- Definição de ensaios e provas do desenvolvimento de corpos aerodinâmicos.

- Estudo e projeto estrutural de conjunto de engenhos a reação.

- Desenvolvimento de conjuntos e subconjuntos.

Constituição dos Grupos

Para desempenhar as missões supra-referidas, os grupos estão constituídos pelos seguintes laboratórios, além de suas seções de apoio técnico e administrativo.

Grupo de Sistemas de Teledireção

- laboratório de simulação
- laboratório de montagem de sensores

- laboratório de servomecanismos hidráulicos

- laboratório de servomecanismos pneumáticos

- laboratório de técnicas inerciais

- laboratório de mecânica fina

- laboratório de condições ambientais

- laboratório de instrumentação eletrônica

Grupo de Sistemas Eletrônicos

- terminal de dados

- laboratório de desenvolvimento de microprocessadores

- laboratório de técnicas analógicas

- laboratório de técnicas digitais

- laboratório de microondas

- laboratório de radar

- laboratório de telemedidas

Grupo de Sistemas e Dispositivos de Sensoreamento

- laboratório de dispositivos ópticos

- laboratório de criogenia

- *laboratório de dispositivos*

eletroacústicos

- laboratório de vácuo

- laboratório de filmes grosso e fino

Grupo de Sistemas de Propulsão e Aerodinâmica

- laboratório de propulsão convencional

- laboratório de propulsão não-convencional

- laboratório de aerodinâmica

- laboratório de estruturas

- banco de provas

- túnel de vento

Escalonamento de Implantação

A implantação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Sistemas será realizada gradualmente, em diversas fases, tendo em vista os recursos humanos existentes e em formação, as limitações de recursos financeiros e a progressividade desejada na ajustagem do funcionamento de estruturas complexas como a desse Centro. A primeira fase de implantação será constituída dos seguintes laboratórios, com suas respectivas finalidades:

- Laboratório de Técnicas inerciais.

A implantação desse laboratório

rio se destina ao desenvolvimento de componentes e sistemas de direção e pilotagem de mísseis visando, numa primeira fase, uma avaliação quantitativa do desempenho de projetos elaborados a partir de componentes adquiridos no mercado internacional e, ao mesmo tempo, propiciar condições de, numa segunda fase, atingir a nacionalização de componentes inerciais.

— Laboratório de Simulação

Destina-se o laboratório à simulação de modelos matemáticos, referentes a sistemas de direção e pilotagem de mísseis, bem como à simulação de subsistemas de pilotagem integrados à malha de direção, em tempo real. Propõe-se ainda o laboratório em questão a integrar-se aos laboratórios de técnicas inerciais e de servomecanismos pneumáticos, de forma a executar a supervisão automática dos ensaios de desempenho de plataformas inerciais de atuadores e de outros dispositivos de emprego em sistemas de direção e pilotagem de mísseis.

— Laboratório de Servomecanismos Pneumáticos

Objetiva permitir o projeto e o desenvolvimento de servomecanismos pneumáticos especiais, de emprego em sistemas de armas. De forma análoga ao laboratório de técnicas inerciais, numa primeira fase, estará estruturado para proceder a avaliação de sistemas de atuação pneumática, operando a níveis elevados de pressão, de emprego específico em mísseis, e que ainda não sejam produzidos no País. Adicionalmente estará sendo

criada a infra-estrutura capaz de permitir, a curto prazo, a nacionalização dos dispositivos em questão.

— Laboratório de Condições Ambientais

A relevância deste laboratório está intimamente ligada à possibilidade de se tornar necessário reproduzir, em laboratório, as condições ambientais a que são submetidos os sistemas de direção e pilotagem de engenhos autopropulsados, e poder avaliar, a custos aceitáveis, o desempenho dinâmico de tais sistemas.

— Laboratório de Técnicas Digitais

Visa a desenvolver os equipamentos necessários à implementação eletrônica dos sistemas de controle e direção de mísseis, de calculadores, microprocessadores e outros que necessitem de processamento numérico ou digital. Estará também capacitado ao teste e à avaliação de desempenho de equipamentos digitais.

— Laboratório de Telemedidas

Tem por finalidade projetar e desenvolver os transmissores, as antenas veiculares, as interfaces que ligam os sensores aos transmissores, as antenas das estações receptoras terrestres, os sensores embarcados e alguns equipamentos periféricos das estações receptoras.

— Laboratório de Dispositivos Ópticos

Tem por finalidade o estudo e desenvolvimento de processos de aquisição de informações, pelo uso de sensores que operem com radiações na região do espectro visível, e do infravermelho, e que não es-

tenham em contato físico com o objeto de interesse. Como aplicação militar compatível, numa primeira fase, é visado o desenvolvimento de um sistema de direção semi-automático, aplicável a engenhos autopropulsados, usando técnica de detecção de radiações, na região do infravermelho.

— Laboratório de Propulsão Convencional

Visa o seguinte:

— especificação e desenvolvimento de propelentes convencionais, sólidos ou líquidos, para motores a reação;

— execução de testes e ensaios para avaliação de performance de propelentes sólidos ou líquidos;

— estudo e projeto de sistemas propulsivos convencionais;

— desenvolvimento de sistemas propulsivos convencionais.

— testes e ensaios de sistemas propulsivos convencionais.

— Laboratório de Propulsão Não Convencional

Visa o seguinte:

— especificação e desenvolvimento de combustíveis e propelentes não-convencionais para motores a reação;

— execução de testes e ensaios para avaliação de performance de combustíveis e propelentes não-convencionais;

— estudo e projeto de sistemas propulsivos não-convencionais;

— desenvolvimento de sistemas propulsivos não-convencionais;

— testes e ensaios de sistemas propulsivos não-convencionais.

— Banco de Provas

Visa a:

— execução de ensaios estáticos em motores convencionais, com medidas de pressão interna da câmara, empuxo, temperaturas e tempo de queima;

— execução de ensaios hidrostáticos para vasos de pressão;

— execução de ensaios estáticos simulando condições de voo para reatores.

FOGUETES E MÍSSEIS

Sobre foguetes e mísseis muito se tem falado e escrito, mas nem sempre a linguagem permite uma idéia clara a respeito do assunto.

De um modo geral, começaremos definindo as chamadas gerações de mísseis:

1ª geração — o atirador, para guiar o míssil, tem necessidade de estar vendo o vetor e o alvo, tomando conta dos dois e projetando o encontro.

2ª geração — o atirador só deve se preocupar com o alvo; o míssil, por si só, entra na linha de visada com o alvo.

3ª geração — atire e esqueça ("fire and forget").

Apresentaremos agora alguma coisa sobre foguetes e mísseis no Exército Brasileiro.

Foguetes

No campo de foguetes, o Exército Brasileiro já desenvolveu o SS-108R, SS-108E-A1, SSX-20 e SSX-40, utilizando tecnologia inteiramente nacional e específica para esses engenhos. Vejamos as

principais características de cada um deles.

— Foguetes SS-108R — É um foguete balístico solo-solo, com estabilização por rotação induzida, por tubeira múltipla inclinada em relação ao eixo longitudinal. Foi projetado para saturação de área.

-- calibre	108 mm
-- comprimento	1 m
-- peso total	17 kg
-- carga útil	7,3 kg
-- alcance	0,5 a 7,5 km

Na versão A1, o alcance foi estendido para 10 km. Utiliza o lançador múltiplo 108R, modelo X2-A1, que é um material de Artilharia auto-rebocado, destinado à saturação de área, com tiro indireto. Compõe-se basicamente de um conjunto de 16 tubos montados em reparo monoflecha. A ancoragem para o tiro é feita através de macacos de tiro e é tracionada por viatura 3/4 ton, 4 x 4.

— Foguete SSX-20 — É um foguete solo-solo, auto-rotativo, com estabilização por empenas cruciformes. Foi projetado para complementar a ação de conjunto da Artilharia Divisionária. Suas características principais são:

-- calibre	180 mm
-- comprimento	2,80 m
-- peso total	120 kg
-- carga útil	40 kg
-- alcance de utilização	20 a 25 km

Utiliza o lançador múltiplo X-20, que é auto-rebocado e dotado de três rampas de lançamento. O conjunto das rampas é acio-

nado hidraulicamente por meio de uma bomba manual. Possui ainda um dispositivo de posicionamento em direção, para ajuste fino, com acionamento mecânico. É dotado de quatro macacos para nivelamento e isolamento das rampas em relação à suspensão.

— Foguete SSX-40 — É um foguete balístico solo-solo, auto-rotativo com estabilização por empenas cruciformes. Foi projetado como arma de aprofundamento para apoio a Exército de Campanha. Seu desenvolvimento foi iniciado no IME, em 1973, como projeto de fim de curso de Engenharia Mecânica e de Armamento. O projeto foi a seguir transferido para o IPD, para sua conclusão.

As suas características principais são:

-- calibre	300 mm
-- comprimento	4,90 m
-- peso total	507 kg
-- carga útil	147 kg
-- alcance	22 a 67 km

Existem duas versões de lançador. A primeira é o lançador singelo X-40 auto-rebocado e dotado de uma única rampa de lançamento. A rampa é acionada hidraulicamente para obter a inclinação de tiro. Possui um dispositivo de posicionamento em direção, para ajuste fino, com acionamento mecânico. É dotado de três macacos para nivelamento e isolamento da rampa, em relação à suspensão. A segunda versão é um lançador autopropulsado, instalado em carros de combate X-1, e

dotado de três rampas de lançamento.

Mísseis

Diferentemente do desenvolvimento de blindados, que conta com a experiência da indústria automobilística brasileira, a tecnologia necessária à fabricação de mísseis tem que ser implantada, tanto no que se refere à mecânica fina como à eletrônica e aos propelentes.

O desenvolvimento de mísseis modernos implica na obtenção de informações tecnológicas suficientemente acima do que já se conhece no País, o que constitui um obstáculo de difícil transposição, tendo em vista as dificuldades, que obviamente são colocadas nessa direção. Por isso, convém ser realista quanto à transferência de tecnologia nesse campo — não adianta comprar o que não se terá condições de realizar. É preciso aprender a fazer e preparar uma ou mais indústrias para serem executoras, o que demanda tempo e muito dinheiro.

A ultrapassagem desse grande desafio tem sido realizada pelas seguintes formas:

- pela compra e análise de material moderno;
- pelas informações trazidas por especialistas estrangeiros;
- pelo desenvolvimento de tecnologia própria.

Sobre os projetos nacionais podemos apresentar os seguintes sistemas:

- Sistema Míssil COBRA (solo-solo) — MSS1 (1ª geração), que

compõe-se dos seguintes elementos:

- Míssil
- Unidade de comando
- Sistema de cabos
- Equipamentos de teste
- Simulador de treinamento

É um sistema relativamente simples, chamado de 1ª geração, pois as funções de acompanhamento do alvo, acompanhamento do míssil e elaboração das ordens de comando são realizadas pelo atirador. A unidade de comando desempenha o papel do transmissor dos sinais de telecomando. O míssil, porém, já possui um elemento piloto automático de rotação que impede a rotação em torno do seu eixo.

- Sistema MSS2 (2ª geração)
- Este sistema ganha impulso este ano (1985), a partir do vetor MSS1, com introdução de inteligência, capaz de tirar a preocupação do atirador com o acompanhamento do míssil. É filoguiado, o que dificulta sobremaneira as contramedidas eletrônicas.

- Míssil SOLAR (solo-ar) — É um desenvolvimento do IPD junto com indústrias nacionais, que trabalham com tecnologia de ponta. O protótipo misto já está com o piloto automático e as partes eletrônicas equacionadas e bem adiantadas. O projeto pronto compreenderá o míssil e o lançador.

TECNOLOGIA EM PRÓPULSÃO

A propulsão de foguetes utiliza a combustão de propelentes químicos para geração de energia

térmica, que é parcialmente transformada em energia cinética dos gases oriundos de queima. Este mecanismo é diretamente responsável pelo empuxo necessário à mudança de quantidade de movimento do foguete. Em aplicações militares, o propelente sólido é o mais indicado devido ao fácil manuseio e estocabilidade, e pela simplicidade do motor que o condiciona.

As Forças Armadas Brasileiras já atingiram considerável desenvolvimento no campo da propulsão sólida. Já dominamos a tecnologia de fabricação de pequenos motores de grão livre, que utilizam como propelente a pólvora de base dupla estruturada. É o caso dos engenhos: Fgt 108R, SBAT 70 e os motores de aceleração e de cruzado do MSS1 já citado. Também sabemos fabricar motores de variado porte com grão colado ao envelope. Estes motores utilizam a composite como propelente e foram aplicados nos seguintes veículos: Fgt 108R A1, Fgt X-20, Fgt X-40, SONDA I, SONDA II, SONDA III e SBAT 127.

Com a implantação da Usina Piloto de Propelente Moldado, na Fábrica Presidente Vargas, abriu-se um campo muito promissor para a pesquisa de Propelentes de Alto Teor Energético — PATE, que é um projeto sob responsabilidade do IPD.

O processo de fabricação por moldagem permite a adição de componentes energéticos à pólvora de base dupla, melhorando as suas propriedades termoquímicas, podendo atingir performances

comparáveis à composite, com a vantagem adicional de não produzir fumaça durante a queima. A utilização de propelentes moldados requer o desenvolvimento de tecnologia na fabricação de motores de maior porte, utilizando grão livre. É objetivo do Exército melhorar o controle de qualidade na fabricação de motores visando reduzir a dispersão. Os estudos realizados com os foguetes X-20 e X-40 possibilitaram uma melhor definição dos pontos mais críticos na fabricação e que devem ser controlados mais criteriosamente.

Em apoio direto ao desenvolvimento de tecnologia de guiamento, o IPD vem trabalhando ativamente nos projetos de geradores de gás para controle de altitude de mísseis balísticos, na fase propulsada de voo. Está em fase de testes um sistema a gás frio e em fase de projeto um sistema a gás morno. Este último deverá utilizar propelente moldado de baixa energia.

O CTEx trabalha na criação de infra-estrutura para o desenvolvimento de motores não convencionais. Estes motores utilizam o sistema de propulsão a estado-reator que consiste basicamente na operação híbrida de um motor utilizando o oxigênio do ar como comburente e um combustível sólido ou líquido. A grande vantagem deste sistema, em relação à propulsão convencional de foguetes, reside na elevada eficiência do motor, uma vez que o veículo transporta apenas o combustível.

Assim o IPD está pesquisando

combustíveis adequados para estado-reatores e o IME está trabalhando na formação de recursos humanos para tal empreendimento. Como já vimos, um Banco de Provas está previsto na primeira fase de implantação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Sistemas (CPDS). Com a implantação do laboratório de Aerodinâmica e Propulsão e o Banco de Provas, combustíveis de alto teor energético serão desenvolvidos e estado-reatores para aplicação em mísseis serão projetados, fabricados e testados. Este tipo de propulsão é mais indicado para mísseis antinavios e solo-ar baixa altitude. Nos últimos anos o estado-reator vem ganhando espaço e os russos o empregaram no SAM-6, que foi testado em combate na Guerra Árabe-Israelense de 1973. O Míssil ROLAND na versão com estado-reator apresenta um alcance três vezes superior ao de sua versão normal. Os Estados Unidos com o ASALM (*Advanced Strategic Air Launched Missile*) e o SFRT (*Solid Fuel Ramjet*), e a Europa com o HY-DRA (Míssil Solo-Mar alemão, com alcance de 55 km) e o ASSM (*Anti Surface Ship Missile*), fabricação conjunta de países da NATO, estão trabalhando no desenvolvimento desse tipo de sistema de propulsão.

TECNOLOGIA DE GUIAMENTO

A necessidade de guiamento fica evidenciada quando se calcula a dispersão que ocorre no fim da trajetória de um engenho balísti-

co (foguetes, por exemplo), com alcance superior a 40 km. Por mais que se pretenda elaborar a fabricação de um foguete, dificilmente conseguir-se-á uma precisão superior a 1%, levando-se em conta os erros geométricos, propulsivos e as perturbações externas.

Para alcances superiores a 40 km, é necessário acrescentar um controle de direção, que genericamente se chama de guiamento. Por outro lado, para engenhos de pequeno alcance, como os mísseis anticarro, a dispersão não é tolerável pois necessita-se de impacto direto, além de que o alvo pode estar em movimento, e, neste caso, o guiamento é imprescindível. O desenvolvimento do MSS1, já citado, permitiu estudar um sistema de direção elementar, primeiro de grau neste contexto.

O estudo do sistema ROLAND está contribuindo para a formação de uma pequena equipe com capacitação em sistemas de direção mais avançados.

O projeto ATTMM (Aquisição de Tecnologia em Teledireção e em Materiais para Mísseis) visa a implantação de uma estrutura adequada à pesquisa e ao desenvolvimento de sistemas de pilotagens e direção de mísseis, com ênfase nas missões de médio e longo alcance. Está sendo criado um núcleo de laboratórios e pessoal altamente especializado, que deverá crescer na medida em que aumentem as necessidades e as informações acumuladas. Além da infra-estrutura em laboratórios, este projeto tem participado da obtenção de documentação especializada e se

empenha em promover e participar de seminários com a presença de pessoal altamente especializado. O projeto ATTMM, com relação à formação de recursos humanos, tem utilizado os cursos de pós-graduação do IME.

Com relação à integração com outros projetos, no âmbito do IPD e do CTEx, tem prestado apoio e aperfeiçoamento da base de lançamento de foguetes, com a construção de uma nova rampa para testes, cujo desempenho já foi registrado em três lançamentos recentes. Participa da aquisição de alguns componentes e sistemas de procedência estrangeira, para fins de estudo e/ou utilização daquelas partes que não foram ainda desenvolvidas.

Na área de técnicas digitais tem prestado apoio ao laboratório de microprocessadores, objetivando o desenvolvimento de controladores digitais.

Os conhecimentos assim obtidos geram aplicações práticas que, empregadas em engenhos militares, constituem o objetivo tático do projeto. Assim podem ser citados:

— O sistema LVC (*Lemch Vector Control*), que consiste num sistema de pilotagem na fase propulsada do foguete, possível de ser utilizado em mísseis solo-solo.

— O sistema de pilotagem TVC (*Thrust Vector Control*), em fase inicial, que pode ser utilizado em toda a fase de vôo do míssil, objetivando missões solo-solo ou solo-mar.

— O desenvolvimento de componentes para esses sistemas, co-

mo válvulas, minimotores, geradores de gases, tuberias móveis, giroscópios etc.

— Modelagem matemática e simulação de sistemas de pilotagem.

Atualmente está sendo desenvolvido um piloto automático inercial para a fase propulsada de foguetes. O primeiro protótipo deste sistema foi testado em um foguete tipo X-40.

TECNOLOGIA E O SISTEMA DE ARMAS

Ciência e tecnologia

Apesar do amplo emprego que têm hoje estas duas palavras, o seu significado preciso é às vezes mal conhecido. A própria palavra tecnologia é empregada com mais de um sentido por diferentes autores, provocando sérios enganos, mesmo em pessoas diretamente ligadas ao assunto. Para dirimir possíveis dúvidas, apresentaremos as seguintes conceituações:

Ciência — É o conjunto organizado dos conhecimentos relativos ao universo objetivo, envolvendo seus fenômenos naturais, ambientais e comportamentais.

Em geral, a Ciência é dita pura ou fundamental, quando desvinculada de objetivos práticos; é aplicada quando visa consequências determinadas.

Tecnologia — É o conjunto ordenado de todos os conhecimentos científicos, empíricos ou intuitivos — empregados na produção e comercialização de bens e serviços.

Assim, a característica básica

da tecnologia é a sua aplicabilidade à satisfação de uma necessidade, envolvendo um valor comercial.

Tecnologia de processo — É o conjunto de conhecimentos empregados no desenvolvimento de processos de produção, ou no aperfeiçoamento daqueles já existentes.

Tecnologia de produto — É o conjunto de conhecimentos utilizados no desenvolvimento de novos produtos, ou na melhoria e ampliação do uso daqueles já existentes.

Tecnologia de operação — É o conjunto de conhecimentos empregados para otimizar as condições de operação de uma unidade produtora.

O binômio Ciência e Tecnologia vem ocupando, nas últimas décadas, um espaço cada vez maior junto às sociedades mais desenvolvidas.

No Brasil, como nos demais países em desenvolvimento, Ciência e Tecnologia têm merecido uma crescente atenção. Na Escola Superior de Guerra, onde o Poder Nacional é visto sob o prisma de quatro expressões — a Política, a Econômica, a Psicossocial e a Militar —, discute-se ultimamente a aceitação de Ciência e Tecnologia como uma quinta expressão daquele poder.

A importância fundamental da Ciência e Tecnologia para o Brasil está em contribuir, substancialmente, para a elevação significativa do bem-estar material e social do povo brasileiro, e aumentar o

poder de negociação no cenário internacional.

Não se persegue o objetivo utópico da absoluta independência tecnológica do País, mas a obtenção de condições para o controle do processo de desenvolvimento e de autodeterminação, na consecução dos Objetivos Nacionais.

O País só será capaz de superar suas dificuldades quando desenvolver seus próprios modelos, sua própria tecnologia e suas soluções particulares. Se potencial, seus recursos naturais, sua cultura, sua estrutura social não se submetem, sem distorções, às soluções imaginadas para outros problemas, outras sociedades e outras culturas.

A capacidade em superar suas dificuldades internas, e conviver com as oscilações da economia internacional, será tanto maior quanto maior for o domínio nacional do conhecimento científico e do desenvolvimento e uso de tecnologias, sobretudo em áreas estratégicas.

O Exército Brasileiro, sabedor da importância da Ciência e Tecnologia para a arte da Guerra, muito sabiamente tem se estruturado para enfrentar esta nova era do desenvolvimento das Forças Armadas mundiais. Para tal, recém-criou a Secretaria de Ciência e Tecnologia, enfeixando os diversos Institutos e o Centro Tecnológico do Exército.

Por certo, desta sua ampla visão estratégica adirão novos conhecimentos e auspicioso desenvolvimento tecnológico, especialmente no que concerne aos engenhos bélicos, valorizando em mui-

to a Expressão Militar do Poder Nacional, com profundos reflexos nas demais expressões: a Política, a Econômica e a Psicossocial.

CARACTERÍSTICAS DA TECNOLOGIA

A tecnologia é criada e levada a sua plena utilização, normalmente, através de um sistemático encadeamento de atividades de pesquisa, desenvolvimento experimental e engenharia.

O desenvolvimento cobre a lacuna existente entre a pesquisa e a produção. Geralmente ele envolve a construção e a operação de plantas piloto, testes de protótipos, realização de ensaios em escala natural e outros experimentos necessários à coleta de dados, para o dimensionamento de uma produção em escala industrial.

A tecnologia aperfeiçoada ou gerada pela pesquisa e desenvolvimento experimental pode exigir diferentes graus de elaboração, até o seu emprego numa unidade produtiva. A produção e comercialização de bens e serviços exige o emprego de capital, mão-de-obra, matéria-prima e tecnologia. Assim sendo, a tecnologia se comporta como um bem econômico, uma mercadoria, estando sujeita, portanto, a todos os tipos de transações legais e ilegais: compra, venda, troca, sonegação, cópia, falsificação, roubo e contrabando.

Comportando-se como um bem econômico, obviamente a tecnologia tem seu preço. O seu valor, no mercado mundial, é ge-

ralmente bastante elevado, devido principalmente a dois fatores: os altos custos para sua produção e a valorização em face da grande demanda. Para se ter uma idéia da importância econômica dessa mercadoria, basta verificar que o seu comércio mundial está avaliado em dezenas de bilhões de dólares.

Além de seu valor mercantil, a tecnologia tem um valor estratégico muito grande. As expressões "autonomia tecnológica" e "dependência tecnológica" são utilizadas para a classificação dos países em dois tipos: os que possuem e os que não possuem tecnologia; os que mandam no mercado e os que se sujeitam a ele.

A tecnologia não é exaurível pelo uso, isto é, uma vez criada pode ser utilizada simultaneamente por diferentes empresas ou indivíduos. Com a utilização ela é aperfeiçoada, mas decresce de valor com o tempo, podendo tornar-se obsoleta. Uma vez gerada, exige aplicação rápida para ressarcir os gastos efetuados.

Outra característica importante diz respeito ao seu processo de produção. Exige tempo imprevisível, volume de recursos indeterminado e uso econômico incerto.

Em geral, as tecnologias são interdependentes. Dificilmente se encontra uma tecnologia cujo desenvolvimento não dependa do desenvolvimento de outras tecnologias. Seu crescimento é exponencial com o tempo. No início, quando a tecnologia acumulada no país é pouca, a taxa de geração é muito pequena. À medida que novas tecnologias vão sendo absorvi-

das ou criadas, e conseqüentemente acumuladas, a taxa vai crescendo.

Dois fatores contribuem para diminuir a densidade tecnológica de um país: a obsolescência e a aniquilação. Esta ocorre toda vez que uma fábrica nacional é eliminada do mercado ou adquirida por uma empresa estrangeira, que utiliza tecnologia importada de sua matriz.

A capacidade local de aperfeiçoar a sua própria tecnologia, que às vezes levou décadas para ser estabelecida, é subitamente eliminada. Além do decréscimo da densidade tecnológica, ocorre o enfraquecimento das tecnologias correlatas, existentes no País.

Finalmente, a tecnologia se apresenta sob duas formas: implícita e explícita, conforme esteja ou não incorporada a bens materiais.

A tecnologia implícita é aquela que permitiu a confecção de um bem físico, e que se acha embutida no seu valor. Assim, por exemplo, a exportação de aço inclui no seu preço uma parcela valiosa, correspondente à tecnologia que tornou possível a sua fabricação. O valor da tecnologia, nesse caso, inclui os custos de patente e licenças utilizadas, os custos de pesquisa e desenvolvimento envolvidos, de assistência técnica e outros.

A tecnologia explícita é aquela que não se encontra embutida em um bem físico e é objeto de comércio direto. Ela se encontra acumulada em pessoas, sob a forma de conhecimentos intelectuais e habilidades manuais, ou em do-

cumentos tais como: patentes, relatórios, plantas, desenhos, projetos etc. O seu comércio se faz, em geral, através de aquisição de direitos (licença para fabricação ou para utilização de patentes e marcas) e de contratação de serviços, elaboração de projetos, serviços de engenharia e assistência técnica.

Os estudos relativos à transferência de tecnologia, na sua grande maioria, referem-se à tecnologia explícita, uma vez que esta é formalizada através de contratos.

GERAÇÃO DE TECNOLOGIA

Não se pode esperar a existência de uma nação de baixo padrão sócio-cultural com elevado nível de desenvolvimento tecnológico. O estágio de desenvolvimento sócio-cultural é que determina a demanda tecnológica, podendo a tecnologia utilizada realimentar o processo do desenvolvimento sócio-cultural.

A geração de tecnologia é uma resposta à demanda. Para que esta resposta seja dada no momento adequado, e coincida com a solução correta, esperada pela sociedade, o sistema técnico-científico deve estar suficientemente preparado, no que diz respeito aos aspectos quantitativo, qualitativo e estrutural.

O sistema de Ciência e Tecnologia deve prover um estoque suficiente de conhecimentos científicos e tecnológicos capazes de gerar produtos que satisfaçam a tais demandas.

A adequação de uma tecnologia à solução de um problema pode se dar sob três formas:

— Introdução de uma tecnologia nova para solução de um problema já existente e resolvido — um aperfeiçoamento.

— Uso de uma tecnologia já conhecida para solução de um problema novo — uma adaptação.

— Introdução de uma tecnologia nova para solução de um problema novo — um desafio.

Em qualquer caso, o ingrediente básico é a inovação. Para gerar tecnologia é preciso inventar. Dois fatores essenciais são necessários: recursos humanos e estrutura de pesquisa e desenvolvimento.

Na base do problema de geração de tecnologia está a educação, que deve atender a um grande número de pessoas e com formação adequada, estimulando-lhes a criatividade, e não a simples capacidade de reproduzir velhas soluções a antigos problemas.

O outro fator essencial para que se gere tecnologia é que o País possua uma apropriada estrutura de pesquisa e desenvolvimento. Esta estrutura deve ser sólida em seus aspectos político, financeiro e institucional. É preciso que haja uma compreensão muito profunda, tanto da parte do governo como dos empresários e cientistas, do verdadeiro papel da instituição de pesquisa e desenvolvimento.

O local onde é produzida uma mercadoria recebe o nome de fábrica. O mesmo deveria se passar com a tecnologia. Acontece, porém, que as fábricas de tecnologia

são geralmente conhecidas pelos nomes de: "laboratórios de pesquisa e desenvolvimento", "departamento de pesquisa e desenvolvimento", "centro de pesquisa e desenvolvimento" e outros similares.

Segundo Sabato, as semelhanças existentes entre uma fábrica de tecnologia e um laboratório de pesquisa científica são grandes. Ambos utilizam o mesmo tipo e disposição de instalações, equipamentos, instrumentos e montagens. Possuem pesquisadores e cientistas com o mesmo preparo intelectual. Os hábitos de trabalho, a distribuição de tarefa, a linguagem utilizada e outras particularidades são as mesmas. Entretanto, a principal diferença entre ambos é que o objetivo para o laboratório é encontrar a verdade, enquanto que para a fábrica é a obtenção de um produto que atenda às exigências do mercado.

Nos laboratórios científicos o plágio é condenado e os resultados obtidos são divulgados, através de publicação livre de seus trabalhos originais.

Numa fábrica de tecnologia é perfeitamente normal o pesquisador utilizar as descobertas de outros, enquanto que os resultados próprios são escondidos da melhor maneira possível, para que os outros não se apropriem deles.

Na produção de tecnologia, as fábricas utilizam o estoque mundial de conhecimentos livremente disponíveis. Dessa maneira, é possível gerar tecnologia sem executar qualquer pesquisa.

É conveniente contudo ressal-

tar que as fábricas de tecnologias e os laboratórios se complementam, sendo ambos importantes para o desenvolvimento industrial do País. Em consequência, a situação ideal é haver uma forte interação entre eles para que os conhecimentos científicos e tecnológicos tenham pleno desenvolvimento e utilização nos lugares apropriados.

TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E SEUS EFEITOS

Nos países em desenvolvimento, o termo "transferência de tecnologia" refere-se mais ao processo de importação de tecnologia. O que acontece, na realidade, é um processo de compra e venda de tecnologia no qual, quase sempre, o vendedor esconde os conhecimentos e vende as instruções.

Conforme mencionado anteriormente, a tecnologia tem um preço elevado no mercado, devido aos gastos envolvidos na sua geração e a existência de grande demanda. O seu preço é muito mais alto que o esperado, em virtude das características monopolistas presentes no seu comércio, asseguradas pelo sistema de patentes. Este sistema foi criado pelos países detentores de tecnologia, que assim protegem rigidamente sua mercadoria contra competidores e preservam a liderança que conquistaram no mundo.

No comércio de tecnologia, acontece que o exportador normalmente pertence a um país desenvolvido e o comprador, não. Assim, quase sempre, o exporta-

dor é um especialista ou um grande produtor de bens ou serviços, que possui grande experiência em comércio de tecnologia e dispõe de excelentes condições de informações, publicidade e assessoramento técnico-jurídico. O comprador, ao contrário, é geralmente uma empresa comparativamente modesta, que não dispõe de capacidade e de apoio financeiro suficientes, não possui boas condições de informação acerca de alternativas disponíveis, nem experiência e assessoria competente em negócios dessa natureza.

Finalmente, a capacidade de negociação do comprador fica ainda mais dificultada, quando a transação lhe é apresentada com preços mais baixos para importação do que para a aquisição de tecnologia. O vendedor pode adotar esta posição porque o custo marginal para ele é baixíssimo, uma vez que a tecnologia já está desenvolvida, tendo sido utilizada e amortizada no seu mercado interno, podendo até estar completamente obsoleta.

Já para o comprador o custo marginal da tecnologia seria elevadíssimo, caso optasse por produzi-la ao invés de importá-la.

Por outro lado, é interessante para o vendedor afastar um competidor do mercado de exportação, mantendo assim seu mercado consumidor.

Já foi exaustivamente visto que a tecnologia tem valor mercantil e estratégico, e que a expressão "transferência de tecnologia" é imprópria, pois o que há,

na verdade, é uma aquisição ou venda através de contratos.

Para que se tenha em mente o cuidado indispensável, ao estabelecer um contrato de compra de tecnologia,² vejamos algumas das principais cláusulas restritivas, normalmente constantes dos contratos, e que são altamente prejudiciais ao adquirente:

- Proibição ou limitação de exportação do produto final em determinados países.

- Proibição de comercialização ou divulgação da tecnologia adquirida.

- Obrigatoriedade de utilização da marca do cedente.

- Obrigatoriedade de informar o cedente sobre qualquer aperfeiçoamento da tecnologia adquirida.

- Obrigatoriedade de aquisição do cedente de todas as necessidades de matérias-primas, máquinas, equipamentos e bens intermediários.

- Obrigatoriedade de utilização de pessoal do vendedor permanentemente.

- Pagamento de direitos ao dono da marca, por outras marcas não importantes ao desenvolvimento da tecnologia adquirida.

- Por vezes, exigência de novo pagamento, cada vez que a tecnologia for aplicada.

- Imposição de assistência técnica remunerada e permanente.

Não suficientes estas cláusulas restritivas que, além de manterem o comprador na dependência do vendedor, oneram o custo real da tecnologia adquirida, outras práticas comerciais vêm a se somar,

como sobrefaturamento de produtos de aquisição intermediária, salários elevados para o pessoal estrangeiro, valorização elevada da assistência técnica, evasão fiscal e fuga ao controle cambial.

Assim, entende-se facilmente que o exportador de tecnologia está, na realidade, muito mais interessado em vender seu produto acabado do que criar, com a venda daquela, um concorrente internacional.

As razões que têm levado as empresas nacionais a aceitarem as condições supramencionadas, nos contratos de transferência de tecnologia, são essencialmente as seguintes:

- Incapacidade de enfrentar os custos com o desenvolvimento de uma tecnologia já existente e coberta por patentes.

- Incerteza dos resultados da Pesquisa e Desenvolvimento.

- Dificuldade de recrutar pessoal, no mercado de trabalho local, capacitado a desenvolver projetos.

- Dificuldade na obtenção do financiamento necessário em valor e tempo útil.

Tudo isso tem levado o grupo nacional a ver, na oferta global do exterior, a solução de seus problemas. O vendedor entrega a instalação pronta para o comprador operá-la, caracterizando a venda de um "pacote" tecnológico fechado, uma "caixa preta" da qual o comprador desconhece o conteúdo. A instalação assim adquirida recebe o nome de "chave na mão",

ABSORÇÃO DE TECNOLOGIA ESPECÍFICA

A medida que as nações passaram a se dividir claramente em detentoras e não-detentoras de tecnologia, da mesma maneira os seus exércitos passaram a se distinguir por possuírem ou não possuírem equipamentos bélicos próprios, e por estarem ou não obsoletos os seus equipamentos.

A partir da Segunda Guerra Mundial, os artefatos bélicos tornaram-se cada vez mais sofisticados, eficientes e caros, exigindo para sua produção e evolução um respeitável parque industrial e enormes investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

O fator tecnológico tornou-se tão importante para o Poder Militar das nações, que o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia passou a ser, em grande parte, impulsionado e orientado pelas necessidades bélicas.

Inúmeras tecnologias de emprego civil, surgidas durante e após o conflito, foram desenvolvidas como subproduto das pesquisas voltadas para a indústria militar.

Observando as indústrias bélicas existentes no mundo, verifica-se que elas se encaixam em uma das seguintes classificações:

- Inteiramente privadas e atuando livremente no jogo da concorrência e captação do mercado.

- Privadas, mas altamente subsidiadas pelo governo.

- Paraestatais.

- Estatais.

- De economia mista.

A exceção dos países comunistas nos quais a solução é estatal, os demais países, em geral, apresentam a existência simultânea de dois ou mais tipos de indústria.

A produção de equipamentos bélicos não é apenas um problema técnico-econômico, mas sobretudo um problema político. A indústria bélica própria é vital para a soberania e defesa da nação, devendo ser eficiente e atualizada.

Para tanto é necessário que o governo, como participante da produção e maior consumidor, fixe os objetivos e crie as condições legais e materiais para sua consecução.

No Brasil, após prolongados estudos, foi criada uma empresa pública voltada para a fabricação de artefatos bélicos, denominada IMBEL — Indústria de Material Bélico do Brasil. É vinculada ao Ministério do Exército e tem as suas atribuições e constituição definidas nos artigos 2º e 3º da Lei nº 6.227, de 14 de julho de 1975, que a criou.

O inciso I do artigo 2º dessa lei apresenta como um dos objetivos da IMBEL o seguinte: "colaborar no planejamento e fabricação de material bélico, pela transferência de tecnologia incentivo à implantação de novas indústrias e prestação de assistência técnica e financeira".

A nosso ver a maior missão da IMBEL seria a montagem de uma fábrica de tecnologias de interesse militar, conjugando esforços próprios com os de entidades civis e militares, no que diz respeito à pesquisa e ao desenvolvimento ex-

perimental. Essa fábrica, montada dentro dos mais modernos moldes de organização, instalações e equipamentos, deveria suprir tecnologias acabadas para as unidades fabris da própria IMBEL e para as indústrias civis nacionais.

A ela caberia ainda o encargo de participar ativamente na seleção, negociação, compra, adaptação, aperfeiçoamento e verdadeira absorção das tecnologias compradas no exterior.

As tecnologias criadas e aquelas absorvidas e aperfeiçoadas seriam comercialmente exploradas nos moldes de atuação das grandes fábricas de tecnologia civis, através de contratos de licença, associação no empreendimento fabril, venda etc.

A IMBEL seria um pólo gerador de tecnologias e um ativador de empreendimentos para a exploração de tais tecnologias, de acordo com o que prescreve o inciso II do artigo 2º de sua lei de criação.

Em virtude dos custos envolvidos, nem as indústrias civis privadas e nem a IMBEL terão condições de realizar todas as pesquisas e os desenvolvimentos exigidos pelo contínuo progresso dos equipamentos bélicos. Em consequência, a exemplo do que ocorre em outros exércitos, deveria o Exército Brasileiro possuir uma poderosa instituição de Pesquisa e Desenvolvimento, cujo núcleo inicial seria o atual IPP, dotado dos equipamentos mais sofisticados, pessoal da mais alta qualidade científica, biblioteca completa, sistema de informações científicas e tecnológicas de interesse militar etc.

Caberia a ela o entrosamento do sistema formado pela comunidade científica brasileira, pela IMBEL e pela indústria privada, visando produzir tecnologias de interesse militar.

Essa instituição ficaria também encarregada de absorver as partes mais sofisticadas das tecnologias adquiridas no exterior que, pela sua complexidade ou vulto, estivessem fora da capacidade da IMBEL ou das indústrias civis.

Com a criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia, o Exército terá agora um órgão, a nível de Departamento, capaz de enfeixar em suas mãos todos esses problemas, estudá-los em conjunto e tratá-los de uma maneira sistêmica.

Dentre as muitíssimas atividades a ela afetas, julgamos sumamente importantes as seguintes:

- Definição dos sistemas de armas.
- Acompanhamento da evolução dos sistemas.
- Acompanhamento do progresso da ciência e tecnologia de interesse militar.
- Elaboração de normas técnicas para todos os materiais e equipamentos.
- Pesquisa e desenvolvimento experimental.
- Absorção, adaptação e aperfeiçoamento de tecnologias adquiridas.
- Supervisão das atividades fabris de interesse militar.
- Fomento industrial.
- Fomento à pesquisa no meio civil.
- Informações científicas e tecnológicas de interesse militar.

— Acompanhamento do desempenho dos materiais bélicos em uso no Exército.

— Elaboração de manuais técnicos e meios auxiliares de ensino para instrução, manutenção e emprego do material bélico.

— Cooperação no planejamento e execução da mobilização industrial.

Como vimos, o desenvolvimento de sistemas de armas modernas de real valor implica na obtenção de informações tecnológicas muito acima do que já se conhece no País.

Uma das formas de absorção de tecnologia específica para um sistema de armas pode se dar através da compra de material moderno e da sua análise acurada no Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Exército (IPD). De certo modo isso tem sido feito com o sistema de armas tipo míssil solar, adquirido no exterior, capacitando-nos em:

— Projetos de espoleta de proximidade usando o efeito Doppler.

-- Projetos de "layouts" concentrados e com proteção contra interferências espúrias (eletromagnéticas estáticas, aterramentos etc).

-- Projetos de antenas especiais para transmissão e recepção de telecomandos (inclui filtros e materiais específicos que não são comercialmente disponíveis).

— Projetos de conversores DC/DC de alto rendimento (incluindo circuitos e materiais apropriados).

— Desenvolvimento de materiais utilizados na detecção de infravermelho (já emitem filmes de PbS feitos no IPD).

— Encapsulamento de dispositivos em estado sólido, a partir do elemento ativo, com a consequente estrutura de controle ambiental.

— Tecnologia de espoletas pirotécnicas, com todas as seguranças.

— Desenvolvimento de materiais especiais a serem usados na carcaça (tubo) e nas asas dos mísseis.

— Adaptação de soluções tecnológicas para carros de combate desenvolvidos no Brasil para comercialização no exterior.

Da mesma forma, o desenvolvimento no país de um míssil solo (anticarro) nos proporciona:

— Capacitação no desenvolvimento de fios condutores especiais, com alta resistência mecânica e baixa resistência elétrica.

— Tecnologia de desenvolvimento de cabos com materiais resistentes a dobras, trações e tensões bruscas.

— Tecnologias para otimização de "layout" eletromecânico.

— Desenvolvimento de materiais nacionais para atender especificações rígidas, impossíveis de serem atendidas com os materiais comercialmente disponíveis.

— Capacitação em projetos de motores químicos especiais.

— Desenvolvimento de tecnologia para dispositivos pirotécnicos, com alta precisão.

— Capacitação em projetos de baterias especiais.

— Capacitação em controle de qualidade, para atender especificações rígidas, em relação a produtos comerciais comuns.

Procuramos assim listar algu-

mas das nossas aquisições, no que se refere à absorção de tecnologia específica para um sistema de armas. Tudo isso é muito difícil, requer muita dedicação e depende de uma conscientização muito profunda daqueles que dirigem os rumos da política tecnológica nacional, e mais especificamente do Exército.

Muitíssimas são as dificuldades enfrentadas nesse setor de absorção de tecnologia, dentre as quais podemos enumerar:

- Falta de pessoal especializado.

- Recursos financeiros pequenos e dispersos.

- Falta de suporte da indústria brasileira, no fornecimento de componentes, certos materiais e processos etc.

- Falta de informações técnicas que suportem o desenvolvimento.

- Falta de planejamento integrado e a longo prazo.

- Dispersão de recursos humanos, com o desvio de pessoas potencialmente competentes para funções de apoio.

- Falta de uma política de absorção de tecnologia no exterior (muita gente faz cursos, participa de Congressos, visita firmas, mas o resultado não aparece dentro da organização).

A despeito dos óbices, temos certeza de que não estamos estagnados. Muito se tem feito, e a análise das recentes estruturas levadas a efeito pelo Exército, no campo da Ciência e Tecnologia, levava-nos a crer que estamos no caminho certo e que conseguiremos o

objetivo maior — independência tecnológica aplicada aos artefatos bélicos modernos.

CONCLUSÕES

Uma definição não consegue, muitas vezes, transmitir-nos o real conceito de determinada coisa. No que concerne a "sistema de armas", é importante que fixemos as seguintes idéias:

- É um sistema complexo que comporta grande número de dispositivos físicos, funcionando de maneira coordenada.

- Seus diversos componentes são da mais variada natureza — mecânicos, eletrônicos, ópticos, químicos etc.

- Através dele, todas aquelas operações necessárias à execução do tiro podem ser automatizadas no todo ou em parte, aumentando em muito sua rapidez e eficiência e otimizando o resultado final.

O valor militar de um determinado sistema é relativo, pois é função das suas qualidades relacionadas às dos sistemas do inimigo. Além de seu alto custo, do demorado tempo para seu projeto e execução, pode ainda cair em obsolescência com certa rapidez, em virtude da corrida armamentista, característica marcante de nossos dias.

Para sua concepção, há necessidade de uma equipe multidisciplinar, muito bem coordenada e integrada, altamente especializada e com a presença imprescindível do elemento tático para formular

suas reais necessidades no campo de batalha.

É necessária a adoção de uma metodologia com bases científicas, para identificar, analisar, selecionar, pesquisar, desenvolver e industrializar sistemas de armas, em atendimento a necessidades operacionais.

É importante que se estabeleça a missão militar do sistema, com a especificação de sua eficácia, visando a definição do nível de desempenho esperado.

No estudo de viabilidade técnica e econômica, é necessário levantar cuidadosamente a oportunidade de mercado para o sistema, tendo em vista seu alto custo, além de procurar maximizar a efetividade dos recursos materiais e humanos a serem gastos, bem como minimizar o risco de erro de escolha do sistema.

O desenvolvimento de sistemas de armas no Exército é consequência imediata de sua nova estruturação, voltada com ênfase para a Pesquisa e Desenvolvimento, no âmbito geral da Ciência e Tecnologia.

Essa ampla visão estratégica de nosso Exército, integrando-se desassombradamente à nova era do desenvolvimento tecnológico, concernente ao que se passa com as demais Forças Armadas mundiais, valorizará em muito a Expressão Militar do Poder Nacional, com profundos reflexos nas demais expressões.

O fator tecnológico tornou-se tão importante para o Poder Militar das nações, que o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia

passou a ser, em grande parte, impulsionado e orientado pelas necessidades bélicas.

A produção de equipamentos bélicos modernos não é apenas um problema técnico-econômico, mas sobretudo um problema político-estratégico, pois a indústria bélica própria é vital para a soberania e defesa da nação.

A absorção de tecnologia específica, no que se refere a sistemas de armas, é atividade difícil e demorada, dada a extrema proteção que os países desenvolvidos dispensam às suas aquisições tecnológicas. Entretanto, apesar dos grandes óbices, precisamos absorver essa tecnologia, através da análise acurada de materiais modernos adquiridos no exterior. Não podemos depender exclusivamente de nossas pesquisas, urge queimarmos etapas.

O Exército deveria possuir uma poderosa instituição de Pesquisa e Desenvolvimento, cujo núcleo inicial seria o atual IPD. A ela caberia o entrosamento do sistema formado pela comunidade científica brasileira, pela IMBEL e pela indústria privada, visando produzir tecnologias de interesse militar e absorver as partes mais sofisticadas das tecnologias adquiridas no exterior.

Cremos ter atingido os objetivos a que nos propusemos com esse trabalho.

Finalmente, a despeito dos óbices, o Exército tem conseguido se estruturar, para enfrentar essa nova era do desenvolvimento tecnológico mundial, procurando assim assegurar, num futuro próximo

mo, sua independência tecnológica.

BIBLIOGRAFIA

1. ALFORD, Jonathan — 1981. The Impact of New Military Technology.
2. AMARANTE, Ten Cel QEM. José Carlos Albano do — 1983. Sistema de Armas: Uma Metodologia de Sistema de Mísseis. ECEME (monografia).
3. BARANSON, Jack — 1980. Tecnologia e as Multinacionais.
4. BERTRAM, Christoph — 1980. Arms Control and Military Force.
5. Dados e Informações obtidos diretamente com Engenheiros do IPD.
6. ECEME — 1981. ME 320-5. Vocabulário da ECEME. Rio de Janeiro.
7. EME — 1981. IG 10-21. Instruções Gerais para as Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento no Exército. Brasília.
8. EME — 1981. IG 10-36. Instruções Gerais para o Modelo Administrativo do Ciclo de Vida dos Materiais do Exército. Brasília.
9. ESG — 1983. Manual Básico.
10. ESG — 1983. Fundamentos Teóricos.
11. LONGO, Ten Cel QEM. Waldimir Pirró e — 1977. Tecnologia e Transferência de Tecnologia. Problemas Atuais da Indústria Bélica Nacional. ECEME (monografia).
12. SABATO, Jorge A. — 1974. La Empresa de Tecnologia.
13. SCHENDEL, Antonio Jorge da Cruz — 1983. Considerações Gerais sobre os Modernos Sistemas de Armas. Palestra no IME. Rio de Janeiro.
14. SCHENDEL, A. J. C. e AMARANTE, J. C. A. — 1982. Evolução do Material Bélico. Palestra na ECEME. Rio de Janeiro.
15. TRESSE, Ten Cel QEM Euzébio da Silva e outros — 1982. Organização e Política da Pesquisa e Desenvolvimento no Brasil. IME. Rio de Janeiro.
16. VALLA, Victor Vincent/SILVA, Luiz Werneck — 1981. Ciência e Tecnologia no Brasil. História e Ideologia. 1949-1976.
17. VILLEPELET, J. — 1975. Méthodologie des Systèmes Missiles Sol-Air. França (École Nationale Supérieure de Techniques Avancées).



A VISÃO ESTRATÉGICA DE CAXIAS

"I would suggest that the two qualities of the wartime theater commander that are most critical can be termed strategic vision and strength of will."

"The theater commander's strategic vision includes the ways and means of obtaining military victory."

— Major Mitchell M. Zais em "Strategic Vision and Strength of Will: Imperatives for Theater Command" — "Parameters, Journal of the US Army War College", vol XV, nº 4, Winter, 1985.

Diogo de Oliveira Figueiredo

O Gen.-Ex. Diogo de Oliveira Figueiredo apresenta uma síntese dos episódios de Humaitá e Piquiciri, dois exemplos da aplicação do princípio de manobra pelo maior de nossos generais. Ressalta, com estes e outros exemplos da História, o valor da inteligência na aplicação das forças.

O tema parece-nos sempre atual pelo potencial de ensinamentos que encerra para os militares profissionais: Caxias ao término de sua carreira, como general e comandante-em-chefe, seu pensamento militar, sua visão estratégica, sua sensibilidade face aos desafios da arte da guerra, suas lições, através do mais notável de seus feitos.

O século XIX, após Napoleão, foi pobre de generais. No dizer de analistas da história militar contemporânea, muitos "usavam antolhos"; outros combatiam "como dançava a rainha"; uns quantos tinham o campo de parada como campo de instrução e limite de suas idéias.

Predominava a concepção da ação direta, rígida, inflexível, pre-

cisa: a estratégia seguia as linhas retas, os exércitos se obstinavam em se destruir em batalha campal; nela se exauriam e dela muitas vezes se retiravam sem que fosse obtida a decisão.

Não mais "a destruição do inimigo apenas com marchas", como fizera Napoleão na Áustria; não

mais a obtenção da vantagem psicológica ou da posição "incômoda" que desequilibra o adversário ou o leva a fazer um movimento em falso, de modo que seu próprio esforço se transforma na alavanca de sua queda; nada de astúcia, apenas a força divorciada da inteligência.

A CAMPANHA DE VICKSBURG - 1863



A Campanha de Vicksburg rompeu a defesa dos Confederados no Mississippi. Depois do fracasso em conquistar a cidade em um ataque direto, Grant ocupou o rio ao sul de Vicksburg, forçou os defensores a permanecerem na cidade e impediu reforços vindos do leste. A cidade rendeu-se depois de longo cerco.

Estavam esquecidos os ensinamentos de Lisandro no Mar Egeu; de Epaminondas no Peloponeso; de Felipe na Beócia; de Alexandre no Hidaspo; de Aníbal na Etrúria; de Cipião em Utica e Zama; de César na Espanha; de Turanne na Alsácia e de Napoleão em Ulm e Austerlitz.

Honrosas exceções destacam dois dos grandes estudiosos da arte militar do século passado: Grant, em Vicksburg e Sherman, comandante-em-chefe das forças do Oes-

te, na Guerra de Secessão americana, e Caxias, em Humaitá e no Piquiciri.

Vicksburg representava o completo domínio do Mississipi. A praça fortificada já resistira a diversas investidas dos exércitos da União. Grant concebe e executa magistralmente movimentos combinados da Marinha e do Exército, interpondo suas forças entre a cidade e os estados orientais da Confederação. A fortaleza capitula sete semanas mais tarde.



A *Marcha de Sherman*: cinco colunas do Exército da União em uma frente de 50 milhas, através da Geórgia, no outono de 1864. As tropas da União capturaram *Savannah*. Sherman atacou, na direção norte, as Carolinas, movendo-se quase sem oposição. Simultaneamente, Grant, com a vitória em *Five Forks*, forçou Lee a abandonar Petersburg e Richmond. Hostilizado na frente e na retaguarda, Lee rendeu-se em *Appomattox* e Johnston entregou-se cinco dias depois.

Sherman restabeleceu a capacidade de manobra estratégica das forças do Norte, até então submetidas à rigidez das estradas de ferro. Liberta-se da linha fixa de suprimento; enrola a sua "cauda" logística e coloca-a embaixo do braço. Marcha com forças aligeiradas de toda a impedimenta supérflua, em várias colunas, em grandes lanços. Ameaça simultaneamente vários objetivos estratégicos, economiza forças através da manobra. Atravessa a "porta dos fundos" da Confederação e chega à Geórgia. Captura Atlanta e destrói o sistema ferroviário dos Confederados. Em seguida, avança para o mar e depois para o Norte, sobre as Carolinas, deixando Lee sem suas melhores fontes de suprimento. Como Napoleão na Áustria, "destruía o inimigo apenas com marchas".

Caxias assume o Comando-em-Chefe do Exército Brasileiro e, em seguida, o das forças da Trílice Aliança em momento crítico da campanha.

Os regimentos, batalhões, divisões, enfim, toda a tropa estão exaustos, desgastados, desorganizados, desmotivados, inertes, imóveis. Exército e esquadra estão contidos pelas fortificações do "Quadrilátero", centradas em Humaitá, pelo cólera-morbo, pelo valor e obstinação do valente adversário, pelas dificuldades do terreno desconhecido não mapeado, pobre de estradas, cortado por matas, rios, estercos, pântanos, lagoas, fossos e taludes. Não há coesão. Divergem os chefes. Não há unidade de comando, nem mes-

mo plano estratégico ajustando fins às circunstâncias peculiares dos meios, da região e do inimigo.

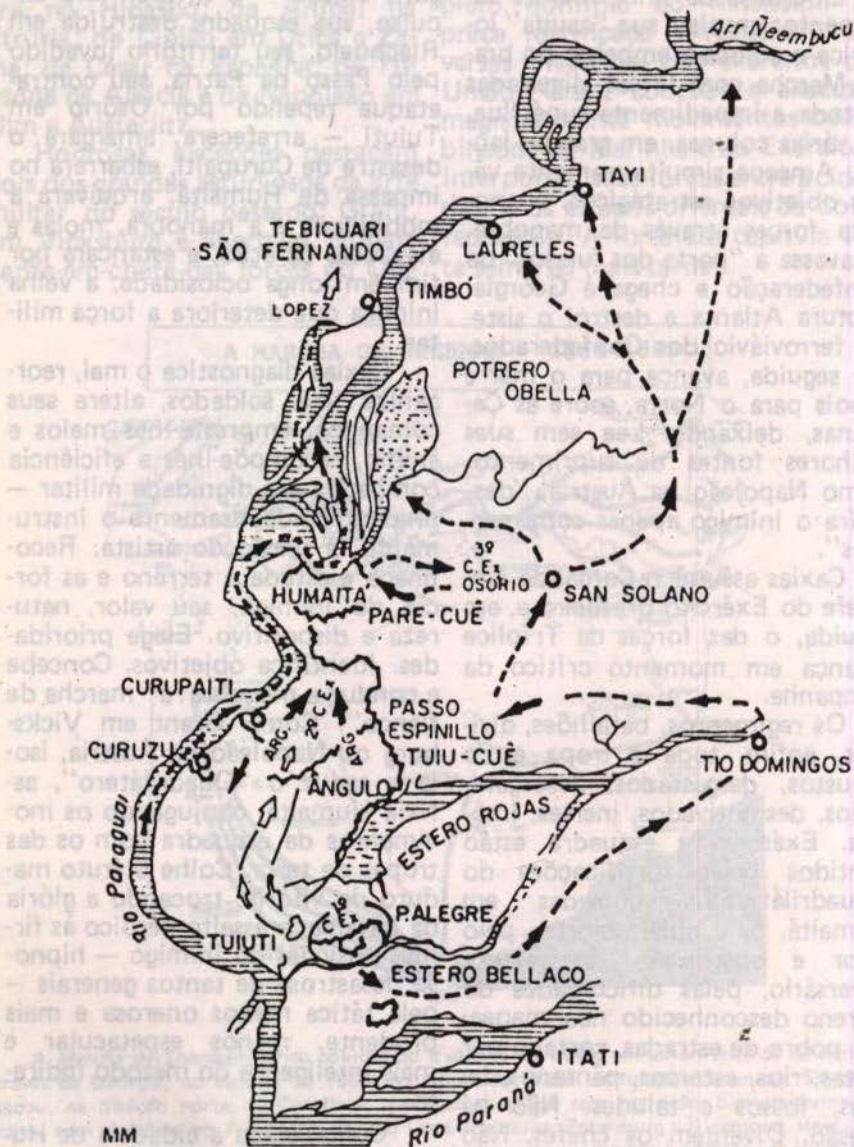
A campanha iniciada com alguns êxitos — o invasor fora expulso, sua esquadra destruída em Riachuelo, seu território invadido pelo Passo da Pátria, seu contra-ataque repellido por Osório em Tuiuti — arrefecera, amargara o desastre de Curupaiti, esbarrara no impasse de Humaitá, arquivara a mobilidade e a manobra, molas e alavancas da ação, e estancara por fim em longa ociosidade, a velha inimiga que deteriora a força militar.

Caxias diagnostica o mal, reorganiza seus soldados, altera seus comandos, empresta-lhes meios e ânimo, recompõe-lhes a eficiência combativa e a dignidade militar — prepara cuidadosamente o instrumento, à feição do artista. Reconhece e estuda o terreno e as forças do inimigo, seu valor, natureza e dispositivo. Elege prioridades. Identifica objetivos. Concebe e conduz a manobra: a "marcha de flanco". Como Grant em Vicksburg ou Napoleão na Áustria, isola e reduz o "Quadrilátero", afixia Humaitá, conjugando os movimentos da esquadra com os das tropas de terra. Colhe o fruto maduro da vitória, trocando a glória da batalha, o assalto heróico às firmes posições do inimigo — hipnose desastrosa de tantos generais — pela tática menos onerosa e mais prudente, menos espetacular e mais inteligente do método indireto.

Conquistada a cidadela de Humaitá, aberta a via fluvial, esqua-

OPERAÇÕES EM TORNO DE HUMAITÁ

SETEMBRO DE 1866 ATÉ JULHO DE 1868



dra e exército deslocam-se para o norte. O objetivo estratégico é Assunção; o tático, as restantes forças do adversário, estacionadas no Piquijiri, flancos apoiados no Rio Paraguai e na Lagoa Ipoá.

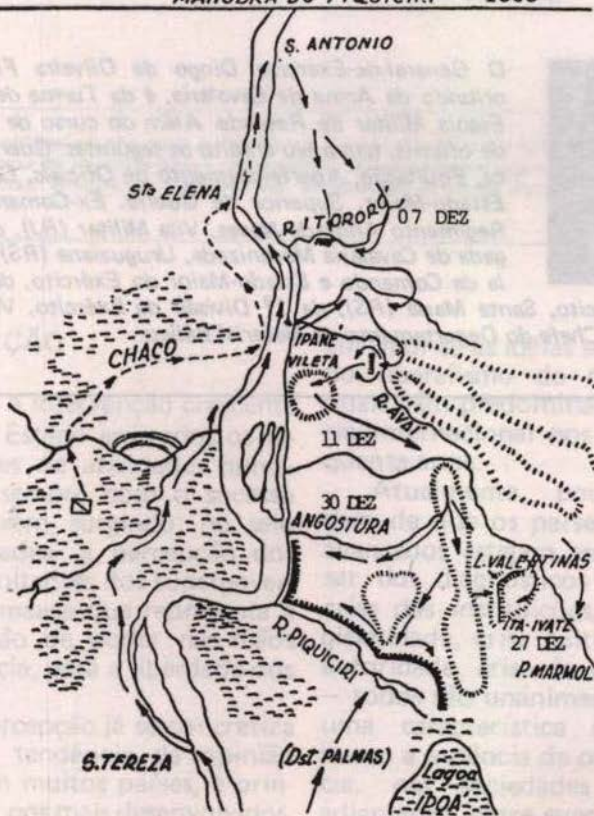
Ao marquês, soldado, general, comandante-em-chefe compete a solução do desafio. Decide-se pela manobra de desbordamento, por oeste, marchando pelo Chaco, pela margem direita do Paraguai, que deverá ser transposto duas vezes, com o apoio da esquadra. Deseja

interpor-se entre o inimigo e as suas bases, desequilibrar seu dispositivo, surpreendê-lo, forçá-lo a combater com a frente para a retaguarda.

Prefere, como os Grandes Capitães, às ações diretas a mais difícil das indiretas: pelo Chaco, tido por invadeável. Segue o conselho de Hamlet: "Descubra as direções por vias indiretas".

A execução da manobra é perfeita. O efeito inesperado enseja ataques decisivos e finais: Itororó,

MANOBRAS DO PIQUICIRI - 1868



Avai e Lomas Valentinas, que golpeiam o adversário pelas costas, destruindo seu exército.

Aos louros da vitória o destino acrescenta o charme e o selo do heroísmo. Em Itororó falham os planos. Atrase-se a cavalaria, retida pelas dificuldades do terreno. Resistem bravamente os bravos paraguaios. O combate indeciso ceifa preciosas vidas e retarda a manobra. O momento exige ação enérgica. É a hora da coragem e do exemplo, do general, do coman-

dante-em-chefe, é a hora também do simples soldado. Caxias, então, arremete, liderando o ataque final, ao lado de seus camaradas e concidadãos, conclamando-os: "Sigam-me os que forem brasileiros!"

Junto ao soldado vai o mestre, ensinando sua última lição: aliadas à competência profissional, à astúcia, ao senso tático e à visão estratégica, a coragem e a força moral são armas imprescindíveis ao general.



O General-de-Exército Diogo de Oliveira Figueiredo, oriundo da Arma de Cavalaria, é da Turma de 1945 da Escola Militar de Resende. Além do curso de formação de oficiais, tem a seu crédito os seguintes: Guerra Química, Equitação, Aperfeiçoamento de Oficiais, Comando e Estado-Maior, Superior de Guerra. Ex-Comandante do Regimento Andrade Neves, Vila Militar (RJ), da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, Uruguaiana (RS), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, da 3ª Divisão de Exército, Santa Maria (RS), da 1ª Divisão de Exército, Vila Militar (RJ). Atual Chefe do Departamento de Material Bélico.



CARACTERÍSTICAS DA CHAMADA "NOVA DIRETA" NOS EUA. REFLEXOS SOBRE O BRASIL

Marco Antonio Felício da Silva

Com notável objetividade o Cel Marco Antônio Felício da Silva focaliza, neste artigo, um tema de interesse para a compreensão do pensamento econômico e político nos dias correntes, envolvendo, segundo ele, as posições de nosso País junto aos Estados Unidos.

INTRODUÇÃO

Com a intervenção crescente do Estado em todos os setores de atividades humanas, nem sempre com o sucesso esperado, vem surgindo, no seio das sociedades, a percepção dos perigos resultantes dos supergovernos e da ameaça que representa a concentração de poder nas mãos da burocracia, para a liberdade dos indivíduos.

Esta percepção já se concretiza através da tendência da opinião pública, em muitos países, e principalmente nos mais desenvolvidos,

em opor-se às idéias socialistas e às do liberalismo do *new deal*, as quais vêm predominando no cenário internacional nos últimos cinquenta anos.

Atualmente, poucos discordam de que os países capitalistas avançados estejam em crise. Apesar dos diagnósticos diferirem — crise das instituições, crise de legitimidade, crise cultural, crise de autoridade, crise do *welfare state* — todos são unânimes em apontar uma característica negativa comum: a ausência de correspondência, nas sociedades capitalistas adiantadas, entre suas atuais estru-

turas políticas e as sócio-econômicas. E esta inadequação é resultado do excesso de demandas que o Estado não pode absorver sem criar inflação e sem pôr em perigo o caráter lucrativo das empresas capitalistas. Os anos recentes de recessão mundial agravaram e confirmaram a inadequação acima citada.

De uma forma mais genérica, podemos dizer que a crise dos regimes democráticos modernos é, primordialmente, causada pela disparidade entre ideologia e potencialidades institucionais. A ideologia gera uma perspectiva de abundância e de realização imediata; ela motiva o homem na busca de uma situação na qual a igualdade e a distribuição equitativa de oportunidades e de benefícios são imperativos morais. Entretanto, as instituições respondem com lentidão, dando margem a crises e a conseqüente instabilidade.

É extremamente difícil atender a todas as crescentes reivindicações, não só porque os recursos são escassos, mas também porque há necessidade de modificação das estruturas de modo a satisfazê-las.

Nos EUA, correntes do pensamento americano apontam como fundamento básico da crise por que passa a democracia liberal o seu caráter ideológico contraditório ao tentar articular dois princípios opostos: o liberalismo econômico, onde pontifica o sistema de livre mercado, com todas as suas implicações, e a democracia, que combina o princípio da igual-

dade social com o da participação política.

Segundo Alan Wolfe, em seu livro *The Limits of Legitimacy*, "o problema da democracia liberal é que o liberalismo nega a lógica da democracia e a democracia nega a lógica do liberalismo e, sem dúvida, um não pode existir sem o outro".

A partir dos anos 70, como expressão de uma reação política e cultural aos movimentos sociais e políticos neoliberais dos anos 60, e apresentando-se como solução para a crise da democracia liberal, expandiu-se nos EUA o pensamento conservador, dando origem a um movimento que, congregando correntes diferentes, conseguiu galgar o poder através da eleição de Ronald Reagan.

Este movimento conservador, como um todo, tem sido por vezes denominado, erroneamente, de "neoconservadorismo" ou "nova direita", quando, em realidade, estes termos dão nomes a correntes com características próprias e componentes de tal movimento.

Cumprê ressaltar, ainda, que a corrente citada como "neoconservadora" não se identifica com o "neoconservadorismo", surgido imediatamente após o *new deal* e que traduz uma aceitação dos conceitos inerentes ao liberalismo tradicional do século XIX.

Tal corrente "neoconservadora", que chamaremos também de "histórica", com expressão a partir de 1970, tem seus fundamentos básicos no conservadorismo de Edmund Burke, formulado na parte final do século XVIII.

O nosso trabalho enfocará a chamada "nova direita", contrária ao "Estado benfeitor", com retórica religiosa e moralista e, ideologicamente, produto de uma fusão do conservadorismo do século XVIII com o neoconservadorismo ou conservadorismo do *laissez-faire* (liberalismo do século XIX).

Para que possamos atingir o objetivo proposto, estudaremos as suas características, manifestações principais, bem como seu impacto na política externa dos EUA e os reflexos conseqüentes nas relações internacionais e, especialmente, sobre o Brasil.

A fim de que melhor possamos entender o que seja a "Nova Direita", anteriormente à proposta acima, veremos, sucintamente, como evoluiu e o que significou, em períodos de tempo diferentes, o conservadorismo americano.

DESENVOLVIMENTO

Conservadorismo — Um breve enfoque de sua evolução e significados nos EUA

Para que se tenha uma idéia inicial da evolução e do significado do conservadorismo nos EUA, após meio século, a ascensão do Presidente Reagan ao poder instaurou a primeira administração que reivindicava, realmente, o nome de conservadora, suscitando uma nova e real atenção, despertando o interesse pelo movimento conservador. O Partido Republicano descobriu, então, um papel que não desempenhava desde a vitória de Franklin Roosevelt, em 1932, ou

seja, o de substituir o liberalismo do *new deal* (neoliberalismo) com grande aura de credibilidade.

É preciso ter em mente que, de maneira geral, seria um erro considerar os termos republicano e democrata como sinônimos, respectivamente, de conservador e liberal, pois existem republicanos liberais como também democratas conservadores.

Entretanto, a disputa pelo Governo, entre Carter e Reagan, foi interpretada como um enfrentamento entre liberalismo e conservadorismo, e a vitória do candidato do Partido Republicano foi saudada, em todo o mundo, como um triunfo de um novo movimento conservador, contando com grande apoio popular.

O termo "conservador" não teve sempre, nos EUA, o mesmo significado. Após a derrota dos "tories" (realistas), aliados dos ingleses durante a guerra de independência americana, rompeu-se o tênue fio que possibilitava a transmissão do conservadorismo do Velho Mundo para o Novo Continente. Os ensinamentos de Edmundo Burke e as reflexões sobre a revolução francesa somente um século mais tarde seriam considerados por um pequeno grupo de intelectuais, todavia sempre marginalizado.

No período seguinte, até a Guerra de Secessão, o termo "conservador" denominou, simplesmente, os defensores da Constituição, diferenciando-os dos chamados "radicais", os extremistas abolicionistas.

Após 1865, o termo "conser-

vadorismo" passou a designar uma atitude de resistência aberta aos movimentos de transformação econômica, social, cultural e política, tais como a reconstrução do Sul, o populismo, o progressismo, o intervencionismo e, finalmente, o *new deal*.

Com o *new deal*, após 1930, o conservadorismo tomou o nome de "neoconservadorismo" e se caracterizou pela adoção dos conceitos liberais do século XIX em oposição ao neoliberalismo, partidário, desde então, da intervenção maciça do Estado federal no meio privado a fim de prevenir e gerir as crises econômicas e diminuir os desequilíbrios sociais.

Os neoconservadores constituem, de 1930 a 1970, um verdadeiro "partido de resistência" ao "partido do movimento" (neoliberais), o qual presidiu as grandes mudanças na máquina política e econômica do País.

O período é rico no surgimento de movimentos radicais, tidos como extremado conservadorismo ou extremado neoconservadorismo, fundamentados em fatores étnicos, raciais, religiosos e, após a II Grande Guerra, também econômicos e político-ideológicos.

Dentre estes, podemos citar o da Ku-Klux-Klan, contrário às minorias raciais, à industrialização, à modernização, aos imigrantes e favorável à ortodoxia e submissão religiosa, tudo visando à defesa da posição dos brancos, da classe média e inferior da América protestante e para preservar o seu status econômico, social e político num mundo em modificações.

O movimento do padre Coughlin, entre 1928 e 1940, cujos alvos eram as principais elites e instituições americanas e que apresentava características semelhantes às do nazismo e do fascismo, fundamentava seu programa no antielitismo, anti-semitismo, antiliberalismo, anticapitalismo, anticomunismo e sugeria uma nova ordem social e a revisão da Constituição. Apoiava-se na classe média rural e de pequenas cidades, tendo grande penetração entre católicos e desempregados.

Na década de 50, o senador Joseph McCarthy conseguiu mobilizar ampla parcela da opinião pública contra os comunistas e seus simpatizantes, entre os quais incluía os neoliberais. Foi a época do "grande medo", quando expurgos indiscriminados de "criptocomunistas" aconteceram no Governo federal, universidades, no Exército e sindicatos. A "conspiração dos comunistas" contra os EUA, preconizada por McCarthy, era uma noção que satisfazia aos conservadores, de modo geral, e os atraía por acharem que a posição dos EUA estava ameaçada.

Durante os anos 60, a sociedade americana conheceu uma profunda transformação, na qual a emancipação dos negros foi o elemento mais marcante. Esta transformação coincidiu com a procura de valores tradicionais, religiosos, morais, sociais e nacionais de uma América engajada numa guerra impopular — Vietnã — aliás, começada sob o governo neoliberal de John Kennedy.

Desenvolveu-se, então, um mo-

vimento de conservadorismo social e cultural, um conservadorismo provinciano (*main street*), religioso e familiar (*god and mother*), pragmático e moderado (*middle-of-the-road*). Porém, a derrota americana no Vietnã e o escândalo "Watergate", fatos ocorridos sob o mandato de Nixon, que não colocou ao menos em discussão os fundamentos herdados do neoliberalismo e presentes em seu governo, fez com que este conservadorismo, já uma manifestação primeira de um novo conservadorismo, influenciado, em parte, pelos tradicionais conceitos de Edmund Burke, se retraísse sob a presidência de Jimmy Carter, um neoliberal sob todos os pontos de vista.

Na década de 70, entrando no ano de 1981, a crise social, iniciada na década anterior, prosseguiu e se agravou: drogas, problemas raciais e criminalidade crescente apareceram ao lado dos reveses da Nicarágua e do Irã e da falta de uma reação enérgica à invasão do Afeganistão pela URSS.

Esta situação serviu como "caldo de cultura" para o surgimento de vigoroso, efetivo e novo conservadorismo, composto fundamentalmente por três grandes correntes. Este, denunciando a degradação da moral e dos costumes, a destruição do tecido social, a asfixia do sistema econômico em recessão, a perda de prestígio do país em escala internacional e a superioridade militar da URSS, conseguiu a eleição de Ronald Reagan. Estas correntes denominam-se:

— *Direita Tecnocrática*: dela

fazem parte especialistas em economia que apresentam, como traço comum, o questionamento das concepções econômicas neoliberais na sociedade norte-americana, declarando obsoleto o esquema keynesiano baseado na ativa intervenção do Estado na economia.

Apresenta duas linhas de pensamento principais e diferentes. Uma mais importante, a "monetarista" ("velha ortodoxia conservadora"), centrada na luta antiinflacionária e na liberalização do Estado, afirmando que a inflação deve ser considerada um fenômeno estritamente monetário, o que faz do controle da oferta monetária o principal elemento da política econômica. Pelo controle, busca-se a redução da oferta monetária e a eliminação das pressões inflacionárias, em função de uma modificação das expectativas.

A outra, conhecida como *supply-side economics* (teoria da oferta), ou, ainda, "nova ortodoxia conservadora", considera que o desconhecimento das condições de oferta é a maior deficiência dos modelos macroeconômicos atuais. Acredita ser impositiva a manutenção de altas taxas de crescimento, cujo determinante principal é a alocação e o uso eficiente da mão-de-obra e do capital. Prescrevem baixas taxas de impostos e a introdução de medidas para o aumento do nível de competição da mão-de-obra e do mercado, bem como a erradicação das restrições governamentais. Estas idéias têm sido rotuladas, por opositores, de *reaganomics*.

Os economistas desta tendên-

cia são também chamados de "novos economistas".

— *Neoconservadorismo Histórico*: influenciado pelo conservadorismo de Edmund Burke, apresenta-se como uma solução para a deficiência da democracia liberal em congregar liberdade individual com igualdade social e participação política.

Dentro do novo movimento conservador, ocupa uma posição central. Seus integrantes são considerados mais acessíveis que os especialistas da "direita tecnocrática" e mais intelectualizados do que os pertencentes à "nova direita". "Eles conseguem unir todos os elementos do discurso antiliberal numa ideologia atraente, coerente, e cujos temas são suscetíveis de orientar o debate nacional." (Afirmção de Oliver Frayssé em *La Documentation Française — Problemes Politiques et Sociaux*, junho/82.)

Entretanto, para seus opositores, o neoconservadorismo histórico é fruto da retórica política de Burke e do suporte sociológico de Augusto Comte, dando origem "a um exército 'contra-intelectual' que procura esvaziar os políticos com idéias em nome da estabilidade, refrear as aspirações democráticas em nome da serenidade administrativa e conquistar a ideologia em nome da ciência social". (Lawrence Goodwyn — Estado de S. Paulo, out/79.)

O discurso eleitoral de Reagan muito se identificava com o preconizado pelos neoconservadores históricos, que têm participado, através de alguns elementos repre-

sentativos da corrente, de sua administração.

Os neoconservadores históricos, em geral, não se mostram totalmente hostis ao "Estado benfeitor", mas censuram a excessiva ênfase na assistência social que constitui a origem da sobrecarga suportada pelo Estado, à qual provoca crises de autoridade, ameaçando a estabilidade social. Os neoconservadores históricos afirmam que o sistema democrático é, em grande parte, responsável por dita sobrecarga ao tentar atender às demandas em busca da igualdade social. Segundo Daniel Bell, a "teoria da igualdade" põe em perigo o verdadeiro ideal de igualdade, cujo objetivo não é a "igualdade de resultados", mas uma igualdade de oportunidades, dependendo o resultado do talento e da habilidade de cada um.

Assim raciocinar, sem dúvida, é aceitar e justificar as desigualdades sociais existentes, o que é próprio do conservadorismo de Burke.

Para os neoconservadores históricos é necessário limitar a participação política e entregar as decisões a quem tem competência específica. É a reedição moderna da representação virtual.

Peter Steinfelds, em seu livro *The Neoconservatives* (1979), diz:

"Para os neoconservadores, a democracia não parece diferir muito daquela que os membros da Convenção Constitucional de 1787 entendiam por uma república: um governo cujos poderes provêm, em última instância, da aquiescência do povo, mas que exerce ditos po-

deres através de delegados que o representam e que operam dentro de um marco constitucional que preserva o tipo de liberdades enumeradas na carta de direitos".

Os neoconservadores históricos, além de preconizarem a limitação do campo de intervenção estatal, preconizam também a restauração do papel regulador do mercado.

A "Nova Direita": passaremos a examiná-la nos próximos itens como tema central do nosso trabalho.

A "Nova Direita" – fontes e características ideológicas

Segundo alguns autores, a ideologia da "Nova Direita" é confusa e por vezes contraditória, porém sabemos que uma ideologia não precisa ser racional para cumprir, entre as suas chamadas funções sociais, as de mobilização, solidariedade e organização, levando, aqueles que a aceitam, à ação. Assim, a ideologia da "Nova Direita" desperta a atenção e a adesão de uma ampla parcela, principalmente de inconformados, da população norte-americana.

Ela proporciona a superposição de símbolos e explicações de razões que deram origem a situações inadequadas e a maneiras de corrigi-las. Incorpora elementos tradicionais da cultura americana dominante e de suas diversas subculturas regionais, religiosas, étnicas e de classes e, também, as formas com que estas subculturas se relacionam através da cultura de massas. É, basicamente, resultante

de uma fusão de idéias provenientes do conservadorismo do século XVIII e do conservadorismo do *laissez-faire*, ou neoconservadorismo. Instrumentaliza idéias e símbolos, utilizando-se, intensamente, dos meios de comunicação social.

Dentre os símbolos usados, a família e o livre mercado são considerados uma herança cultural dos EUA.

A família é reconhecida como o berço do homem heróico, produto de seus próprios esforços, auxiliado pela mulher capaz de todos os sacrifícios. A marcha para o Oeste, abrindo novas fronteiras produtivas, sob constante perigo, mostra um povo americano no qual a combinação da estabilidade familiar com o dinamismo econômico é fator fundamental para o sucesso da nação, independentemente de qualquer intervenção do Estado.

Contrapondo-se a essas imagens tradicionais e engrandecedoras da América e do povo americano, existem imagens de um Estado intervencionista, de mulheres e negros em busca constante de auxílios governamentais e de indivíduos com moral decadente.

As formas, segundo as quais a "Nova Direita" concebe as forças que afetam negativamente a América e seu povo, variam. Os termos "humanistas seculares" e "nova classe" revelam temas comuns, de diversas tendências e grupos, aos quais a "Nova Direita" se opõe, unificando "o inimigo".

A falta de detalhes nos símbolos e imagens e o caráter abstrato dos mesmos é próprio do uso

que a "Nova Direita" faz da tradição. Isto se torna funcional na medida em que permite aos indivíduos de diferentes classes, subculturas, regiões e religiões, introduzirem o detalhe a partir de suas experiências mais significativas, identificando símbolos e imagens concordes com suas próprias visões da realidade. Por exemplo, quanto a imagem familiar, ela é mostrada apenas em seu núcleo. No entanto, esta indefinição é que proporciona às pessoas das periferias — trabalhadores urbanos, brancos do meio rural, católicos e protestantes — um enfoque de suas famílias à imagem da família exaltada na ideologia da "Nova Direita".

A ideologia da "Nova Direita" se vale não só de conceitos do conservadorismo de Burke, que valoriza a tradição, a propriedade da terra, a autoridade patriarcal, a hierarquia social e a religião, definindo uma sociedade essencialmente pré-capitalista e promovendo uma visão orgânica da mesma (na qual "o todo" é mais importante que o indivíduo), como também incorpora conceitos do conservadorismo do "laissez-faire" ou neoconservadorismo, caracterizado pelo capitalismo competitivo, economia mercantil e liberdade individual em oposição à intervenção estatal e à economia planificada, possibilitando uma óptica atomizada da sociedade, na qual o indivíduo e os direitos individuais estão acima das restrições sociais.

É através do chamado "fusionismo" que a ideologia da "Nova Direita" consegue unir esses dois

enfoques radicalmente diferentes. E o faz por meio da seleção das características de cada corrente que sejam compatíveis entre si, descartando as menos assimiláveis, designando os inimigos comuns e "salvando o rigor metodológico".

Dentro do atual contexto, a defesa da família e a oposição ao Estado representam as formas em que as correntes se fundem, retórica e simbolicamente.

É preciso ter em mente que o "fusionismo" coloca a "Nova Direita" contra o "Estado liberal benfeitor", mas não contra o Estado-Nação militarista. O Estado-Nação expressa a unidade do "povo", enquanto o "Estado benfeitor" redistribui a riqueza, reconhecendo com isto a "natureza de classe" da sociedade (conceito marxista).

A ideologia da "Nova Direita" é abrangente, pois busca unificar, em um só bloco, pessoas provenientes dos diversos extratos sociais, mas é a classe média que constitui sua base principal. Os membros da chamada "nova classe" são excluídos deste bloco social em razão da utilização que fazem do Estado em benefício de grupos marginais, tornando-a, também, excludente.

Os grupos sociais e políticos que são considerados como uma ameaça à imagem familiar e do "povo" americano, como os negros, estrangeiros, feministas, libertinos sexuais, homossexuais e comunistas, bem como os defensores do aborto e outros mais, também são excluídos do bloco

social. A retórica religiosa da ideologia reforça a apresentação de tais grupos e indivíduos como "agentes do demônio, atores ilegítimos no cenário da história".

A "Nova Direita" não aceita a igualdade e a participação política como o faz a democracia liberal.

Para a "Nova Direita" as diferenças ou desigualdades sociais são sinônimos de liberdade, ao passo que igualdade é sinônimo de totalitarismo. Por isso mesmo, também é partidária de uma moderação na valorização da participação política, pois a desigualdade deve gerar votos também desiguais.

A ideologia da "Nova Direita" suprime as distinções de classe e ressalta as diferenças sociais como critério primordial para a exclusão ou inclusão de grupos dentro do seu conceito de "povo". Para a "Nova Direita" as concepções religiosas e tradicionalistas americanas estão unidas entre si, defendendo o livre mercado, a liberdade individual e justificando as desigualdades sociais.

Entretanto, apesar de reconhecer o aspecto material e econômico da natureza humana no que tange ao exposto, considera sempre a primazia de sua dimensão espiritual e moral.

Organização e principais manifestações da "Nova Direita"

A "Nova Direita" desenvolveu-se, inicialmente, como uma corrente de opinião política e cultural, na década de 60 e começo da de 70, antecedendo à excelente

organização alcançada em 1974, dotada de coerência ideológica e com objetivos a atingir delineados, embora com opiniões contrárias.

O racismo foi o principal aspecto explorado durante o seu surgimento, sendo, ainda hoje, fator importante para o sucesso de suas manifestações públicas.

Na campanha do Presidente Nixon, em 1968, apareceram as vinculações entre a reação racista, a crescente oposição à política oficial, o ressentimento contra a autoridade e a deserção eleitoral das fileiras do Partido Democrata. A campanha de 1968 esteve impregnada da noção de uma maioria de patriotas dedicados ao trabalho, moderados e respeitosos da tradição, revoltados com os favorecidos pela assistência social, com os pacifistas, com os *hippies*, com os militantes negros e com a violência de rua. A ênfase da campanha estava na exaltação da lei, da ordem e do patriotismo, em relação aos "interesses" reunidos no Partido Democrata. As autoridades, os neoliberais e os denominados "radicais da cultura" foram chamados, pejorativamente, de "elite".

A existência da "Nova Direita", na política eleitoral, se fez possível após o aparecimento (década de 60 e início dos anos 70) de movimentos independentes e voltados, especificamente, para a defesa de questões particulares, mas que desenvolviam um trabalho dinâmico, dando vida a esse sentimento de reação, catalisado e explorado por políticos conservadores como Barry Gold Water,

George Wallace, Nixon, Gordon Humphrey etc., principalmente em época de eleições.

Esses movimentos incluíam grupos locais opostos às medidas oficiais destinadas a eliminar a segregação racial nas escolas e criados em meio à década de 60; incluíam, também, esforços locais e nacionais contra a educação sexual (68/69); englobavam a campanha antiaborto, iniciada no final da década de 70 e revigorada, após 1973, depois da legalização da prática abortiva, como também a mobilização antiera (*Equal Rights Amendment*), lei pela igualdade dos direitos, com início em 1972, e as campanhas contra o homossexualismo, estas a partir de meados da década de 70.

Ainda que alguns movimentos fossem mais antigos, os aspectos sociais — raça, sexo e família — orientaram tais movimentos, como aos criados mais tarde, para um conservadorismo social, complementado por um conservadorismo econômico e forte sentimento anticomunista.

Os novos movimentos deram ressonância, continuidade e dinamismo à velha retórica, enfatizando a preocupação com a perda de controle sobre a vida cotidiana, o crescente poder e independência das mulheres, a ascensão da cultura negra e da juventude, a liberação sexual e as modificações na vida familiar.

Por volta de 1974, Richard Viguerie, Paul Weyrich, Howard Phillips e John "Terry" Dolan, em busca da concretização dos ideais desses diversos movimentos, o que

não seria possível sem o controle do poder, iniciaram a centralização e coordenação dos diferentes grupos e movimentos sob a "Nova Direita"; "nova" por apresentar maior pragmatismo, maior ambição de poder e por dar mais ênfase à temática social e religiosa do que qualquer outra tentativa anterior.

Para isto, foram fundadas quatro organizações centrais.

Paul Weyrich deu origem ao "Comitê para a Sobrevivência de um Congresso Livre", organização para ações políticas e de grande êxito. Provê fundos para candidatos da "Nova Direita" e realiza a formação de quadros. É especialista, também, no desenvolvimento de organizações a nível de distritos eleitorais.

Criou, igualmente, a "Fundação Heritage", fonte ideológica da "Nova Direita", divulgando suas idéias através do *Policy Review*.

Howard Phillips organizou o "Comitê Político Conservador" (*Conservative Caucus*) com o propósito de exercer pressão sobre os membros do Congresso. Conta com mais de 300.000 militantes, operando em mais de 50% dos distritos eleitorais. Em cada distrito há um coordenador e um comitê diretor com cerca de 40 ativistas provenientes das organizações existentes no distrito, as quais podem tratar, distintamente, de problemas tais como: aborto, segregação racial, impostos, controle de armas etc.

Therry Dolan preside o "Comitê Nacional Conservador de Ação Política" (*National Conser-*

vative Political Action Committee — NCPAC), organizado desde 1975, sendo o maior dos comitês da "Nova Direita" de ação política. Destina milhões de dólares, através de contribuições diretas ou de outros tipos de ajuda, aos candidatos apoiados pelo NCPAC.

Richard Viguerie, por meio da sua empresa "companhia de correspondência direta", que lhe rende altos lucros, desempenha papel fundamental no financiamento e na propaganda da "Nova Direita", publicando a *Conservative Digest*, revista mensal da "Nova Direita", como também o *New Right Report*, boletim informativo quinzenal.

Os quatro acima mencionados têm funções de relevo em várias outras organizações comprometidas com a "Nova Direita".

As diretrizes e objetivos a atingir, a distribuição de fundos e a avaliação das atividades, passadas e presentes, são fruto de reuniões, de caráter regular, da direção central da "Nova Direita" — os acima citados e mais duas dezenas de membros de organizações integrantes da rede do movimento.

Os dirigentes da "Nova Direita", além de explorarem temas sociais, não se esqueceram do potencial, para o incremento do movimento, que representa a tradição religiosa de parcelas do povo americano.

Numa das publicações do *The New Right*, Richard Viguerie afirma textualmente:

"Existem aproximadamente 85 milhões de americanos (50 milhões de protestantes de fé renova-

da, 30 milhões de católicos de moral conservadora, 3 milhões de mormons e 2 milhões de judeus conservadores e ortodoxos) para formar uma coalizão pró-família seguidora da Bíblia."

Assim, a "Nova Direita", a partir de 1979, com a criação das organizações "Voz Cristã", "Maioria Moral" e "Mesa Redonda Religiosa", incorporou os principais oradores fundamentalistas com programas no rádio e televisão e que já haviam mobilizado a opinião pública em função de temas políticos.

O movimento expandiu-se com esta união, pois não só os fundamentalistas coincidiam com a "Nova Direita" em muitos aspectos como também possuíam uma visão geral conservadora e contavam com grande apoio financeiro dos fiéis.

A maior dessas organizações é a "Maioria Moral", espalhada por todo o país e estruturada para a atividade eleitoral.

Interessante ressaltar que tais organizações realizam um trabalho de massa, organizando e conscientizando as pessoas de credos diferentes, produzindo o chamado "ecumenismo invertido", pois, independentemente da crença religiosa, em presença de questões políticas, as divergências teológicas submergem. Isto vem dando lugar ao aparecimento de uma religiosidade sem denominação, mas que vem sendo explicada, explorada e incentivada, como uma expressão de americanismo, pela "Nova Direita".

Esta estruturação em rede na-

cional da "Nova Direita", englobando movimentos e grupos diversos, com editoras e centros de estudos, formação de quadros dirigentes e de ativistas, recrutamento de militantes, uso intenso da propaganda com temas sociais e religiosos e grande disponibilidade de fundos, vem, paulatinamente, conquistando parcelas da população americana, tendo contribuído, significativamente, para a eleição do presidente Ronald Reagan, cujo discurso incluía muito da retórica da "Nova Direita".

A "Nova Direita" e a política externa americana; reflexos nas relações internacionais de poder e repercussões sobre o Brasil

Com a ascensão da administração Reagan ao poder, as idéias, principalmente as dos "neoconservadores históricos" e da "Nova Direita", conformaram a base ideológica sobre a qual se estruturou o novo programa de política externa americana.

Esta, como não poderia deixar de ser, está intimamente vinculada à política interna e persegue, dentre seus objetivos, a recuperação da confiança e do orgulho nacionais, do poderio e da liderança americana a nível global.

Passado o primeiro mandato de Reagan, os estudiosos da política externa americana não vêem sinais de mudanças significativas, a não ser ligeiras alterações em favor de posições mais pragmáticas, nesta mesma política.

A "Nova Direita" compartilha do conceito que mostra a guerra fria dentro de um enquadramento ideológico do conflito de poder, o qual antagoniza os EUA com a URSS, de tal forma que fique claro que a base da política exterior deva ser o choque com o comunismo encarnado pela URSS, pois, entre o sistema socialista, liderado por esta última, e o capitalismo norte-americano, se desenha uma inevitável e excludente confrontação de civilizações.

Esta óptica também se fundamenta em afirmações básicas da ideologia da "Nova Direita" e que são traduzidas pela defesa da família, da livre empresa e do Estado-nação militarista e por restrições e limitações ao "Estado benfeitor" e intervencionista, assim como pela luta que se trava entre o Bem e o Mal (neste, incluso o comunismo).

Esta visão ideologizada da guerra fria leva a um enfoque, na maioria dos casos simplista, da realidade internacional. A confrontação Leste-Oeste torna-se predominante, fazendo ignorar ou minimizar as dimensões de outros conflitos importantes e atuais como o Norte-Sul, que envolve o Terceiro Mundo e o Brasil. Uma das consequências é a atitude dos formuladores de política exterior americanos favorecerem políticas de força e tornarem prioritárias considerações estratégico-militares em detrimento das econômico-sociais.

Influência, também, da "Nova Direita", e que tem muito de sua componente religiosa, é a consideração, quase messiânica, de que as

idéias, valores e crenças do "povo" americano não são só de aplicação universal, mas as únicas capazes de gerar o progresso, a liberdade e a felicidade. É a antiga idéia da nação eleita por Deus para consumir a redenção histórica do mundo.

Quase como uma consequência imediata, os esforços encetados por países em desenvolvimento, no sentido de uma posição mais independente e não alinhada automaticamente com os EUA, são vistos, geralmente, como um antiamericanismo ou pró-sovietismo, ignorando um nacionalismo adulto na procura de caminhos próprios por parte desses países.

O Brasil, apresentando como seu grande problema atual um enorme endividamento externo e reivindicando uma maior atenção para o diálogo Norte-Sul, em busca da reformulação da ordem econômica mundial vigente ou, no mínimo, de um tratamento político para o encaminhamento da solução de sua dívida, sofre as repercussões negativas, quanto a esses propósitos, oriundas da política externa americana, não havendo perspectivas animadoras.

Em primeiro lugar, pela vigência indiscutível dos pressupostos básicos da posição dos EUA frente à problemática que envolve as negociações Norte-Sul: o sistema econômico internacional vigente é apto a resolver os problemas dos países do Terceiro Mundo; o desenvolvimento é uma questão essencialmente nacional.

Esta interpretação afasta as teorias que sustentam a responsabilidade que deve ser comparti-

lhada pelas nações industrializadas no tocante à situação de pobreza e subdesenvolvimento do Terceiro Mundo; traduz, também, que a raiz do problema se encontra na incapacidade dos governantes dos países da periferia em levar a bom termo seus planejamentos econômicos e não numa suposta injustiça das estruturas inerentes à ordem econômica mundial em vigor.

Em segundo lugar, pela vinculação estreita desta última posição com a política interna dos EUA de "menos governo, mais defesa" e de firme oposição a toda forma de intervencionismo ou dirigismo estatal.

Esta situação leva, no plano externo, a que o governo dos EUA não aceite as posições reformistas da ordem internacional e tampouco qualquer negociação, entre governos, do endividamento, uma questão dos banqueiros internacionais e do FMI. Como afirma William Leogrande: "... para os reaganistas que têm fé genuína na doutrina do *laissez-faire* do capitalismo do século XIX, a noção de que o governo dos EUA deveria atuar como um agente para a mudança social básica, seja no país, seja no estrangeiro, é filosoficamente reprovável".

O posicionamento brasileiro em relação ao tratamento que busca para sua dívida, assim como a visão que tem da atual ordem econômica internacional, gera uma área de atrito com o Governo americano, atrito por vezes intensificado, pois a política externa do Brasil se caracteriza por não adotar um alinhamento automático com

os EUA, reafirmando mesmo posições até divergentes, como no caso de Angola e Nicarágua, entre outras. Buscamos um caminho que seja o melhor para a nação, independentemente de soluções baseadas em crenças ou valores norte-americanos, derivadas de um messianismo inaceitável.

CONCLUSÃO

A "Nova Direita", sem dúvida, surgiu no início da década de 70, parte integrante de um novo movimento conservador, como uma reação política e cultural aos movimentos sociais e às políticas neoliberais dos anos 60, motivando parcelas da população norte-americana através de uma ideologia que, sobretudo, valoriza imagens e símbolos tradicionais, numa sociedade dinâmica e, por isso mesmo, propensa a modificações que, nem sempre, são consideradas positivas no que tange aos padrões morais e religiosos até então vigentes.

Assim, a "Nova Direita" se propõe a ser a expressão da defesa da família patriarcal frente a novas alternativas; da livre empresa capitalista face às opções socialistas e de assistência estatal; do Estado-nação militarista frente a seus inimigos internos e externos; se propõe, ainda, a encarnar a defesa do trabalho árduo e da virtude contra a lassidão moral e a liberdade sexual; dos brancos face aos negros; do papel dos homens frente à liberação das mulheres. Preconiza ações que levem à recuperação do prestígio e à afirma-

ção, cada vez maior, da liderança mundial dos EUA; adota um conceito de "povo" que exclui os negros, considerados moralmente inferiores e perniciosos à sociedade, como também exclui os comunistas e outras minorias, inclusive classificando-as como "agentes do demônio".

Ao contrário da democracia liberal, não reconhece a igualdade social como um ideal a perseguir, mas considera a igualdade de oportunidades e a conseqüente desigualdade social, esta fruto de talentos e habilidades diferentes, como características de sua democracia.

Seus líderes contam com uma rede de organizações a nível nacional, cada uma delas voltada, especificamente, para assuntos políticos, econômicos, sociais e religiosos, devidamente centralizadas, coordenadas e controladas. Esta rede atua na eleição de políticos, como o fez na eleição de Ronald Reagan, na formação de quadros dirigentes e na realização de intenso proselitismo com o uso dos meios de comunicação social e das igrejas aderentes.

A "Nova Direita" influencia na política externa norte-americana na medida em que esta última adota uma concepção de guerra fria ideologizada, tornando o confronto Leste-Oeste preponderante a tal ponto que qualquer outro, como o Norte-Sul, é tornado relativo.

Sua postura na defesa da livre empresa e na condenação do "Estado benfeitor" e intervencionista contribui para uma política exter-

na que não considera os reclamos para o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional por países como o Brasil, com elevado endividamento externo ou, ao menos, para um tratamento político da dívida.

A concepção que adota no que diz respeito ao fortalecimento do Estado-nação militarista a nível mundial, e a validade internacional, como salvação da humanidade, das crenças e valores norte-americanos, impõe para os países "amigos" um alinhamento incondicional com os EUA, o que não ocorre com o Brasil, que tem cada vez mais se caracterizado por um posicionamento pragmático e autônomo, e até mesmo divergente do Governo americano.

Apresentando uma ideologia, para alguns contraditória e confusa, para outros coerente e atraente, a "Nova Direita" mescla conceitos do conservadorismo de Burke (século XVIII) e do neoconservadorismo ou liberalismo do século XIX, valorizando aspectos tradicionais da sociedade norte-americana (fusionismo).

Entretanto, é radical, principalmente, e entre outras coisas, ao conceituar "povo" de maneira a excluir negros e minorias diversas e ao incorporar ensinamentos religiosos fundamentalistas, elegendo a nação americana como a escolhida pela providência divina para a redenção da humanidade.

A "Nova Direita", ideologicamente, não é compatível com o poder em uma sociedade tradicionalmente pluralista como a dos EUA.

BIBLIOGRAFIA

- MACRIDIS, C. Roy — *Ideologias contemporâneas* — Ed. UnB — BSB — 1982.
- ARON, Raymond — *Estudos políticos* — Ed. UnB — BSB — 1980.
- DAHRENDORF Ralf — *As classes e seus conflitos na sociedade industrial* — Ed. UnB — BSB — 1982.
- WATKINS, Frederick e KRAMNICK, Isaac — *A idade da ideologia* — Ed. UnB — BSB — 1981.
- BENOIST, Alain — *Nova Direita nova cultura* — Ed. Afrodítide — Lisboa — 1981.
- WALLICH, Henry E. — *O custo da liberdade* — Apec Ed. — Rio — 1960.
- BEDOY, Humberto G. e EZCURRA, Ana M. — *América Central y la estrategia de la nueva derecha norteamericana* — Centro de Investigación y Acción Social — México — 1984.
- SUNDQUIST, James L. — *Dynamics of the party system — Alignment and realignment of political parties in the U. S.* — The Brookings Institution, Washington, DC — 1983.
- BURNHAN, Walterdean — *The current crisis in american politics* — Oxford University Press — New York — 1982.
- BORÓN, Antillias — *La crisis norteamericana y la racionalidad conservadora* — Cuadernos Semestrales — México — n.º 9 — set/81.
- DE LOS RIOS, Patrícia — *1984: realineamiento político en los EUA* — Cuadernos Americanos — México — n.º 1/85.
- WOLFE, Alan — *The limits of legitimacy* — Free Press — New York — 1977.
- FRIEDMAN, Milton — *Capitalism and freedom* — University of Chicago Press — Chicago — 1962.
- STEINFELDS, Peter — *The neoconservatives* — New York — 1979.
- GORDON, L. e HUNTER, A. — *Sex, family and the new right* — Radical America — nov/77 — Boston/EUA.
- MOUFFE, Chantal — *Democracia y nueva derecha* — Revista Mexicana de Sociología — México — 1984.
- WOLFE, Alan — *Sociologia, liberalismo y derecha radical* — Revista Mexicana de Sociología — México — 1984.
- BELL, Daniel — *The radical right* — Anchor Books — New York — 1964.
- BELL, Daniel — *The new american right* — Criterion Book — New York — 1955.
- NASH, George — *The conservative intellectual movement in America* — Harper Colophon Books — New York — 1979.
- MILES, Michael — *The odyssey on the ameri-*

can right — Oxford University Press — New York — 1980.

HUNTER, Allen — *Entre bastidores: ideologia y organización de la nueva derecha* — Revista Mexicana de Sociologia — Uni-

versidad Nacional Autónoma — México — 83.

FRAYSSÉ, Olivier — *Le conservatisme n'est plus ce qu'il était* — Revista *Problèmes Politiques et Sociaux* — Paris — 1982.



Cel Art QEMA Marco Antonio Felício da Silva — Aspirante-a-Oficial de 1961, tendo os cursos da AMAN, EsAO, ECEME e o de Informações do Campo Externo/EsNI. Serviu em várias Organizações Militares, exercendo todas as funções inerentes ao Corpo de Tropã. Entre outras funções, foi instrutor do NPOR/JF/1º/4º/RO 105, na década de 60, e na AMAN/C Art, nos períodos de 70/71 e 73/74, e serviu no Gabinete do Ministro/CIE, no período de 1982 a 1984. Serve, atualmente, no Estado-Maior do Exército, na Seção de Estudos e Exames Estratégicos. Tem o curso de Administração de Empresa e Pós-Graduação em Ciência Política. Consta do seu currículo, trabalhos referentes à Estratégia e à Política.



CLAUSEWITZ E A GUERRA

João Rodrigues Arruda

INTRODUÇÃO

A guerra tem sido preocupação constante de todos — estados, grupos e indivíduos —, quer seja quanto à necessidade de evitá-la, quer quanto aos fins e meios de desencadeá-la. Os posicionamentos variam em razão do tempo, do espaço e do modo como as pessoas encaram esse fenômeno tão discutido.

Dá a importância de uma obra como *Da Guerra* — Vom Kriege — escrita pelo Gen Carl von Clausewitz ainda no século XIX sob o impacto das guerras napoleônicas. Sua influência é tal nos exércitos de hoje que o pensamento clausewitziano é objeto de estudo também aqui no Brasil, na cadeira de História Militar da Academia Militar das Agulhas Negras, como parte do processo de preparação dos

futuros oficiais na “Arte da Guerra”.

Escritor e soldado prussiano, nascido em 1780, Clausewitz — mais filósofo do que soldado — tem sua obra *Da Guerra* comparada com *O Príncipe*, de Maquiavel (uma filosofia da política); *Leviatã*, de Hobbes (uma filosofia da sociedade); *Inquérito à Compreensão Humana*, de Hume (uma filosofia do conhecimento); *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith (uma filosofia da economia); *O Capital*, de Karl Marx (uma filosofia da economia e da sociedade), aceita que é como verdadeira Filosofia da Guerra.

A NATUREZA DA GUERRA

Qual, entretanto, a natureza da guerra?

Tratando-se de um fato concreto, mas nem por isso impermeável,

necessariamente, como objeto de estudo, tal indagação deve ser precedida de três outras, que se apresentam como hipóteses a serem consideradas:

- a civilização será inevitavelmente destruída pela guerra?
- a guerra persistirá como condição crônica ou periódica?
- a guerra será banida definitivamente das relações entre os povos?

O elemento decisivo na análise dessas questões sempre será, efetivamente, o *homem*, que faz ou não a guerra.

Assim, a natureza da guerra é determinada em razão do modo como o homem a concebe. Dependendo da maneira como as pessoas, os Homens de Estado, *pensam, falam ou escrevem* sobre a guerra, uma ou outra das filosofias da guerra prevalecerá, isto é:

- a filosofia política;
- a filosofia escatológica; ou
- a filosofia cataclísmica.

FILOSOFIA POLÍTICA

Apesar de ter vivido numa época em que as guerras ainda não tinham o caráter nacional, Clausewitz encarava a guerra como sendo um instrumento racional de política nacional, assim justificando:

Instrumental, porque deve ter em vista alcançar um objetivo e nunca por si própria, uma vez que Clausewitz rejeitava a "guerra pela guerra";

Racional, porque a sua deflagração deve ser sempre precedida de uma avaliação dos custos e lucros (vantagens); e

Nacional, para que o seu objetivo seja a satisfação dos interesses de um estado nacional, justificando assim o grande esforço que representa a mobilização.

Mais especificamente, Clausewitz definia a guerra como um "ato de violência planejado com o objetivo de forçar o adversário a executar o nosso desejo". Não deve ser esquecido no entanto que o "desejo" aqui referido se traduz, em última análise, no interesse do Estado, considerado por Clausewitz como o *agente* principal, soberano, e sobre o qual não paira qualquer outra autoridade.

Consequência lógica do esforço na consecução do objetivo principal, ou seja, fazer o adversário ceder às exigências que lhe são impostas, temos que as guerras deveriam terminar com a vitória completa de um dos lados sobre o outro.

Isso não implica, necessariamente, o aniquilamento do inimigo, conforme objetivava Napoleão. O esforço empregado deve sê-lo, tão-somente, na medida suficiente para o adversário, avaliando o preço excessivo que seria necessário para prosseguir a guerra ou, concluindo pela improbabilidade do êxito, aceitar a paz.

Logo, para Clausewitz, a moderação na guerra é um absurdo que pode levar à derrota, tornando-se assim imperioso o emprego de todos os recursos que se fizerem necessários para abater o adversário.

A verdadeira capacidade de um Estado para enfrentar uma guerra não pode ser avaliada com preci-

são. Diversos fatores aleatórios interferem no fenômeno de modo a dificultar um perfeito equacionamento.

Daí a diferença entre as guerras reais e as guerras abstratas, uma vez que nas primeiras se fazem presentes elementos diferenciadores tais como:

- a mobilização não é instantânea;
- os acontecimentos são governados não apenas por uma casualidade estrita, mas também pelo acaso; e
- os fatores psicológicos são determinantes de relevo no processo.

A essas circunstâncias perturbadoras, Clausewitz denominou de *FRICÇÕES*, comparando os movimentos da guerra com os sistemas mecânicos.

FILOSOFIA ESCATOLÓGICA

Várias são as correntes que podemos alinhar como vinculadas à filosofia escatológica da guerra. Um elemento, entretanto, é comum a todas elas, isto é, a guerra, em qualquer hipótese, culminará com a guerra final, conduzindo à consecução do que se chamaria um *grande desígnio*. Tal desfecho tanto pode ser de origem divina, como natural, ou humana.

As duas variantes mais expressivas do enfoque escatológico são a *messiânica* e a *global*. As cruzadas e as guerras santas, a doutrina americana do Manifest Destiny, ou a doutrina nazista da Raça Eleita, são alguns dos exemplos da filosofia escatológico-messiânica, segun-

do a qual presume-se que o agente destinado a levar a cabo o *grande projeto* já existe, sob a forma de uma organização militar operante. Busca-se também, segundo alguns, alcançar uma paz justa para o mundo, eliminando a guerra futura da História.

De sua parte, a filosofia escatológico-global não defende a existência *a priori* do agente do projeto, pois o mesmo surgirá do caos da guerra final.

Duas são também as abordagens a serem consideradas: a *cristã*, segundo a qual o agente é às vezes representado pelas forças que se reunirão à volta de Cristo na segunda vinda; e a *comunista*, que defende a vitória final do mundo proletário sobre a burguesia, após a transformação da guerra imperialista numa guerra de classes.

FILOSOFIA CATACLÍSMICA

Os profetas já se referiam à guerra como um flagelo de Deus. Essa, a visão cataclísmica que descreve a guerra como uma catástrofe que sobrevém a uma parte ou a toda a raça humana.

A filosofia comporta dois subgrupos que não chegam a ser conflitantes. A variante etnocêntrica, segundo a qual a guerra é uma coisa que os outros podem fazer a nós, isto é, se dispõem a fazer-nos independentes de nossa decisão.

As medidas defensivas adotadas freqüentemente, como os abrigos e as providências de defesa civil não se constituem em meios de alcançar objetivos, mas visam apenas

impedir o desastre ou diminuir os seus efeitos.

Outra vertente da filosofia cataclísmica é a também chamada *global*. Para os globalistas a guerra é um cataclisma que aflige toda a humanidade, mas ninguém pode ser considerado particularmente responsável por ela nem deve, afinal, obter qualquer vantagem com o conflito armado. Tolstói em sua obra *Guerra e Paz* adota esse enfoque ao atribuir as guerras à ação de forças históricas até agora desconhecidas.

Recentemente novas formulações científicas sobre a guerra têm se baseado na filosofia cataclísmico-global, relacionando a guerra com certas propriedades dinâmicas de um verdadeiro sistema internacional, nos moldes de um sistema físico, como o sistema solar e as galáxias. Nesse caso, o equilíbrio que é relativamente estável pode ser rompido a qualquer momento, quando as tensões, sempre presentes no sistema, ultrapassarem os limites críticos.

Além das três filosofias anteriormente citadas, outros pontos de vista já foram identificados quanto à guerra. Assim, a guerra já foi considerada como a única ocupação digna de um fidalgo, uma questão de honra — nos tempos da cavalaria —, um escape para instintos agressivos ou manifestação de um desejo de morte, um processo da natureza para assegurar a sobrevivência dos mais dotados ou, ainda, um hábito tenaz, destinado a desaparecer, como a escravidão e o crime.

A ERA CLAUSEWITZIANA

Tendo vivido à época das guerras revolucionária e napoleônicas, Clausewitz foi influenciado fortemente pela política da guerra até então adotada.

No século XVIII, o desencadeamento da guerra ou a aceitação da paz eram discutidos entre os soberanos e seus estados-maiores. Em razão dos interesses a serem protegidos, os métodos, aceitos então por todos, passavam pelas negociações e formação de alianças até às estratégias matrimoniais, para finalmente chegarem às guerras como último recurso.

Os exércitos, de características bem nítidas, eram compostos de profissionais altamente treinados e recrutados por longos períodos. Além de muito dispendiosos, sua organização era bastante difícil, desencorajando assim o engajamento mais temerário numa batalha em que sua derrota implicasse o aniquilamento total.

Os generais, por outro lado, tinham pouco a ganhar e muito a perder com as batalhas sangrentas, evitando-se em geral as batalhas campais.

Dada a natureza marcadamente profissional de seu trabalho, poderiam estar amanhã a serviço de seu adversário de hoje. Poder-se-ia mesmo admitir como que um acordo tácito entre eles, de modo a que as manobras, tanto quanto possível, se desenrolassem de tal maneira que os riscos e os desconfortos fossem reduzidos.

Com a aceitação tranqüila dos princípios táticos e estratégicos

consagrados entre os *experts*, um general não alimentava a idéia de levar a luta até o último homem. Como no jogo de xadrez, reconhecia a superioridade tática do adversário, inevitável que fosse a derrota, não fazia sentido o sacrifício dos "peões". A derrota era aceita antecipadamente, sem desonra, e "deitava-se" o rei.

Nas guerras da Revolução Francesa e napoleônicas, outro elemento foi introduzido no problema.

O objetivo de Napoleão não era apenas bater o inimigo mas o seu aniquilamento. Com a Revolução Francesa, o exército não era mais integrado de profissionais nem de recrutas. A idéia de levar os Direitos dos Homens na ponta das baionetas fez surgir um novo conceito de soldado: o patriota.

Clausewitz não ficou alheio a essas mudanças. Atento às lições de Napoleão, para quem "o crédito da política e do poder reside na habilidade em conseguir a destruição física", unificou os princípios da filosofia da política com os princípios da filosofia da guerra.

Graças ao seu acentuado espírito militar, aceitava a guerra como um componente essencial, produtivo e inspirador da existência humana, na mesma relação que o espírito científico abraça a ciência, o espírito artístico abraça a arte e o espírito religioso abraça a religião.

Testemunho maior desse entendimento encontramos em uma carta à sua noiva, a Condessa Von Bruhl, onde temos manifestada sua convicção de que a guerra se

constitui num dos requisitos de sua felicidade pessoal.

"A minha pátria precisa da guerra e, para falar com franqueza, só a guerra me pode conduzir à felicidade. E, qualquer que fosse a maneira como eu gostasse de relatar a minha vida ao resto do mundo, teria sempre de passar por um campo de batalha, enquanto para lá eu não entrar, não poderá existir felicidade permanente para mim."

Ainda que rejeitando a idéia da "guerra pela guerra", Clausewitz entendia que a guerra não precisava de justificação, isto é, de objetivos exteriores, dada a sua característica de instrumento da política. Assim, dois seriam os seus componentes básicos — o militar e o político — e cuja combinação resulta na luta pelo poder.

Na sua pregação com vistas a substituir o que chamava de "guerras de gabinete" pelas "guerras nacionais", defendia uma verdadeira "democratização" da guerra.

"Dêem a guerra ao povo! O Estado é o povo!", dizia.

Propunha a organização dos exércitos de massas em lugar dos exércitos profissionais, apesar do receio então reinante quanto ao comportamento do cidadão armado, ameaça para alguns maior do que as invasões estrangeiras.

Assim, para Clausewitz, o agente principal é o Estado militarizado, pronto a exercer a vontade nacional. A função dos militares nesse quadro é no sentido de executar a vontade do Estado, uma vez que o componente militar é subordinado ao político, apesar de serem co-

incidentes os interesses do Exército e os do Estado. Daí a prevalência da autoridade civil sobre a militar, porque o horizonte do general é menos amplo do que o do Homem de Estado.

Para Clausewitz, o paradigma é o Homem de Estado, que apresenta como um supergeneral. No começo do século XIX a burguesia não estava interessada de modo especial na guerra, mas a ela não se opunha, como nas guerras de conquistas coloniais, desde que não custassem muito caro e pudessem trazer algum lucro.

Sendo o aparelho militar controlado pela nobreza, não interessava aos burgueses oferecer seus filhos para o sacrifício da luta pela glória do Estado. Por outro lado, as preocupações dos militares, notadamente após as guerras napoleônicas, concentravam-se em torno do sistema de promoções, de possibilidades de maior prestígio social e na auto-estima.

A necessidade de justificativa para a atividade militar, com ênfase nos preparativos e execução da guerra, se projeta até hoje e as palavras do Coronel J. N. Maude, em 1908, melhor dizem:

"A maioria dos políticos do nosso tempo ganhou seu dinheiro com os negócios — uma forma de competição humana muito semelhante à guerra, para parafrasear Clausewitz. Por acaso, quando se debatiam nas agonias de tal competição, enviaram alguma nota formal aos seus rivais acerca dos seus planos sobre a melhor maneira de os bater em comércio? Por

acaso o Sr. Carnegie, o arcebispo da paz, quando criou a Steel Trust preveniu os seus competidores de quando e como se propunham desfazer os golpes que sucessivamente o tornaram senhor de milhões? Podem os "diretores" de uma grande nação considerar os interesses dos acionistas — neste caso o povo que governam — suficientemente sérios para não serem arriscados pelo sacrifício deliberado da posição preponderante de prontidão que gerações de autodedicação, patriotismo e sábia providência ganharam para eles?"

CLAUSEWITZ NO SÉCULO XX

Após a Primeira Guerra Mundial, identificamos uma ascendência das filosofias escatológica e cataclísmica, mais nitidamente nos Estados diretamente envolvidos no conflito. Melhor exemplo são a doutrina japonesa da Esfera de Co-prosperidade da Ásia Oriental, o Renascimento do Império Romano, com Mussolini e a Raça Eleita, de Hitler.

Mais recentemente, na Rússia, vamos voltar a encontrar o pensamento clausewitziano, que teve em Lenine um grande admirador, aceitando que a política é o motivo e a guerra é o instrumento, ficando o ponto de vista militar subordinado ao político. Lenine, no entanto, procurou adaptá-lo aos conceitos defendidos por Clausewitz à doutrina soviética de modo a evitar contradições. Assim, enquanto Clausewitz reconhecia o Estado

como entidade autônoma, com seus próprios interesses, Lenine preferia afirmar que as classes é que têm seus interesses e o Estado é utilizado pelos governantes na defesa dos mesmos.

Deste modo, a guerra, segundo Lenine, também é instrumental, mas instigada por grupos econômicos em busca de lucros. Contrariando Clausewitz, dizia que a guerra deixou de ser racional, pois já não é, necessariamente, um ato deliberado de um agente bem definido, uma vez que as nações podem ser impelidas à guerra, podendo ter conseqüências imprevisíveis para as classes em cujos interesses tenham sido travadas.

Como desdobramento da Revolução Soviética, o exército russo foi totalmente reformulado. Passou a ser constituído por trabalhadores e camponeses, que deviam lealdade ao poder soviético e à classe trabalhadora mundial. A obediência cega foi substituída pela disciplina baseada na consciência de classe e os canais hierárquicos tradicionais cederam lugar a uma organização democrática. Os resultados foram desastrosos, e menos de um ano depois, em 1918, Trotsky foi chamado a fim de promover a reorganização do exército.

A nova mudança foi, como a primeira, marcada pelo radicalismo. O restabelecimento de severa disciplina chegou à implantação da pena de morte, aplicada inclusive aos familiares dos desertores. As atitudes exemplarmente marciais foram estimuladas. A falta de correligionários capacitados para o exercício de funções em postos

mais elevados na cadeia hierárquica obrigou à convocação de ex-oficiais czaristas para assunção às posições de comando. Para neutralizar as reações a essa medida foi estabelecido o controle dos oficiais por Comissários Políticos que se constituíam, no dizer de Trotsky, uma nova ordem comunista de Samurais.

Essa postura marcadamente escatológica modificou-se pouco a pouco. Com o grande avanço da economia soviética das últimas décadas, a guerra passou a ser encarada como um desastre a ser evitado, pelos prejuízos que dela podem advir.

Sem dúvida um enfoque etnocêntrico-cataclísmico.

No contexto atual, a concepção de guerra de Clausewitz pode ser considerada como ultrapassada. O surgimento das superpotências modificou o quadro oferecido para estudo, prevalecendo entre elas o equilíbrio estabelecido pelo terror nuclear que pode levar à dissuasão indefinida dos propósitos de luta. Ao mesmo tempo, essas mesmas superpotências podem inibir os Estados menores que se lancem à guerra com outros do mesmo porte e também desencorajar aqueles que efetivamente não têm condições de competir no sistema internacional.

CONCLUSÕES

Sobre a guerra, segundo o pensamento clausewitziano, podemos extrair:

— O Estado soberano é o agente

mais importante e na busca de seus interesses decide os meios de os alcançar.

— Os objetivos dos Estados são sempre conflitantes na medida em que o aumento de poder de um só pode ser conseguido à custa do decréscimo do poder do outro.

— A guerra é uma etapa normal nas relações entre os Estados, uma vez que o choque de interesses somente pode ser resolvido com a imposição da vontade de um sobre o outro.

— “A guerra é um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade”.

— A guerra traduz-se como a continuação da política de estado por outros meios.

— A guerra está subordinada às seguintes premissas:

- uso ilimitado da força;
- manifestação de violência ilimitada (não há lugar para “humanização” na guerra).



1º TEN QAO JOÃO RODRIGUES ARRUDA, serve atualmente no Cmdo da 1ª Região Militar — Seção de Justiça, possuindo, entre outros, os seguintes cursos: Precursor Para-quedista e Básico de Salto Livre, da Brigada Para-quedista; Formação e Aperfeiçoamento de Tecnologistas de Balística, do Instituto Militar de Engenharia; Parachutiste Militaire du Ecole des Troupes Aéroportées, em Pau-França; Bacharel em Direito das Faculdades Integradas Estácio de Sá; Mestrado em Direito, da Universidade Gama Filho. É professor de Direito Constitucional e Direito Penal Militar, nas Faculdades Integradas Bennett.



A Embraer apresentou seus aviões na Feira Aeroespacial de Farnborough, na Inglaterra, que começou no dia 31 de agosto e reuniu 600 empresas aeroespaciais do mundo inteiro que apresentaram nada menos do que 150 aeronaves. A exposição, promovida pela SBAC (Sociedade Britânica de Empresas Aeroespaciais), durou oito dias com um público de 250 mil pessoas nos três dias finais, além de 50 mil clientes potenciais e executivos das indústrias aeroespaciais.

Os produtos com a marca da Embraer estiveram em destaque na mostra aeronáutica inglesa. Foram apresentados, nos shows e exposição estática, um Brasília, o primeiro da empresa aérea Norsk Air, da Noruega, um Tu-

cano na versão original e um Tucano na versão que será utilizada pela RAF (Royal Air Force) e, finalmente, nada menos do que dois protótipos do AMX. No caso do caça-tático, produzido pela Embraer em conjunto com as indústrias italianas Aeritalia e Aermacchi, foram montados "stand" e chales exclusivos para a promoção do avião.

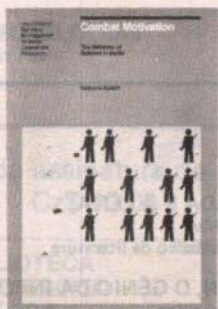
A grande novidade da Embraer na Feira de Farnborough foi, entretanto, o anúncio oficial do lançamento do novo turboélice pressurizado da empresa, o EMB-123, fato que ocorreu no dia 2 de setembro, quando foram liberadas pela primeira vez as informações sobre o novo avião que estará sendo colocado no mercado de aviação regional a partir de 1990.

Para maiores informações, contatar:
Antonio Augusto de Oliveira - MTPS
nº 19884
Fone (0123) 21-6310
Telex nº 011 33589/33917 - EBAE BR



LIVROS

A BIBLIEX está em negociação com duas editoras para aquisição de livros para sua parcela mais amena e ao gosto da família do assinante, visando à composição do editorial de 1987. Com a Editora LUTÉCIA a intenção é publicar um livro prático e ilustrado sobre operação de micro-computadores e com a Editora JOSÉ OLYMPIO uma coedição de DORA, DORALINA, de Rachel de Queiroz.



A BIBLIEX está em contato com a CEBW — Comissão do Exército Brasileiro em Washington — nos EUA, para a aquisição dos direitos autorais de COMBAT MO-

TIVATION, de Anthony Kellett, um livro de 360 páginas de excelente análise de todos os aspectos que cercam os elementos motivadores do homem numa guerra.

Através do grande apoio que o Chefe da CEBW, Cel Francisco Assis Costa de Mendonça, tem prestado à BIBLIEX, já foram adquiridos para exame e composição de futuros editoriais os seguintes livros:

— ON THE NATURE OF WAR, de Julian Lider.

— A SHORT GUIDE TO CLAUSEWITZ ON WAR, de Roger A. Leonard.

— THE FUTURE OF EUROPEAN ALLIANCE SYSTEMS, de Arlene Idol Broadhurst.

— RED FLAG OVER AFGHANISTAN, de Thomas T. Hammond.

— LIMITED WAR REVISITED, de Robert E. Osgood.

— WORLD COMMUNISM AT THE CROSSROADS, de S. S. Rosefield.

Mais de quinze títulos já estão sendo motivo de correspondência para o exterior.



Seja assinante da Bibliex e receba sempre bons livros

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

A Bibliex já preparou o Editorial para 1986, composto de 10 títulos, que os assinantes receberão durante o corrente ano em qualquer ponto do Brasil e sem nenhum acréscimo ou despesa além do valor da assinatura anual de Cz\$ 132,00.

OBRAS QUE JÁ FORAM SELECIONADAS:

OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA GUERRA DO PARAGUAI

Volume 2 – Tomo V

General Paulo de Queiroz Duarte

Mais um volume dando continuidade a esta interessante obra sobre aqueles jovens voluntários de 1865/70.

CONFLITO DAS MALVINAS

Volumes 1 e 2

General Paulo de Queiroz Duarte

Uma descrição ordenada e uma interpretação segura de um historiador militar sobre aquele recente conflito no Atlântico Sul.

DEUS SÓ RECEBE AOS DOMINGOS

Virgil Gheorghiu

Romance do mesmo autor de "A Espiã" e "25ª Hora".

MISSÕES SILENCIOSAS

Vernon A. Walters

Alguns aspectos autobiográficos deste oficial norte-americano que conviveu com a FEB e participou de fatos de grande interesse para o conhecimento da política internacional dos Estados Unidos.

O PODER DA PERSONALIDADE NA GUERRA

General Barão Hugo Von Freitagh-Loringhoven

Um clássico da literatura militar Alemã.

RETRATO DO BRASIL – Atlas-Texto de Geopolítica

Therezinha de Castro

Um estudo ricamente ilustrado a cores, abordando a Geopolítica brasileira.

SETE COMBATES NO VIETNAM

John Albright

Apresenta síntese de episódios militares daquele conflito, ao alcance de civis e militares, inclusive com emprego de helicópteros em campanha, assunto de grande atualidade.

ESTRATÉGIA

General Carlos de Meira Mattos

Um livro de grande utilidade para os estudiosos de estratégia e de assuntos da atualidade.

OBRAS EM ESTUDO PARA COMPLETAR O EDITORIAL DE 1986

YALTA, A PARTILHA DO MUNDO

Arthur Conte

Uma descrição de importantes acontecimentos que cercaram aquela Conferência, cujos reflexos a humanidade ainda decanta.

A ARTE DA LIDERANÇA

W. W. Roskill

Com opiniões seguras e inéditas sobre a influência da personalidade, da família e da cultura do oficial em sua capacidade de liderança.

A ESPADA E A PENA

Liddell Hart

Mais um clássico da literatura

GEHLEN, O GÊNIO DA INFORMAÇÃO

Charles Whiting

Uma bibliografia militar de grande utilidade para o entendimento da espionagem e sua importância na guerra. (Do original GEHLEN, O ESPION DO SÉCULO).

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25 – Ala Marcílio Dias – 3º andar
CEP 20455 – Rio de Janeiro – RJ – Tels.: 253-4637 – 253-7934 – 233-0261

Valor da
assinatura
de 1986
Cz\$ 132,00

A Bibliex ainda dispõe de pequena quantidade destas duas coleções à sua disposição.

EDITORIAL DE 1984

OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA GUERRA DO PARAGUAI

Vol. 2 Tomo III

General Paulo de Queiroz Duarte

GEOPOLÍTICA E TRÓPICOS

General Carlos de Meira Mattos

BRASILEIROS NO SINISTRO TRIÂNGULO DAS BERMUDAS

Vice-Almirante Arthur Oscar Saldanha de Gama

JOSÉ BONIFÁCIO E A UNIDADE NACIONAL

Therézinha de Castro

UMA VISÃO DA ANTÁRTICA

Coronel Elber de Mello Henriques

A ARTE DE SER CHEFE

Gaston Courtois

J. B. MASCARENHAS DE MORAES — MEMÓRIAS — Vol. 1

Marechal J. B. Mascarenhas de Moraes

J. B. MASCARENHAS DE MORAES — MEMÓRIAS — Vol. 2

Marechal J. B. Mascarenhas de Moraes

O INCRÍVEL PADRE LANDELL DE MOURA

Ernani Fornari

TEORIAS GEOPOLÍTICAS

Coronel Octavio Tosta

EDITORIAL DE 1985

OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA GUERRA DO PARAGUAI

Vol. 2 Tomo IV

General Paulo de Queiroz Duarte

HIPÓLITO DA COSTA, Idéias e Ideais

Therézinha de Castro

A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO NAVAL BRASILEIRO

Vice-Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal

O PEQUENO PRÍNCIPE

Antoine de Saint-Exupéry

EXPEDIÇÕES MILITARES CONTRA

CANUDOS — Seu Aspecto Marcial

General Tristão de Alencar Araripe

NOSSO EXÉRCITO, ESSA GRANDE ESCOLA

General A. de Lyra Tavares

TERCEIRO BATALHÃO — O Lapa Azul

Agostinho José Rodrigues

MARECHAL JOSÉ PESSOA —

A Força de um Ideal

TC Hiram de Freitas Câmara

MEMÓRIAS DE UM SOLDADO

General Ernani Ayrosa da Silva

MONTESE — MARCO GLORIOSO

DE UMA TRAJETÓRIA

Coronel Adhemar Rivermar de Almeida

Valor da assinatura de 1984

Cz\$ 40,00

Valor da assinatura de 1985

Cz\$ 43,80



**BIBLIOTECA
DO EXÉRCITO
EDITORA**

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25
Ala Marcílio Dias — 3º andar — CEP 20455 — Rio (RJ)
Tels.: 253-4637 — 253-7934 — 233-0261

DESEJO RECEBER O(S) EDITORIAL(AIS)
ABAIXO E PARA TANTO ENVIO A IMPOR-
TÂNCIA CORRESPONDE DA MANEIRA
ASSINALADA AO LADO.

☐ 1984

☐ 1985

☐ 1986

PEDIDO DE ASSINATURA

NOME (em letra de forma)

ENDEREÇO (para remessa do livro)

Bairro _____ Cidade _____ Est. _____ CEP _____

Data _____ Assinatura _____

☐ — VALE POSTAL-AGÊNCIA 520641 CORREIO QG I Ex

☐ — CHEQUE NOMINAL Nº _____ BANCO _____



Assinatura do NE

Os militares, particularmente da reserva, que desejarem fazer uma assinatura semestral do "Noticiário do Exército", deverão enviar o pedido para:

Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias — Quartel-General do Exército — Setor de garagens — SMU — CEP 70.630 — Brasília—DF — Tel.: (061) 225-0260 Ramal 2939.

O Valor da assinatura semestral será de Cz\$ 180,00 (cento e oitenta cruzados) e a quantia deverá ser remetida através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para a Agência QGEX-BSB, por Vale Postal, em nome do Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias.

O pedido deverá conter os seguintes dados: Nome completo, Endereço, Bairro, Cidade, Estado, CEP e número do Vale Postal.

O NE será remetido diariamente.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

PEDIDO DE ASSINATURA

Nome (em letra de imprensa)

Identidade

Posto, graduação ou profissão

Endereço (rua, número e bairro)

Cidade

Estado

CEP

Assinatura de 1986: Cz\$ 67,20

— PAGAMENTO:

Em cheque

☐

Emitido em nome de "A DEFESA NACIONAL", podendo ser da praça de origem do assinante.

Em vale postal

☐

A favor de "A DEFESA NACIONAL", pagável na Agência Postal Telegráfica "QUARTEL-GENERAL" — Rio de Janeiro.

A DEFESA NACIONAL

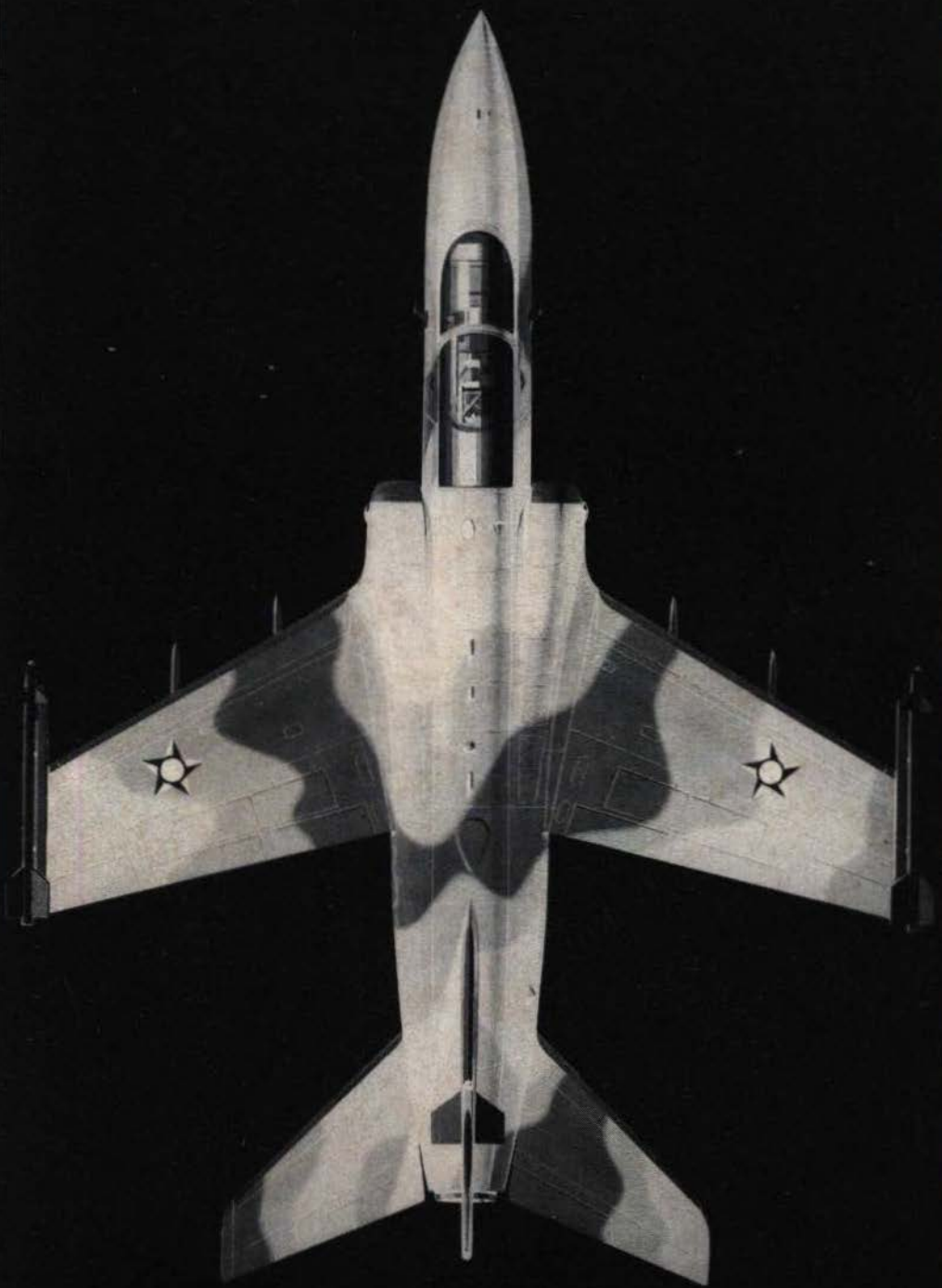
Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25

20455 — Rio de Janeiro — RJ

Tel.: 253-4628



**Hoje é o dia do Avião brasileiro.
Hoje ele voa em asas brasileiras.**





AVIBRAS ASTROS II



O mais completo
e versátil sistema
de foguetes de
saturação disponível
no mundo...

...para atender
as necessidades
de nosso
Exército e de
nações amigas



AVIBRAS AEROSPACIAL S.A.

Antiga Estrada de Paraibuna, Km 118 - Caixa Postal 229-12200 - São José dos Campos - S.P.
Brasil - Tel.: (0123) 21-7433 - Telex.: (011) 33493 AIAE BR.